FOLHA DE S.PAULO

DESDE 1921 UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

ANO 104 ★ Nº 34.773 | DOMINGO, 16 DE JUNHO DE 2024 | R$ 9,90

Proximidade de Silveira e presidente incomoda

A ampliação do poder do ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira (PSD), e sua proximidade de Lula (PT) têm incomodado aliados e opositores do presidente.

Em um ano e meio na pasta, que assumiu sem experiência específica prévia, ganhou projeção ao derrubar Jean Paul Prates da Petrobras. Mercado p.3

Reciclagem vive crise, 14 anos após país inovar com lei

O setor de reciclagem passa por uma crise inédita no país, 14 anos depois da aprovação de uma das mais avançadas leis sobre resíduos do mundo. Problemas incluem baixa valorização do material reciclado e insegurança tributária. Mercado p. 6

Moradores combatem incêndios no Pantanal

Enviado a Corumbá (MS), **Lucas Lacerda** acompanha trabalho de brigadistas voluntários para salvar ribeirinhos no rio Paraguai. Cotidiano B2

Bruno Santos/Folhapress

CONCENTRAÇÕES DA CRACOLÂNDIA DIMINUEM, E DEPENDENTES ANDAM PELO CENTRO DE SP

Consumo de crack em esquina da rua da Consolação; contagem feita pela prefeitura em aglomerações registra queda há seis semanas Cotidiano B1

SÉRIES FOLHA
É TUDO AMOR

Para pesquisadores, monogamia cresceu na colonização e no capitalismo Saúde B4

Tomada de Taiwan é foco em ponto turístico na China

Em Pingtan, no sudeste da China, a ditadura comunista montou e promove um parque de esculturas que sugerem como tema ao visitante a reunificação do continente com Taiwan, ilha autônoma do governo de Pequim que fica a 126 km dali, relata **Paulo Passos**. Mundo A12

EDITORIAIS A2

Política e burocracia erráticas atrasam o país

Acerca de pautas que deveriam ser consensuais.

Juscelino e as emendas

Sobre o indiciamento do ministro de Lula pela PF.

ATMOSFERA

São Paulo hoje

29º
15º

ISSN 1414-5723
9 771414 572018 34773

ilus trada ilustrada

Chico Buarque em fotografia de 2014 Bob Wolfenson

Chico, 80

O compositor e escritor completa 80 anos na próxima quarta-feira, coroando uma fase de maior sofisticação musical, sempre espelhando o Brasil em sua obra.

Brasil tem um dos piores desempenhos na Bolsa e da moeda

Incertezas fiscal e sobre condução econômica provocam queda de 10% no mercado acionário e no câmbio este ano

As incertezas acerca da condução da política econômica sob Lula (PT) e sobre a situação fiscal do país levaram a Bolsa brasileira e o real a ficar entre os piores desempenhos até aqui em 2024, considerando-se as maiores economias do mundo.

O Ibovespa saiu de um nível recorde para uma queda de mais de 10%, enquanto outros índices globais registram valorização.

No câmbio, a baixa chega a 9,74% em relação ao dólar. O real saiu de um patamar de R$ 4,85 no final do ano passado para fechar em R$ 5,38 na sexta-feira (14). O desempenho da moeda brasileira só não é pior do que o iene japonês (-10,37%).

Neste ano, o risco-país medido pelo CDS de cinco anos, termômetro informal da confiança do mercado, acumula alta de 18,67%.

Se o indicador sobe, é sinal de que os investidores temem pela gestão econômica. Para compensar o risco, exige-se juros maiores. As taxas de contratos para dez anos ultrapassaram 12% neste mês. No início do ano, estavam em 10,36%. Analistas estão pessimistas. Mercado p.1

Lula nega que vá rever pisos de gastos com saúde e educação Mercado p.2

PAINEL

Programa do SUS inclui grupos de esquerda radical

Chamada para formação de agentes do SUS aprovou inscrição de grupos radicais de esquerda, como um que promove atos contra autoridades. Saúde nega critério político. A4

Pauta de costumes avança mais sob PT do que com Bolsonaro

A dita pauta de costumes, que engloba aborto e drogas, vem avançando mais nesta primeira metade do governo Lula (PT) do que nos quatro anos de Jair Bolsonaro (PL). De 2019 a 2022, temas como Estatuto do Nascituro empacaram.

Agora, o Congresso caminha para criminalizar drogas. Na Câmara, pode equiparar aborto acima de 22 semanas de gestação por estupro a homicídio. Projetos são impulsionados por eleições da chefia do Legislativo e reação ao STF. Política A4

Ricardo Araújo Pereira

No encontro com o papa, ele nos disse que poderíamos fazer piada até de Deus

Ilustrada C10

MÔNICA BERGAMO

Brasil precisa de uma pacificação, diz Sergio Moro C2

Ato contra projeto do aborto mira Lira; Lula vê 'insanidade'

Saúde B4

FOLHA DE S.PAULO
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA
Publicado desde 1921 – Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PUBLISHER Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Carlos Ponce de Leon e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Fernanda Diamant, Hélio Schwartsman, Joel Pinheiro da Fonseca, José Vicente, Luiza Helena Trajano, Patricia Blanco, Patrícia Campos Mello, Pérsio Arida, Ronaldo Lemos, Thiago Amparo, Luiz Frias e Sérgio Dávila *(secretário)*
DIRETOR DE OPINIÃO Gustavo Patu
DIRETORIA-EXECUTIVA Alexandre Bonacio *(financeiro, planejamento e novos negócios)*, Anderson Demian *(mercado leitor e estratégias digitais)*, João Cestari *(tecnologia)* e Marcelo Benez *(comercial)*

Jean Galvão

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

Política e burocracia erráticas atrasam o país

Competição justa, segurança jurídica, equilíbrio fiscal, eficiência e probidade no gasto público deveriam integrar o consenso pluripartidário

As nações democráticas que atingiram estágios avançados de desenvolvimento conciliaram, ao longo desse percurso, oposições políticas ferozes com grandes consensos sobre o que não está em disputa.

O embate partidário jamais deveria ameaçar as garantias individuais, o acesso ao governo e demais cargos representativos por eleições limpas e os controles institucionais que evitam o abuso do poder.

Acordos tácitos, mas não menos respeitados por todos os contendores, também se decantaram no terreno econômico e no social.

A disputa nos mercados deve ser tão limpa e justa quanto na política, ao Estado cabendo perseguir a equidade de instrução e saúde dos cidadãos. Seguros solidários, como a Previdência e os programas assistenciais, sustentam níveis mínimos de consumo de todos.

A solvência das contas públicas, a estabilidade de preços, a eficiência e a probidade no emprego do dinheiro dos impostos, bem como a previsibilidade das regras do jogo, são valores que tampouco costumam ser desafiados nas experiências bem-sucedidas de desenvolvimento democrático.

Dentro do campo delimitado por esses marcos, há margem para divergências acentuadas. Há visões antagônicas e legítimas sobre o nível da tributação, as prioridades do gasto público, a liberalização de condutas, de costumes ou de armas de fogo, entre tantos outros temas divisivos.

Comparado a esse modelo que preserva grandes consensos da disputa política, o Brasil revela o seu índice de subdesenvolvimento.

Aqui o presidente da República se sente autorizado a manipular preços de energia e a partidarizar a gestão de uma empresa de vocação monopolista como a Petrobras.

Executivo e Legislativo não têm pruridos de comprometer pontos percentuais do PIB com despesas a descoberto, que vão pesar nos ombros das gerações futuras.

O Poder Judiciário e o fisco promovem alterações constantes, inadvertidas e custosas nas regras civis, penais e tributárias. Nessas convulsões normativas, nem sequer o passado é previsível, conforme o chiste didático.

Um sem-número de exceções, privilégios e vantagens obtidas pela proximidade com o poder distorce a competição econômica.

Os programas de educação e saúde distanciam-se das boas práticas locais e internacionais e são facilmente capturados seja por ideologias obscurantistas, seja por lobbies corporativistas.

Políticos e burocratas no Brasil ignoram que nem tudo deveria estar em jogo numa democracia que aspira ao desenvolvimento. Enquanto não se emanciparem dessa mentalidade primitiva, o país não terá chances de superar o atraso.

Juscelino e as emendas

Indiciamento de ministro escancara mau uso de montante escandaloso de verbas pelo Congresso

O indiciamento pela Polícia Federal do ministro Juscelino Filho (União Brasil-MA), das Comunicações, é apenas um exemplo dos danos potenciais da multiplicação desarvorada, nos últimos anos, de despesas de execução obrigatória incluídas por deputados e senadores no Orçamento federal.

Mesmo que não venha a ser comprovado dolo, o caso é vexatório.

Quando era deputado, Juscelino patrocinou recursos de emendas para obras na cidade de Vitorino Freire (MA) —governada por Luanna Rezende, sua irmã. Segundo a Controladoria-Geral da União, parte da verba beneficiou propriedades da família do ministro.

Trata-se, no mínimo, de uso opaco do dinheiro do contribuinte, sem avaliação de mérito e prioridade, muito menos atenção a critérios de impessoalidade.

As suspeitas surgiram de uma investigação da Polícia Federal sobre indícios de irregularidades em investimentos da estatal Codevasf, particularmente os realizados em parceria com a empresa privada maranhense Construservice.

A estatal é um dos principais destinos dos gastos determinados por parlamentares em favor de seus redutos políticos —correspondem a cerca de metade dos mais de R$ 2 bilhões a serem desembolsados pela Codevasf neste ano.

O montante representa fração pequena, no entanto, dos R$ 33,6 bilhões em emendas individuais e coletivas de execução obrigatória em 2024. São recursos, de um Orçamento já deficitário, pulverizados em iniciativas no mais das vezes paroquiais e eleitoreiras, para nem mencionar os riscos de ilícitos.

A exorbitância da cifra reflete alterações recentes no mecanismo de governança conhecido como presidencialismo de coalizão, com fortalecimento do Congresso Nacional ao longo do último decênio, acompanhado pela redução do poder do Palácio do Planalto.

É sintomático que Luiz Inácio Lula da Silva (PT) não tenha afastado seu ministro indiciado por corrupção passiva, organização criminosa, lavagem de dinheiro, falsidade ideológica e fraude em licitação.

Sem normas mínimas de transparência para controle e gestão desses gastos, novos escândalos virão.

Depois da revolução

Hélio Schwartsman

"Morning After the Revolution", de Nellie Bowles, é um livro feito para provocar —e consegue fazer isso.

Antes de continuar, um pouco de contexto. Bowles é uma jornalista que até pouco tempo atrás abraçava de corpo e alma os consensos da esquerda identitária. Apoiava todas as causas gays, feministas e antirracistas e participou de um cancelamento. Bowles, perseguindo um sonho de infância, se tornou repórter do The New York Times. Mas aí veio o amor. Ela se apaixonou por Bari Weiss, que era a colunista de direita do NYT. Bowles, hoje casada com Weiss e já fora do jornal, se tornou crítica de muitas das ideias que antes defendia. Para os que simpatizam com a autora, ela despertou do sonho dogmático; para seus críticos, é uma traidora que produziu uma obra equivocada e desbalanceada.

"Morning After..." são relatos, muitas vezes em primeira pessoa, de momentos em que a ortodoxia identitária se torna algo delirante, como as campanhas para acabar com a polícia que vieram na esteira do Black Lives Matter. Em algumas cidades, com o apoio de prefeitos de esquerda, foram criadas áreas onde a polícia não entrava. Desnecessário dizer que esses bolsões não se tornaram utopias anarquistas. Há passagens muito engraçadas como uma em que Bowles descreve um seminário para ensinar brancos a odiar a própria branquitude.

É claro que, ao procurar pelos exageros do movimento, a autora acaba destacando situações extremas, dando razão a quem aponta a obra como desbalanceada. É uma consequência do formato escolhido. Acho também que Bowles, sem ter se convertido numa reacionária (ela ainda se vê como uma feminista pró-gay e antirracista), comete erros de avaliação, como quando atribui os problemas de San Francisco com os dependentes de opioides a excessos de liberalismo em sua política de drogas.

Mas, pelo menos para quem mantém um certo espírito iconoclasta, o livro é garantia de boas risadas.

helio@uol.com.br

Buracos no cordão sanitário

Bruno Boghossian

Por muito tempo, a Europa confiou que um apelo às forças políticas moderadas seria suficiente para isolar a extrema direita. A coalizão entre esquerda e centro-direita para bloquear o Chega em Portugal, a reprovação multipartidária à AfD na Alemanha e a união contra os Le Pen na França são exemplos desse caminho.

A consolidação da ultradireita na paisagem partidária, os ajustes cosméticos feitos por algumas legendas, a simpatia crescente do eleitores e o acovardamento de representantes da direita tradicional, porém, abrem buracos nesse cordão sanitário.

Na França, um flerte com Marine Le Pen rachou a legenda conservadora Republicanos. O líder do partido, Éric Ciotti, disse que topava uma aliança com a ultradireitista Reunião Nacional para evitar a vitória da esquerda na próxima eleição. Acusado por colegas de "vender a alma", o político acabou expulso do partido.

A boa vontade com plataformas de extrema direita já provocou terremotos em países como Brasil e EUA. Na Europa, esse processo se desenha de maneira gradual, refletindo transformações políticas e sociais que ajudam a explicar o enraizamento desses partidos no eleitorado.

Analistas apontam que alguns grupos de ultradireita fizeram mudanças internas depois que se cansaram da rejeição que sofriam nas elites políticas e em fatias da população cruciais para a conquista de maiorias eleitorais. Em cálculos pragmáticos ou puramente ardilosos, certos partidos suavizaram discursos e buscaram se diferenciar de antigos parceiros considerados mais radicais.

Logo ao lado, políticos da direita tradicional ensaiam alianças oportunistas para evitar o que muitos identificam como uma ameaça de extinção. Essas legendas perderam mercado nos últimos tempos para uma ultradireita que passou a oferecer uma alternativa sedutora aos velhos eleitores daquele campo.

Hoje, a tática do isolamento parece mais frágil tanto do ponto de vista da coordenação dos atores políticos como por consequência de mudanças nas preferências do eleitor.

Listas assim ou assado

Ruy Castro

A Apple Music, que não sei bem que instrumento toca, mas parece uma potência no mundo da música, acaba de divulgar sua lista dos "10 maiores álbuns de todos os tempos". Não é algo inédito. Todo ano, poderosas instituições como a Billboard, a Rolling Stone ou a Kentucky Fried Chicken elegem os seus "10 maiores álbuns de todos os tempos". Em comum entre as listas, o fato de só elegerem discos de 1966 para cá e de serem todos de rock e cantados em inglês. Deduz-se que, antes daquela data, não havia álbuns, nem outros gêneros de música nem outras línguas.

Ora bolas, o que me obriga a me submeter ao gosto da Apple? Numa democracia, por que eu não poderia, se quisesse, fazer as minhas próprias listas?

Boa ideia. Uma delas, que eu também chamaria de "Os 10 maiores álbuns de todos os tempos", constaria de: 1. "Getz/Gilberto" (João Gilberto e Stan Getz); 2. "Wave" (Tom Jobim); 3. "Amor de Gente Moça" (Sylvia Telles); 4. "Tamba Trio"; 5. "Nara" (Nara Leão); 6. "Elis & Tom"; 7. "Rapaz de Bem" (Johnny Alf); 8. "Baden Powell à Vontade"; 9. "O Compositor e o Cantor" (Marcos Valle); 10. "A Grande Bossa dos Cariocas" (Os Cariocas). Ou algo assim.

Antes que me acusem de ter feito uma lista só de álbuns de bossa nova, vou logo sugerindo outra, também intitulada "Os 10 maiores álbuns de todos os tempos", mas com discos de samba-canção: 1. "A Noite de Meu Bem" (Lucio Alves); 2. "Atendendo a Pedidos" (Dick Farney); 3. "Ninguém me Ama" (Nora Ney); 4. "Maysa Canta Sucessos"; 5. "Antologia do Samba-Canção" (Quarteto em Cy, vols. 1 e 2); 6. "Brasil Samba-Canção" (Doris Monteiro e Tito Madi); 7; "Os Grandes Sucessos de Jamelão"; 8. "Silvia" (Sylvia Telles); 9. Agostinho Canta Sucessos" (Agostinho dos Santos); 10. "Miltinho é Samba". Ou algo assado.

Agora é a sua vez. Não concorde com a Apple e muito menos comigo. Faça a sua própria lista e seja muito mais feliz.

Degeneração política

Muniz Sodré

Professor emérito da UFRJ, autor, entre outros, de "Pensar Nagô" e "Fascismo da Cor". Escreve aos domingos

Evento: seminário sobre a redemocratização brasileira em Washington, organizado no final dos anos 1980 pela Universidade de Maryland. Numa mesa, Darcy Ribeiro prometia entre jocosa e seriamente que, se o elegessem imperador, resolveria em três meses o problema econômico do Brasil. Maria da Conceição Tavares interrompe: "Não seja leviano, Darcy!" Ele então pergunta que êxito os economistas haviam obtido nos últimos 20 anos. Sempre autoafirmada como séria e honesta, ela responde: "Nenhum!" E contemporiza baixinho que Darcy levantava com verve o problema da decisão política.

Esse pequeno episódio, ambientado num debate entre pares de uma esquerda pensante, precedia o Plano Real, contra o qual, aliás, Maria da Conceição viria a assestar equivocadamente as suas baterias, já tendo antes apoiado o malfadado Plano Cruzado. Bom, economia não é nenhuma ciência exata. Mas do episódio ressoa até hoje a lição em uma frase, "a crise brasileira é política", agora repetida nos vídeos em homenagem póstuma a Maria da Conceição Tavares, extraordinária economista (luso) brasileira, mestra de gerações, uma das maiores intelectuais que já pontuaram a nossa vida pública. Sobre a modernização tecnológica excludente dos pobres, tinha sentença definitiva: "Cada onda de modernidade é uma paulada no lombo do povo!"

Maria perfilou a falange de Celso Furtado e de gente que não dissociava economia de desenvolvimento social, pressuposto vigente no pensamento progressista antes da financeirização, que trouxe consigo o neoliberalismo paulista. Esse pensamento arrefeceu, mas se manteve nos anos 1990, ainda que sob a hegemonia dos setores arcaicos das forças armadas e da agropecuária, assim como sob o olhar de banda da entidade que se agigantava com a alcunha de "mercado". Mantinha-se algo que sustentou a esperançosa social-democracia dos primeiros 15 anos deste século.

Mas há esperanças sem potência, por falta de âncora na realidade. O capital passa a orientar-se pelo imaterial, deixando de associar produção a desenvolvimento social, concentrando riquezas e abandonando a ideia de humanidade como ampliação do campo de manifestação da verdade. Desamparadas, as massas abriram-se às drogas nostálgicas, químicas e religiosas, insumos da direita radical. É a dopamina verborrágica contra o sentido da fala.

Incapaz de se contrapor, a esquerda institucional ficou surda à voz interna da política, que se expressa por militância. Maria da Conceição temia a degeneração política. Preferiu não se reeleger para o Congresso. Por quê? "Porque esse parlamento é uma merda!" Ela era sem meias palavras. Na rede, a imagem escatológica de um vereador em sessão da Câmara carioca concretiza a metáfora.

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias debates@grupofolha.com.br
Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo

Um Estado forte para uma democracia forte

Polarização trava urgentes reformas institucionais

Luiz Carlos Bresser-Pereira
Professor emérito da Fundação Getulio Vargas, ex-ministro da Fazenda (1987, governo Sarney), da Administração e da Reforma do Estado e da Ciência e Tecnologia (1995-1998 e 1999, governo FHC)

Para as sociedades capitalistas, o paradigma desejável e possível é o de um Estado forte, capaz, para uma democracia igualmente forte. A ideia de um Estado forte parece estar em contradição com uma democracia forte, mas não é isso o que mostra a realidade. A Suíça e a Finlândia são exemplos de países nos quais esse ideal está próximo de ser alcançado, mas esta afirmação requer definir o que é uma democracia forte e um Estado capaz.

O Estado é o sistema constitucional-legal e a organização que o garante, enquanto o Estado-nação é a sociedade político-territorial soberana formada por uma nação, um Estado e um território. Um Estado é capaz quando a Constituição e demais leis do país são cumpridas. Algo que não depende apenas do poder de polícia do Estado, mas também e principalmente da coesão da sociedade em torno do Estado. Em outras palavras, depende de toda a sociedade entender que a lei é necessária para a vida da sociedade, e de que cada cidadão considere seu dever denunciar aqueles que agem contra ela. Ao agir assim, ele não será um "dedo-duro", mas um cidadão que cumpre o seu dever. No plano econômico, é capaz o Estado que tem o poder efetivo de tributar—de aumentar impostos quando isto é necessário para assegurar o equilíbrio fiscal.

A nação é a forma de sociedade de cada Estado; ela compartilha uma origem, uma história e objetivos comuns, estes explícitos ou implícitos no sistema jurídico. Uma "boa" sociedade é aquela que é relativamente coesa. Nunca é plenamente coesa, porque há a luta de classes e um número infinito de conflitos entre os cidadãos, mas esta luta ou estes conflitos não são radicais, não implicam uma relação de vida ou morte —e, portanto, podem coexistir com uma nação ou uma sociedade civil (outro nome da sociedade de cada Estado) relativamente coesa.

A democracia forte, por sua vez, é a democracia consolidada. É a democracia existente em um país ou Estado-nação que completou sua revolução capitalista —já formou seu Estado-nação e realizou a sua revolução industrial. E, por isso, a nova classe dominante burguesa já não precisa do controle direto do Estado para se apropriar do excedente econômico (ela pode realizá-lo no mercado através do lucro); é o regime político no qual as novas e amplas classe média e classe trabalhadora que nasceram da revolução capitalista preferem a democracia. Na prática, uma democracia forte é aquela que soube resistir às pressões antidemocráticas do neoliberalismo e, depois, do seu bebê maligno —o nacional-populismo de direita.

Embora a democracia seja o melhor regime político para um país que completou sua revolução capitalista, essa mesma democracia enfraquecerá o Estado dos países que ainda não a realizaram. E poderá igualmente enfraquecer os Estados de países de renda média, que já realizaram sua revolução capitalista, como é o caso do Brasil, ao ser essa democracia caracterizada por uma polarização que a torna incapaz de fazer compromissos necessários para realizar as reformas institucionais. O império sabe disso, e usa a democracia para garantir a sua dominação sobre os países da periferia do capitalismo.

A prioridade dos países de renda média é, portanto, fortalecer o seu Estado, porque assim estarão fortalecendo sua democracia; é tornar sua nação mais coesa; é livrá-la do conflito entre os liberais que se submetem ao império e os que buscam soluções nacionais para os problemas. Não existe um caminho claro para alcançar maior coesão nacional. Porém, o simples fato de as elites sociais —não apenas as econômicas, mas também as políticas, intelectuais e organizacionais— saberem da necessidade dessa maior coesão já é um passo nessa direção.

O Brasil é um "Estado-nação-quase-estagnado" há 44 anos, cresce mais lentamente que os países ricos mesmo que as demais nações em desenvolvimento —não realiza, portanto, o esperado alcançamento ("catching up"). Precisa, portanto, dramaticamente fortalecer a sua nação e o seu Estado para deixar de ficar para trás —como tem ficado neste quase meio século.

Martin Kovensky

Ninguém aguenta mais ouvir a palavra 'eu'

O que inventamos e sonhamos também somos nós

Júlia Portes
Atriz, escritora e roteirista, é autora de "O Céu no Meio da Cara" (NAU Editora), pelo qual foi finalista do Prêmio Jabuti na categoria "Escritor(a) Estreante"

Como escritora, oficineira, pesquisadora e atriz, sou com frequência procurada pelas pessoas para ouvir sobre os seus desejos criativos. A reclamação que mais me chama a atenção é a dificuldade de ultrapassar a si mesmo na hora de inventar uma história. Como fazer nascer uma personagem em que o "eu" não esteja no centro da narrativa? No mesmo segundo em que escrevo isso tenho receio de que essa pergunta seja obsoleta num mundo em que o interesse maior é pela não ficção.

Saber se o que acontece na série, no filme ou no livro é baseado em fatos reais é um medidor do interesse do público. A obsessão pela pergunta "mas isso aconteceu mesmo?" revela o fetiche. O que é acontecer mesmo? A escritora Aglaja Veteranyi, quando confrontada pela indagação, respondia: "A imaginação também é autobiográfica". Essa frase nos lembra que o que sonhamos, escrevemos e inventamos também somos nós. É preciso quebrar a reta e fazer contato com estranhamento de sua infinidade. Como vamos criar personagens não humanos se não conseguirmos nem misturar a nossa vida com a da nossa vizinha para escrever uma ficção?

Acredito que o mesmo sistema que é viciado no "eu" também é viciado no conflito. Como diz a autora de ficção científica Ursula K. Le Guin, o conflito é um elemento poderoso da narrativa, mas não precisa ser o centro da mesma. Para uma narrativa poder expandir suas possibilidades de formato precisamos de mais perguntas do que de fórmulas. De mais pessoas do que de heróis.

O que pode ser perseguido na contação de uma história para além de um conflito? Não há desejo em negá-lo. Mas e se em vez da "profunda falta de entendimento entre duas partes" —como sugere o Google ao definir o termo—, eu estiver em busca de coletar? E se eu quiser brincar de quebra-cabeça em vez de cabo de guerra? Como em "O Manto da Noite", livro estonteante de Carola Saavedra em que a subjetividade em constante mutação conversa com as vozes da natureza, do inconsciente. E se a estrutura do sonho passar a nos interessar mais do que a jornada do herói? O sonho é espiralar, é côncavo, nada pontudo, dura entre alguns segundos e 40 minutos e nunca resolve, mas explode, embaralha e destranca. Escurece tudo que precisa.

Num processo de escrita, como fazemos para entrar em contato com esses pluricorpos? Como abrir mão da racionalidade causa e efeito? Como entrar no mundo do tudo pode acontecer?

Talvez esteja na hora de se deixar ser vista pelo relógio quebrado da cozinha, escrever a voz de uma árvore, de um rio, de uma enchente; todas as vozes muito antigas, mas que precisam ganhar altura. Ou permitir que na página 20 da sua autoficção você tenha um ataque cardíaco. E depois? O que vem depois? É preciso inventar as novas estruturas narrativas para depois rasgá-las e nunca abandonar, em nenhuma parte do processo, as perguntas. Como nasce uma personagem? Nasce de outra personagem? Nasce da história anterior? Nasce da história futura? Já estava aqui? Estava aqui toda, todinha, aí nasceu? Quem chega primeiro: a personagem, a autora ou a palavra? Só saberemos quando nossos corpos entrarem em erupção.

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br
Cartas para al. Barão de Limeira, 425, São Paulo, CEP 01202-900. A Folha se reserva o direito de publicar trechos das mensagens. Informe seu nome completo e endereço

PL Antiaborto por Estupro

"PL antiaborto deixa a lei brasileira tão dura quanto a de países como Afeganistão e Indonésia" (Saúde, 14/6). Qual o sentido de reabrir essa discussão no Brasil contemporâneo? Demonstrar a força de grupos reacionários, ignorantes e alucinados. Vamos acreditar que a racionalidade e a lucidez irão prevalecer.
Monica Damous Duailibe
(São Luís, MA)

*

Essa turma só quer salvar o feto, a criança que se dane.
Marina Gutierrez (Sertãozinho, SP)

*

No tocante às leis antiaborto de países como Afeganistão e Indonésia, vale aquela velha máxima segundo a qual até um relógio quebrado consegue acertar duas vezes por dia. Quanto ao Brasil, o fato é que —diferentemente das falácias propaladas pelos entusiastas do desmancho— são bastante permissivas as atuais normas sobre interrupção intencional da gravidez. Assim, é benfazeja a postura de quem luta no Congresso para restringir a ajuda a quem quer matar seres humanos no início de suas existências.
João Paulo Zizas
(São Bernardo do Campo, SP)

*

"Lula diz ser contra o aborto, porém classifica de 'insanidade' PL Antiaborto por Estupro" (Saúde, 15/6). Ninguém pode ser a favor do aborto. Mas aborto clandestino é um problema que existe e mata meninas. Portanto deve ser tratado como isso, uma questão de saúde pública.
Ricardo Pérez (Curitiba,PR)

Editorial

"É preciso barrar retrocessos" (Editorial, 14/6). Em tempos de tanto obscurantismo e barbárie, gostaria de parabenizar a **Folha** pelo editorial. Como assinante há muitos anos, fiquei orgulhoso do posicionamento do principal jornal do país contra tamanho retrocesso ideológico do PL 1.904/24.
Gustavo Meirelles (São Paulo, SP)

Adeus

"Dizer adeus pode doer, mas saber se despedir das coisas e pessoas nos faz mais fortes" (Folhinha, 14/6). Ótimo texto, muito bom para reflexão, pois estou passando por separação da minha companheira dos últimos 15 anos, tomamos a decisão, já que não estava fazendo do bem para mim e nem para ela, mas tivemos bons momentos, sinto saudades principalmente dos netos dela, que me tinham como avô.
Gerson Maia de Carvalho
(Vila Velha, ES)

Veneno

"Ração seca para pet é veneno" (Cotidiano, 14/6). A ração úmida é melhor que a ração seca para gatos? Sim, com certeza. Comida caseira é melhor? Nem sempre, a não ser que seja bem balanceada. Mas quem tem tempo para cozinhar para os pets hoje em dia? Mal conseguimos cozinhar para nós mesmos.
Virgínia Oliveira (Sorocaba, SP)

Aflições

"A fraqueza que não temos" (Tati Bernardi, 13/6). Tati Bernardi não é feita só de palavras. Ela passa parte de suas dores aos leitores. Com isso, talvez alivie as dores dos semelhantes. Acredito que não seja ficção, que ela sofra mesmo as aflições do mundo, como todos nós.
Jaime Pereira da Silva (São Paulo, SP)

ASSUNTO VOCÊ JÁ VIVEU UM GRANDE AMOR, LEITOR?

Sim, e foi um amor com todo amor que existe no amor. Nietzsche dizia que ninguém ama ninguém, que amamos o bem-estar que a outra pessoa nos proporciona e, embora eu concorde, sinto que o que existiu entre nós foi genuíno e eterno apesar de ter um final após nove anos.
André Inácio de Lima
(São José dos Campos, SP)

*

Conheci meu noivo numa parada de ônibus, enquanto esperava o circular que nos levaria até nosso trabalho. Ele, professor de idiomas, e eu, assistente administrativo de um banco. Nunca esperei encontrar alguém tão especial simplesmente esperando pelo transporte público.
José Lucas Rodrigues Neto
(Crato, CE)

*

Eu me apaixonei na hora errada, mas não pude evitar. Tinha saído de um casamento turbulento e não queria nada com ninguém. Quando conheci o Rodrigo foi estranho, nunca tinha me sentido à vontade com ninguém como com ele. A princípio ignorei e voltei com o ex. Mas, mesmo tão breve, nosso encontro não saía da minha cabeça. Parecia que tínhamos vivido uma vida juntos. Tive uma sorte imensa. Ateia e completamente cética, fui obrigada a acreditar que há mágica nesse mundo.
Sabrina de Souza Menezes
(Vitória, ES)

*

"Eu e minha esposa fomos criados juntos e começamos a namorar quando eu tinha nove anos e ela, oito. Depois dos 14 fomos morar juntos, e moramos juntos por 14 anos. Nos casamos e ficamos juntos mais 15. Depois nos divorciamos e ficamos cinco anos separados. E, agora, estamos juntos de novo já vai fazer dois anos. Isso é amor ou não é?
Arlan Vieira dos Santos (Vitória, ES)

*

Estou até hoje com meu grande amor!
Leonardo vilar da Rocha
(Branquinha, AL)

Sim, vivi e vivo um grande amor. Há mais ou menos 30 anos estamos vivendo esse amor e companheirismo. Fomos feitos um para o outro e somos eternos namorados. Temos uma experiência grandiosa e duradoura.
Regina Coman Machado
(Cachoeiro de Itapemirim, ES)

*

Conheci o meu grande amor há três anos, mas não ficamos juntos. Depois de dois anos ele reapareceu e hoje estamos juntos há um ano e temos uma filha de um mês. Estamos apaixonados como se não tivéssemos nos conhecido antes.
Sara de Oliveira Franca
(Rio do Meio, BA)

*

Estávamos na rodoviária de Paris no dia 25 de dezembro, esperando o ônibus para Barcelona —uma viagem de 14 horas que esperava fazer dormindo. Quando o ônibus chegou, soltei um palavrão. Uma menina me perguntou se era brasileiro. "Um pouco, e você?" Ela riu da minha piada sem graça . No ônibus, se sentou ao meu lado. Conversamos por 10 horas e nos beijamos. Passamos a noite juntos e me apaixonei. Namoramos por dois anos, mas a distância entre nossas cidades dificultou manter a relação. Ainda assim, quando penso em uma história de amor, penso nela.
Igor Vieira (Salvador, BA)

*

Vivo um grande amor. Por pura sorte, por sofisticação do 'timing'. Meu amor reside nas miudezas cotidianas. Estão tatuados os movimentos dos lábios, sua caça pelo meu abraço à noite, a forma como ele segura a caneta na mão esquerda, os traços do rosto delicioso. Sorrio mesmo ciente de que a sorte é inexorável à minha vontade, e que tentar controlar o timing é absurdo: minhas tatuagens, que ele consegue desenhar tão displicentemente, são eternamente minhas.
Marina Boncompagne
(Ouro Preto, MG)

política

PAINEL

Fábio Zanini
painel@grupofolha.com.br

Sem perder a ternura

Um programa de formação de agentes populares do SUS, do Ministério da Saúde, aprovou a inscrição de movimentos sociais alinhados ao governo Lula (PT), como MST e MTST, além de grupos que se autodenominam anti-imperialistas e revolucionários. A lista também inclui o Levante Popular da Juventude, responsável por "escrachos" contra autoridades como Michel Temer (MDB) e Cármen Lúcia, do STF. As entidades são parceiras do governo e indicam professores e alunos dos cursos.

A LUTA CONTINUA Na última segunda-feira (10), a Fundação Oswaldo Cruz, que gere o programa, divulgou lista de 22 movimentos nacionais e 93 regionais que se inscreveram para participar. Vários não têm relação com a área da saúde, como as Brigadas Populares, que se definem como "militante, popular e de massas, socialista, classista, feminista, antirracista, anti-imperialista, anti-punitivista e nacionalista-revolucionária".

BUTIM Serão 400 turmas, cada uma com 2 professores e 20 alunos indicados pelos movimentos. Professores receberão R$ 2.500 pelos seis meses do curso, enquanto os alunos terão direito a ajuda de custo de R$ 480. Já os movimentos receberão R$ 6.000 por turma que coordenarem. O orçamento total é de R$ 23,7 milhões.

OUTRO LADO O Ministério da Saúde diz que não houve escolha a partir de questões políticas. "Os movimentos sociais populares estão sendo selecionados exclusivamente pelos critérios estabelecidos no edital". A pasta acrescenta que haverá fiscalização. "Cabe ao Ministério da Saúde garantir que os movimentos sociais selecionados cumpram os objetivos e exigências estabelecidos no edital, o que inclui a apresentação de documentos e relatórios acadêmicos e administrativos, de acordo com a periodicidade acordada".

MÃO INVISÍVEL Em entrevista ao podcast Diálogos com a Inteligência, lançado neste domingo (16), o ex-presidente da Petrobras Roberto Castello Branco criticou o "populismo" na gestão de estatais. "Quando se interfere em uma empresa em que o Estado é o controlador e com direcionamentos que causarão prejuízos, o objetivo é redistribuir renda, não gerar renda, nem crescimento econômico", disse ao podcast, produzido pela Insight e pelo Canal Meio.

LUPA 1 O subprocurador-geral Lucas Furtado, do Ministério Público junto ao TCU, protocolou representação para que a corte avalie o sistema de proteção dos militares e o impacto nas contas públicas de pensões das filhas de membros das Forças Armadas. Ele cita possível falta de isonomia com direitos civis e descompasso com a necessidade de equilíbrio fiscal no Brasil.

LUPA 2 O pedido foi feito após o TCU ter aprovado com ressalvas as contas do presidente Lula do ano passado. O subprocurador-geral cita manifestação do ministro Walton Rodrigues sobre Previdência, com destaque para o sistema de proteção dos militares, sua pequena capacidade de cobertura e "monumental déficit per capita".

ESTRATÉGIA O deputado federal Jilmar Tatto (PT-SP) diz que parte da bancada do partido defende estratégia de contenção de danos contra o PL Antiaborto por Estupro, que equipara a interrupção da gravidez após 22 semanas a homicídio. Para isso, deve evitar confronto com o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

REALISMO Secretário nacional de Comunicação da sigla, Tatto afirma que a ideia é trabalhar com a prioridade de que o projeto não seja pautado para votação. "Se ele [Lira] pautar, a gente perde. Se pagarmos para ver, a oposição tem mais votos", afirma.

CORDÃO O ex-jogador de futebol Raí e o músico Chico Buarque participaram neste sábado (15) de protesto em Paris contra o avanço da ultradireita. "Viva a frente popular, contra os fascistas", escreveu Raí. Os atos na França reuniram milhares de pessoas uma semana após a vitória do partido Reunião Nacional, da ultradireitista Marine Le Pen, nas eleições para o Parlamento Europeu.

Três Poderes

VENCEDOR DA SEMANA
O presidente do BC, **Roberto Campos Neto**, homenageado em SP e paparicado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos), que pode nomeá-lo ministro da Fazenda futuramente.

PERDEDOR DA SEMANA
Lula, que viveu uma das piores semanas de seu governo, com devolução de MP, indiciamento de ministro, fracasso do leilão de arroz e avanço da agenda conservadora no Congresso.

FIQUE DE OLHO
Governo tenta juntar os cacos da **articulação política** para salvar agenda econômica e evitar derrotas em temas como aborto.

Com Guilherme Seto e Danielle Brant

GRUPO FOLHA
FOLHA DE S.PAULO ★★★
UM JORNAL EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Redação São Paulo
Al. Barão de Limeira, 425 | Campos Elíseos | 01202-900 | (11) 3224-3222
Ombudsman ombudsman@grupofolha.com.br | 0800-015-9000
Atendimento ao assinante (11) 3224-3090 | 0800-775-8080
Assine a Folha assine.folha.com.br | 0800-015-8000

EDIÇÃO DIGITAL	**Digital Ilimitado**		**Digital Premium**
PLANO MENSAL	R$ 29,90		R$ 44,90

EDIÇÃO IMPRESSA	**Venda avulsa**		**Assinatura semestral***
	seg. a sáb.	**dom.**	**Todos os dias**
MG, PR, RJ, SP	R$ 6,90	R$ 9,90	R$ 1.085,90
DF, SC	R$ 8	R$ 11	R$ 1.374,90
ES, GO, MT, MS, RS	R$ 8,50	R$ 12	R$ 1.729,90
AL, BA, PE, SE, TO	R$ 13	R$ 15,50	R$ 1.868,90
Outros estados	R$ 13,50	R$ 16,50	R$ 2.315,90

*À vista com entrega domiciliar diária. Carga tributária 3,65%

CIRCULAÇÃO FOLHA (verificado por PwC)
834.898 - Fechamento 2º Semestre de 2023
Assinantes Folha + Venda Avulsa Impressa. Veja os critérios em folha.com.br/circulacao-verificada/

Pauta bolsonarista avança no Congresso sob Lula mais do que sob Bolsonaro

Eleições para comandar Legislativo, reação ao STF e apoio do centrão impulsionam projetos de costumes, como regras sobre aborto e drogas

Ranier Bragon, Victoria Azevedo e Thaísa Oliveira

BRASÍLIA A chamada "pauta de costumes" do bolsonarismo, que engloba questões como aborto e drogas, vem avançando mais nesta primeira metade do governo Lula (PT) do que nos quatro anos de Jair Bolsonaro (PL).

Se de 2019 a 2022 temas como escola sem partido e o chamado Estatuto do Nascituro empacaram, agora o Congresso caminha a passos largos para criminalizar o consumo de drogas e, ao menos na Câmara, para equiparar as penas de homicídio ao aborto cometido após 22 semanas de gestação.

Um conjunto de fatores explica o paradoxo, que engloba ainda temas relativos à segurança pública e à questão agrária.

A composição do Congresso sob Bolsonaro e Lula é similar, com maioria de parlamentares de centro e centro-direita. Tanto esquerda quanto bolsonarismo controlam, cada um, cerca de um quarto das cadeiras de Câmara e Senado.

A diferença é que nas eleições de 2022 o contingente de parlamentares mais alinhados ao ex-presidente ganhou um impulso — cinco ex-ministros foram eleitos para o Senado e o PL emplacou quase 100 deputados, a maior bancada da Câmara em um quarto de século.

Uma espécie de pontapé inicial na guinada verificada no Congresso partiu do Senado.

Na reta final de sua gestão na presidência do STF (Supremo Tribunal Federal) e prestes a se aposentar, Rosa Weber desengavetou em 2023, em uma só tacada, julgamentos sobre a descriminalização do porte de drogas para uso pessoal, a descriminalização do aborto nas 12 primeiras semanas de gestação e o marco temporal das terras indígenas.

> **"**A gente tem o costume de olhar para todos os lados. São posições ideológicas muito diversas e temos que nos acostumar que, muitas vezes, a gente pode discordar, mas tem que respeitar
>
> **Arthur Lira (PP-AL)**
> presidente da Câmara dos Deputados

A atitude inflamou as poderosas bancadas ruralista, religiosa e da bala. Isso levou o Senado a deixar de ser a barreira a projetos do bolsonarismo, papel que cumpriu em boa parte da gestão de Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que chegou ao comando do Senado em fevereiro de 2021.

Ao contrário, a Casa partiu para a ofensiva. Em resposta direta ao Supremo, o Senado aprovou a limitação de decisões monocráticas de ministros da corte — que está agora na Câmara.

Continua na pág. A5

Protesto em São Paulo contra o projeto antiaborto por estupro Rafaela Araújo - 13.jun.24/Folhapress

Tramitação da pauta de costumes no Congresso sob governos Lula e Bolsonaro

PROPOSTAS DO LEGISLATIVO DURANTE GOVERNO LULA

PEC das Drogas A proposta criminalizaria a posse e o porte, independentemente da quantidade; foi aprovada em abril pelo Senado e chancelada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados

Agenda conservadora na Lei de Diretrizes Orçamentárias Texto impede o Executivo de incentivar e financiar atos como cirurgias em crianças para mudança de sexo e realização de abortos não previstos em lei; o Congresso Nacional aprovou as restrições em dezembro, Lula vetou, mas deputados e senadores derrubaram o veto

Projeto antiaborto Equipara a homicídio abortos realizados após 22 semanas de gestação; Câmara aprovou a tramitação em regime de urgência da proposta; ainda falta análise do mérito

Armas Propostas buscam estabelecer normas para aquisição de armas e munições por civis; em maio, o plenário da Câmara derrubou parte do decreto de Lula que deu um freio à flexibilização adotada na gestão Jair Bolsonaro (PL)

Castração química voluntária A medida prevê castração voluntária a condenados mais de uma vez por crimes sexuais; o projeto foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça do Senado e seguiu para a Câmara

Casamento gay e união poliafetiva Iniciativas visam proibir o casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e o registro de união formada por mais de dois conviventes; alguns projetos foram aprovados em 2023 na Comissão de Assistência Social da Câmara e, desde então, estão na Comissão de Direitos Humanos

PROPOSTAS DO LEGISLATIVO DURANTE GOVERNO BOLSONARO

Escola sem partido Tem como pressuposto a existência de uma ideologização à esquerda patrocinada por professores nas salas de aula; aliados tentaram aprovar a proposta em comissão especial na Câmara após a eleição de Bolsonaro, mas sem sucesso

Homeschooling Inclui na Lei de Diretrizes e Bases da Educação a opção pelo ensino domiciliar, que, atualmente, não é considerada uma modalidade educacional no Brasil; em maio de 2022, o plenário da Câmara aprovou o projeto por 264 a 144 votos, mas proposta está desde então na Comissão de Educação e Cultura do Senado e não tem registro de tramitação desde dezembro do ano passado

'Ideologia de gênero' A bancada religiosa e conservadores em geral usam a expressão, que não é reconhecida no mundo acadêmico, para barrar discussões sobre diversidade sexual e identidade de gênero; Bolsonaro prometeu em algumas ocasiões enviar ao Congresso projeto contra a "ideologia de gênero", mas isso nunca aconteceu

Estatuto do Nascituro Visa acabar com as permissões legais para realização do aborto, como gravidez resultante de estupro; Bolsonaristas fizeram ofensiva no final de 2022 para aprovar o projeto na Comissão da Mulher da Câmara, mas não tiveram sucesso

Proibição ao aborto Proposta incluiria na Constituição que a vida começa na concepção, com o objetivo de proibir o aborto mesmo nos casos hoje considerados legais; Comissão especial da Câmara aprovou no final de 2017 a medida, mas o projeto nunca foi votado no plenário da Casa apesar de o bolsonarismo defendê-lo

Bíblia Texto proíbe alterações de textos da Bíblia e assegura a sua pregação em todo o território. Bancada religiosa conseguiu aprovar o projeto na Câmara no final de 2022, mas está na Comissão de Direitos Humanos do Senado, parado desde dezembro do ano passado

Continuação da pág. A4

Também votou projeto que coloca na Constituição a criminalização de porte e posse de drogas e outro que retoma a posição dos ruralistas sobre o marco temporal indígena.

Além da reação ao STF, contribuiu para isso a já deflagrada campanha de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) para suceder Pacheco e voltar ao comando do Senado em 2025, tarefa que envolve a tentativa de não estimular um candidato bolsonarista competitivo.

A eleição de fevereiro tanto para o comando do Senado quanto para o comando da Câmara é um dos fatores que ajudam a explicar a mudança de posição do centrão, o grupo formado por PP, Republicanos e por parlamentares espalhados por outros partidos, como PL e União Brasil.

Assim como Pacheco e Alcolumbre no Senado, Arthur Lira (PP-AL), na Câmara, tenta reunir o maior apoio possível a um candidato a sua sucessão, cujo nome ainda não está definido. Em troca de apoio, sofre pressão das bancadas ruralista, religiosa e da bala.

Na semana que passou, o plenário da Câmara aprovou a tramitação em regime de urgência do projeto que iguala ao homicídio aborto feito após 22 semanas de gestação. Já a Comissão de Constituição e Justiça validou por 47 votos a 17 a PEC das Drogas aprovada pelo Senado.

Na avaliação de líderes da Casa, o movimento mostra a tentativa de Lira de reunir apoio dos parlamentares da oposição e da direita em torno de seu sucessor. Ao mesmo tempo, ele coloca o governo contra a parede, ao dar andamento a pautas que a esquerda e a base de Lula são contra.

O presidente da Câmara incluiu a urgência do projeto antiaborto na pauta do plenário atendendo a um pedido da bancada evangélica.

Na quarta (4), questionado por jornalistas sobre o avanço das pautas de costumes, disse: "Se você quiser que eu paute todas as pautas de costumes, vocês vão ver que são enormes. A gente tem o costume de olhar para todos os lados, todos os partidos, todos os representantes. São posições ideológicas muito diversas e nós temos que nos acostumar que, muitas vezes, a gente pode discordar, mas tem que respeitar o ponto de vista diferente".

Também avançou na Câmara matérias de um pacote "anti-MST" patrocinado pela FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) como resposta às invasões do MST em abril.

Em maio, os deputados aprovaram um projeto que determina que invasores de propriedades rurais serão impedidos de receber auxílios ou benefícios de programas do governo, como o Bolsa Família, assim como de tomar posse em cargos e funções públicas.

Na área de segurança pública, o maior avanço da agenda bolsonarista se deu com a aprovação do projeto que acaba com a saidinha dos presos, o que incluiu derrubada do veto de Lula a trecho dessa lei. Nesse mesmo dia a Câmara aprovou revogação de parte dos decretos de Lula que amenizaram a legislação pró-armas de Bolsonaro.

Congressistas também afirmam que Lula não tem agenda de fôlego no Congresso para a segurança pública, o que abre espaço para o avanço de propostas de aliados do ex-presidente. Além disso, parlamentares da oposição dizem que usam essas pautas de costumes como instrumento para desgastar a imagem do governo.

Nos quatro anos da gestão Bolsonaro, houve principalmente a partir de 2020 a entrega da sua articulação política ao centrão. Sob o comando de Lira, o grupo tinha uma posição de priorizar temas econômicos para impulsionar a reeleição do presidente.

Devido a isso, propostas como a escola sem partido e do Estatuto do Nascituro não saíram do lugar.

O ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) cumprimenta apoiadores em evento em Goiânia Ueslei Marcelino - 4.abr.24/Reuters

Bolsonaro aposta no TSE para 2026, mas há muitos entraves

Aliados e especialistas dizem acreditar que discurso visa manter militância acesa

Julia Chaib e Marianna Holanda

BRASÍLIA Jair Bolsonaro (PL) disse a pelo menos três pessoas que aposta em recursos no TSE (Tribunal Superior Eleitoral) para reaver o direito de se candidatar novamente à Presidência em 2026.

O discurso do ex-presidente, porém, é visto por alguns aliados e por especialistas em direito eleitoral mais como um aceno à militância, para mantê-la acesa, do que como uma esperança real.

As projeções feitas por Bolsonaro também esbarram em dificuldades jurídicas — sobretudo no STF (Supremo Tribunal Federal).

O cálculo que Bolsonaro externou a essas pessoas leva em conta o fato de que o TSE terá no ano eleitoral uma composição mais favorável a ele.

O ministro do STF Kassio Nunes Marques presidirá a corte, que terá também André Mendonça em sua composição. Ambos foram indicados por Bolsonaro para as vagas no Supremo.

A ministra Cármen Lúcia também deve ser substituída em agosto de 2026 por Dias Toffoli, magistrado visto com bons olhos por aliados do ex-mandatário.

Entre os bolsonaristas mais otimistas, há uma avaliação de que o apoio popular do ex-presidente imporá uma mudança de tom na política e no Judiciário, facilitando uma eventual reviravolta em sua situação.

Eles dizem acreditar que mesmo o STF ficará gradualmente mais acuado diante de pressão do Congresso e de parte da sociedade civil, que vêm ampliando críticas aos inquéritos sob relatoria de Alexandre de Moraes.

Outra projeção que circula no meio bolsonarista é a de que até 2026 o próprio PT e o presidente Lula (PT) concluirão que é melhor disputar uma eleição com ele do que com um candidato como o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Outro fator de mudança que pode influenciar o cenário político favoravelmente a Bolsonaro, segundo esses aliados, é uma vitória de Donald Trump nos Estados Unidos.

Existe essa possibilidade, mas ela é muito mais teórica do que fática, honestamente. Por mais que seja um ex-presidente, não vejo a Justiça Eleitoral disposta a esse comportamento

Renato Ribeiro
coordenador acadêmico da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político)

Ele pode reclamar para o papa, para o Trump, para quem quiser, não significa que vá conseguir. Imagino que esse tipo de discurso seja para manter o discurso de que está vivo

Alberto Rollo
advogado

Uma ala de interlocutores do ex-presidente menos otimista vê com ceticismo uma mudança de cenário político tão expressiva que garanta a ele reversão de sua inelegibilidade.

O ex-chefe do Executivo foi condenado pela Justiça Eleitoral em duas ações, ambas em 2023: a primeira pela reunião feita no Palácio da Alvorada com embaixadores para deslegitimar o sistema eleitoral. A segunda, sobre uso do 7 de setembro de 2022 para fazer campanha eleitoral. Pelas regras, sua condenação pela Lei da Ficha Limpa durará até 2030.

A defesa de Bolsonaro recorreu ao Supremo nos dois casos. Ela tem até 2026 para esgotar os recursos na corte. Seu advogado é Tarcísio Vieira, ex-ministro do TSE.

Especialistas em direito eleitoral consultados pela **Folha** traçaram alguns cenários possíveis que beneficiariam o presidente, mas afirmam ser baixa a probabilidade de qualquer um deles.

Um seria a anulação liminar, por algum ministro do STF, das decisões do TSE. Nesse caso, seria necessário o plenário referendar a decisão, o que hoje é visto como hipótese altamente improvável.

O recurso do caso dos embaixadores está com Luiz Fux. O segundo ainda não foi distribuído.

Outro cenário diz respeito ao STF julgar os recursos improcedentes e devolver os processos para o TSE, onde as sentenças são executadas.

Bolsonaro poderia, em tese, entrar com a chamada ação rescisória. Esse tipo de ação é rara e lista cenários em que o processo já transitado em julgado pode ser rescindido. Por exemplo, quando a decisão for proferida por "juiz impedido ou por juízo absolutamente incompetente".

"Existe essa possibilidade, mas ela é muito mais teórica do que fática, honestamente. Por mais que seja um ex-presidente, não vejo a Justiça Eleitoral disposta a esse comportamento, ainda que seja outra composição [do TSE]", disse Renato Ribeiro, coordenador acadêmico da Abradep (Academia Brasileira de Direito Eleitoral e Político).

O advogado Alberto Rollo diz acreditar que os caminhos jurídicos para Bolsonaro são mais uma resposta política do que jurídica em si.

"Ele pode reclamar para o papa, para o Trump, para quem quiser, não significa que vá conseguir. Imagino que esse tipo de discurso seja para manter o discurso de que está vivo, perante a militância, de que não aceitou sem reclamar, recorrer", afirmou.

Outro grande obstáculo para a projeção que Bolsonaro tem feito é o de que ele é investigado em inquéritos no STF que tratam dos casos da tentativa de golpe, da fraude em cartão de vacinação e das joias.

Se Bolsonaro for eventualmente condenado na esfera criminal nesses casos, ele perde os direitos políticos a partir do momento em que não couberem mais recursos, ou seja, quando a condenação tiver transitado em julgado, e enquanto ele cumprir a pena.

Assim, só cumprindo, revertendo ou anulando a pena criminal ele poderia ver recuperados seus direitos políticos novamente.

Bolsonaro e seus aliados ainda apostam em mobilizações populares para impulsionar uma mudança de cenário no judiciário a seu favor.

Outra opção apontada seria uma reversão via Congresso, cenário que por ora também enfrenta grande dificuldade.

Hoje já há no Senado essa proposta, de autoria do senador Ciro Nogueira (PP-PI), ex-ministro da Casa Civil de Bolsonaro. Aliados dizem que, na Casa, eles têm apoio, mas a dificuldade é colocar para votação —o presidente Rodrigo Pacheco (PSD-MG) é aliado de Lula.

Na Câmara, está em análise na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) um projeto para anistiar presos de 8 de janeiro. A proposta é relatada pelo bolsonarista Rodrigo Valadares (União Brasil-SE).

A depender das negociações, a anistia do ex-presidente poderia entrar no projeto, em algum momento.

Diante do cerco do Judiciário, Bolsonaro tem focado uma agenda de campanha para mobilizar apoiadores e demonstrar força política.

Na sexta-feira (14), por exemplo, participou da Festa do Peão em Americana (SP). Nos dias seguintes, passará por cinco cidades em Goiás até o fim do mês.

O ex-presidente também já fez duas grandes manifestações a seu favor: uma na avenida Paulista, em São Paulo, e outra na avenida Atlântica, no Rio de Janeiro.

Como a **Folha** mostrou, ele quer replicar esses atos pelo país. A ideia é fazer um por região até o fim do ano.

Entenda os processos que tornaram Bolsonaro inelegível

Mentira sobre as urnas
Em reunião com embaixadores no Palácio da Alvorada, o ex-presidente mentiu sobre o processo eleitoral brasileiro pondo em questão a segurança e a lisura das urnas eletrônicas; ele foi considerado inelegível por oito anos pelo TSE por abuso de poder político e uso indevido dos meios de comunicação

Sete de Setembro
Em outra ação na mesma campanha, Bolsonaro e Walter Braga Netto (PL), vice na chapa à reeleição, foram considerados inelegíveis por cometerem abuso de poder ao promover campanha eleitoral usando dinheiro público nas comemorações do bicentenário da Independência; magistrados entenderam ter havido uso político do evento

Período de inelegibilidade
Mesmo declarado inelegível nessas ações, Bolsonaro ainda poderia concorrer às eleições de 2030; realizado no primeiro domingo de outubro, o primeiro turno das eleições 2030 deve acontecer no dia 6, quatro dias após Bolsonaro voltar a ser considerado ficha limpa

O que diz a lei Segundo a Lei da Ficha Limpa, a condenação por órgão colegiado em certos tipos de crime impede o sentenciado de figurar nas urnas eletrônicas por oito anos

Presidente do Solidariedade se entrega após 3 dias

BRASÍLIA A defesa de Eurípedes Gomes Junior, presidente do partido Solidariedade, informou neste sábado (15) que ele se entregou à Polícia Federal em Brasília.

Eurípedes foi alvo de mandado de prisão em investigação sobre o desvio de R$ 36 milhões dos fundos partidário e eleitoral do Pros, legenda incorporada pelo Solidariedade, nas eleições de 2022.

Em nota, os advogados afirmaram que o político se licenciou das funções de dirigente partidário.

Disseram ainda que ele demonstrará "não só a insubsistência dos motivos que propiciaram a sua prisão preventiva, mas ainda a sua total inocência em face dos fatos que estão sendo apurados nos autos do inquérito policial em que foi determinada a sua prisão preventiva". Ele é defendido pelo ex-ministro da Justiça José Eduardo Cardozo e por Fabio Tofic Simantob.

A ação da PF, batizada de Fundo do Poço, prendeu seis pessoas na quarta-feira (12), apreendeu cerca de R$ 26 mil em espécie e um helicóptero comprado pelo partido com verba pública.

Foram expedidos sete mandados de prisão, 45 de busca e apreensão e outros de bloqueio e indisponibilidade de bens pela Justiça Eleitoral no Distrito Federal.

A PF chegou a anunciar que incluiu o nome do político na difusão vermelha da Interpol, a lista que reúne foragidos da Justiça em diversos países.

Eurípedes Junior, 49, foi vereador em Planaltina (GO) e presidente da Câmara Municipal antes de fundar o Pros. Em 2014, ele se candidatou a deputado federal pela legenda que fundou, mas não se elegeu. Em 2018, se candidatou a suplente de senador e também não teve sucesso.

A mãe dele, conhecida como Dona Cida, foi prefeita em Planaltina.

O Solidariedade informou neste sábado, em nota, que Eurípedes solicitou licença da presidência da agremiação por prazo indeterminado.

"Essa solicitação é compatível com o estatuto partidário", disse, acrescentando que a secretaria-geral do Solidariedade tomaria todas as providências para sua concretização, "tendo em vista a regular continuidade do exercício da direção partidária".

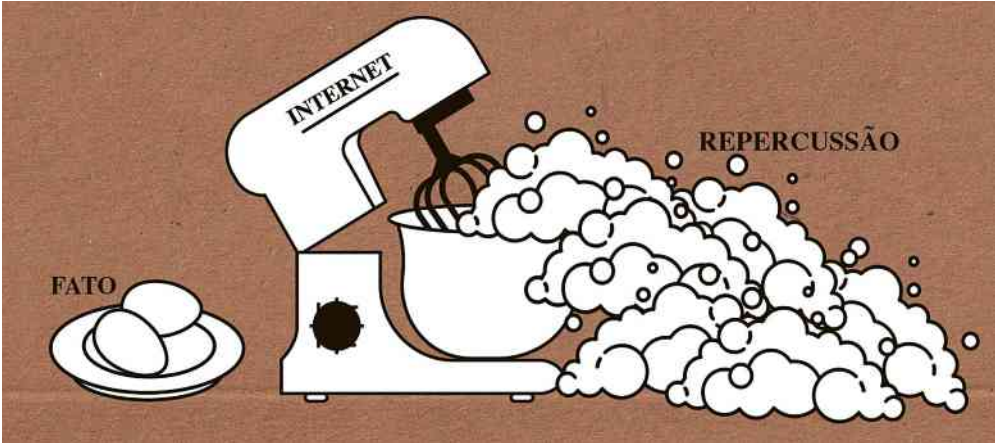
Quem assume no lugar dele é o deputado federal Paulinho da Força (SP), que foi fundador da legenda e ocupava a vice-presidência.

INÊS 249

OMBUDSMAN

folha.com/ombudsman
ombudsman@grupofolha.com.br

Ombudsman tem mandato de um ano, com possibilidade de renovação, para criticar o jornal, ouvir os leitores e comentar, aos domingos, o noticiário da mídia. Tel.: 0800-015-9000; fax:(11) 3224-3895

Carvall

Notícia falsa, apuração real

Sensacionalismo distorce reportagem para ligar indígenas a 'vício em pornô'

Alexandra Moraes

No último dia 2, o New York Times colocou no ar uma reportagem sobre o impacto da chegada da internet de alta velocidade à vida dos marubos, na Terra Indígena Vale do Javari. A conexão é feita pelo serviço de satélite da Starlink, empresa de Elon Musk que oferece acesso em áreas as mais remotas.

O título original do texto assinado por Jack Nicas, que comanda o escritório brasileiro do New York Times, era "The Internet's Final Frontier: Remote Amazon Tribes" (a última fronteira da internet: tribos isoladas da amazônia), e Elon Musk abria o subtítulo: "Elon Musk's Starlink has connected an isolated tribe to the outside world —and divided it from within" (a Starlink, de Elon Musk, conectou uma tribo isolada ao mundo exterior –e a dividiu por dentro).

Jornais brasileiros pagam para republicar o conteúdo do New York Times. Dessa forma, a história foi parar na **Folha**, *com o título "Starlink, de Elon Musk, leva internet a aldeia isolada na amazônia e a divide por dentro", e no Estado de S. Paulo, com "Musk leva internet e comunicação útil a indígenas da Amazônia, mas também pornografia e violência".*

O nome do dono da Tesla e da Starlink, com seu potencial polarizador e viralizante, costuma ser bom chamariz.

Pouco mais de uma semana depois, o New York Times colocou no ar um segundo texto sobre o assunto, também republicado pela **Folha**. *O título vinha incisivo: "Não, uma aldeia remota da Amazônia não se viciou em pornografia".*

Era a resposta a manchetes escandalosas que anunciavam o contrário, citando como fonte o próprio New York Times, apesar de o texto não mencionar vício em pornografia.

A menção ao conteúdo adulto surgia em dois pontos. Um era a ponderação do autor sobre os "mesmos desafios que têm afetado os lares americanos há anos" e, entre eles, "menores vendo pornografia".

O outro introduzia a opinião de Alfredo Marubo, líder da Organização das Comunidades do Marubo no Rio Ituí: "Ele está mais preocupado por causa da pornografia. Alfredo disse que jovens estavam compartilhando vídeos explícitos em chats em grupo."

Foi o suficiente para veículos sensacionalistas executarem uma receita de audiência fácil: pegar o texto de uma fonte bem reputada e citá-la (credibilidade) para focar num aspecto popular ("pornô") e distorcê-lo ("vício").

O enunciado que associava erroneamente os marubos ao vício se espalhou. Estava no tabloide New York Post, no site de fofocas americano TMZ, no Instagram em espanhol da estatal russa RT, entre outros. No Brasil, estampou sites e perfis que vivem de "chupinhar".

Duas entidades marubo ouvidas pelo New York Times na reportagem ficaram em lados opostos em relação à responsabilidade do jornal na emergência das notícias falsas.

Enoque Marubo, líder da Associação Kapy da Etnia Marubo Tamawavo do Rio Ituí, que recebera o NYT em sua comunidade, disse em vídeo que, "infelizmente, a reportagem destacou mais os pontos negativos, o que resultou na disseminação de uma visão distorcida".

Já Alfredo Marubo, que expressara sua preocupação com o conteúdo explícito, emitiu nota em que afirmava que a reportagem "nunca disse que estamos viciados em pornografia" e atacava "sites de 'notícias' e fofocas brasileiros". Para ele, havia "claro intuito de constranger nossa imagem coletiva perante a sociedade".

Também ouvido pelo New York Times, o advogado Eliesio Marubo diz que "quem leu a matéria (original) compreendeu o ponto do jornalista."

Segundo a nota assinada por Enoque, porém, a ênfase em pontos negativos teria prejudicado "a honra de várias pessoas engajadas no processo de conectividade da Amazônia, como da jornalista e antropóloga Flora Dutra e da filantropa Allyson Reneau". No dia da publicação da reportagem, Allyson e Enoque haviam registrado no Instagram o orgulho de o projeto ter ganhado destaque no New York Times.

Já Flora relata que, além de acusações de ter prejudicado os indígenas, chegou a receber ameaças de morte. "Ele [o repórter] destacou só os pontos negativos", afirma. Para Flora, sem essa ênfase não haveria títulos sensacionalistas. "É muita irresponsabilidade", diz.

"Estamos falando de salvar vidas, de grávidas de oito meses e idosos que precisavam andar dias para ter atendimento", afirma Flora, sobre os benefícios da conexão.

No seu X, ex-Twitter, Musk atacou o jornal "por ter dito isso sobre a tribo". O "isso" era outro post que ligava ao NYT a história do vício em pornô.

A ombudsman o New York Times manifestou "total apoio à reportagem". "Quem fizer uma leitura justa verá que [o texto] mostra uma apuração sensível e matizada dos benefícios e das complicações da adoção da nova tecnologia em uma aldeia indígena que preservou sua cultura e é orgulhosa de sua história", declarou a diretora de comunicação externa do jornal, Nicole Taylor.

À espera de novas antenas intermediadas por Flora, o presidente da associação yanomami Urihi, Junior Yanomami, se disse preocupado com a repercussão. "A internet é nosso olho para vigiar as terras indígenas", afirma. Sobre eventuais problemas com o uso da tecnologia, diz Junior, "isso faz parte da vida".

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL) Zeca Ribeiro - 5.set.23/Divulgação Câmara dos Deputados

Projeto contra delação ignora dispositivo da lei, dizem especialistas

Pacote anticrime, de 2019, já prevê regra para proteger presos; Câmara decidiu acelerar tramitação do texto

Ana Gabriela Oliveira Lima

SÃO PAULO O projeto de lei discutido na Câmara dos Deputados para proibir a delação de presos ignora dispositivo presente na legislação em vigor e entendimento consolidado do STF (Supremo Tribunal Federal) sobre o tema, apontam especialistas.

Pautada pelo presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), a proposta fala em "instrumentalização" da "privação cautelar da liberdade" ao questionar a voluntariedade de pessoas presas na hora de aceitar a participação em delações premiadas.

"A privação de liberdade, por si só, constitui circunstância apta a provocar uma redução do grau de autonomia no que concerne à livre manifestação da vontade por parte das pessoas custodiadas", diz trecho da justificativa do projeto.

O tema, entretanto, já foi abordado no pacote anticrime (lei 13.964/2019), posterior ao projeto sobre delação apresentado em 2016 e resgatado agora pela Câmara. A lei em vigor há cinco anos enfatiza que a observância da voluntariedade deve ser dada "especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares".

Na quarta (12), um requerimento de urgência da proposta foi aprovado pelo plenário da Câmara. A urgência acelera a tramitação de uma matéria, já que ela não precisa ser analisada nas comissões temáticas da Casa e segue direto ao plenário. Os deputados ainda precisarão votar o mérito.

Em sua fundamentação, o projeto traz considerações sobre as prisões brasileiras, chamadas de "estruturas sucateadas e superlotadas", e cita histórico como o da Operação Lava Jato, marcada pela "adoção de ilegítimas estratégias processuais com a finalidade de forçar o investigado a, vendo-se fragilizado, se pôr a colaborar com as apurações".

A colaboração premiada é um acordo entre investigador e investigado, no qual o segundo se compromete a ajudar na investigação em troca de benefícios negociados, como a diminuição de pena.

Especialistas ouvidos pela **Folha** avaliam que o projeto ignora mudanças legislativas que regulamentaram o instituto da delação premiada, notadamente o pacote anticrime, e afirmam que o texto remete a um contexto anterior a alterações ocorridas desde que os acordos da Lava Jato passaram a ser questionados.

Além disso, afirmam que a questão já está pacificada pelo Supremo. "O PL [projeto de lei] vai de encontro à nova previsão legislativa sobre a colaboração premiada. O ponto que mais me chamou a atenção foi o fato de não terem sido mencionadas as alterações provocadas pelo pacote anticrime", afirma Luísa Walter da Rosa, advogada criminalista e mestre em direito pela UFPR (Universidade Federal do Paraná).

Segundo ela, o debate sobre a voluntariedade de presos em casos de delação já foi feito e o momento é de focar em novas reflexões que podem continuar a aperfeiçoar o instituto. Como exemplo, cita a necessidade de discutir os efeitos da rescisão dos acordos e a extensão dos benefícios entregues aos delatores.

A aprovação do projeto, afirma, seria cenário negativo para o combate ao crime organizado, intimamente ligado ao instituto das delações. "Além disso, o projeto viola ainda mais os direitos de quem está encarcerado, porque propõe limitar o direito de defesa de quem está preso de se valer de um benefício processual."

Ricardo Yamin, professor de processo civil da PUC-SP, afirma que o texto desconsidera as mudanças ocorridas no país desde a época da Lava Jato e que o STF já pacificou a questão. "O tribunal decidiu mais de uma vez que o importante no caso de o réu delatar é a liberdade psíquica, não a física."

Apesar disso, diz ser pessoalmente contra a delação de presos e que o debate da questão no Parlamento, desde que despolitizado, é importante.

"O dispositivo [presente no pacote anticrime] já é o suficiente do ponto de vista jurídico para resolver quaisquer questões. Se amanhã ou depois o advogado de quem quer que seja junta aos autos elementos demonstrando qualquer violação a essa suposta voluntariedade, poderia haver a nulidade", afirma Jordan Tomazelli, mestre em direito processual pela Ufes (Universidade Federal do Espírito Santo).

O que se pode fazer para continuar a aprimorar a lei é especificar de forma mais objetiva que elementos devem ser trazidos aos autos para aferir a voluntariedade do delator preso, diz.

Para Tomazelli, a aprovação do projeto criaria novos problemas, pois tolhe o direito de acessar o instituto.

Gustavo Sampaio, professor de direito constitucional da UFF (Universidade Federal Fluminense), afirma que a colaboração de presos é válida desde que a prisão ocorra de maneira regular. Ele afirma ser favorável à colaboração premiada com investigado preso quando a prisão preventiva tenha ocorrido com base nos fundamentos do artigo 312 do Código de Processo Penal.

Segundo o artigo, a prisão preventiva pode ser decretada como "garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria e de perigo gerado pelo estado de liberdade do imputado".

Na segunda (10), o presidente do STF, Luís Roberto Barroso, disse que as delações têm funcionado, "com as adequações que o Supremo impôs, como uma ferramenta positiva".

Entenda o que é a delação premiada e a mudança discutida

O que é delação
A delação premiada, sancionada em 2013 na Lei das Organizações Criminosas, é um meio de obtenção de provas. O juiz pode, em troca de informações úteis para o processo, conceder uma série de benefícios aos delatores, como redução do tempo de prisão, substituição da pena ou mesmo o perdão judicial

Requisitos
Para isso, diz a lei, é preciso que a delação se traduza em resultados, como a identificação de outros envolvidos na organização criminosa, a revelação de sua estrutura hierárquica ou a prevenção de outros crimes

Alterações na lei
As delações premiadas foram modificadas pelo pacote anticrime sancionado em 2019, recebendo uma série de regras para homologação do instrumento, entre elas, a "voluntariedade da manifestação de vontade, especialmente nos casos em que o colaborador está ou esteve sob efeito de medidas cautelares"

Projeto na Câmara
O projeto de autoria de Luciano Amaral (PV-AL), aliado do presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), altera o dispositivo das delações premiadas para acrescentar que o caráter voluntário da delação está ausente caso o interessado em colaborar com as autoridades esteja preso; também estabelece que a pessoa delatada poderá contestar a validade da colaboração. O texto teve sua urgência aprovada na Câmara — o que acelera a sua tramitação

INÊS 249

INÊS 249

Malafaia e o aborto

Deixem mulheres fora de tramas para eleger presidentes da Câmara e Senado

Celso Rocha de Barros

Servidor federal, é doutor em sociologia pela Universidade de Oxford (Inglaterra) e autor de "PT, uma História"

Silas Malafaia é um profissional da sinalização de virtude com o sofrimento alheio. Ficou milionário entregando a seus seguidores certificados de bom comportamento cristão para quem exigir de pequenos grupos excluídos uma aderência à interpretação literal da Bíblia que ninguém, repito, ninguém no cristianismo moderno exige de si mesmo.

Sim, Levítico 18:22 e 20:13 proíbe a homossexualidade, mas também proíbe a cobrança de juros (25:37). O ex-banqueiro Paulo Guedes certamente já violou as disposições do Levítico mais vezes que o mais produtivo dos atores pornôs gays.

Nós, como sociedade, aprendemos que o mercado de crédito é um aliado do crescimento econômico, e aprendemos a respeitar os LGBTs. Nos dois casos, progredimos, e não acho que violamos a essência do evangelho.

O que já era errado na perseguição aos LGBTs cruzou a linha da indecência com o projeto de lei apresentado por Sóstenes Cavalcante, o homem de Malafaia no Congresso, que equipara ao homicídio o aborto realizado após 22 semanas de gestação, veja bem, para as situações em que a lei já permite o aborto, como nos casos de estupro.

Interrupções nessa fase da gestação são raras. A maioria das mulheres adultas sabe quando foi estuprada, sabe ir à polícia ou ao posto médico muito antes desse prazo. Mas crianças nem sempre entendem que foram estupradas. Podem não entender as mudanças fisiológicas da gravidez, podem ter vergonha de contar a seus pais.

Com isso o tempo vai passando. O risco de a criança, após ter sido estuprada na infância, ficar na cadeia sua juventude inteira por decisão de Silas Malafaia vai crescendo. É fácil para um médico ou juiz bolsonarista adiar a autorização para a interrupção da gravidez até o limite de 22 semanas, jogando a criança cada vez mais perto de uma juventude de cadeia que se seguiria a uma infância de abuso.

O plano é este: estabelecer a marca de 22 semanas e começar uma guerra, nos tribunais, nos órgãos públicos, nos conselhos de medicina, para adiar o aborto de todas as mulheres estupradas até depois desse prazo.

Deus sabe quando começa a vida humana. Nem eu nem Malafaia sabemos. Os cientistas não colocam essas questões da mesma forma que os religiosos, e a vedação bíblica é menos clara do que se pensa: em geral, quem defende que a vida começa na concepção precisa se apegar a versículos muito fáceis de interpretar de outra forma.

Veja como a questão é difícil: pelos critérios do deputado Sóstenes, se você fosse forçado a escolher entre atirar em um bebê recém-nascido ou em dois fetos de cinco meses, deveria atirar no recém-nascido. Você tem certeza de que isso seria certo?

Se não tem, pare de usar esse problema dificílimo para fazer pose de cristão convicto. Há muitos problemas éticos para os quais não sabemos a solução definitiva. Nesses casos, o Estado deve, como nas democracias modernas, estabelecer alguns critérios e prazos, deixando que, dentro desses limites, cada cidadã decida segundo sua consciência.

E, por favor, deixem as mulheres estupradas fora de suas maquinações para eleger presidentes da Câmara e do Senado, ou para chantagear governos de esquerda em troca de liberação de emendas.

| DOM. Elio Gaspari, Celso Rocha de Barros | SEG. **Deborah Bizarria**, Camila Rocha | TER. Joel Pinheiro da Fonseca | QUA. Elio Gaspari | QUI. Conrado H. Mendes | SEX. Marcos Augusto Gonçalves | SÁB. Demétrio Magnoli

Tarcísio de Freitas, Jair Bolsonaro, Ricardo Nunes e o coronel Mello Araújo na capital paulista Rafaela Araújo - 14.jun.2024/Folhapress

Ex-Rota na vice de Nunes terá artilharia de Boulos e Tabata

Indicado de Bolsonaro põe radicalismo e bandeira anticorrupção como munições

Ana Luiza Albuquerque e Artur Rodrigues

SÃO PAULO Com a provável confirmação do ex-coronel da Rota Ricardo Mello Araújo (PL) para a sua vice, o prefeito Ricardo Nunes (MDB) terá que enfrentar a artilharia das campanhas de Guilherme Boulos (PSOL) e Tabata Amaral (PSB), que devem explorar a escolha como sinal de radicalidade do emedebista, com o objetivo de afastá-lo do eleitor de centro.

Mello Araújo foi indicado para o posto pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e endossado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Já a pré-campanha de Nunes, que vinha resistindo ao nome do ex-coronel exatamente por temer os efeitos da associação com o bolsonarismo entre os eleitores moderados, deve usar a experiência de Mello Araújo na Ceagesp como um exemplo de sucesso no combate à corrupção.

Na sexta-feira (14), Nunes, Bolsonaro, Tarcísio e Mello Araújo se reuniram na sede da prefeitura para discutir a indicação. Ao fim do encontro, o prefeito disse que há "argumentos fortes" a favor do ex-coronel, mas que seu nome deve ainda ser discutido com os demais partidos nesta semana. Nos bastidores, o entorno da pré-campanha passou a reconhecer nos últimos dias que, com a pressão de Bolsonaro e Tarcísio, Mello Araújo se firmou como o favorito.

Como mostrou a **Folha**, a pressão para que Nunes escolha um vice bolsonarista e, assim, amarre o apoio do ex-presidente, cresceu depois que o coach Pablo Marçal (PRTB) entrou na disputa pela Prefeitura de São Paulo, ameaçando trazer para si o voto da direita conservadora e flertando com o apoio de Bolsonaro.

Aliados de Nunes queriam protelar a escolha, idealmente até o período das convenções partidárias, em julho. No início da semana passada, porém, Tarcísio cobrou agilidade na definição, e o entorno do prefeito entendeu que não seria possível esperar tanto tempo para dar uma resposta — o governador é visto como seu principal cabo eleitoral.

A pré-campanha do emedebista resistia ao nome do ex-coronel por entender que ele pode afastar os eleitores de centro. Eles avaliam que a radicalização seria prejudicial para o prefeito, considerando que o presidente Lula (PT) obteve 53% dos votos na capital paulista no segundo turno de 2022.

> As pesquisas mostram que a maior identificação ideológica na capital é com o centro. Acho que ela tem chance porque ela fica sozinha nessa fatia do centro
>
> **Orlando Faria**
> coordenador político da pré-campanha de Tabata Amaral (PSB)

Coordenador político da pré-campanha de Tabata Amaral (PSB), Orlando Faria diz que a chegada de Mello Araújo à chapa, se sacramentada, amarra Nunes a Bolsonaro e ameaça os votos do prefeito entre os eleitores de centro. O entorno da deputada está otimista de que, com isso, ela possa crescer entre os moderados.

"As pesquisas mostram que a maior identificação ideológica na capital é com o centro. Acho que ela tem chance [de ter uma vantagem numérica] porque ela fica sozinha nessa fatia do centro."

Segundo essa análise, a indicação do ex-coronel para a vice de Nunes é o melhor cenário para Tabata. Isso porque, se o prefeito escolhesse outro vice e perdesse o apoio de Bolsonaro, o emedebista teria mais sucesso em atrair os eleitores moderados, disputando esse grupo com a deputada.

Para a campanha de Boulos, a provável confirmação de Mello Araújo reforça a estratégia de incentivar a nacionalização do pleito e a polarização. Quanto maior a presença de Bolsonaro e maior a identificação do bolsonarismo com Nunes, avalia a equipe do PSOL, mais chances a pré-campanha do prefeito tem de acabar afetada pela forte rejeição que o ex-presidente enfrenta na capital paulista.

Tanto a pré-campanha de Tabata quanto a de Boulos avaliam que a entrada de Pablo Marçal na disputa foi positiva para os dois e prejudicial para Nunes.

O emedebista, além de ter sido pressionado a abraçar Mello Araújo, colou ainda mais sua imagem à de Bolsonaro com o almoço na prefeitura. Na ocasião, Nunes foi presenteado pelo ex-presidente com a medalha "dos três is" — "imbrochável, imorrível e incomível"—, que ele inventou e costuma distribuir a aliados.

O entorno de Nunes também tem receio de que a escolha de Mello Araújo leve o eleitor a associar a pauta da segurança pública a uma responsabilidade do prefeito, e não do governador. Como mostrou o Datafolha, para 23% dos paulistanos o maior problema da cidade de São Paulo é a segurança. Nunes quer evitar ser fustigado com base no tema.

Por outro lado, aliados ponderam que a escolha de Mello Araújo como vice também pode ter o efeito contrário — eleitores preocupados com a segurança podem ficar satisfeitos com a presença do coronel.

A pré-campanha do prefeito também pretende explorar a atuação do oficial na Ceagesp, defendendo que ele lançou mão de ações de combate à corrupção crônica na empresa pública. Nunes já sinalizou essa estratégia em entrevista depois do encontro na sexta, quando fez elogios ao ex-coronel e lhe agradeceu pelo trabalho na companhia.

"A gente agradece por tudo que você fez pela Ceagesp, que é um equipamento superimportante, principalmente no combate à corrupção, à exploração sexual ali dentro", disse.

Mello Araújo seguiu a mesma linha de Nunes, falando sobre a atuação e apostando em um perfil de gestor. "Essa empresa que nunca deu lucro, [acabou em] dois anos consecutivos dando lucro, e quitamos os R$ 90 milhões de dívida que tinha. Entendo que é um caso a ser estudado, com uma equipe bem formada, onde, se não roubar, sobra."

A gestão do ex-coronel foi marcada por críticas por suposta truculência com sindicatos, mas também há relatos de que teria colocado ordem.

Políticos do estado avaliam que não há outro nome forte que empolgue para a vice.

Secretário de Relações Internacionais da prefeitura, Aldo Rebelo (MDB) era visto como uma boa opção.

Rebelo, porém, decidiu seguir no MDB, mesmo partido de Nunes, o que dificultou sua indicação. Segundo a lei eleitoral, ele precisaria ter deixado o cargo até o dia 6 de junho para poder ser vice do prefeito, o que não ocorreu.

Paes negocia com bolsonarista do MDB para atrair evangélicos

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O prefeito do Rio, Eduardo Paes (PSD), finaliza negociações para incluir em sua campanha à reeleição o deputado federal Otoni de Paula (MDB), bolsonarista que não conseguiu viabilizar sua pré-candidatura no partido.

Os dois se reuniram nesta sexta-feira (13) e estão concluindo as conversas para sacramentar a aliança. Otoni de Paula teria como missão ajudar Paes a atrair parte do eleitorado evangélico, grupo em sua maioria alinhado ao bolsonarismo, cujo representante na disputa é o deputado federal Alexandre Ramagem (PL).

A negociação ocorre após Otoni encontrar dificuldades em sustentar dentro do MDB sua pré-candidatura. Ele também se queixa do fato de não ter sido ouvido nas conversas do partido com o PL para um eventual apoio a Ramagem.

A entrada do pastor ajuda Paes na tentativa de evitar a nacionalização da campanha, aposta de Ramagem na cidade de que deu vitória ao ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sobre o presidente Lula (PT) em 2022. A leitura é a de que, com uma coligação alargada, o prefeito poderá se apresentar não apenas como um aliado do petista, mas também de uma frente mais ampla voltada para a cidade.

A aliança com Otoni vem após um racha com o Republicanos, único partido à direita do espectro político até então aliado a Paes. O rompimento deixou o prefeito só com aliados à esquerda, como o PT.

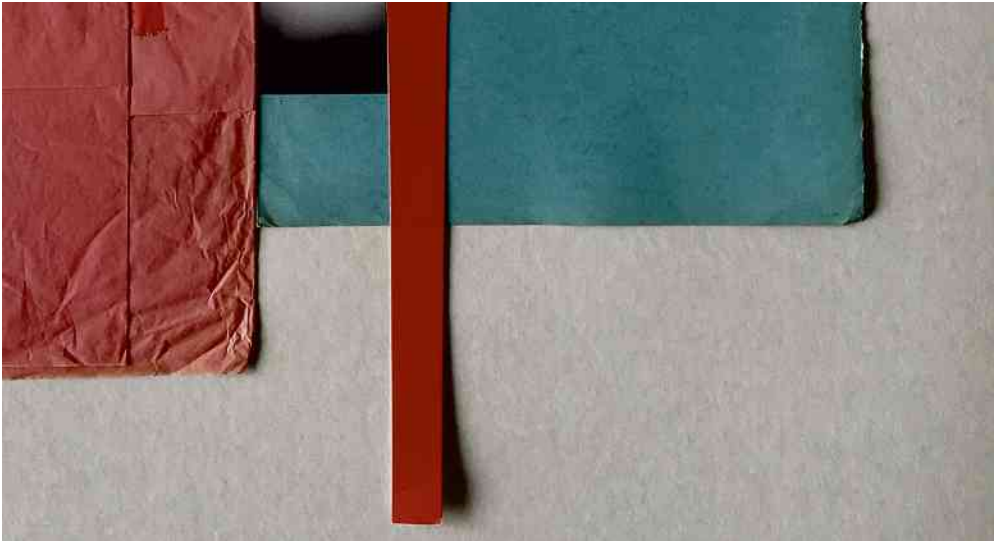
Um dos pedidos do deputado do bolsonarista é para que o prefeito reduza os ataques diretos a Bolsonaro. Os termos do compromisso serão finalizados neste fim de semana.

A aliança, quando concretizada, reforça a tendência de Paes manter uma chapa "puro-sangue", sem ceder à pressão do PT para entregar o posto de vice ao partido. A vaga é disputada porque é vista como certa, em caso de vitória, a renúncia dele em abril de 2026 para a disputa ao governo estadual.

O nome mais cotado para a vice é o deputado Pedro Paulo, tendo também como opções os deputados Eduardo Cavaliere, Guilherme Schleder, Laura Carneiro e o presidente da Câmara Municipal, Carlos Caiado, todos do PSD.

A pré-candidatura de Otoni era vista no meio político fluminense como a mais provável de naufragar antes das convenções. Alas distintas do MDB sempre mantiveram negociação tanto com Ramagem como com Paes.

O presidente do MDB-RJ, Washington Reis, quer apoiar Ramagem. Já Leonardo Picciani almeja aderir à campanha de Paes, tendência também manifestada pelo vice-governador Thiago Pampolha.

O caminho da sigla, porém, será tema de conversa entre o governador Cláudio Castro (PL), aliado de Ramagem, e o presidente nacional do MDB, Baleia Rossi.

Juliana Freire

A Super Casa Civil é ilusão

Rui Costa pode ser rombudo, mas o erro está na ideia

Elio Gaspari
Jornalista, autor de cinco volumes sobre a história do regime militar, entre eles "A Ditadura Encurralada"

Lula e a torcida do Flamengo sempre souberam que a eleição de 2022 produziu um Congresso conservador. Com quase dois anos de governo, entrou no inferno astral das derrotas parlamentares, e cada hierarca aponta para um responsável.

A raiz dos erros vem de Lula e tem data. Em março de 2023, ele reuniu o ministério e disse o seguinte: "É importante que toda e qualquer posição, qualquer genialidade que alguém possa ter, é importante que antes de anunciar faça uma reunião com a Casa Civil para que a Casa Civil discuta com a Presidência da República, para que a gente possa chamar o autor da genialidade e possa anunciar publicamente como se fosse uma coisa do governo".

Lula achava que esse modelo de administração poderia funcionar, e Rui Costa, seu chefe da Casa Civil, acreditou. Pensou até mesmo que poderia filtrar o acesso de ministros ao presidente.

Essa Super Casa Civil só funcionou no governo do general Emílio Médici (1969-1974). Ele não queria ser presidente e não gostava de política. Assim, a administração da quitanda ficou com o professor João Leitão de Abreu, a economia com Antonio Delfim Netto e a área militar com o general Orlando Geisel. Feita essa partilha, não queria que lhe levassem problemas.

Muitos outros presidentes sonharam com essa Casa Civil poderosa. Nunca deu certo pois um cidadão que chega ao ministério não está disposto a passar pelo crivo de um de seus pares, elevado à condição de bedel. Pena que Rui Costa tenha acreditado nessa fantasia, tornando-se o principal suspeito em quase tudo que dá errado.

Lula subiu a rampa achando que foi eleito por uma frente ampla de partidos quando ele foi eleito (com uma diferença de 1,8 ponto percentual) por um arco democrático. A diferença entre o arco e a frente pode ser fulanizada na pessoa do ex-ministro Pedro Malan. Ele fez parte do arco, mas nada tem a ver com a frente. Malan vem alertando para os riscos dos gastos, mas só é ouvido por seus leitores.

A Super Casa Civil daria a Lula liberdade de ação para exercer um protagonismo internacional. Ele tentou, sem sucesso nem mesmo na América Latina.

O problema e sua solução estão onde foram deixados por Carlos Lyra:

"Vou pedir ao meu Babalorixá/ Pra fazer uma oração pra Xangô/ Pra pôr pra trabalhar gente que nunca trabalhou".

Em tempo: Lula com agenda sideral e paralela é novidade. Nas suas versões 1.0 e 2.0 ele corria atrás da bola.

Escalado para bode
O PT está fazendo uma tempestade num copo d'água com a revelação de que o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse ao governador Tarcísio de Freitas que aceitaria ser seu ministro da Fazenda.

A inconfidência veio num contexto em que Campos Neto defendia a candidatura do governador de São Paulo na eleição de 2026. Ele não é conhecido pela sua habilidade política fora do mundo dos números. A oferta, portanto, seria para um governo a ser formado depois da eleição de 2030. Até lá, muita água passará debaixo da ponte.

A indignação petista tem outro aspecto. Com a economia andando de lado e o cancelamento de várias promessas, convém que apareça um bode expiatório e Roberto Campos Neto é a figura ideal para esse papel.

Eremildo, o idiota
Eremildo é um idiota mas nunca acreditou na conversa de que se chegaria a um ajuste fiscal por meio de um aumento da receita. Lula, por exemplo, nunca disse que acreditava nisso.

Para alegria do cretino, a Faria Lima começa a expor publicamente seu ceticismo, porque no escurinho da avenida ninguém acreditava no cumprimento de promessa.

O cretino sabe que a turma do papelório solidariza-se com quaisquer iniciativas de Brasília, até a hora em que a casa cai.

A eleição de São Paulo
As eleições municipais não são prévias das disputas presidenciais, mas o pleito de 2020 na cidade de São Paulo indicou que o bolsonarismo havia perdido o vigor de 2018. Em 2022, Lula e Fernando Haddad, seu candidato ao governo, ganharam no município de São Paulo, com alguma folga.

Sabe-se lá o que virá das urnas em outubro, mas é possível colocar um palpite na mesa.

Se Guilherme Boulos (PSOL-PT) levar a prefeitura, a reeleição de Lula será provável. Se Ricardo Nunes (MDB) for reeleito, ela se tornará improvável.

Se a deputada Tabata Amaral chegar ao segundo turno, ela poderá se tornar a favorita. Nesse caso, a reeleição de Lula dependerá muito de quem será o seu adversário.

Bancadas do crime
Em silêncio, a Polícia Federal está mapeando os candidatos a vereador e até a prefeito apoiados pela direta ou indiretamente pelo crime organizado.

Contam-se às centenas.

Guerra de egos
Há alguns meses a PUC do Rio reuniu sete economistas responsáveis pela formulação e a aplicação do Plano Real, que devolveu o valor à moeda nacional. É um bom documento, mas tudo indica que é o último.

Trinta anos mais velhos, alguns dos doutores cultivaram tanto seus egos que produzem saias justas do tipo: se ele for convidado eu não vou e rompo relações contigo.

Risco Brasil
Desde maio o indicador da percepção do risco Brasil vem subindo. O suspeito de sempre é o mau estado das contas públicas, mas não deve ser desprezado o funeral da Operação Lava Jato, com o Congresso e o Supremo Tribunal segurando as alças do caixão.

Para um investidor tradicional, um governo gastador é uma forte gripe, mas insegurança jurídica, aliviando-se larápios, é pneumonia.

Luz no fim do túnel
O repórter José Marques revelou que cinco ministros do Supremo Tribunal não comparecerão ao próximo evento a ser celebrado em Lisboa, sob a batuta do ministro Gilmar Mendes e de seu Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa.

São eles: Cármen Lúcia, Luiz Fux, Edson Fachin, Kassio Nunes Marques e André Mendonça.

Ordem nos quartéis
Para quem viveu quatro anos de sobressaltos com o ex-capitão falando no "meu Exército", uma das melhores coisas que aconteceu foi a costura do ministro da Defesa, José Múcio, com os três comandantes da Força, sobretudo com os general Tomás Paiva, do Exército.

Os dois tocam de ouvido e falam pouco. Quando falam não põem bravatas na mesa.

Pode parecer exagero, mas essa paz dos quartéis é a melhor conquista do Lula 3.0.

Falta de acordo na esquerda emperra chapa única em BH

Divergências sobre os critérios para escolher nome para a candidatura na disputa pela prefeitura impedem definição

Artur Búrigo

BELO HORIZONTE A falta de acordo entre os pré-candidatos da esquerda ainda emperra a formação de uma chapa única desse campo para concorrer à Prefeitura de Belo Horizonte. O cenário é tido como necessário pelos postulantes para que a esquerda retome o protagonismo perdido nas últimas duas eleições na cidade.

Ao somar a divisão que também existe na direita, são mais de dez pré-candidaturas já anunciadas, o que torna a disputa pelo terceiro maior colégio eleitoral do país uma das mais concorridas entre as capitais. O prazo para a definição das chapas que irão concorrer ao pleito é 5 de agosto, data-limite para as convenções partidárias.

A dificuldade da esquerda em Belo Horizonte em chegar a um consenso foi ilustrada nos anúncios de alianças feitos na última semana.

As deputadas estaduais e pré-candidatas Bella Gonçalves (PSOL) e Ana Paula Siqueira (Rede), de partidos que estão sob a mesma federação, firmaram alianças com dois postulantes diferentes: Rogério Correia (PT) e Duda Salabert (PDT), respectivamente.

Em nota, a federação disse que os partidos já haviam definido "por ampla maioria" o nome de Bella como a pré-candidata da federação. Afirmou que a parlamentar, que preside a federação em BH, se reuniu com o presidente Lula, dialogando para uma aliança com o PT.

A deputada do PSOL afirmou que a unificação da esquerda é necessária diante do cenário eleitoral que se apresenta ao eleitor.

"Eu acho que é a primeira vez que Belo Horizonte corre o risco real de a extrema direita ou a direita pura ganhar nossa cidade. Imagina como o eleitorado progressista se sentirá tendo que escolher entre um candidato do Tarcísio [de Freitas, governador de São Paulo] e um do [ex-presidente Jair] Bolsonaro", disse Gonçalves, se referindo aos deputados estaduais e pré-candidatos Mauro Tramonte (Republicanos) e Bruno Engler (PL), respectivamente.

Procurada, Ana Paula Siqueira afirmou que a decisão de Bella não foi discutida com a direção da federação. "Vejo essa articulação com naturalidade. Nas negociações nacionais, os dois partidos têm contrapartidas em vários estados. Por exemplo, em São Paulo, o PT apoia o PSOL [na candidatura de Guilherme Boulos], e é compreensível que eles cobrem uma contrapartida em BH", afirmou.

A dificuldade na construção de uma chapa única passa por uma falta de acordo entre os dois pré-candidatos com mais força eleitoral nesse campo, os deputados federais Rogério Correia e Duda Salabert.

Enquanto a postulante do PDT defende que a cabeça de chapa seja destinada para quem estiver à frente nas pesquisas eleitorais, o petista diz que esse será um fator, mas não o único.

A deputada federal Duda Salabert (PDT-MG) Mariana Pekin - 8.mar.24/UOL

O deputado federal Rogério Correia (PT-MG) Vinicius Loures - 6.fev.24/Câmara dos Deputados

A deputada estadual Bella Gonçalves (PSOL-MG) Clarissa Barcante/Assembleia Legislativa de MG

A deputada estadual Ana Paula Siqueira (Rede-MG) Reprodução/Ana Paula Siqueira no Facebook

"O PDT foi o único partido que definiu esse critério [das pesquisas] claro", afirmou Salabert. "E nelas até agora o nosso nome apareceu como aquele que tem maior viabilidade eleitoral e maior possibilidade de ir para o segundo turno entre os candidatos progressistas", disse a deputada do PDT.

Em maio, os dois se reuniram em Brasília com os presidentes do PT, Gleisi Hoffmann, e do PDT, Carlos Lupi. As condições para a formulação de chapa única foram discutidas, disse Correia.

"Nós achamos que a unidade é importante. A Duda coloca parâmetro de pesquisa como principal fator, nós achamos que é um deles. Talvez o presidente Lula possa arbitrar essa questão", afirmou o pré-candidato do PT.

"O partido, através da presidente Gleisi, já externou que a nossa é uma das principais candidaturas, senão a principal, visto que vamos apoiar outros partidos em São Paulo e no Rio. Então Belo Horizonte passa a ser vista como menina dos olhos do PT", acrescentou. Ele descartou um apoio do partido para a candidatura do atual prefeito, Fuad Noman (PSD), posição defendida por alguns aliados de Lula.

Pesquisa Quaest para a Prefeitura de Belo Horizonte divulgada na terça (11) mostra Salabert com 9% das intenções de voto e Correia com 6%. Eles estão empatados tecnicamente, já que a margem de erro do levantamento é de três pontos percentuais.

O líder apontado pelo levantamento foi o apresentador de TV e deputado estadual Mauro Tramonte, citado por 25% dos entrevistados. Na sequência vêm Bruno Engler e João Leite (PSDB), ambos com 11%. O senador Carlos Viana (Podemos) e o prefeito Fuad Noman aparecem com 9%.

O instituto ouviu de forma presencial 1.200 eleitores de Belo Horizonte nos dias 5 a 8 de junho. O nível de confiança é de 95%.

mundo

Lula diz no G7 que Netanyahu 'quer aniquilar palestinos'

Declaração sobre premiê arrisca reacender tensões diplomáticas com Israel

Michele Oliveira

PUGLIA (ITÁLIA) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) voltou a criticar neste sábado (15) a conduta do primeiro-ministro de Israel, Binyamin Netanyahu, na guerra contra o grupo terrorista Hamas na Faixa de Gaza.

"Ele não quer resolver o problema", afirmou Lula a jornalistas na Puglia, no sul da Itália, onde participou da reunião de cúpula do G7. "Ele quer aniquilar os palestinos em cada gesto, cada ato."

"Vamos ver se ele vai cumprir a decisão tirada da ONU agora", prosseguiu. O petista fazia menção a uma resolução pedindo o cessar-fogo no conflito aprovada pelo Conselho de Segurança na ONU na segunda-feira (10).

A medida não tem efeito prático —esta foi a segunda vez que uma moção com esse teor passou no órgão. Mas aumenta a pressão para que Tel Aviv e Hamas cheguem a um acordo.

As falas, dadas no último compromisso do presidente na Europa antes de voltar ao Brasil, têm potencial para reabrir a contenda diplomática entre o país e Israel iniciada em fevereiro, depois de Lula comparar as ações de Tel Aviv na Faixa de Gaza ao Holocausto nazista durante um giro pelo Oriente Médio para participar da cúpula da União Africana.

"O que está acontecendo na Faixa de Gaza com o povo palestino não existe em nenhum outro momento histórico. Aliás, existiu quando Hitler resolveu matar os judeus", disse ele na ocasião, em uma entrevista em Adis Abeba, na Etiópia.

Neste sábado, o presidente brasileiro disse ainda que mantinha "150%" da posição sobre o conflito que manifestou na época. Não ficou claro, no entanto, se ele se referia particularmente à fala em que fez a correlação entre Gaza e o Holocausto nazista ou outros discursos e entrevistas críticos a Israel menos polêmicos feitos durante a mesma viagem.

A comparação, aliás, levou a chancelaria israelense declarar o petista persona non grata no país, e a fazer reprimendas ao embaixador do Brasil em Tel Aviv, Frederico Meyer, no Yad Vashem, o Memorial do Holocausto —ato que representa uma mudança de protocolo, já que esse tipo de mensagem costuma ser passado nas sedes das chancelarias.

Lula já havia feito críticas a Netanyahu antes do episódio que abriu a crise. Em outubro, durante um café da manhã com jornalistas no Palácio do Planalto, em Brasília, ele afirmou por exemplo que o premiê israelense quer "acabar com a Faixa de Gaza" e que se esquece que o território palestino não abriga apenas soldados do Hamas, mas também mulheres e crianças.

Já em dezembro, ao ser entrevistado pela rede qatari Al-Jazeera durante viagem a três países do Golfo, Arábia Saudita, Qatar e Dubai, ele criticou a condução da guerra e afirmou que o conflito deflagrado em Gaza "não é uma guerra tradicional, mas um genocídio que mata milhares de crianças e mulheres que não têm culpa alguma".

> "Ele não quer resolver o problema. Ele quer aniquilar os palestinos em cada gesto, cada ato
>
> **Luiz Inácio Lula da Silva (PT)**
> em encontro com jornalistas na Puglia, sul da Itália, em meio à cúpula do G7

Questionado naquele momento sobre a postura de Netanyahu, Lula disse que, "como governante, ele é uma pessoa [...] de extrema direita e com sensibilidade baixa em relação aos problemas do povo palestino". "Ele pensa que os palestinos são pessoas de terceira ou quarta classe."

Neste sábado, autoridades de saúde de Gaza, ligadas ao Hamas, atualizaram a cifra de palestinos mortos no conflito para 37.296. Não se sabe quantos destes são civis e quantos são terroristas.

Na mesma data, o Exército israelense afirmou que oito de seus soldados morreram em uma explosão em Rafah, na fronteira com o Egito. Em maio, o órgão divulgou que cerca de 700 militares e membros das forças de segurança morreram desde o início dos enfrentamentos, além de aproximadamente 800 civis, a grande maioria durante o mega-ataque do Hamas de 7 de outubro.

O conflito na Ucrânia foi o principal tema dessa edição da reunião de cúpula do G7, com o anúncio, após meses de negociações, de um empréstimo de US$ 50 bilhões (R$ 268 bilhões) para Kiev. O novo aporte será viabilizado com o uso de dinheiro russo congelado em instituições localizadas sobretudo na Europa.

A primeira-ministra italiana e anfitriã do evento, Giorgia Meloni, exaltou a reunião dos líderes das sete maiores economias do mundo e negou controvérsias sobre a ausência de menções ao aborto na declaração conjunta, divulgada nesta sexta (14) —o termo teria sido retirado a pedido dela, segundo a imprensa local.

Mesmo com o foco na Ucrânia e a polêmica sobre o aborto, a guerra Israel-Hamas não deixou de aparecer nas discussões do grupo, e uma menção ao conflito também consta no documento final da cúpula. Nele, os países-membros do grupo dizem estar unidos no apoio à proposta de acordo apresentada pelo presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, no mês passado.

Organizado em três fases, o plano prevê o cessar-fogo imediato, a libertação de todos os reféns e uma espiral de paz que leve à solução de dois Estados. Segundo o americano, quem hoje impede a efetivação da proposta é o Hamas.

A declaração não deixa, no entanto, de cobrar Israel por mais responsabilidade em sua resposta ao grupo terrorista palestino.

"Estamos profundamente preocupados com as consequências para os civis das operações terrestres em Rafah", afirma o texto, citando a cidade palestina no extremo sul de Gaza, na fronteira com o Egito, em que ficaram concentradas centenas de milhares de deslocados internos pelo conflito.

"Apelamos ao governo de Israel para que se abstenha de tal ofensiva", dizem os líderes.

Henry Nicholls/AFP

KATE FAZ PRIMEIRA APARIÇÃO OFICIAL APÓS ANÚNCIO DE CÂNCER

Kate Middleton, a princesa de Gales, 42, fez, neste sábado (15), sua primeira aparição em um evento oficial desde que anunciou seu diagnóstico de câncer, em março.
Ela estava no desfile em homenagem ao aniversário do rei Charles 3º, em Londres, e inicialmente foi fotografada no interior de uma carruagem ao lado dos filhos. Mais tarde, surgiu na varanda do Palácio de Buckingham ao lado de outros membros da família real e acenou para os súditos enquanto conversava animadamente com Charles e a rainha Camilla.
Charles completará 76 anos no dia 14 de novembro. A tradição, no entanto, é de que os aniversários dos soberanos britânicos sejam oficialmente celebrados em junho, durante um desfile militar. A cerimônia é realizada desde 1748.
Apesar de algumas manifestações antimonárquicas, o público manifestou solidariedade a Kate durante o desfile.

Desânimo marca começo de conferência de paz sobre Ucrânia; Rússia insiste em próprio plano

Igor Gielow

SÃO PAULO A cúpula convocada pela Suíça para discutir uma saída para a Guerra da Ucrânia começou neste sábado (15) sob o signo do desânimo, refletindo as divisões mundiais acerca da fórmula para encerrar a invasão russa ordenada por Vladimir Putin em 2022.

"Muitas questões de paz e segurança serão discutidas, mas não as maiores", afirmou o primeiro-ministro alemão, Olaf Scholz, ao chegar à conferência, que ocorre em um resort à beira do cênico lago Lucerna, em Obbürgen.

O tom não podia ser mais morno. "Esta é uma plantinha que precisa ser regada, mas é claro que com uma perspectiva de que algo mais sairá disso", completou o alemão.

Seu colega austríaco, Karl Nehammer, afirmou que "é como se nós estivéssemos em uma câmara de eco ocidental". "Todos concordamos com o que queremos que aconteça na Ucrânia, mas isso não é o suficiente."

Integrante de um regime que tem boa relação com Putin, o chanceler saudita, Faisal bin Farhan al-Saud, disse que apenas a participação da Rússia tornará negociações críveis. "Elas vão requerer meios-termos difíceis", afirmou.

A própria composição do encontro lhe garante o status de uma reunião de apoiadores da Ucrânia —a começar pelo fato de que a Rússia não foi convidada. Dos 160 países chamados, 90 enviaram delegações, 37 delas lideradas por chefes de Estado ou de governo.

O presidente francês, Emmanuel Macron, foi ao ponto ao dizer que é necessário aumentar o número de países envolvidos no processo, mas não citou a Rússia entre eles.

Dois Estados, Brasil e Vaticano, enviaram apenas um observador cada um. No caso brasileiro, a presença da embaixadora do país na Suíça é uma deferência a seu voto na ONU condenando a invasão, mas estampa a visão do Itamaraty de que não há solução sem que russos e ucranianos sentem-se à mesa. Outras seis organizações internacionais enviaram delegações, e duas, observadores —inclusive as Nações Unidas.

A visão brasileira é defendida pela China, maior aliada de Putin e principal ausência na Suíça. Na sexta-feira (14), um representante chinês na ONU disse que apenas uma negociação dentro do Conselho de Segurança da entidade, com Kiev e Moscou presentes, pode ter sucesso.

Os Estados Unidos, principais fiadores do apoio militar a Kiev, enviaram apenas a vice-presidente, Kamala Harris, ao encontro. O prêmio de consolação ante o desprestígio, já que Joe Biden estava na Itália para o encontro do G7, foi a assinatura de um acordo militar pomposo, mas de execução duvidosa, entre o líder americano e seu colega ucraniano, Volodimir Zelenski.

Kamala também anunciou uma ajuda extra, de US$ 1,5 bilhão (cerca de R$ 8 bilhões), para ajudar a reconstruir o sistema energético da Ucrânia. Neste sábado, os russos deixaram parte da região de Tchernihiv (norte) no escuro, em mais um ataque contra centrais elétricas.

Antes da sessão plenária da conferência, Zelenski previsivelmente preferiu uma fala olhando o copo meio cheio, celebrando a presença dos 90 convidados. "A Ucrânia nunca quis essa guerra", disse ele ao lado da presidente suíça, Viola Amherd.

Com efeito, a ideia ventilada pelo seu assessor Andrii Iermak ao longo da semana era de que a conferência aprovasse um rascunho de proposta de paz para ser apresentada em uma segunda reunião, esta com a presença da Rússia.

O texto-base elaborado neste sábado repete pontos da fórmula de dez itens que Zelenski apresentou em 2022, uma lista de exigências sem concessões à Rússia, adicionando críticas a Moscou e a ênfase na inadmissibilidade do uso de armas nucleares.

Putin tem seus próprios planos. Além de qualificar o encontro suíço como "fútil", o russo criou um fato político na sexta ao apresentar pela primeira vez de forma clara uma demanda para acabar com a guerra.

O presidente diz que interrompe os combates e começa a negociar se a Ucrânia aceitar ceder as quatro regiões que o Kremlin anexou ilegalmente em setembro de 2022, ainda que não exerça controle militar total sobre elas. Nenhuma palavra sobre a Crimeia, tomada pelo russo em 2014.

Além disso, a Rússia exige a desmilitarização do vizinho. Kiev e os aliados rejeitaram o plano de Putin, que Scholz afirmou não "ser sério".

+ Avião de ataque russo invade espaço aéreo da Suécia

Um bombardeiro tático russo Sukhoi Su-24 violou o espaço aéreo da Suécia nesta sexta (14), obrigando a Força Aérea do país nórdico a despachar dois caças Gripen para afastar a aeronave adversária.
O incidente é o primeiro do gênero desde que Estocolmo aderiu à Otan, a aliança militar liderada pelos Estados Unidos, em fevereiro deste ano.
A interceptação ocorreu a leste da ilha de Gotland, no mar Báltico, considerada o principal objeto de desejo de Moscou numa guerra hipotética, devido à sua posição estratégica.
O chanceler sueco, Tobias Billstrom, disse no sábado (15) que irá pedir explicações à embaixada russa no país.

Bananeiras e a América Latina

United Fruit Company moldou conceito pejorativo de 'repúblicas das bananas'

Sylvia Colombo
Historiadora e jornalista especializada em América Latina, foi correspondente da **Folha** em Buenos Aires. É autora de 'O Ano da Cólera'

Houve um tempo em que a United Fruit Company decidia quem morria e quem vivia nas suas plantações de frutas na América Latina. Horários de trabalho desregulados, jornadas extenuantes, condições insalubres. Um tempo em que juízes e políticos eram comprados para defender os interesses da empresa em vários países.

A UFC punha e tirava caudilhos do comando dos países cujos mercados queria dominar. Quando havia revoltas de trabalhadores, a empresa intervinha ao lado dos governos para que suas forças de segurança contivessem, muitas vezes com violência, os protestos por melhores salários e condições de vida.

Assim era a UFC, uma empresa americana criada em 1899 que moldou uma imagem pejorativa da América Latina para o planeta nos séculos 19 e 20.

Essa mesma imagem se manifesta até hoje no imaginário que o mundo tem sobre a região. Dela dependeram gerações de trabalhadores. E a ela se pode atribuir uma dura herança deixada nessas terras: a de que somos uma região de mão de obra barata, quase escrava, destinada a produzir complementos à economia mundial e exposta a uma intempérie política constante.

Foi por causa da UFC que os países do sul das Américas ficaram conhecidos com a infeliz expressão depreciativa "repúblicas das bananas", sinônimo de imaturidade política, corrupção e pobreza.

Nesta semana, uma notícia alentadora veio à tona. Um júri da Flórida decidiu que a Chiquita Brands (nome atual da UFC) é responsável por oito assassinatos cometidos por um grupo paramilitar de direita que a empresa ajudou a financiar em uma região fértil de cultivo de bananas entre 1997 e 2004. Isso mesmo, para defender terrenos de cultivo, a empresa deu dinheiro para as Autodefesas Unidas da Colômbia (AUC), um grupo conhecido por terríveis massacres no interior do país.

A literatura da região tem sido um território fértil para a reflexão sobre os aspectos negativos que a UFC deixou em nossas culturas. Nada menos que quatro prêmios Nobel chamaram a atenção para as consequências de suas ações nos países latino-americanos.

No celebrado "Cem Anos de Solidão", Gabriel García Márquez romanceou a terrível repressão da empresa em La Ciénaga, em 1928, ocorrida quando ele tinha apenas um ano, mas cuja história amedrontava sua geração.

Em "Tempos Ásperos", o peruano Mario Vargas Llosa mostra como a UFC, aliada aos EUA, derrubou o governo progressista de Jacobo Árbenz na Guatemala, em 1954.

Outros dois Nobel trataram do tema. O guatemalteco Miguel Ángel Asturias, em sua "Trilogia Bananera", e o chileno Pablo Neruda, em "Calero, Trabajador del Banano".

Outras penas se dedicaram a expor os avanços da UFC na vida econômica e social das Américas. A do costa-riquenho Carlos Luis Fallas ("Mamita Yunai" e "Limón Blues"), a do mexicano Francisco Martín Moreno ("Las Cicatrices del Viento"), a do colombiano Álvaro Cepeda Samudio ("A Casa Grande") e a do hondurenho Ramón Amaya Amador ("Prisión Verde").

A leitura dessas obras traz a reflexão: a América Latina seria diferente se não tivesse passado tanto tempo sob a influência de uma empresa bananeira de tamanho poderio?

| DOM. Sylvia Colombo | TER. **Mundo Leu** | QUI. Lúcia Guimarães | SÁB. Igor Patrick

Apoiadores de Edmundo González, nome escolhido pela principal força de oposição na Venezuela, em evento de campanha em Caracas Juan Barreto - 11.jun.2024/AFP

Lula precisa insistir para que Maduro aceite observadores, afirma candidato

Edmundo González tem vantagem contra o ditador da Venezuela em pesquisas de voto confiáveis

ENTREVISTA
EDMUNDO GONZÁLEZ

Mayara Paixão

BUENOS AIRES Quando o assunto Brasil surge nesta conversa por videoconferência, Edmundo González se levanta e caminha até a estante. "Quero te mostrar a capa de um livro que produzimos, estou buscando, só um minuto", diz o diplomata de 74 anos que, após uma série de tensões e vaivéns, foi o nome escolhido pela oposição para enfrentar Nicolás Maduro nas urnas em 28 de julho.

Trata-se de "Brasil, Cercano y Lejano" (Brasil, perto e longe), compilado de artigos acadêmicos que ele organizou para uma universidade privada do país. "Por muito tempo fomos países que compartilhavam uma extensa fronteira, mas estavam de costas um para o outro", diz o venezuelano.

González diz querer "uma relação fluida com o Brasil", "independente da cor que tiver o governo". De sua casa na capital Caracas, ele corre de um compromisso para o outro desde abril. Foi naquele mês que ele se tornou o candidato da principal força da oposição nas urnas.

Duas das únicas pesquisas de intenção de voto realizadas por telefone consideradas confiáveis no país mostram González com mais de 30% de apoio. Maduro pontua ao redor de 25%.

Ele afirma que o presidente Lula (PT) é uma das peças-chaves do xadrez internacional para a Venezuela, e que o petista precisa insistir para que Maduro aceite ter observadores internacionais no pleito. Há poucas semanas, o regime retirou o convite feito para que a União Europeia (UE) enviasse seus observadores.

Em Brasília, a visão predominante é a de que deve haver observação independente. Mas também a de que há pouco a fazer no imbróglio UE-Caracas, que deve ser resolvido entre as partes.

Enquanto González se reúne com diferentes grupos de interesses e concede entrevistas de modo a tornar sua figura, até então conhecida apenas nos bastidores, mais familiar, é a ex-deputada María Corina Machado quem percorre o país em grandes atos. Nome mais conhecido da oposição, ela que deveria enfrentar Maduro a princípio, mas foi inabilitada pelo regime.

Em entrevista à **Folha** seis semanas antes do pleito, González fala sobre relações com Brasil e Colômbia, o papel dos Estados Unidos e o espaço que o petróleo terá na economia em um eventual governo seu.

*

Li as pesquisas que o senhor mencionou. São de fato positivas para a oposição. Mas há chances reais de eleições democráticas? Estamos trabalhando como se as eleições fossem amanhã e dando o nosso melhor, dando tudo. Quando digo tudo, quero dizer que minhas atividades começam às 7h da manhã e terminam às 20h ou 21h. Ontem, por exemplo, tive um encontro com professores universitários, outro com um partido de esquerda venezuelano, depois uma reunião com empresários. Estou me reunindo com o maior número de setores possível e dando o meu máximo para transmitir a mensagem de reconciliação, de reconstrução do país. Convido todos a se juntarem a essa grande tarefa nacional de realizar eleições pacíficas e com alta participação.

Vamos falar um pouco sobre política externa. Na América do Sul temos o Brasil, com Lula, e a Colômbia com Gustavo Petro, muito envolvidos com o tema das eleições. Qual é o papel deles? O papel mais importante que dois atores-chave da política regional podem desempenhar é insistir com o presidente Maduro para que aceite a observação internacional, retomando o convite da Uniã Europeia, que é fundamental. Precisamos ter a maior participação internacional de observadores que venham acompanhar o processo, porque é isso que garante a integridade dos resultados. Os argumentos dados para desconvidar o bloco deixam uma impressão muito ruim e levantam especulações, fazem as pessoas se perguntarem 'bem, por que agora não querem que a União Europeia venha?', 'do que têm medo?'.

Há uma compreensão de que, como a União Europeia impôs sanções, não pode enviar observadores porque não seria parte neutra. Sanções contra alguns indivíduos, não contra a Venezuela, e por razões conhecidas. Lula está muito interessado e fez declarações muito importantes e positivas sobre o tema eleitoral na Venezuela, e o próprio assessor [da Presidência brasileira para assuntos internacionais] Celso Amorim também tem estado muito atento. Não acredito que compartilhem da visão de que observadores internacionais não devem vir. Esta não é a visão de Lula.

Se conseguir ser presidente, que tipo de relação quer ter com o Brasil, com o governo Lula? A melhor relação. Depois desse período em que nos encontrávamos distantes um do outro, foi crescendo uma relação diplomática e comercial muito fluida, importante. Chegamos a ter comissões de trabalho em milhares de campos de atuação, conseguimos propostas de interconexões elétricas, aumentamos o comércio, havia coincidências nos temas centrais da agenda da política mundial. E tínhamos uma relação muito fluida com os governos, independentemente da cor que tivessem, podia ser Lula, Collor... Enfim, tínhamos uma relação como deve ser e como será: relações diplomáticas cordiais com base no entendimento, na cooperação, no respeito com todos os países do mundo e, claro, muito mais com países vizinhos com quem temos esse interesse compartilhado.

O regime tem o costume de falar de uma suposta relação dos EUA com a oposição, e gostaria de esclarecer esse tema. Qual é a relação que os EUA têm com a campanha da oposição e qual é a sua importância na garantia da democracia na Venezuela? Nós temos relações neste momento interrompidas com os EUA, já há dez anos. Isso repercute em muitos âmbitos. Do ponto de vista prático, aqui não podemos tirar um visto para entrar nos EUA porque não há consulado. Então temos que ir buscar os vistos no Brasil, na Argentina, na Colômbia, com tudo o que isso implica para uma pessoa em termos de tempo, custo, recursos.

Nós por muitos anos tivemos uma relação séria com os EUA. Havia encontros, diálogo político, cooperação. E [também] momentos em que tínhamos discordâncias sobre alguns temas da agenda internacional, por exemplo em relação às Malvinas na Argentina, ou à pacificação na América Central e ao comércio com a União Europeia. Aí tínhamos visões contraditórias, mas isso não impediu que tivéssemos relações de cooperação e de diálogo muito, mas muito fluidas e eficazes. Isso é o que nós temos que recuperar.

O senhor é diplomata, um candidato político agora, e também marido, pai, avô. Como a ditadura de Maduro afetou sua vida a nível pessoal? Tive toda minha vida profissional dedicada ao serviço exterior. Depois tive uma passagem de um par de anos no âmbito acadêmico. Em seguida, me dediquei ao trabalho internacional da Mesa de Unidade Democrática. A candidatura foi inesperada, algo que não busquei, que aceitei como um compromisso pessoal com a restituição dos valores democráticos na Venezuela. Os partidos políticos me pediram de maneira unânime que eu fosse o candidato. Estou fazendo o maior esforço possível. Neste país, o que precisamos é que o adversário político seja visto como adversário, não como um inimigo.

Edmundo González Urrutia, 74
Diplomata venezuelano, serviu como embaixador na Argélia no início dos anos 1990 e na Argentina entre 1998 e 2002, nos anos iniciais de Hugo Chávez (1954-2013) no poder. Escritor e professor universitário, coordenou a área de relações exteriores da coalizão opositora. Casado, tem dois filhos e quatro netos.

> Estou me reunindo com o maior número de setores possível e dando o meu máximo para transmitir a mensagem de reconciliação, de reconstrução do país

Turistas tiram foto na ilha de Pingtan, local com a menor distância entre China e Taiwan Paulo Passos/Folhapress

China ergue ode à reunificação em ponto próximo de Taiwan

Pingtan, no sudeste, atrai turistas chineses com seu parque 'instagramável'

Paulo Passos

PINGTAN E FUZHOU (CHINA) No alto de um mirante em formato de olho, turistas contemplam o mar e posam para fotos em Pingtan, no sudeste da China. A 126 km de distância dali está a principal ilha de Taiwan —que, embora não possa ser vista do local, é a toda hora lembrada pelos visitantes.

Prova disso está na explicação para a forma da estrutura metálica por onde os visitantes passam. "É como um olho atento ao retorno de uma criança distante do abraço da mãe, que espera o breve regresso de Taiwan", descreve a placa ao lado do mirante.

Também uma ilha, Pingtan virou atração turística, entre outros motivos, por ser o local da China continental mais próximo do território taiwanês. Uma área vizinha de uma base do Exército de Libertação Popular (ELP), as Forças Armadas chinesas, foi transformada num parque onde esculturas servem como uma ode ao retorno da ilha que há décadas tem um governo autônomo.

A separação remete ao período da Revolução Chinesa, da qual saíram vitoriosos os comunistas liderados por Mao Tse-tung, em 1949. Derrotado, Chiang Kai-shek fugiu com seus partidários do Kuomintang e constituiu um governo em Taipé, batizado de República da China. Desde então, os dois lados vivem sob ameaça permanente de conflito.

Em Pingtan, porém, o clima é de amizade, afirmam os chineses ouvidos pela **Folha**.

O local mais disputado para fotografias no parque, uma escultura com 5 metros de altura e 3 metros de largura, reproduz a borda de um selo. No centro está um mapa com a costa da China e Taiwan.

Animados, jovens estudantes tentam mais de uma dezena de vezes fazer a foto perfeita. Nela, todos estão tocando nas bordas das duas regiões separadas pelo mar. Usam um controle que aciona a câmera por bluetooth para que todos possam aparecer.

A poucos metros dali, uma placa avisa da existência de uma rocha em formato de tartaruga. Ela estaria "olhando para o outro lado do estreito de Taiwan e enviando ao povo a esperança da unificação da pátria", diz o texto.

Em outro ponto, há uma escultura também com borda em formato de selo, mas sem nada no meio. A brincadeira é se posicionar em frente à obra e conseguir enquadrar na foto, ao fundo, o território taiwanês. "Parece até que a ilha do tesouro [referência a Taiwan] não está tão distante", descreve o folheto do parque.

Em meio ao clima descontraído, ouve-se o ruído estrondoso de um avião militar chinês que decolou da base ao lado. Ele cruza o céu e faz os turistas direcionarem suas câmeras e celulares para o céu para registrarem o momento.

Dias antes, na última semana de maio, o Exército tinha realizado exercícios militares simulando um bloqueio à ilha principal de Taiwan. O porta-voz da missão, Li Xi, descreveu-os como "uma forte punição pelos atos separatistas".

Eram referências ao discurso de posse do novo presidente taiwanês, Lai Ching-te, em 20 de maio. O líder afirmou que ilha e continente "não são subordinadas uma à outra", comentário que irritou os chineses. Para Pequim, a China continental e Taiwan são partes de uma só China.

A agrônoma Tan Kun Ping, 28, diz ignorar as ameaças e assuntos relacionados ao conflito. Segundo ela, há muitos taiwaneses vivendo em Fuzhou, capital da província de Fujian, que fica a 120 km de Pingtan.

O trajeto entre as duas cidades leva 40 minutos num trem de alta velocidade. A linha foi inaugurada em 2020, e o caminho passa sobre pontes onde também transitam carros.

A ferrovia faz parte de um projeto de Xi Jinping para povoar Pingtan. O líder chinês visitou o local em 2014. Um ano depois, a ilha ingressou na área de livre comércio da província de Fujian, o que garante isenções fiscais para empresas que se instalam na região.

Os negócios com Taiwan são bem-vindos, segundo o governo local. Nos últimos anos, os chineses promoveram uma série de incentivos para a interação econômica, por exemplo derrubando barreiras para a abertura de empresas.

De 2012 a 2022, taiwaneses investiram US$ 72 bilhões (cerca de R$ 387 bilhões, na conversão atual) em empresas chinesas, segundo o Ministério do Comércio da China.

O número de firmas abertas saltou 46% no período. Ter acesso a um mercado consumidor gigante é um atrativo.

Dono de uma fábrica de componentes médicos e investidor em empresas de tecnologia, Michael Huang vê um movimento cada vez maior de negócios bilaterais. Ele diz acreditar que o comércio é uma prova de que Pequim conseguirá resolver a questão de uma "maneira razoável". Na sua visão, há um interesse dos Estados Unidos em colocar "os dois irmãos chineses um contra o outro".

Segundo a imprensa oficial chinesa, 100 mil taiwaneses vivem em Fujian. Relatos dão conta de que a maioria dos chineses que foram para Taiwan após a revolução eram moradores da província, o que reforçaria o laço afetivo.

"A relação é como a de um filho que saiu de casa. Ele pode ir, fazer bobagens, mas seguirá sendo nosso parente e queremos que um dia volte para casa", afirma Huang.

O sentimento de que há uma só China aparece tanto nas declarações oficiais quanto nos pequenos detalhes.

Um exemplo é um quebra-cabeça do mapa chinês vendido numa livraria em Fuzhou. Nele, cada peça representa uma província.

A ilha é a única peça replicada no brinquedo, são duas dela no pacote. Seria uma garantia em caso de perda, explica a vendedora da loja. "Acho que eles fizeram isso para as crianças. Como a peça é pequena e fica solta, elas [crianças] acabam perdendo."

O jornalista viajou a convite do Ministério do Comércio da China

Ilha de Pingtan é o ponto da China continental mais próximo de Taiwan

Dados cartográficos ©2024 Google

Gigante chinês propõe comprar fabricante de armas do Brasil

Cézar Feitoza

BRASÍLIA A estatal chinesa Norinco enviou carta a autoridades brasileiras para comunicar interesse em adquirir 49% das ações da Avibras Aeroespacial, considerada a principal fabricante de sistemas pesados de defesa do Brasil.

O documento chegou na quinta-feira (13) ao Ministério da Defesa brasileiro. A informação foi confirmada à **Folha** por três oficiais-generais e um integrante do governo Lula (PT). Procurada, a Avibras informou que não se pronunciaria a respeito.

O interesse da Norinco foi apresentado após o grupo de investidores australiano DefendTex desistir das negociações com a Avibras por dificuldade de obter financiamento para a empreitada —o governo da Austrália, que financiaria um terço dos cerca de US$ 200 milhões (cerca de R$ 1 bilhão) em que o negócio estava avaliado, barrou o acesso a crédito do grupo.

Um empresário com conhecimento das negociações afirmou, sob reserva, que outro motivo para o recuo foi o fato de o governo brasileiro vetar exportações de produtos militares para uso na Guerra da Ucrânia.

O principal foco de curto prazo da compra seria a venda de foguetes de calibre 122 mm usados como munição dos lançadores autopropulsados BM-21 Grad, empregados em Kiev. O armamento foi criado na década de 1960 pela antiga União Soviética e tem alcance de até 45 km.

A estatal chinesa Norinco (China North Industries Corporation) é uma gigante da indústria de armas mundial. Ela exporta diversos sistemas de defesa: obuseiros para defesa antiaérea, blindados anfíbios e bombas aéreas. Os produtos da estatal são constantemente usados pela China para criar disputas bélicas com os Estados Unidos.

A negociação da Avibras com a Norinco deve passar por uma análise da diplomacia brasileira. Ela não tem poder de veto à venda das ações, mas deve avaliar o impacto geopolítico da negociação de uma das principais empresas da Base Industrial de Defesa com a China.

A primeira avaliação na Defesa é de que a compra de 49% das ações manteria o comando da empresa no Brasil e seria menos trágica que uma venda de toda a Avibras. Resolveria, ainda, o problema imediato de falta de recursos para manter a fábrica de São José dos Campos (SP) em pleno funcionamento.

O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, afirmou na quinta-feira (13) que recebeu uma carta de um grupo estrangeiro interessado em negociar com a Avibras —sem revelar o nome dele.

"Hoje apareceu um novo candidato. Recebi uma carta de uma empresa de outro país, muito forte, com interesse em chegar com 49% [das ações]. Estamos trabalhando para que isso aconteça", disse Múcio em videoconferência com ex-ministros da Defesa promovida pela Cedesen (Centro de Defesa e Segurança Nacional).

Três oficiais-generais das Forças Armadas ainda afirmaram que há questões legais a serem avaliadas se o negócio for fechado. Uma preocupação é a manutenção da Avibras como Empresa Estratégica de Defesa, segundo os critérios da legislação brasileira.

Há ainda receio com o impacto da negociação nos contratos das Forças Armadas com a Avibras.

A Avibras Aeroespacial é a principal fornecedora brasileira de mísseis e foguetes para o Exército. Ela ainda é a única responsável por fornecer munições para um dos projetos estratégicos de defesa da Força, o Sistema Astros.

Além disso, ela desenvolve o primeiro míssil tático de cruzeiro brasileiro, atualmente em fase final de testagem —com capacidade de atingir alvos a 300 km de distância, ele é o principal foco de aquisição do Exército para a tática militar de antiacesso, geralmente utilizada para evitar a entrada de forças inimigas no território nacional.

O grupo, porém, sofre com dificuldades financeiras há mais de uma década. Em março de 2022, a Avibras pediu recuperação judicial. De uma só vez, demitiu 420 de seus 1.500 funcionários —os remanescentes estão sem salários há mais um ano.

Na época, as dívidas eram estimadas em R$ 570 milhões, um montante que hoje beira os R$ 700 milhões.

A situação dos trabalhadores na sede em São José dos Campos e a desaceleração fabril tem preocupado Lula. Em 2023, o presidente chegou a determinar um estudo de alternativas para auxiliar a Avibras e evitar seu fechamento.

Em outra frente, o governo avaliou a possibilidade de o Estado brasileiro injetar recursos na empresa, que tem entre seus credores o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). Mas o entendimento foi que a operação seria complexa devido à falta de arcabouço legal para socorrer empresas com fins estratégicos.

Policial faz revista em homem na esquina das ruas Gusmões e dos Protestantes, um dos pontos onde fica a cracolândia no centro de SP Danilo Verpa/Folhapress

Cracolândia volta a diminuir, e usuários andam pelo centro

Contagem indica redução do número de frequentadores nas últimas semanas

Mariana Zylberkan, Paulo Eduardo Dias e Danilo Verpa

SÃO PAULO Ao menos duas vezes por dia, equipes da gestão municipal percorrem com drones a aglomeração de usuários de drogas em ruas do centro de São Paulo, conhecida há mais de 30 anos como cracolândia, para contar o número de frequentadores. Há seis semanas a média que beirava 600 pessoas por dia ficou abaixo de 400, à tarde.

As contagens são feitas na rua dos Protestantes, na Santa Ifigênia, onde está fixada a principal aglomeração desde julho do ano passado, e também em ruas ocupadas pela cracolândia anteriormente.

Em quase um ano, uma série de mudanças da gestão da cracolândia por parte dos entes públicos impactou o comportamento dos dependentes. Em vez de ficarem o dia no mesmo ponto, grupos maiores passaram a se movimentar com mais frequência pelo centro.

Aumento das prisões, sobrevoo constante de drones e a proibição por parte da polícia de acessarem a rua dos Protestantes com mochilas, sacolas, bolsas ou bicicletas, usadas supostamente para esconder a droga, estão entre os motivos apontados por usuários ouvidos pela **Folha** sobre a predileção pela rotina itinerante.

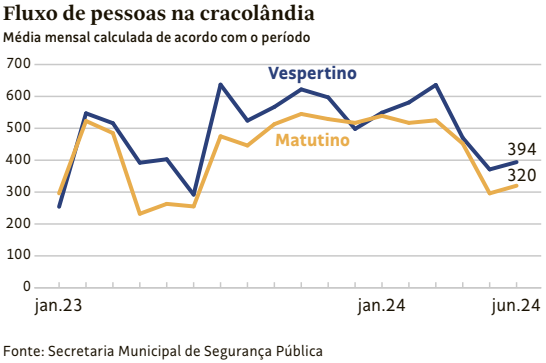
De janeiro a maio deste ano, mais de 560 pessoas foram presas na cracolândia, sendo que 161 responderam pelo crime de tráfico de drogas.

Houve também centenas de detenções de frequentadores com medidas cautelares vigentes. São pessoas condenadas por crimes de menor potencial ofensivo —como furto ou porte de pouca quantidade de drogas—, que obtiveram o benefício de cumprir a pena em liberdade ou com tornozeleiras eletrônicas. Nesse caso, porém, é proibido frequentar locais onde há consumo de drogas e bebidas alcoólicas. Segundo a Polícia Civil, cerca de 70% do fluxo de usuários está nessa situação.

A maior retração na contagem de frequentadores ocorreu em maio, mês em que foi registrada a menor média diária dos 12 meses anteriores,

Fluxo de pessoas na cracolândia

Média mensal calculada de acordo com o período

Fonte: Secretaria Municipal de Segurança Pública

quando o fluxo ocupou ruas da Santa Ifigênia, após meses de dispersão pelo centro.

A mudança da cracolândia do entorno da praça Júlio Prestes, onde ficou por mais de 20 anos, e, depois, para a praça Princesa Isabel, alvo de megaoperação policial em maio de 2022, deflagrou o vai e vem constante de dependentes químicos.

Após se fixar na Santa Ifigênia, a proximidade dos usuários com o centro comercial de produtos eletrônicos levou a uma série de cenas de violência e confusão, sucessivos saques e protesto de comerciantes por mais segurança.

> Nas operações que a polícia tem feito, 90% acabam depois sendo absolvidas ou soltas, de tanta irregularidade que tem no processo de prisão
>
> **Rildo Marques de Oliveira**
> membro da OAB-SP

Foi quando a quantidade de frequentadores, que tinha despencado no período de abril a junho de 2023, teve um pico em julho —mais de mil pessoas foram contabilizadas em um único dia na parte da tarde.

Após dias de instabilidade na cracolândia e o reflexo na queda de movimento de clientes na Santa Ifigênia, o governo Tarcísio de Freitas (Republicanos) e a gestão Ricardo Nunes (MDB) deflagraram uma série de novas ações em relação aos usuários, como a identificação de pessoas com pendências judiciais, além da instalação de câmeras com reconhecimento facial capazes de registrar imagens ampliadas e nítidas da movimentação de suspeitos de serem traficantes.

Imagens de monitoramento passaram a embasar inquéritos policiais na identificar dos traficantes também como suspeitos por formação de organização criminosa. Segundo o vice-governador Felício Ramuth (PSD), a estratégia se converteu em aumento da manutenção das prisões pela Justiça.

Antes, a maioria dos acusados era solta porque quase sempre são presos com pouca quantidade de drogas e são considerados dependentes químicos, diz Ramuth.

Procurada, a Ordem dos Advogados do Brasil em São Paulo disse ter conhecimento sobre as prisões legítimas, como de procurados pela Justiça, mas relatou outros casos que não cumprem protocolos judiciais.

"Nas operações que a polícia tem feito e que tem prendido pessoas na cracolândia, 90% acabam depois sendo absolvidas ou soltas, de tanta irregularidade que tem no processo de prisão. Mesmo ela cumprindo medidas cautelares tem diversas formas de abordagens, porque tem esculacho, tem agressão física", disse o advogado Rildo Marques de Oliveira, membro da Comissão de Direitos Humanos da OAB-SP e coordenador do Núcleo de Movimentos Sociais e População de Rua.

Durante passagem pela cracolândia, a **Folha** registrou o momento em que policiais militares usaram aparelhos de celular para fotografar o rosto de frequentadores do fluxo. Usuários confirmaram que a prática tem sido recorrente.

A Secretaria da Segurança Pública da gestão Tarcísio disse que se trata de uma forma de identificação: "Caso o indivíduo não apresente documentos ou reste dúvidas sobre sua identificação, o registro fotográfico é realizado de maneira a preservar seus direitos, evitando sua condução à delegacia para legitimação".

Oliveira afirmou que o registro fotográfico é ilegal. "Decisão no Supremo Tribunal Federal (STF) tornou ilícito extrair dados de celulares das pessoas, assim como não é lícito a Polícia Militar fotografar pessoas e construir o seu próprio banco de dados", diz.

Questionada após a fala de Oliveira, a SSP disse que a identificação dos usuários é rigorosamente realizada dentro da lei e que as pessoas detidas têm seus direitos garantidos.

As prisões foram questionadas pelo Ministério Público, que acusa a Polícia Civil de não seguir medidas legais. "Na resposta, ressaltamos sobre a importância de manter as prisões e estamos aguardando decisão da Justiça", diz Ramuth.

Apesar do aumento das detenções, o vice atribui ao monitoramento de câmeras de vigilância e à presença mais constante de agentes de saúde a tendência de redução do número de pessoas no fluxo.

Segundo ele, entre os frequentadores, cerca de 120 pessoas estão em situação crítica de abuso de drogas. "As pessoas não estão lá se divertindo, não é uma cracolândia, é uma cena aberta de uso", diz o vice-governador, que insiste na mudança de alcunha da aglomeração de usuários.

A gestão Nunes disse que houve redução de 27% na estimativa do número de pessoas na rua dos Protestantes entre abril e maio. No mesmo período, a GCM afirmou ter feito 137 prisões em parceria com a PM. As equipes de saúde fizeram mais de mil encaminhamentos nos dois meses.

Lessa aponta grilagem no cartório de maior receita no país

Italo Nogueira

RIO DE JANEIRO O ex-policial militar Ronnie Lessa indicou em sua delação premiada com a Polícia Federal que a grilagem de terras na zona oeste do Rio de Janeiro ocorre por meio de fraudes dentro do cartório mais rentável do país. A prática é um dos motivos alegados para a morte da vereadora Marielle Franco (PSOL).

Ele indicou três pessoas que seriam as responsáveis por "fazer miséria" em documentos do 9º RGI (Registro Geral de Imóveis), responsável pelo controle de propriedade em bairros das zona oeste e sul do Rio de Janeiro.

Segundo dados do CNJ (Conselho Nacional de Justiça), ele teve R$ 75,9 milhões de faturamento no segundo semestre do ano passado, considerado o maior do país.

A Associação de Registradores de Imóveis do Rio de Janeiro (Airj) e o 9º RGI disseram "que não há qualquer relação do cartório e de seus funcionários com o despachante citado durante a delação".

"A Arirj e o 9º Ofício se colocam inteira e ativamente à disposição das autoridades para investigação de quaisquer práticas criminosas", diz a nota.

A PGR (Procuradoria-Geral da República) acusou os irmãos Domingos e Chiquinho Brazão como mandantes da morte de Marielle. Um dos motivos, segundo a investigação da Polícia Federal, seria impedir que ela prejudicasse os interesses da família em práticas de grilagem de terras e para dissuadir outros integrantes do PSOL a adotar a mesma postura. Os dois negam envolvimento no caso.

O conflito seria, diz a PF, o ápice de desavenças entre os Brazão e integrantes do PSOL desde 2008, quando o conselheiro teve o nome citado no relatório da CPI das Milícias.

Em depoimento, Lessa descreveu a ação de três pessoas, identificadas como Jorge Panaro, seu filho e um homem chamado de Geleia, dentro do 9º RGI para regularização de documentos de terrenos invadidos por milicianos.

"O Geleia é uma espécie de despachante. [...] Ele tem os acessos, levanta tudo o que o senhor imaginar. Ele vai levantar no 9º RGI. Vai levantar os documentos, vai conseguir carimbo, vai conseguir registrar com datas retroativas, eles fazem miséria no 9º RGI. O Geleia, Jorge Panaro, o filho do Panaro, esses caras têm um acesso muito grande ao 9º RGI", disse o ex-PM.

Jorge José Panaro é o nome de um ex-presidente da associação de moradores de Rio das Pedras. Lessa afirmou que ele já havia morrido. A reportagem não conseguiu identificar seu filho ou o homem chamado de Geleia.

Lessa descreveu no depoimento à PF o "modus operandi" para a grilagem de terras na zona oeste da cidade.

O ex-PM disse que a recompensa pela morte de Marielle seria justamente a autorização dos irmãos Brazão para gerir um loteamento irregular na zona oeste da cidade. Ele também disse que tinha planos de invadir uma área na avenida Ayrton Senna, em ponto próximo à favela Gardênia Azul.

O 9º RGI já foi alvo de uma CPI na Assembleia Legislativa em 2011. O relatório final, porém, não apontou responsáveis e não conseguiu comprovar as suspeitas levantadas.

De acordo com a PF, documentos encontrados na casa de Domingos Brazão descrevem operações imobiliárias da família com indícios de grilagem de terras. O relatório, porém, não descreve algum envolvimento do 9º RGI.

Adams Carvalho

Horas vagas

Aos olhos do Grande Irmão, ver um filme ou ler um livro são meios, não fins

Antonio Prata
Escritor e roteirista, autor de "Por Quem as Panelas Batem"

O host do talk-show pergunta à entrevistada —não sei se é uma estrela de Hollywood, uma astrofísica da SpaceX, uma nutróloga influencer vendendo a mais moderna dieta ancestral— "o que você faz no seu tempo livre?". A moça encara o entrevistador com 1/3 de surpresa, 1/3 de sarcasmo, 1/3 de orgulho, vira pra câmera, repete "Tempo livre???!!!" e gargalha, no que é seguida pela plateia, numa catarse masoquista.

A cena nunca aconteceu. Foi algo que imaginei no meu tempo livre. Na verdade, não era um tempo liiiiivre, livre. Eu estava num show, que é uma forma de lazer autorizada por, digamos assim, nosso totalitarismo utilitarista.

Eventos culturais são vistos, no nosso mundo excelerado, como "formação continuada", "criação de repertório", "networking". Aos olhos do Grande Irmão (Caim S.A.), ver um filme, ler um livro ou ouvir música são meios, não fins —ou seriam, aí sim, o fim. Uma coisa é estar sexta à noite numa casa de shows, se nutrindo de música e poesia, que, espera-se, serão digeridas e transformadas em nutrientes pra segunda de manhã. Outra coisa é estar numa rede, tipo, terça à tarde, indo pra lá e pra cá, matutando: agora tô indo pra lá, agora tô vindo pra cá, agora lá, agora cá, agora... (Sou contra reticências, mas esta crônica é justamente sobre...).

Uma coisa é ver e ser visto na noite de São Paulo, numa casa de shows que "você precisa conhecer, nossa, tá todo mundo lá...". Outra coisa é estar sentado à mesa duas e trinta e sete da madrugada de quinta, encarando uma migalha de pão francês, pensando que, nossa, parece a Austrália e procurando migalhinhas que por ventura formem a Nova Zelândia e Papua-Nova Guiné. Às duas e trinta e nove você especula se umas gotas de vinho em torno da migalha não seriam, quem sabe, Tuvalu, Kiribati, Samoa e Tonga?

Li outro dia o texto de uma filósofa ou socióloga, não lembro bem, sugerindo que o totalitarismo, como modelo de estado, tinha sido derrotado no século 20. Não é mais imaginável um comunismo ou nazismo que invada nossas vidas como a água numa esponja. Que alívio, a gente pensa, enquanto se orgulha de dormir cinco horas por noite, de almoçar enquanto faz esteira, lê o jornal, cuida dos filhos e entrega currículo, hemograma completo, histórico do Google e antecedentes criminais nas mãos do Zuckerberg: "tempo livre?! Hahahaha!".

Por anos fiz um freela fixo pra revista de uma grande empresa global, cujo nome não importa. Eu entrevistava funcionários para uma seção intitulada "I have a life outside Grande Empresa Global". Fazia perfis de engenheiros, químicos, publicitários, gerentes de RH e outros profissionais que gostavam de pescar lula, de plantar rabanetes, de praticar tai chi, de sei lá o que, fora do trabalho.

A intenção da empresa (boa, creio) era encorajar seus funcionários a redescobrir o mundo para fora daqueles muros. A não se transformarem em zumbis corporativos. Imagina uma escola que tivesse de estimular os alunos a aproveitar o recreio? Nem George Orwell em "1984" nem Pink Floyd em "The Wall" foram tão pessimistas.

O show em que eu estava (ao contrário da entrevista lá no começo, existiu de verdade) era um duo de voz e violão dos meus amigos e ídolos Ricardo Teperman e Vinicius Calderoni. No biz eles vieram com uma música que dizia (cito de memória) "Pra que cantar?/ Cantar pra que?/ Se quer saber/ Parou de escutar". Saquei o celular e anotei, embaixo da mesa, pra ninguém ver a luz: "crônica sobre horas vagas". Ei-la.

| DOM. Antonio Prata | **SEG. Marcia Castro,** Giovana Madalosso | TER. Vera Iaconelli | QUA. Ilona Szabó de Carvalho, Jairo Marques | QUI. Sérgio Rodrigues | SEX. Tati Bernardi | SÁB. Oscar Vilhena Vieira, Luís Francisco Carvalho Filho

Brigadistas combatem fogo para salvar ribeirinhos no pantanal

Lucas Lacerda e Bruno Santos

CORUMBÁ (MS) A cada seis meses, cerca de 45 moradores da região de Corumbá (MS) começam a trocar mensagens e combinar a volta ao trabalho contra incêndios no pantanal. Depois de palestras em escolas e associações da região, vestem coletes e se embrenham no mato para combater o fogo, como o que destrói o bioma nesse momento.

Normalmente, essa época ainda é a de campanhas educativas e preparação, mas o fogo chegou antes, e mudou o cronograma dos agentes da Brigada Pantanal do PrevFogo, programa do Ibama.

A **Folha** acompanhou uma dessas operações neste sábado (15), cujo objetivo é salvar a casa de ribeirinhos.

Por volta das 12h30, 11 brigadistas embarcaram em uma lancha da Marinha no rio Paraguai, na base do PrevFogo em Corumbá, a menos de 5 km da fronteira com a Bolívia.

O destino era uma área 15 km à leste do município. Como em outras regiões, a vegetação seca é rapidamente consumida pelo fogo, que cerca e destrói as moradias de ribeirinhos como aconteceu na noite de sexta (14).

A região em que os brigadistas atuaram, Retiro de Santo Antônio, é uma cena que se repete ao longo do rio. As colunas de fumaça densa indicam os locais com incêndio, e logo a lancha está navegando dentro de uma nuvem espessa. Chegando à margem, instalam uma bomba no rio.

O equipamento serve para abastecer mangueiras que são desenroladas estrada adentro, na direção de uma casa.

O trabalho dos brigadistas consiste em molhar o solo e fazer aceiros —tirar vegetação e deixar uma faixa de terra— para evitar a propagação do fogo.

Única mulher entre os agentes, Débora Leite, 43, ia na frente molhando o solo. É o segundo ano dela na brigada e fora da época de incêndios ela trabalha como cozinheira em Corumbá.

Às vezes o percurso era interrompido para que ela voltasse a algum foco repentino de incêndio, geralmente cupinzeiros.

Em último caso, diz o brigadista e personal trainer Luiz Otávio da Silva, 41, a equipe usa fogo contra fogo. Após fazerem uma chama com o chamado pinga-fogo, usam um soprador para fazer duas frentes de incêndio se encontrarem e se anularem.

O trabalho no PrevFogo é temporário, com contratos de seis meses. Fora da temporada, quem trabalha contra os incêndios no pantanal ganha a vida com outras atividades. É o que diz o carpinteiro Waldemir Neves, 33.

Quem esta há mais tempo garante que a destruição está mais agressiva em 2024 do que em 2020, ano marcado pelas piores queimadas no bioma.

"É meu quinto ano. 2020 foi trágico. Dormíamos na BR [estrada], em posto de gasolina e em barraca ao redor da caminhonete. Dois dormiam e dois combatiam, era 24h", diz Gustavo Vargas, 33, que é motorista de aplicativo.

Depois de controlado o fogo no Retiro de Santo Antônio, ele e os colegas pararam para lanchar, em meio a lamentos em relação aos incêndios de 2020. "Foi tudo embora na Serra do Amolar naquele ano."

O lamento, porém, foi interrompido por outro foco de incêndio. Com a bomba de água, parte da equipe voltou o trabalho.

Balcão parcialmente destruído pela enchente na Casa de Cultura Mario Quintana, no centro de Porto Alegre Carlos Macedo/Folhapress

Patrimônios históricos do RS são danificados por enchentes

Limpeza e dimensão do desastre desafiam preservação de prédios antigos

DELTAFOLHA

Carlos Villela, Nicholas Pretto e Cristiano Martins

PORTO ALEGRE E SÃO PAULO Os danos causados pelas enchentes que atingiram o Rio Grande do Sul, devastaram cidades e tiraram mais de 600 mil pessoas de casa também evidenciam a vulnerabilidade do patrimônio histórico e arquitetônico gaúcho frente a eventos climáticos extremos.

Levantamento da **Folha** mostra que cerca de 230 bens tombados nas esferas municipal, estadual ou federal estão em áreas inundadas e foram potencialmente danificados, em maior ou menor grau.

A estimativa é baseada em mapeamento das inundações feito por pesquisadores da UFRGS (Universidade Federal do Rio Grande do Sul), em dados do Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), do Iphae-RS (órgão equivalente a nível estadual) e das prefeituras de Porto Alegre, Canoas e São Leopoldo, cidades afetadas da região metropolitana. O recorte contemplou dados disponibilizados pelas gestões municipais.

Órgãos públicos ainda trabalham para quantificar os danos ao patrimônio histórico e cultural do estado. Voluntários e servidores estão na etapa de limpeza na maioria dos casos.

O antigo prédio dos Correios, inaugurado em 1914 em Porto Alegre, o Centro Histórico da capital, e a cidade serrana de Santa Tereza, com casas erguidas por imigrantes italianos, são os principais exemplos de bens tombados na esfera federal. Há cerca de 20 bens estaduais e, só em Porto Alegre, 37 municipais.

Mais de um mês após o pico da tragédia, o impacto da elevação recorde no nível do lago Guaíba ainda é visível no Centro Histórico, em um percurso de sítios tombados que se estende do Mercado Público à Usina do Gasômetro.

A enchente se alastrou por todas as lojas do térreo do Mercado Público, inaugurado em 1869, danificou a parte elétrica e uma obra de saneamento na calçada interna.

A água chegou a 1,8 metro e prejudicou metade dos estabelecimentos. Na parede, a marca aparece bem acima da placa que mostra o alcance do Guaíba em maio de 1941, a maior cheia até então.

O espaço recém havia sido restaurado após um incêndio que destruiu quase 60% do segundo andar em 2013. A área foi liberada em 2022.

O Mercado Público, que recebe 300 mil pessoas por dia, reabriu na sexta (14) para acesso ao segundo andar e para lojas com acesso direto para a rua. A prefeitura estima que a reconstrução do prédio custará R$ 5 milhões. Comerciantes projetam prejuízos de R$ 15 milhões a R$ 27 milhões em mercadorias, mobiliário e dias fechados.

A duas quadras dele fica a praça da Alfândega, sítio tombado ocupado por mesas de xadrez, engraxates e bancos para descanso. Por semanas, somente barcos, botes e jetskis transitaram por lá. O espaço abriga o Margs (Museu de Arte do Rio Grande do Sul), cujo acervo reúne 5.700 obras, muitas do século 19.

Graças a uma força-tarefa, mais de cem quadros foram realocados em outros locais do prédio e nenhuma obra de destaque —como de Iberê Camargo, Candido Portinari ou Alfredo Volpi— foi perdida. O térreo, no entanto, foi alagado até 2 m, danificando obras do acervo em papel.

A enchente também comprometeu o sistema de climatização do museu, documentos administrativos e a mobília.

Para Francisco Dalcol, diretor do Margs, depois de toda a organização e limpeza, a disposição de obras no museu precisará ser repensada. "O primeiro andar não pode mais cumprir essa finalidade, ainda mais com o agravamento dos fenômenos climáticos que estamos vivendo."

Ele diz que, até o momento, não foram identificadas rupturas de viga no prédio centenário, mas uma série de canalizações de esgoto pluvial passam por baixo do prédio e precisarão ser investigadas.

"A informação que a gente trabalhava no museu era de que o sistema suportaria até 6 m de altura, mas a praça da Alfândega começou a ser alagada bem antes disso, por volta dos 4 m".

Ainda na praça da Alfândega, a antiga agência central dos Correios, que dá lugar ao Memorial do Rio Grande do Sul, também foi inundada.

Na Casa de Cultura Mario Quintana, museu do antigo hotel onde morava o poeta, os principais danos foram na cinemateca. A rede elétrica, o piso, mais de 200 poltronas, carpetes e todo mobiliário foram danificados.

A enchente do Guaíba afetou os bairros com maior patrimônio inventariado: Centro Histórico, Cidade Baixa e região do 4º Distrito.

Porto Alegre está em contato com o Iphan para dar apoio na avaliação dos danos. O maior desafio ainda é reconhecer os patrimônios danificados.

A EPAHC (Equipe do Patrimônio Histórico e Cultural de Porto Alegre) montará uma comissão para monitorar bens alagados, como o Museu Joaquim Felizardo, dedicado à história da capital.

"O museu tem uma qualidade muito boa, porque o piso dele é de grama, então absorveu bem a água, que não ficou empoçada por muito tempo", diz Débora Magalhães, diretora da EPAHC.

A Secretaria de Cultura do estado trabalha com 484 voluntários, sendo 313 técnicos em conservação, restauração, museologia e arquitetura. O governo gaúcho e o Banrisul vão destinar R$ 25 milhões para a recuperação de instituições ligadas à cultura.

Em São Leopoldo, a 35 km de Porto Alegre, as autoridades também não têm um quantitativo exato do estrago em bens tombados. A cidade ainda está na fase de limpeza, já que 75% dos habitantes foram diretamente atingidos.

"O estado atual é que, em menos de 60 dias, a gente não vai conseguir limpar minimamente a cidade", avalia Jari da Rocha, secretário-adjunto de Cultura do município.

Ao menos 20 imóveis tombados a nível federal ou estadual foram atingidos pelas enchentes no Rio Grande do Sul

Patrimônio histórico-cultural tombado no Rio Grande do Sul e as inundações

Patrimônio histórico-cultural tombado no centro de Porto Alegre

Fonte: Análise do DeltaFolha com base em dados de IPH e IGEO/UFRGS, Iphan, Iphae e órgãos municipais de cultura

MORTES

coluna.obituario@grupofolha.com.br

Padre deixa legado na educação

HUMBERTO CAPOBIANCO (1933 - 2024)

João Pedro Capobianco

SÃO PAULO Sempre que voltava a Minas Gerais, chegando do interior de São Paulo ou de qualquer outra parte do mundo, ele contagiava a família com seu bom humor e sua sabedoria.

Nascido em Campestre (MG), em 22 de junho de 1933, Humberto Capobianco era filho do casal José e Percídia. Apaixonado por futebol desde a infância, deixou cedo a cidade de natal para se dedicar à vida eclesiástica.

Tio Padre, como era chamado em família, ingressou no Seminário de Pirassununga (SP) em 1946, e virou sacerdote aos 25 anos. Na cidade do interior paulista, trabalhou ajudando os mais necessitados e se engajando no campo da educação. Foram mais de seis décadas dedicadas à igreja como missionário do Sagrado Coração, congregação que ele representou em conferências em cinco continentes.

O Colégio John Kennedy, em Pirassununga, foi fundado (1971) e dirigido por ele. Aquela presença altiva influenciou centenas de estudantes, como a jornalista Daniela Arcanjo, que relembra seu legado humanista: "Ele tinha uma personalidade radicalmente humana. A história que mais me marcou com o padre Humberto aconteceu quando lançaram 'Tropa de Elite'", diz ela. "Lembro que ele passou de sala em sala para falar sobre tortura. Talvez um diretor de escola escolhesse se abster da discussão, mas ele quis falar. Foi um privilégio ter essa referência em anos tão definitivos da minha formação."

O amor do Tio Padre à cultura era reconhecido pelos pares no sacerdócio, que viam nele um líder e um exemplo. "Era um homem atento à escuta, que ensinava pelos gestos e pelas palavras. Um homem simples, mas de muita cultura. Rico em conhecimento, mas pobre naquilo que tinha. Deu um testemunho de vida religiosa", disse dom Manoel Ferreira dos Santos, bispo de Registro (SP), durante missa de corpo presente.

Apaixonado pelo Flamengo, incentivava, com algum sucesso, as gerações mais novas da família a torcer pelo time rubro-negro. A relação com o futebol é narrada no livro "As Cartas de Wagner", em que sua irmã Clarita Brochado Capobianco conta, entre outras histórias da cidade de Campestre, os esforços do menino Humberto para formar seu invejado time de botão.

Após 90 anos de vida voltada às pessoas, ao ensino e à igreja, padre Humberto Capobianco deixa um legado de humanismo e de amor ao próximo. Morreu no domingo, 2 de junho, em Pirassununga, assistindo à última goleada, de 6 a 1, do Flamengo sobre o Vasco.

Regime monogâmico cresceu na colonização, dizem pesquisadores

Definição sobre herança e controle sobre povos indígenas orientaram a investida nessa forma de relacionamentos

SÉRIES FOLHA
É TUDO AMOR

Renata Moura

NATAL (RN) Mesmo para os pesquisadores, a pergunta "de onde vem a monogamia?" pode assustar. A psicanalista e doutora em sociologia Mônica Barbosa é direta ao replicar: "Como se diz na Bahia, quem souber essa resposta morre", diz, usando uma expressão local para algo difícil de explicar.

A origem, longe de ser natural ou romântica, está, segundo estudiosos, muito mais relacionada a interesses religiosos, econômicos e de dominação. "Não há consenso científico sobre a monogamia, mas uma série de teses sobre o seu surgimento. E não é possível pensar na consolidação dela sem considerar o que chamamos de modernidade, um período longo, dos últimos 500 anos, marcado pelo colonialismo, pela hegemonia da cultura cristã, e que tem o capitalismo como base", diz.

A socióloga, parte do grupo Afetos, Políticas e Sexualidades Não-Monogâmicas, da UFJF (Universidade Federal de Juiz de Fora), observa que "a monogamia é a norma" e está longe de ser "uma moda que passou".

"Temos uma produção cultural massiva que nos induz a pensar que podemos viver um único amor de cada vez. Além disso, temos um regime político, econômico e social que favorece as relações monogâmicas. O status social do casamento, da família, os financiamentos que você consegue fazer em casal, o aluguel que você divide, a sensação de amparo, num Estado que não nos ampara."

O relacionamento romântico e sexual com um único parceiro ou parceira compõe, segundo a professora do Instituto de Psicologia da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Edna Ponciano, uma configuração normativa que surge com o Estado moderno e com a preocupação de manter a ordem social e econômica, restringindo a herança a um contrato matrimonial.

"Ela é associada a valores éticos e morais. O amor romântico com a exigência de exclusividade não funcionam para todo mundo", diz, apontando que o maior problema da monogamia é a imposição, que gera sofrimento a quem fracassa em manter a exclusividade.

"Se pensarmos a partir da América Latina, podemos dizer que a monogamia começa a se instaurar como norma a partir da colonização, no século 16, que deposita nos jesuítas a missão de impor os valores da Igreja Católica aos povos originários", diz Barbosa.

"A instauração desse sistema como regra era parte do projeto de disciplinamento da sexualidade indígena, e o não cumprimento dela era severamente punido com práticas que podiam levar à morte, como a tortura e o banimento."

O pesquisador e doutor em filosofia espanhol Pablo Perez Navarro, da Universidade de Coimbra e se debruça sobre frentes como o poliamor e a monogamia no Brasil contemporâneo, em parceria com a UFBA (Universidade Federal da Bahia), observa que a estrutura monogâmica tem origem associada às culturas patriarcais.

Um momento que considera crítico para a construção desse regime ocorre por volta da Revolução Francesa, quando o casamento civil é instituído, e, poucos anos depois, quando é promulgado o Código Napoleônico — conjunto de leis civis estabelecido por Napoleão Bonaparte no início do século 19. "Digamos que o Estado começa a dividir com a Igreja a tarefa de santificar esse tipo de união, só que agora de forma administrativa, burocrática", afirma Navarro.

"É um momento juridicamente muito significativo para entender o lugar que a monogamia ocupa no presente. É um momento em que também se institui uma noção que tem tudo a ver com a organização monogâmica dos afetos, das relações de parentesco, da reprodução, que é a noção de ordem pública. É nesse código em que a ordem pública é referida como o limite para tudo que cidadãos e cidadãs podem acordar entre eles, incluído o acordo matrimonial."

> "A instauração da monogamia como regra era parte do projeto de disciplinamento da sexualidade indígena, e o não cumprimento era severamente punido com tortura e banimento
>
> **Mônica Barbosa**
> socióloga

Essa ordem, segundo o pesquisador, está ligada à necessidade de se impor um limite aos arranjos familiares e de ver instituída a monogamia como modelo único. "Muitas vezes para explicar o que significa a ordem pública na atualidade, se usa como exemplo a ideia de que a monogamia é o limite do que se pode reconhecer, ou muitas vezes tolerar ou permitir por parte do Estado."

Segundo o filósofo, o problema é que existem diversas formas de relação que escapam a essa definição monogâmica —e elas acabam demonizadas e censuradas socialmente e juridicamente.

"Temos que construir uma ordem social que não imponha um modelo relacional, seja a monogamia, seja qualquer outro."

Manifestantes neste sábado (15) em ato contra o PL Antiaborto por Estupro; após concentração na av. Paulista, participantes caminharam até a praça Franklin Roosevelt Tuane Fernandes/Folhapress

Lula classifica de 'insanidade' querer punir vítima de estupro

TODAS

Michele Oliveira

PUGLIA (ITÁLIA) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) classificou de "insanidade" o PL Antiaborto por Estupro, que restringe o aborto legal em casos de estupro. O petista se disse pessoalmente contra o aborto, mas afirmou que, como a prática é uma realidade, precisa ser tratada como questão de saúde pública.

Em seu último compromisso na Europa, antes de voltar ao Brasil, neste sábado (15), ele concedeu entrevista em Puglia, na Itália, onde participou da reunião de cúpula do G7.

"Acho uma insanidade alguém querer punir uma mulher com uma pena maior do que a do criminoso que fez o estupro", disse o presidente. "À distância, não acompanhei os debates intensos no Brasil, mas, quando eu voltar, vou tomar ciência disso. Tenho certeza de que o que tem na lei já garante que a gente haja de forma civilizada para tratar com rigor o estuprador e com respeito a vítima."

Lula não detalhou, porém, como o governo pretende se envolver no debate e frear ou modificar o projeto de lei.

Ao ser perguntado se a legislação vigente sobre o aborto no Brasil precisa de mudanças, o presidente afirmou que, como já havia dito nas campanhas presidenciais que disputou, é pessoalmente contra o aborto.

"Eu, Luiz Inácio Lula da Silva, fui casado, tive cinco filhos, oito netos e uma bisneta. Eu sou contra o aborto", afirmou. "Entretanto, como o aborto é uma realidade, a gente precisa tratar como questão de saúde pública."

A manifestação do presidente neste sábado marca uma mudança em relação ao dia anterior, quando só afirmou que iria "tomar pé" da situação.

A repercussão negativa sobre a condescendência do governo na votação que instituiu regime de urgência ao PL levou Lula, a primeira-dama, Janja, e a articulação política do Executivo a endurecerem a posição sobre a matéria.

O projeto de lei 1904 impõe um prazo de 22 semanas na realização de qualquer procedimento de aborto, inclusive em hipóteses atualmente aceitas no país.

Hoje, o procedimento só é permitido em três situações, que são gestação decorrente de estupro, risco à vida da mulher e anencefalia fetal. Os dois primeiros estão previstos no Código Penal de 1940 e o último foi permitido via decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) em 2012. Para todos esses cenários, não há limite da idade gestacional para a realização do procedimento.

Lira minimiza tramitação acelerada de PL

BRASÍLIA E SÃO PAULO O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), minimizou a tramitação acelerada do PL Antiaborto por Estupro no Congresso e disse prever uma série de debates sobre o tema antes de qualquer decisão dos parlamentares.

As declarações foram dadas na última quinta (13), em Curitiba, depois da aprovação da urgência do projeto.

"Não é porque uma urgência é aprovada que [o PL] vai para o plenário na semana que vem", disse Lira após participação na 9ª edição do Congresso Brasileiro de Direito Eleitoral.

Segundo o presidente da Câmara, a decisão não é rápida e a população precisa entender o andamento do processo legislativo. "Quando se tem uma casa com 40 mil projetos, há o artifício de um pedido de urgência que antecipa algumas etapas, por exemplo as comissões", disse.

"Mesmo depois de uma urgência aprovada, tem que ser designado um relator, tem que se construir um texto, tem que se discutir com as bancadas, tem que fazer encontros, seminários, conferências e tem que conseguir os votos de todas as bancadas para ter o texto", acrescentou.

Uma proposição pode tramitar com urgência quando há apresentação de requerimento dos parlamentares nesse sentido. Nesse caso, ela dispensa algumas formalidades regimentais.

Levar a urgência do PL Antiaborto por Estupro à votação foi uma decisão do colégio de líderes. O presidente não tem poderes para desfazê-la unilateralmente. Na próxima terça-feira (18), as lideranças da Casa deverão discutir com Lira como será a tramitação abreviada do projeto.

Sem antecipar quem ficará com a relatoria, Lira disse que tem um compromisso com a bancada feminina de que será uma mulher de ala "moderada". Segundo ele, é o relator quem dá "o tom" do texto final.

"É um texto polêmico e, se não tiver condição, se não tiver consenso, não vai ao plenário. Mas, por sentimento, entendo que o Congresso não irá avançar em cima do que já está pacificado na legislação, com as exceções que se permitem [para o aborto]", afirmou.

Neste sábado (15), Lira foi um dos principais alvos de um protesto no centro da capital paulista que reuniu cerca de 5.000 pessoas, segundo a Polícia Militar —a organização do ato estimou o dobro. Manifestantes pediram o arquivamento do projeto e gritavam "Fora, Lira", além de "criança não é mãe e estuprador não é pai".

"Queremos o arquivamento desse projeto nefasto", disse Maria das Neves, integrante da União Brasileira de Mulheres. "É um retrocesso civilizatório, usam nossos corpos como moeda de troca e avançam com a política do estupro."

"Ninguém quer ver uma criança sendo obrigada a parir aquilo que foi objeto de extrema violência", afirmou Luka Franca, do Movimento Negro Unificado, durante o protesto.

O projeto de lei 1904 equipara a punição para o aborto à reclusão prevista em caso de homicídio simples. Com isso, a mulher que fizer o procedimento, se condenada, cumprirá pena de 6 a 20 anos de prisão. Já a pena prevista para estupro no Brasil é de 6 a 10 anos. Quando há lesão corporal, de 8 a 12 anos.

INÊS 249

Cavalos em vila na região de Krasnoiarsk, na Sibéria Ilya Naymushin - 10.nov.15/Reuters

Humanos passaram a criar cavalos para valer há 4.200 anos

Tentativa anterior na Ásia Central não teria deixado descendentes, segundo dados publicados na Nature

Reinaldo José Lopes

SÃO CARLOS (SP) A domesticação dos cavalos, um dos eventos mais transformadores da história da humanidade, aconteceu vários séculos depois do que se imaginava —e pode não ter influenciado o surgimento das línguas que hoje predominam na Europa e nos países colonizados por europeus, como se acreditava até agora.

Novos dados sobre o tema, baseados em análises de DNA de cavalos antigos e modernos, acabam de ser publicados na revista científica Nature, uma das mais importantes do mundo.

Os pesquisadores, liderados por Pablo Librado, do Instituto de Biologia Evolutiva de Barcelona, e Ludovic Orlando, do Centro de Antropobiologia e Genômica de Toulouse (França), estimam que a transformação dos cavalos em animais criados regularmente por seres humanos só teria se dado para valer há 4.200 anos, nas estepes em torno do mar Negro (onde de hoje ficam províncias da Ucrânia e da Rússia).

Segundo a análise da equipe, até teria havido uma tentativa mais antiga, há 5.500 anos, na Ásia Central. Mas esse primeiro passo para domesticar os equinos não teria deixado descendentes na população atual da espécie e, além disso, tinha como objetivo transformar os cavalos selvagens em animais de corte e leiteiros, e não em montarias ou puxadores de carroças e outros veículos.

O debate em torno das datas e da função dos cavalos pode parecer bizantino, mas faz muito tempo que os bichos têm sido vistos como um acessório essencial para o que teria sido uma das maiores transformações populacionais da história do Velho Mundo.

Hoje, quase todos os idiomas da Europa (incluindo o português e seus parentes próximos), assim como muitos dos que são falados na Índia, no Irã e no Afeganistão, são classificados como membros de uma única grande família, a das línguas indo-europeias. Tudo indica que elas descendem de um ancestral comum, que existiu no começo da Idade do Bronze, há cerca de 5.000 anos.

> [Os criadores] controlaram a reprodução dos animais tão bem que quase cortaram pela metade o intervalo entre gerações de Cristo
>
> **Ludovic Orlando**
> pesquisador do Centro de Antropobiologia e Genômica de Toulouse (França)

Dados arqueológicos e de DNA sugerem que variantes da língua ancestral se espalharam por essa área tão vasta levadas por tribos de pastores e agricultores que as falavam e, em boa medida, derrotaram e/ou assimilaram os povos das regiões que invadiram.

Esses "protoindo-europeus", como são chamados, teriam conseguido essa façanha, segundo certas hipóteses, graças ao uso do cavalo como meio de transporte e equivalente primitivo dos tanques de guerra.

Os mesmos dados arqueológicos indicavam que eles viveram das estepes do mar Negro. E suas línguas tinham e têm uma palavra em comum para designar os cavalos —semelhante a "equus" em latim (origem do nosso termo "equino") ou "híppos" em grego. Tudo parecia se encaixar.

As análises de DNA conduzidas por Librado e Orlando, porém, mostram que todos os cavalos domésticos hoje descendem de uma linhagem que não estava presente na Europa ou em outros lugares colonizados pelos indo-europeus há 5.000 anos —ela só aparece ali 800 anos mais tarde.

Os cavalos achados nesses locais antes desse período eram aparentados a cavalos selvagens muito mais antigos de cada região e, ao que tudo indica, ainda não tinham sido domesticados.

Os dados genômicos mostraram ainda dois sinais importantes do processo de domesticação, dizem os pesquisadores. Um deles é o aumento da consanguinidade —o cruzamento deliberado de cavalos e éguas com parentesco próximo, provavelmente para "concentrar" características desejadas pelos criadores numa linhagem domesticada.

Outro indício é a diminuição do intervalo entre as gerações de equinos, provavelmente por meio do manejo dos potrinhos e das éguas reprodutoras.

"Eu sempre me perguntei como os criadores conseguiram produzir um número substancial de cavalos, a partir de uma área inicial de domesticação relativamente pequena, para suprir a demanda global crescente por cavalos na virada do segundo milênio antes de Cristo", contou Orlando em comunicado.

"Agora temos a resposta. Eles controlaram a reprodução dos animais tão bem que quase cortaram pela metade o intervalo entre gerações", resume ele.

Se eles estiverem corretos, o "fator equino" deixaria de ser o elemento que facilitou a expansão dos protoindo-europeus. Mas, mesmo assim, a domesticação da espécie em grande escala teve um impacto histórico importante em todo o Velho Mundo a partir de 2200 a.C. com o uso de carros de guerra (bigas) puxados por cavalos e, provavelmente mais tarde, de guerreiros montados, usando arcos, lanças ou espadas.

Tecnologia nuclear é usada no RS para tratar animais resgatados

PORTO ALEGRE Quinze cavalos atingidos pelas recentes chuvas no Rio Grande Sul sofreram lesões graves na pele, alguns deles com quase metade de todo o órgão atingido. Três deles não resistiram e morreram. Para tratar os demais, veterinários testam um curativo em forma de gel, com nanopartículas de prata, produzidas por radiação.

O material, inicialmente projetado para aplicação em humanos, foi enviado nesta semana pelo Laboratório Nacional de Nanotecnologia Aplicada às áreas Nuclear e Correlatas da Comissão Nacional de Energia Nuclear (Nuclear-Nano/CNEN) para a cidade de Nova Santa Rita, na região metropolitana de Porto Alegre.

O lote teve como destino a Clínica Guadalupe, que recebeu os 15 cavalos retirados de uma área atingida por enchentes em Eldorado do Sul. "A imersão durante um longo período provoca uma diminuição no fluxo do sangue. Sem sangue, o tecido necrosa e a pele cai", relata o veterinário Guilherme Alberto Machado, proprietário do local.

O coordenador do NuclearNano, Ademar Benévolo Lugão, diz que a forma de gel é um dos diferenciais do curativo em relação a modelos comuns, como a gaze, que grudam na pele e provocam novas feridas.

"Você tipicamente lava as feridas e coloca uma gaze seca por cima", explica ele. "Só que isso é uma técnica muito antiga. Se a ferida, por exemplo, tem sangue, fluidos, essa gaze gruda na ferida e você cria uma nova ferida cada vez que for trocar o curativo. Então, há algumas décadas se descobriu que uma superfície úmida, que não adere à ferida, propicia uma cura mais rápida."

O curativo ainda tem nanopartículas de prata, que atuam como antisséptico e anti-inflamatório.

O curativo será usado pela primeira vez em cavalos e está em fase de testes para aplicação em humanos. O coordenador do Nuclear-Nano afirma acreditar que, quando for produzido em escala industrial, poderá ter baixíssimo custo e ser aproveitado no SUS (Sistema Único de Saúde).

Felipe Prestes

Um livro corajoso sobre meandros de luz e sombra da ayahuasca

Em 'Trippy', Ernesto Londoño revela encontros íntimos com o chá psicodélico

Marcelo Leite

Jornalista de ciência e ambiente, autor de "Psiconautas - Viagens com a Ciência Psicodélica Brasileira" (ed. Fósforo)

Boas surpresas sobre coisas brasileiras às vezes surgem em inglês. Foi assim, anos atrás, com o livro "Samba", de Alma Guillermoprieto, e se repete agora com "Trippy", de Ernesto Londoño.

O jornalista de família colombiana educado nos EUA foi correspondente do jornal The New York Times no Brasil. Se alguma casa editora nacional se dispuser a publicar a obra, poderia traduzir o título como "Viajandão", embora nem o original inglês nem essa versão em português façam justiça à gravidade do livro.

O subtítulo capta melhor a atmosfera do texto: "O perigo e a promessa de psicodélicos medicinais". Uma frase genérica, que tem o defeito de tirar o foco da ayahuasca, epicentro do volume, chamando porém a atenção para aspectos tanto sombrios quanto iluminadores do chá amazônico alterador da consciência.

Não conte com informação científica detalhada sobre pesquisas clínicas recentes que atestam o potencial terapêutico de psicodélicos contra transtornos psíquicos, como MDMA para estresse pós-traumático ou psilocibina para depressão. O que aparece vem na medida certa, para dar o contexto necessário.

O forte da narrativa está nas experiências vividas pelo autor durante e depois das cerimônias com a bebida, também conhecida como daime. Londoño participou de várias, no Brasil, na Costa Rica, no Peru, nos Estados Unidos.

A sinceridade é notável. Gay e depressivo com fantasias suicidas, o jornalista descreve as dificuldades de relacionamento e adaptação que enfrentou no Rio de Janeiro, depois de bem-sucedida carreira como correspondente de guerra e editorialista.

As primeiras experiências com ayahuasca o lançam numa reavaliação profunda da própria personalidade, da biografia e da história familiar. Para não entregar spoiler, cabe apenas dizer que há no epílogo um final feliz, após caminho árduo pontuado por testemunhos de cenas apavorantes.

Nos centros e rituais que visitou, Londoño presenciou e desencavou histórias que bem ilustram os riscos de experiências psicodélicas que deveriam ser terapêuticas e resultam abusivas. Assédio sexual, exploração econômica, manipulação espiritual e até maus-tratos físicos abundam nas páginas mais escuras.

Não falta luz, contudo. Lutando por vezes com a índole cética e distanciadora do jornalismo de qualidade, o repórter consegue render-se ao poder das plantas da ayahuasca, chacrona e mariri, relevando o misticismo que costuma acompanhar as cerimônias, para não falar de muitas mistificações neoxamânicas.

É talvez o efeito colateral mais benfazejo de psicodélicos: uma enorme boa vontade e inesgotável tolerância com o que é humano, mesmo nas manifestações mais patéticas. Sob seu efeito, mesmo o mais cartesiano e ateu dos jornalistas se torna menos cego para a insuficiência das certezas e para a própria vulnerabilidade.

Nesta altura o leitor já irá perguntar-se se o colunista não está a falar mais de si do que de Londoño. É provável que outros psiconautas experimentem a mesma identificação reconfortante na leitura. E é desejável que ela também assalte aqueles que poderiam curar-se com terapias psicodélicas já no horizonte clínico.

O chamado renascimento psicodélico para a medicina ganhou atenção pública em 2018 com o best-seller "Como Mudar sua Mente", de Michael Pollan. Que "Trippy", de Ernesto Londoño, possa fazer algo semelhante em favor da tecnologia milenar dos indígenas da Amazônia.

INÊS 249

ESPORTE AO VIVO
10h Polônia x Holanda Eurocopa, CAZÉTV
16h Sérvia x Inglaterra Eurocopa, SPORTV
16h Corinthians x São Paulo Brasileiro, GLOBO (SP)/PREMIERE

A torre Eiffel, em Paris, já está devidamente enfeitada com os tradicionais anéis dos Jogos Olímpicos Sarah Meyssonnier - 7.jun.24/Reuters

Paris-2024 acumula polêmicas em nome de legado sustentável

Organização descarta ar-condicionado na Vila Olímpica, mas abre brecha para aluguel de aparelhos durante Jogos

Nathalia Garcia

PARIS Por Jogos Olímpicos mais verdes e sem "elefantes brancos" —grandes investimentos que ficam sem uso depois das competições—, Paris acumula polêmicas com decisões tomadas em nome de legado mais sustentável. O comitê organizador se viu obrigado a fazer adaptações às necessidades da competição de alto rendimento.

A climatização da Vila Olímpica e Paralímpica é uma das principais controvérsias, bem como a construção de um novo centro aquático com capacidade insuficiente para abrigar as provas de natação. A despoluição do rio Sena e questões de segurança e acessibilidade também geram debate a menos de 50 dias do início das competições.

Em busca da meta de cortar pela metade a emissão de gases que geram o efeito estufa em relação a edições anteriores, Paris optou por não instalar ar-condicionado na Vila.

A escolha não foi bem recebida por diversas delegações, preocupadas com as ondas de calor no auge do verão europeu, quando os termômetros beiram os 40º C.

Pressionada, a organização dos Jogos abriu a possibilidade de locação de equipamentos de ar-condicionado, com o custo arcado pelos comitês olímpicos de cada país.

Segundo Georgina Grenon, diretora de Excelência Ambiental dos Jogos, será fornecida energia renovável para o funcionamento desses aparelhos em uma tentativa de minimizar os impactos ambientais.

Na visão dos organizadores, contudo, a climatização não seria necessária, sob o argumento de que o local foi projetado como um bairro capaz de amenizar as temperaturas.

Grenon citou o sistema de isolamento térmico, a disposição dos prédios em favorecimento à circulação de correntes de ar e a rede de refrigeração pelo solo com base no conceito de geotermia.

"Um cidadão comum que vai morar nesses apartamentos depois dos Jogos deverá ficar muito confortável", afirmou ela à **Folha**. "Tendo em vista os testes que fizemos, deverá ser suficiente para o conforto dos atletas.".

A busca por um legado sustentável também está por trás da justificativa dada pelo comitê para a construção de um centro aquático pequeno demais para abrigar as provas de natação —o COI (Comitê Olímpico Internacional) exige ao menos 15 mil lugares para essa modalidade.

A única instalação permanente arquitetada para as Olimpíadas tem apenas um terço dessa capacidade. Com 5.000 assentos, sendo 3.000 temporários, o centro aquático receberá as disputas de saltos ornamentais e de nado artístico e a fase preliminar do polo aquático.

A natação, por sua vez, acabou sendo levada para o outro lado da grande Paris, na Arena La Défense, em Nanterre (nos arredores da capital francesa), onde foi construída uma instalação temporária.

De acordo com Sabine Baillarguet, diretora de planejamento da Metrópole da Grande Paris, a decisão de enxugar o tamanho do centro aquático foi tomada "muito cedo", considerando o plano de construir um equipamento perene e adequado às limitações orçamentárias dos Jogos.

Em 2017, era estimado um custo de 90 milhões de euros (cerca de R$ 520 milhões na cotação atual). Ao término da obra, o valor apontado foi de 151 milhões de euros (cerca de R$ 870 milhões).

Laure Meriaud, uma das arquitetas responsáveis pelo projeto, contou que teve de repensar a proposta para reduzir custos. "Chegamos à conclusão de que, para gastar menos energia ou menos carbono, o mais simples seria não construir coisas", disse.

Para Samuel Ducroquet, embaixador para Esportes da França, trata-se também de uma questão de sustentabilidade social. Ele defende o legado que ficará para o departamento de Saint-Denis, onde uma em cada duas crianças não sabe nadar, segundo as autoridades.

"Queremos lutar contra esses elefantes brancos, essas infraestruturas gigantescas."

Outro investimento polêmico da França é o trabalho de despoluição do Sena. A qualidade da água do rio —que receberá a maratona aquática e a prova de natação na disputa do triatlo— continua sendo uma incógnita.

Acabou adiado o aguardado mergulho de Anne Hidalgo, prefeita de Paris, que tenta pôr fim nas desconfianças da comunidade internacional.

A França investiu 1,4 bilhão de euros (cerca de R$ 8 bilhões) para despoluir o Sena. No ano passado, os eventos-testes foram cancelados devido à qualidade da água.

O Sena também será palco da cerimônia de abertura — motivo de alerta em Paris em termos de segurança.

"As questões de segurança são uma prioridade e uma preocupação essencial para a França", disse o embaixador para Esportes.

A repórter viajou a convite do grupo AFD

> Queremos lutar contra esses elefantes brancos, essas estruturas gigantescas, que são mal calibradas e não correspondem às expectativas
>
> **Samuel Ducroquet**
> embaixador para Esportes da França

Cruzeiro surpreende e anuncia a contratação do atacante Dudu

SÃO PAULO O Cruzeiro surpreendeu e anunciou, na tarde de sábado (15), a contratação do atacante Dudu. O clube mineiro disse ter chegado a um acordo com o atleta de 32 anos e com o Palmeiras pela transferência de maneira definitiva.

"Formado nas categorias de base do Cruzeiro, Dudu voltará a ser atleta do clube após passar por exames e formalizar o novo contrato. O Cria da Toca é aguardado em Belo Horizonte na próxima semana", diz o texto publicado pela agremiação celeste.

O comunicado não oferecia detalhes sobre os valores envolvidos no negócio. Até a conclusão desta edição, o jogador e o time alviverde ainda não tinham se manifestado nem respondido aos contatos feitos pela reportagem.

O Palmeiras espera a conclusão de trâmites burocráticos para se posicionar. Mas alguns de seus dirigentes tratam a transferência como concretizada e apontam as condições oferecidas pelo Cruzeiro.

Apesar dos problemas físicos recentes, o atacante deverá receber quatro anos de contrato, com a possibilidade de renovação por mais um, no caso de metas atingidas. O salário também é superior ao que o atleta vinha recebendo na equipe de São Paulo.

Ídolo histórico do Palmeiras, Dudu está fora de ação desde agosto do ano passado, quando sofreu uma ruptura de ligamento no joelho direito. Recuperado, chegou a ir ao banco de reserva na partida mais recente de sua equipe, porém não foi acionado.

Contratado pela formação paulistana em 2014, o goiano teve um período de empréstimo ao Al Duhail, do Qatar, entre 2020 e 2021. Com a camisa verde, conquistou duas edições do Campeonato Paulista, quatro do Campeonato Brasileiro, uma da Copa do Brasil, uma da Supercopa do Brasil, uma da Copa Libertadores e uma da Recopa Sul-Americana.

Ele esteve também no início das campanhas que levaram o Palmeiras ao título do Paulista e da Libertadores na temporada 2020. Dessa forma, o clube também o inclui na galeria de campeões desses torneios.

De Neymar a Vini Jr., há esperança

Rosto da seleção muda do egoísmo ostentador para o da luta por causa nobre

Juca Kfouri
Jornalista e autor de "Confesso que Perdi". É formado em ciências sociais pela USP

Que a seleção brasileira sofre há muito de desamor e falta de vínculos com a torcida é sabido.
Os motivos são variados, e a participação de Neymar nisso é notória, principalmente entre os setores mais esclarecidos da sociedade.

Fosse ele um jogador solidário na seleção, alguém que jogasse coletivamente, sem a marca do cai-cai desde a Copa do Mundo na Rússia, as preferências fora do campo dele talvez passassem ao largo.

Neymar impôs seu modo egoísta de ser, submeteu Tite à sua dependência e protagonizou cenas lamentáveis como número 1 do time da CBF, em manifestações explícitas de novo-riquismo babaca e brega, ostentatório. Nada mais ridículo e revelador da pobreza interna do que a exposição da riqueza externa.

Vinicius Junior, a par de ser excelente jogador, não ainda do nível de Neymar, abraçou de corpo e alma a luta antirracista, a ponto de levar à condenação três cretinos espanhóis em Valência.

E cunhou a frase do ano: "Não sou vítima de racismo; sou algoz de racistas".

Neymar, lembremos, chegou a dizer, em 2010, que jamais havia sofrido com a questão racial ("até porque não sou negro"), embora anos depois tenha tomado atitudes menos alienadas em relação ao problema e se reconhecido negro em 2020.

Algodão entre cristais, nunca assumiu a luta antirracista, ao preferir fazer pregações marqueteiras pela paz.

Vini Jr., não. Fez da causa razão de ser, incansável, e virou referência mundial sobre o tema do racismo.

Sem que necessariamente uma coisa tenha a ver com a outra, resta agora assumir papel de relevância na seleção, à altura de sua capacidade técnica.

Até hoje não foi de amarelo o que é de branco, também porque, na Copa no Qatar, ficou exilado na ponta esquerda, para marcar laterais, como se não pudesse rivalizar com Neymar, o dono do time.

Contra a Croácia, 0 a 0 no placar, Tite o trocou por Rodrygo, aos 64 minutos, privando o time de seu talento decisivo em partida com prorrogação.

Carlo Ancelotti deve ter puxado os cabelos quando viu a substituição.

Para que Vini floresça, será preciso dar a ele as condições que tem no Real Madrid, e por aí passará a difícil, e improvável, decisão de Dorival Júnior em prescindir de Neymar, que tampona o madridista.

Felipão fez isso em 2002 com Romário, e deu certo.

Curioso como o futebol muda em poucos anos.

Em 2010, Dunga errou redondamente ao não levar Neymar e ficou sem alternativa ao procurar alguém no banco para tentar reagir diante da Holanda. É célebre a cena do treinador de braços abertos olhando para Jorginho, ambos impotentes, porque não tinha ninguém de truz para entrar.

Desejado em 10, vitimado em 14, ridicularizado em 18 e eliminado em 22, Neymar chega a 2024 como indesejado para a renovação necessária à seleção.

Neymar é o retrato de um tempo a ser esquecido, sombrio, triste, individualista, deprimente mesmo.

Vini é a esperança de redenção, de liderança positiva, coletiva, de alguém que sabe ser o futebol mais que um jogo, uma imitação da vida.

Ele não tem as características do "uomo-squadra", como definem os italianos, mas, de tão decisivo, pode ser protagonista se bem utilizado e servido.

Veremos na Copa América se o ex-menino do Flamengo terá as condições para ser o que é em seu clube, onde teve papel fundamental na conquista da Champions League.

INÊS 249

O tempo certo

O futebol é retrato do corpo e da mente, alternância de pausa e intensidade

Tostão
Cronista esportivo, participou como jogador das Copas de 1966 e 1970. É formado em medicina

Em crônica recente, citei o Palmeiras como exemplo de ótima gestão no futebol brasileiro. Existem outros clubes, como o Fortaleza e o Bahia. Já o Corinthians é um exemplo de péssima gestão. Há outros.

Na coluna anterior, citei grandes times e seleções atuais e do passado que jogam com um trio de meio-campistas que marcam, constroem e avançam, alternadamente. Com frequência, essas equipes possuem também um meia mais ofensivo próximo dos atacantes, como Bellingham no Real Madrid.

Faltou citar a Alemanha dos 7 a 1. Enquanto o Brasil colocava muitos atacantes, a Alemanha, com vários meio-campistas, contra apenas Fernandinho no meio, dominava o jogo e fazia os gols. No segundo tempo contra os Estados Unidos, Dorival Júnior encheu também o time de atacantes, o que deixou menos espaços para os hábeis e velozes Vinicius Junior e Rodrygo.

O Brasil, com frequência nos últimos tempos, adora colocar muitos atacantes. Geralmente ganha as partidas contra as equipes inferiores, acha que está tudo ótimo, mas depois sofre quando enfrenta fortes adversários, como nas últimas Copas do Mundo.

O tempo passa, e as pessoas continuam confundindo a estratégia de jogar com uma linha de três no meio-campo, que, alternadamente, marcam, criam jogadas e avançam, com o modelo brasileiro, com dois volantes e um meia centralizado próximo do ataque. Paquetá, na seleção, não é um meio-campista. É um meia-atacante.

As fracas seleções do México e dos Estados Unidos finalizaram várias vezes da entrada da área com perigo e criaram outras chances de gol. Alisson fez duas excepcionais defesas contra os Estados Unidos. A maior razão da deficiência da marcação do time brasileiro é marcar apenas com dois jogadores no meio-campo para cobrir um longo espaço. Os dois laterais esquerdos que jogaram os amistosos, Arana e Wendell, não apoiavam porque não tinham proteção, já que ninguém voltava pelo lado. Essa não pode ser uma função de Vinicius Junior.

Mais importante do que o desenho tático é valorizar, priorizar o domínio da bola e a troca de passes no meio-campo. Isso não significa cadenciar e não ter objetividade. As jogadas efetivas precisam ser elaboradas, sem pressa nem afobação, para chegar ao gol.

Repito o óbvio, pela milésima vez, de que há mais de uma maneira de jogar bem e de vencer. As transições rápidas da defesa para o ataque com intensidade são também fundamentais. Os grandes times atuais alternam as duas estratégias no mesmo jogo e de acordo com o momento. Cadenciar e acelerar, no tempo certo.

O Botafogo, na vitória por 1 a 0 sobre o Fluminense, foi brilhante, com passagens rápidas da bola da defesa para o ataque para aproveitar a velocidade e o correto posicionamento de seus atacantes. Poderia ter vencido com maior diferença de gols. Enquanto isso, o Fluminense tentava sair da defesa trocando passes curtos, como é habitual, sem conseguir. Pior, perdia a bola e deixava grandes espaços na defesa.

O jogo de futebol é um retrato do corpo e da mente, uma alternância de pausa e intensidade, imaginação e ação. O coração se contrai (sístole) para impulsionar o sangue para os órgãos e depois relaxa (diástole). O pulmão inspira e expira. A mente alterna o repouso com a vigília, o sonho com a realidade. As coisas têm seu tempo certo.

'Jogadores sabem que não podem apostar', diz Infantino

ENTREVISTA
GIANNI INFANTINO

André Fontenelle

PARIS Um dia depois de ter assistido à abertura da Eurocopa, a vitória por 5 a 1 da Alemanha sobre a Escócia, em Munique, diante de 65.052 pessoas, o presidente da Fifa (Federação Internacional de Futebol), Gianni Infantino, estava em Paris para a inauguração do pequenino Stade Pelé, com capacidade para 995 pessoas, neste sábado (15).

A homenagem a Pelé foi uma decisão da prefeitura parisiense e do clube que utiliza o estádio, o Paris 13 Atletico, que subiu para a terceira divisão francesa.

Infantino conversou com a **Folha** antes do evento. O suíço foi cauteloso ao falar do caso do brasileiro Lucas Paquetá, que é investigado na Inglaterra por suposta participação em esquema ilegal de apostas —acusado pela organização do Campeonato Inglês de forçar cartões amarelos, ele nega. O dirigente defendeu, porém, punições a atletas que apostam.

Gianni ainda minimizou os rumores de que o Real Madrid pretende boicotar a nova e ampliada Copa do Mundo de Clubes, com 32 participantes, cuja primeira edição está prevista para o ano que vem, nos Estados Unidos.

*

Qual a importância de homenagear Pelé? Pelé é Pelé. Ele é eterno, com seu sorriso contagiante. Ele é o futebol. Quando se fala em Pelé, fala-se em futebol, então é preciso que a Fifa esteja aqui, e seu presidente, também.

Como está a organização do novo Mundial de Clubes? O técnico do Real Madrid, Carlo Ancelotti, chegou a dizer que o Real Madrid não deveria participar. Não, primeiro que ele não disse isso. O próprio Real Madrid corrigiu. Aliás, hoje falta exatamente um ano para a abertura da nova Copa do Mundo de Clubes nos Estados Unidos. São 32 clubes, os melhores do mundo inteiro: equipes brasileiras, argentinas, europeias, africanas, asiáticas, até da Nova Zelândia. Vamos coroar o verdadeiro campeão do mundo. O futebol, que aliás nasceu aqui em Paris [a Fifa, na verdade, nasceu em Paris, não o próprio futebol], está unido no mundo inteiro. Por isso estamos aqui.

Sobre investigações envolvendo apostas esportivas, como o caso de Lucas Paquetá, o que a Fifa acha que deve ser feito? É preciso, evidentemente, monitorar tudo o que acontece em torno das apostas esportivas. Os jogadores sabem que não podem apostar, evidentemente. Controlamos, verificamos. Quando há alguma coisa que acontece, é claro que é investigado, e são tomadas medidas e decisões. Levamos muito a sério e somos intransigentes no que diz respeito às apostas e ao futebol. Em todos os níveis, aliás: não só no topo do futebol profissional, em todos os níveis. É preciso vigiar de perto.

Sem falar de casos específicos, o senhor acredita que um jogador considerado culpado deve ser severamente punido por apostas? Ouça, se alguém cometeu um ato que vai contra os regulamentos esportivos, é evidente que deve haver sanções. Agora, cada situação é diferente. Cada situação deve ser analisada e julgada de acordo.

Rafaela Araújo/Folhapress

IMAGEM DA SEMANA

Ato na avenida Paulista, na quinta (13), reuniu manifestantes contra PL que equipara pena de aborto após 22 semanas de gestação a de homicídio simples.

O PL 1904 teve urgência aprovada na Câmara e quer alterar o Código Penal, que define que aborto não é punido em caso de estupro e risco à vida da mãe.

Caso o PL 1904 seja aprovado, a pena para mulheres que realizarem o procedimento pode chegar a 20 anos, mais tempo do que a pena prevista para o estupro.

MARATONAR

Beatriz Izumino
newsletter.folha.com/maratonar

Cena de 'Bonnie e Clyde: Uma Rajada de Balas' Divulgação

Sete histórias de 'amor bandido' para assistir no streaming

SÃO PAULO Minha ideia inicial para esta lista era reunir filmes na linha "Bonnie e Clyde: Uma Rajada de Balas", sobre amantes criminosos em fuga, mas alguns dos exemplos que eu queria citar não estão disponíveis no streaming.

É o caso de "Terra de Ninguém" ("Badlands"), a estreia de Terrence Malick ("Árvore da Vida") na direção, com Sissy Spacek e Martin Sheen, e de "River of Grass", primeiro longa de uma das minhas diretoras favoritas, Kelly Reichardt, ao qual eu assisti há alguns anos por meio de um serviço de aluguel europeu que nem existe mais. Uma pena.

A lista que se segue, então, tem um escopo um pouco mais amplo: casais que se envolvem em crimes (mesmo que esse crime seja amar).

Outro motivo para essa seleção expandida é que, apesar de passar um dia inteiro revirando a internet, não encontrei um filme disponível online em que os amantes em fuga são gays, e não dá para fazer uma lista sobre amor sem ao menos tentar incluir mais amores. Deve ter algum que me escapou, peço desculpas!

"Bonnie e Clyde: Uma Rajada de Balas" (1967)
Um marco na história do cinema americano, traz Warren Beatty e Faye Dunaway como os notórios ladrões de banco, que na Grande Depressão captaram a atenção dos EUA com uma sequência de crimes em diversos estados, deixando mais de uma dúzia de vítimas.
"Bonnie and Clyde". Disponível para aluguel em Amazon, iTunes, YouTube. 111 min.

"Assassinos por Natureza" (1994)
Mallory (Juliette Lewis) e Mickey (Woody Harrelson) compartilham não só um amor profundo um pelo outro, mas também passados de abusos que os tornaram extremamente violentos. Quando os dois partem numa jornada sangrenta com dezenas de vítimas, recebem atenção da mídia, que os retrata como heróis subversivos. Dirigido por Oliver Stone, a partir de um roteiro de Quentin Tarantino (retrabalhado a ponto de este o renegar).
"Natural Born Killers". Star+, 120 min.

"Queen & Slim" (2019)
Versão ainda mais trágica de "amantes em fuga", por considerar o que poderia acontecer com um casal negro nos Estados Unidos contemporâneos quando os dois se envolvem na morte de um policial branco. Queen (Jodi Smith-Turner) e Slim (Daniel Kaluuya) estavam apenas em seu primeiro encontro quando uma intervenção policial desencadeia uma série de acontecimentos violentos que os levam de Ohio à Flórida.
Disponível para aluguel em Amazon, Claro Vídeo, YouTube e iTunes, 132 min.

"Velozes e Furiosos" (1954)
"Ué", você pode estar pensando, "não lembro dessa parte da relação entre o Vin Diesel e o Paul Walker". E não vai lembrar mesmo, porque este não é o primeiro filme da franquia sobre corredores radicais musculosos. (O título foi licenciado do produtor Roger Corman e há quem diga que esse acordo é o motivo pelo qual as sequências da saga todas têm nomes esquisitos, como "2 Fast 2 Furious").

Mas voltando ao assunto: o motorista de caminhão Frank Webster (John Ireland, que também dirigiu o filme) é acusado injustamente por uma morte e foge da cadeia. No caminho, sequestra a piloto Connie (Dorothy Malone), e os dois se apaixonam. Para conseguir sair do país, Frank se inscreve com o carro de Connie numa corrida que avança pela fronteira com o México.
"The Fast and the Furious". Plex (grátis, com legendas em inglês), Looke, 73 min.

"Ligadas pelo Desejo" (1996)
Violet (Jennifer Tilly), namorada de um mafioso, Caesar (Joe Pantoliano), começa a ter um caso com Corky (Gina Gershon). As duas decidem enganar Caesar e incriminá-lo pelo sumiço de uma bolada pertencente à Máfia, enquanto fogem com o dinheiro.
"Bound". PlutoTV (grátis com anúncios, dublado) e Runtime (grátis com anúncios, legendado), 108 min.

"Festim Diabólico" (1948)
Convencidos de que são capazes de cometer o crime perfeito, dois jovens estrangulam um colega e escondem seu corpo em um baú. Para testar sua teoria, convidam parentes da vítima e um professor (James Stewart) que os inspirou para um jantar na mesma sala onde o cadáver está escondido.

O filme não trata os dois assassinos, Brandon Shaw (John Dall) e Phillip Morgan (Farley Granger), explicitamente como um casal, mas a peça em que o roteiro é baseado, sim. O roteirista Arthur Laurents disse, em entrevista nos anos 1980, que os personagens eram gays.
"Rope". Telecine, À La Carte e Oldflix, 80 min.

"Carol" (2015)
Baseado em um livro de Patricia Highsmith, conta o drama de Carol Aird (Cate Blanchett), uma dona de casa rica e infeliz que se envolve com a jovem Therèse Belivet (Rooney Mara), vendedora de uma loja de departamentos. Vou dar um spoiler leve: as duas caem na estrada para se afastarem de Harge (Kyle Chandler), marido de Carol, mas seu único crime é se amarem nos Estados Unidos dos anos 1950.
Looke e Mubi, 119 min.

FRASES DA SEMANA

Seria um estatuto do estuprador, que obriga uma mulher a gestar uma criança no seu ventre fruto desse estupro. Um verdadeiro absurdo, um verdadeiro horror [...] Nossa legislação já é bastante rígida em relação a como e em que circunstâncias isso acontece

Roselle Soglio
advogada criminalista, na quinta (13), sobre PL 1904, que restringe acesso ao aborto legal

Será um bom teste para o Lula provar aos evangélicos se o que ele assinou na carta era verdade ou mentira

Sóstenes Cavalcante
deputado federal (PL-RJ), autor do PL 1904, sobre expectativa de resposta do Planalto, na quinta (13)

Será uma tortura para essas mulheres que serão obrigadas a manter essa gravidez para depois comprarem um caixão para enterrar seu filho

Olimpio Moraes
médico, na quinta (13), sobre restrição do aborto em casos de feto com anencefalia

Não sou vítima de racismo. Eu sou algoz de racistas. Essa primeira condenação penal da história da Espanha não é por mim. É por todos os pretos

Vinicius Junior
jogador de futebol, na segunda (10), sobre condenação de torcedores do Valencia por racismo

Existe um ar de viagem no Vaticano

Papa Francisco
na terça (11), voltou a usar termo homofóbico em reunião

CRUZADAS

HORIZONTAIS
1. Que tem certo produto natural ou sintético de ótimas propriedades plásticas (fem.) **2.** Boas maneiras / Uma multinacional dos eletroeletrônicos **3.** Os objetos em forma de garrafa usados no boliche / Expressão de surpresa **4.** São dois em balela / Causar pena **5.** Princípio que afirma a existência de dois elementos essenciais, o corpo e a alma, na constituição do ser humano **6.** A modelo e apresentadora gaúcha Hickmann / Vergonha **7.** Luciano Huck, apresentador / (Med.) Coma profundo **8.** Dar pousada **9.** Aracy Balabanian, atriz recentemente falecida / Atriz do antigo teatro de revistas **10.** Bolor que se forma em objetos e alimentos postos em lugares úmidos / São dez numa década **11.** O cineasta De Palma, de "Missão Impossível" e "Scarface" / Que te pertence (fem.) **12.** Seguir as ordens de alguém **13.** Aperitivo feito de carne de porco, salgada e ensacada / (Ingl.) Tudo bem!

VERTICAIS
1. Peça que faz mover a máquina de costura / Os dois **2.** Famosa cantora de marchinhas carnavalescas (1923-2005) **3.** O anão dorminhoco de Branca de Neve / Aquele que mantém a promessa **4.** Velho / Depressão alagadiça de terreno **5.** Pronome para mais de um / Vestuário próprio de uma profissão / Conjunção: e nunca **6.** Artigo definido masculino plural / Da cor do ouro (fem.) / O nome da letra que é o símbolo químico do carbono **7.** Que queima muito **8.** Os que não são parentes / Signo que vai de 21/04 a 20/05 **9.** Dar vida a um próprio semelhante / A de edição é o aparelho que mistura efeitos e áudio.

HORIZONTAIS: 1. Resinosa, **2.** Modos, LG, **3.** Pinos, Che, **4.** Eles, Doer, **5.** Dicotomia, **6.** Ana, Rubor, **7.** LH, Cárus, **8.** Alojar, **9.** AB, Vedete, **10.** Mofo, Anos, **11.** Brian, Tua, **12.** Obedecer, **13.** Salame, Ok.
VERTICAIS: 1. Pedal, Ambos, **2.** Emilinha Borba, **3.** Soneca, Fiel, **4.** Idoso, Covoada, **5.** Nós, Traje, Nem, **6.** Os, Dourada, Cê, **7.** Comburente, **8.** Alheios, Touro, **9.** Gerar, Mesa.

SUDOKU

texto.art.br/fsp
DIFÍCIL

8	1		5				3	
						5		
		6		7	4			
	5					1	2	
			9		3			
	7	4					8	
			7	6		4		
		1						
	2				9		7	6

O **Sudoku** é um tipo de desafio lógico com origem europeia e aprimorado pelos EUA e pelo Japão. As regras são simples: o jogador deve preencher o quadrado maior, que está dividido em nove grids, com nove lacunas cada um, de forma que todos os espaços em branco contenham números de 1 a 9. Os algarismos não podem se repetir na mesma coluna, linha ou grid

SOLUÇÃO

8	1	9	5	2	6	7	3	4
2	4	7	3	9	1	5	6	8
5	3	6	8	7	4	2	9	1
6	5	3	4	8	7	1	2	9
1	8	2	9	5	3	6	4	7
9	7	4	6	1	2	3	8	5
3	9	8	7	6	5	4	1	2
7	6	1	2	4	8	9	5	3
4	2	5	1	3	9	8	7	6

ACERVO FOLHA

Há 100 anos **16.jun.1924**

Estudantes alemães protestam contra o Tratado de Versalhes

Terá início na Alemanha no dia 23 de junho uma campanha universitária contra os partidários do Tratado de Versalhes e os apontados como culpados pela Guerra Mundial, disputada entre 1914 e 1918.

Comissões de estudantes e propagandistas de outras classes se organizaram e pretendem utilizar da radiofonia para a difusão de pronunciamentos.

Enquanto estudantes se mobilizam, o ministro alemão dos Negócios Estrangeiros, Gustav Stresemann, disse que o país precisará pagar as reparações pela guerra.

LEIA MAIS EM
acervo.folha.com.br

Folha da Noite

PELA POLITICA

TUBERCULOSE

INÊS 249

ilustríssima ilustrada

Chico, 80

Consagrado na música, na literatura e no teatro, Chico Buarque segue espelhando o Brasil em sua obra exuberante

C4 a C9

O artista em fotografia de Bob Wolfenson, em 2014

MÔNICA BERGAMO

monica.bergamo@grupofolha.com.br

O senador Sergio Moro em seu escritório em Curitiba, no Paraná Marlene Bergamo/Folhapress

Sergio Moro
O Brasil precisa de uma pacificação

[RESUMO] Ex-juiz prega fim da polarização do Brasil, diz que seu suposto isolamento político é conversa fiada de adversários e admite disputar um cargo executivo em 2026 —mas afirma que tem planos de voltar ao setor privado pois não se vê na política para sempre

Outrora juiz todo-poderoso da Lava Jato, o senador Sergio Moro (União-PR) vivencia na política o outro lado da moeda: ele é hoje investigado no Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por gestão caótica de recursos no comando da 13ª Vara Federal de Curitiba. É também réu no Supremo Tribunal Federal (STF) por suposta calúnia ao ministro Gilmar Mendes.

Há duas semanas, Moro foi inocentado no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de uma outra acusação: a de abuso de poder econômico nas eleições de 2022, que ameaçava o seu mandato.

Dias depois, ele recebeu a coluna em Curitiba (PR) para uma entrevista exclusiva.

Disse enxergar "um pouco de espírito de perseguição contra pessoas que atuaram na Operação Lava Jato". Pregou a pacificação e o fim da polarização e do revanchismo no país.

Disse que é oposição, mas que não enxerga Lula (PT) como um inimigo pessoal. E revelou sua posição sobre a atuação do STF, as eleições presidenciais de 2026, a anistia a Jair Bolsonaro (PL) e a possível volta do ex-presidente ao poder.

*

O Conselho Nacional de Justiça abriu procedimento disciplinar contra juízes que atuaram na Lava Jato, e deve analisar também fatos relacionados à sua atuação. Como o senhor recebe esta notícia, que pode transformá-lo em ficha suja? Não há processo aberto contra a minha pessoa. As ações saíram da pauta [do CNJ], e talvez voltem [a ser julgadas] em algum momento.

Mas, se formos ver os fatos, o que foi feito [na Lava Jato]?

Dinheiro foi recuperado de criminosos, que depositaram em juízo. E esse recurso, mais de R$ 2 bilhões, retornou para a Petrobras.

Não sei como isso pode ensejar qualquer espécie de responsabilização.

Em 1896, Rui Barbosa defendeu no Supremo Tribunal Federal [STF] o juiz Alcides de Mendonça Lima, condenado por abuso de poder. E cunhou a expressão "crime de hermenêutica" [quando o magistrado é responsabilizado por sua decisão ter sido considerada errada por um tribunal revisor].

O juízo não pode ser punido pela forma como interpretou [os fatos julgados]. O juiz independente é uma garantia da liberdade e dos direitos do cidadão.

Mas o juiz não está acima de tudo. Ele está vinculado apenas à lei. Não pode ser punido porque decidiu de maneira que eventualmente contrariou o poderoso do momento.

O Brasil passou por períodos turbulentos na Lava Jato. Atividades de empresas ficaram comprometidas, houve consequências econômicas e políticas. Foi o lado negativo da operação. O que poderia ser positivo —o fim da corrupção— não aconteceu. Ao fim e ao cabo, a Lava Jato foi boa para o Brasil? Certamente. Ela mostrou que a corrupção pode ser combatida.

Um dos produtos da Lava Jato, por exemplo, foi a Lei das Estatais [que veta políticos em cargos de direção das empresas], que este governo tentou, sem sucesso, desmontar.

Então as sementes foram plantadas.

Agora, a lição importante é que há um sistema forte em cima disso [corrupção]. Ele reagiu, e faltou vontade institucional e política para que pudéssemos avançar mais.

Os culpados por isso são os que defendem a corrupção e a impunidade, e não aqueles que lutaram contra esses crimes.

Mas a Lava Jato não foi uma oportunidade perdida de combate à corrupção a partir do momento em que tomou contornos políticos, transformando Lula em seu principal foco? A crítica no início era a de que a Lava Jato era focada no PT. Isso se mostrou falso. Outros partidos foram afetados, inclusive o PSDB.

Em relação ao Lula, dizem que eu teria feito isso e aquilo. Mas o fato é que minha decisão [de condenação] foi reafirmada em outras instâncias e por Cortes superiores. Foi um trabalho institucional.

Depois houve um revisionismo —a meu ver, político. Respeitamos as decisões das cortes superiores. Mas, a meu ver, a anulação [da condenação de Lula] foi um erro judicial.

Mas é a vida que segue, né, Mônica? Eu, por exemplo, não subo na tribuna do Senado e fico falando de triplex, de sítio de Atibaia. A gente tem que olhar para a frente.

O que passou por sua cabeça quando viu Lula subindo a rampa do Palácio do Planalto novamente como presidente? Não me considero um inimigo pessoal dele, de maneira nenhuma. Não sei qual é o sentimento dele, evidentemente.

Ninguém manda alguém para a cadeia feliz. Pelo contrário. Mas era o nosso dever legal. Como juiz [da Lava Jato], apliquei a lei.

E como é estar hoje no papel inverso, o de acusado? A gente vê claramente que há hoje um pouco de espírito de perseguição contra pessoas que atuaram na Operação Lava Jato. Talvez por conta do governo Lula.

Nesta questão eleitoral [Moro foi acusado de abuso de poder econômico], tanto o TRE [Tribunal Regional Eleitoral do Paraná] quanto o TSE [Tribunal Superior Eleitoral] proferiram decisões técnicas [que o absolveram]. O caso não se sustentava.

Eu nunca vi até hoje em relação a mim nenhuma acusação que tenha um mínimo de consistência.

Muitas das pessoas que o senhor condenou poderiam se sentir inocentes também. Nenhum juiz é infalível, e o senhor pode ter falhado. Sim, posso ter falhado.

Então o senhor conseguiu se colocar um pouco na pele daquelas pessoas que condenou? Havia provas robustas contra todos os que foram condenados e presos na Operação Lava Jato.

Além de provas testemunhais e documentais, houve confissões e devolução de dinheiro aos cofres públicos.

Empresas dizem que foram forçadas a construir relatos, e agora pedem revisão de termos e de valores de multas. Ninguém foi forçado. O dinheiro foi retomado, parte em acordos de colaboração e parte recuperado em contas na Suíça e em outros lugares.

Então, é triste, né, ter que trazer um processo criminal contra essas pessoas. Mas é o império da lei.

Os ministros Cármen Lúcia e Alexandre de Moraes, que votaram contra o senhor no caso da suspeição contra Lula, o absolveram agora no TSE. Eles cometeram erro judiciário em um caso e foram técnicos no outro? Bem, você mesma agora há pouco disse que ninguém é infalível, né? Mas eu também não estou aqui para ficar avaliando juiz X ou juiz Y. A gente considera o julgamento coletivo, institucional.

Hoje quem está na berlinda é Jair Bolsonaro. Como vê as investigações contra o ex-presidente? E como vê a possibilidade de anistia, tanto a ele quanto aos condenados pelo 8/1? Eu não sou juiz desses processos para fazer uma avaliação profunda.

Eu estive na CPMI [Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investigou os atos] do 8/1. E o que apareceu, ou não apareceu, foi algum vínculo específico de que aquilo foi orquestração ou ato planejado.

É claro que a gente repudia depredação. Mas ficou faltando um elemento probatório robusto.

Há investigações no Supremo e na PGR [Procuradoria-Geral da República, sobre o 8/1]. Não conheço o conteúdo. Vamos aguardar que sejam finalizadas para analisar se mais coisas vêm à luz.

Mas a anistia já está sendo discutida no Congresso. Parece que tem algum embrião de discussão na Câmara dos Deputados, mas no Senado não chegou nada ainda.

Vendo à distância, as sanções que foram aplicadas a algumas pessoas me pareceram severas demais para os atos que foram cometidos. É algo que poderia ser discutido no Judiciário, numa eventual revisão criminal. Ou eventualmente no Congresso.

Anistiar Bolsonaro será obviamente uma decisão política. Como o senhor se posiciona? Primeiro a gente tem que analisar. Anistia a quê, né? Ele vai ser acusado de alguma coisa? Ao que me consta, ele não foi acusado [formalmente] ainda. O PGR vai formular [denúncia]?

Temos que esperar as coisas amadurecerem.

Como vê a possibilidade de volta do ex-presidente, ou do bolsonarismo, ao poder? O senhor apoiaria esse projeto? Ou defenderia uma terceira via? Essa discussão é um pouco prematura porque a eleição presidencial será em 2026.

Agora, é fato que o assunto surge porque o governo Lula vai mal.

Não existe projeto de segurança pública, há um desmantelamento da prevenção e do combate à corrupção. Temos um déficit fiscal crescente que vai impactar as nossas possibilidades de crescimento. Os juros não caem por causa da falta de controle fiscal.

Sou oposição, mas até gostaria que o governo fosse melhor, para o bem do país.

Então, por mais que eu tenha divergências em relação ao governo Bolsonaro, o meu foco hoje é ser oposição ao governo Lula.

Mas temos que discutir o presente, e não as pautas do passado.

Há hoje uma tensão entre o STF e o Congresso em torno das atribuições de cada poder. Como o senhor se posiciona em relação a isso? O Congresso não é melhor ou pior do que o Supremo Tribunal Federal. Mas o Parlamento tem representantes que foram eleitos. Se tomarmos decisões erradas, a população pode nos demitir a cada quatro anos [no caso de deputado], a cada oito anos [no caso de senador]. Já o Supremo tem papel importante, mas é uma autoridade não eleita e vitalícia. Por isso se recomenda que haja com uma certa auto-restrição.

O Supremo tem que aplicar a lei em casos concretos, e não fazer as leis. Tem que tomar cuidado para não avançar determinados sinais.

E o senhor acha que em algum momento o STF extrapolou ou cometeu abusos? Eu creio que o Brasil precisa de uma pacificação. Eu não preciso tratar como inimigo quem diverge de mim. O país nada ganha com essa polarização extremada e esse sentimento de revanchismo.

Temos que olhar para a frente.

Há muitos críticos que acreditam que a polarização e o ódio no país se acentuaram durante a Lava Jato. Não foi por nossa intenção. A gente simplesmente aplicou a lei.

O senhor acha que o Supremo está recolhendo um pouco as armas e tentando caminhar no sentido da pacificação? Eu espero que sim, que exista um movimento para tentar se restringir um pouquinho.

É aquela história: quando você tem poder, existe a tentação de se acreditar que pode resolver todos os problemas.

É preciso ter a percepção de uma certa humildade institucional. De que há coisas que

Continua na pág. C3

Continuação da pág. C2

devem ser resolvidas por outros poderes, e de que há coisas que ainda não estão maduras para serem resolvidas. Vale para todo mundo, não apenas para o Supremo.

Há uma percepção em muitos segmentos de que, se não fosse o Supremo, não viveríamos mais em uma democracia pois o governo Bolsonaro tentou subverter o Estado Democrático de Direito. Ficou claro na CPMI, e o próprio ministro Barroso já falou expressamente, que as Forças Armadas não participaram nem deram vazão a nenhuma aventura.

E o ex-presidente Bolsonaro? Ah, essa é uma questão que não compete à minha avaliação. Há investigações correndo.

Mas, ainda que tenha havido tensão lá atrás, o país vive outro momento. Existe algum risco de golpe, de destruição de alguma instituição? Existe risco à democracia atualmente? Nós vamos ficar em permanente estado de exceção por conta do que eventualmente poderia ter acontecido lá em 2022?

Hoje não se justifica qualquer excesso baseado na necessidade de preservação da democracia.

O STF o transformou em réu por calúnia contra o ministro Gilmar Mendes por dizer, em uma festa junina, que iria "comprar um habeas corpus" dele. Eu fui, de certa maneira, surpreendido pela decisão. Era uma festa junina, existe aquela brincadeira da cadeia em que você tem que pagar uma prenda para ser libertado. E foi feita uma brincadeira, infeliz. Mas jamais imaginei que isso geraria uma acusação formal. Vamos demonstrar a improcedência da acusação durante o processo.

Adversários dizem que o senhor está isolado no Senado, e que por isso mesmo era melhor deixá-lo por lá em vez cassá-lo e abrir espaço para um parlamentar de oposição mais articulado que viesse a substituí-lo. Tentaram me cassar como retaliação pelo combate à corrupção. Quando viram que iam perder, vieram com essa história. Isso é conversa fiada dos adversários que querem me diminuir.

Na semana passada mesmo foi aprovado um projeto de minha autoria que amplia a coleta de identificação genética de presos, que é como coletar uma impressão digital e ajuda muito na elucidação de crimes violentos e de crimes sexuais.

Nosso Banco Nacional tem 200 mil perfis genéticos. Os dos EUA tem 20 milhões, o do Reino Unido tem 9 milhões.

O senhor pretende ser governador do Paraná? Presidente da República? Presidente, nem pensar. Nem pensar.

Podem surgir outras oportunidades para 2026. É algo que a gente vai trabalhar mais ali adiante. Mas eu não me vejo para sempre na política. Eu tenho um plano de voltar no futuro a trabalhar no setor privado. Até porque você pelo menos sai do foco um pouco.

O senhor se tornou mais tolerante às críticas e ironias, das quais nenhum político escapa? Por exemplo, todo mundo comete erros de português. Mas um erro do senhor, ao trocar "cônjuge" por "conje", foi eternizado em memes. Mas essa questão do tal do "conje" é uma bobagem, né? Eu estava em uma audiência pública no Senado. Depois de quatro horas falando, tomando água e tal, de repente damos aquela engasgada. Mas não é que eu imagino que se escreva "conje" dessa forma, ou que se fale "conje".

Polícias invisíveis

[RESUMO] O documento do Ministério da Justiça que estabelece diretrizes nacionais para o emprego de câmeras corporais por policiais militares, apesar de acertado em seus objetivos, têm brechas que poderão ser usadas por estados para evitar sua implementação, o que limita a necessária compatibilização da segurança pública brasileira com o regime democrático

Por **Adilson Paes de Souza**
Doutor em psicologia escolar e do desenvolvimento humano e pós-doutorando em psicologia social pela USP

Policial militar usa câmera corporal em rua do centro de SP Ronny Santos - 15.mar.24/Folhapress

Em uma passagem de "A República", Platão escreve sobre Giges, um pastor da Lídia que, depois de encontrar um anel que o tornava invisível, entrou no palácio do reino sem ser visto, "seduziu a rainha, conspirou com ela a morte do rei, matou-o e obteve assim o poder".

O filósofo aponta a importância da transparência na prática de atos cotidianos e alerta sobre os perigos de pessoas que possam passar despercebidas. Ou seja, Platão indica como a falta de transparência pode levar a crimes e garantir a impunidade de seus agentes.

Esse é o ponto central da discussão sobre o uso de câmeras corporais pelas polícias.

De forma geral, policiais militares são contra o uso das câmeras. Segundo eles, que contam com o apoio de autoridades, parlamentares e parcela da sociedade, o equipamento afetaria negativamente o desempenho da atividade policial —o uso de câmeras corporais tiraria sua liberdade de trabalho.

Por outro lado, pesquisas mostram que, com o uso das câmeras corporais, houve redução tanto do número de pessoas mortas por PMs quanto da quantidade de policiais mortos em ação. O equipamento poupa vidas.

No fim de maio, o Ministério da Justiça e Segurança Pública publicou uma portaria para disciplinar o assunto. Teço aqui algumas considerações.

O texto é bem redigido e embasado em estudos e pesquisas, inclusive com ampla revisão bibliográfica, um aspecto que considero essencial por conferir à segurança pública o status de ciência, fato raro no país.

Mesmo assim, considerando exemplos pretéritos, tenho sérias dúvidas quanto à aplicação concreta da portaria. Em 1996, 2002 e 2009, o governo federal lançou, respectivamente, os Programas Nacionais de Direitos Humanos 1, 2 e 3. Em 2007, foi a vez do Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania). São Paulo instituiu o Programa Estadual de Direitos Humanos em 1997. Em 2012, a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República publicou uma resolução que recomendava aos estados não empregar as expressões auto de resistência e resistência seguida de morte.

Todos muito bem elaborados e solenemente ignorados. Por que agora seria diferente se a estrutura da segurança pública é a mesma?

A iniciativa do Ministério da Justiça poderia ser mais ousada e mais impositiva. O documento condiciona o repasse de verbas da Secretaria Nacional de Segurança Pública aos estados que cumprirem a portaria, mas apenas para a aquisição de câmeras. A transferência de verbas para todos os tipos de despesa deveria ser condicionada.

A portaria estabelece acertadamente o uso de câmeras por membros da Força Nacional de Segurança Pública e da Força Penal Nacional, mas erra ao não incluir os membros das Forças Armadas que atuam em ações de GLO (garantia da lei e da ordem), em que desempenham atividades de segurança pública. Por que não os incluir?

Ao regulamentar quem pode acessar o conteúdo gravado pelas câmeras, a norma inclui corretamente as autoridades administrativas e policiais e membros da Defensoria Pública, do Ministério Público e do Poder Judiciário, mas erra ao excluir as ouvidorias das polícias, justo elas que exercem um papel tão importante junto à sociedade civil.

A portaria permite que cada estado regulamente o uso das câmeras corporais e permite tanto o acionamento automático (ininterrupto) quanto o remoto dos equipamentos. Entendo que o acionamento automático deveria ser obrigatório, já que os estados poderão criar restrições ao uso das câmeras corporais com base nesse dispositivo da portaria, que, além de tudo, permite gravações restritas ou mesmo a ausência de gravação em situações excepcionais.

Isso, a meu ver, abre a possibilidade de descumprimento da portaria pelos estados sob a alegação de que estão procedendo de acordo com o documento.

Há também sérios desafios em relação à auditoria externa do sistema de armazenamento, ao controle de registro do uso do equipamento, ao acesso aos dados para a realização de estudos e avaliações do programa, à transparência e ao efetivo controle social. Hoje, o acesso às gravações é dificultado, quando não obstruído —o fornecimento incompleto dos dados não é incomum.

A recente LOPM (Lei Orgânica das Polícias Militares) proporcionou mais independência e autonomia às PMs. Com menos transparência e maior autonomia de ação, quem vigia os vigias?

Para o filósofo italiano Norberto Bobbio, a democracia é o governo do poder público em público. Isso quer dizer que, sem transparência, não há democracia de fato.

Ao que tudo indica, o governo Lula (PT) não quis desagradar a bancada da bala, com quem se aliou para a aprovação da LOPM. Além de tentar angariar maior simpatia dos policiais militares, o governo federal busca com vigor obter maioria no Congresso Nacional para aprovar projetos de seu interesse. Há intensa negociação, e o Executivo está fazendo de tudo para conseguir votos.

O atual sistema de segurança pública não é compatível com o regime democrático. Não poderia ser diferente, pois é, na essência, o mesmo da ditadura. As tentativas de frear a implementação de câmeras corporais nas polícias —e mesmo reverter o alcance dessa política, como faz o governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) em São Paulo— dá novo impulso à relevância do tema da desmilitarização das PMs.

A iniciativa do Ministério da Justiça também põe em foco a necessidade de a União ocupar um papel de direção, digamos, do sistema. Para tanto, a alteração do artigo 144 da Constituição Federal é assunto da maior importância.

A portaria, dessa forma, tem tudo para não produzir os efeitos desejados. Infelizmente, são raras as chances de o documento ampliar a transparência e o efetivo controle social das polícias. Os estados poderão editar normas em desacordo com a portaria, e o Ministério da Justiça pouco poderá fazer.

Criou-se um cenário em que um Giges contemporâneo, atuando na polícia e se recusando a usar uma câmera corporal (ou a utilizando segundo seu arbítrio), se tornará invisível e poderá agir sem que ninguém exerça controle sobre seus atos.

Platão adverte que "a extrema injustiça consiste em parecer justo não o sendo". Nesse contexto, a impunidade tem tudo para prosperar. ←

O bosque do desconhecido

Camila Sosa Villada lembra que escrever é depor contra si mesmo

Bernardo Carvalho
Romancista, autor de 'Nove Noites' e 'Os Substitutos'

Quando Camila Sosa Villada esteve na Flip, em 2022, quiseram saber sobre a escolha do nome. A pergunta estava inserida numa discussão política sobre a construção das identidades à qual a escritora argentina a princípio pareceu não corresponder. Respondeu simplesmente, sorrindo, que na época em que passou a se chamar Camila, estava em cartaz o filme "Camille Claudel", com Isabelle Adjani, e que ela queria ser uma mulher tão bonita quanto a atriz.

A resposta era honesta e desconcertante. Camila Sosa Villada é autora de uma obra guerreira e surpreendentemente política. Seu ensaio "A Viagem Inútil: Trans/escrita", recém-publicado pela Fósforo, apodera-se da literatura (e de sua atual vertente autobiográfica) com uma força, uma inteligência e uma originalidade excepcionais. A começar pela equivalência que propõe entre travesti e escritor.

Tornou-se um lugar-comum dizer que a literatura é democrática porque nos põe no lugar do outro. Nessa asserção mais inócua do que gostaríamos de admitir, tanto "literatura" como "democracia" —e sobretudo "outro"— são palavras-ônibus que querem dizer tudo e nada. O outro nunca será realmente outro enquanto for uma projeção daquilo que desejamos que ele seja. A associação entre escritor e travesti põe o pensamento positivo de pernas para o ar.

O que isso significa exatamente? Para começar, que não é preciso buscar o outro lá fora. O eu é o outro. Com isso Camila Sosa Villada não apenas ecoa uma das máximas da poesia moderna ocidental, mas a ilustra com a dimensão física, visceral e contraditória do seu próprio corpo.

Em seguida, o direito de mentir (ou de imaginar: escrever o que falta, o que não tem, o que não é), que na literatura se confunde com uma verdade cada vez mais incompreendida e vilipendiada pela afirmação de si e do que foi, supostamente mais verdadeira. Camila Sosa Villada lembra que a verdadeira natureza da escrita é a oposição: "Sempre teremos um inimigo, um lado reverso". Aí está o outro. O outro é a capacidade de escrever contra si mesmo.

Mentir é construir e desconstruir ao mesmo tempo, é a frente e o avesso: assumir que se mente já é desautorizar a verdade. A possibilidade e o direito de "mentir sem nenhum julgamento" têm a ver com a literatura não ser um tribunal, algo que hoje parece cada vez menos certo. No tribunal você jura dizer a verdade em nome de Deus ou do que for —o que nem por isso impede a manifestação da mentira, da hipocrisia e da dissimulação.

Camila Sosa Villada fala do risco de morte indistinguível da vida da travesti. A literatura para ela é um espaço de representação do risco. Tem a ver com a liberdade de experimentar e errar, com o desejo que é incontornável e incontrolável, e não jura verdade a ninguém nem a nada.

"Sempre é o desejo, o tempo todo. [...] Todas nós que nos arriscamos no desejo somos filhas de Marguerite Duras." Lendo Duras, ela compreende que "a vocação da escrita é fatal, que tudo pode ser perdido pela escrita, inclusive o amor-próprio". É o contrário do tribunal, onde ninguém em sã consciência vai depor contra si mesmo.

Ao fundir a travesti, a atriz e a escritora, Camila Sosa Villada pensa na literatura como ato performático que inclui também o "outro" que não pode ser escrito. "É tão lindo. É tão bom destruir o que está escrito, porque a gente tem a sensação de destruir a si mesma. Eu chamo isso de viagem inútil, o que está na cabeça e não pode ser escrito. A vida que não se escreve. [...] Escrever implica uma rebeldia, porque envolve reflexão. [...] É o que me faz duvidar da minha escrita. É o que me diz que nada está resolvido."

A associação da performance à escrita supõe ainda outra inversão: o jogo duplo da representação, de dar vida no palco ao que foi escrito. "Algumas coisas na minha vida começam a ser depois que foram escritas." Não antes. Não se entra na literatura sabendo algo, em busca de confirmação: a literatura é o meio e o espaço do descobrimento, não da reprodução.

Filha travesti de um mundo miserável que a rejeita, Camila Sosa Villada escapou à violência do pai alcoólatra que entretanto lhe deu a escrita; sobreviveu à pobreza em que vivia com a mãe que entretanto lhe deu a leitura; prostituiu-se. A "viagem inútil" é a recusa de servir e ser útil a essa cadeia produtiva, recusa de reproduzir.

"Um dia meus pais me levaram para a borda de um bosque." Lugar do desconhecido, da possibilidade da experiência e da invenção. "Nesse bosque eu fiz minha casa, escolhi meu túmulo, tive amores e sonhei com minhas reencarnações."

[...]

A escritora fala do risco de morte indistinguível da vida da travesti. A literatura para ela é um espaço de representação do risco. Tem a ver com a liberdade de experimentar e errar, com o desejo que é incontornável e incontrolável, e não jura verdade a ninguém nem a nada

| **DOM.** Bernardo Carvalho, **Ailton Krenak**, Juliana de Albuquerque, Glenn Greenwald

Chico Buarque fotografado por Bob Wolfenson em 1995

E tropeçou no céu como se ouvisse música

[RESUMO] Chico Buarque completa 80 anos na próxima quarta (19), coroando uma fase, iniciada na década de 90, de maturidade e maior sofisticação musical, produzida em paralelo ao período de liberdade política no país, mas que também coincidiu com menor difusão popular de sua obra. Beleza das canções mais recentes é mais difícil de ser apreendida e, como em sua literatura, exige do ouvinte entrar e sair de sonhos sem aviso prévio, diz crítico musical

Por ***Sidney Molina***
Violonista fundador do Quaternaglia, professor universitário e crítico musical. Apresenta, na rádio Cultura Brasil, a série 'Chico de Trás pra Frente', em homenagem aos 80 anos do artista

Fotos ***Bob Wolfenson***
Fotógrafo brasileiro

Em 1979, Chico Buarque já discernia com clareza que o Brasil e o mundo entrariam em novo momento. Para seguir relevante, sua obra teria, igualmente, que se transformar. "Como compositor, eu tenho que continuar a trabalhar. Tenho que estar feliz, porque talvez não tenha mais problemas burocráticos (de mandar letra para a censura) e policiais (de ter que comparecer à delegacia etc). Continuar criando", afirmou em entrevista para o programa Vox Populi, da TV Cultura.

A obra inicial de Chico Buarque é fruto de quem cresceu no hiato democrático brasileiro dos anos 1950, aquele que viu emergir, em poucos anos, as Bienais Internacionais de Arte de São Paulo, a poesia concreta, a arquitetura de Brasília, o futebol de Pelé e Garrincha e, especialmente, a bossa nova.

E nem a ruptura institucional de 1964 —a ditadura "envergonhada"— teve força, no primeiro momento, para evitar o advento do cinema novo, do Teatro Oficina, da música nova (a música clássica brasileira de vanguarda), do tropicalismo e dos festivais de música popular. Foi a partir de então que Chico se viu acolhido pela geração mais velha —Tom Jobim, Vinicius de Moraes, João Gilberto, Elizeth Cardoso— e se tornou ídolo popular.

"Escancarada" nos anos seguintes, a ditadura tentaria paralisar a efervescência e, deliberadamente, perseguiria os artistas. A partir de "Apesar de Você" (canção lançada em 1970 e que tocou no rádio antes de ser proibida), e sobretudo após o álbum "Construção" (1971), Chico virou uma voz central do embate com o regime militar e a censura.

A peça "Calabar" (1973), que escreveu com o cineasta Ruy Guerra, foi proibida na íntegra, e discos como "Chico Canta" (1973) e "Sinal Fechado" (1974) chegaram às lojas com cortes. Nada disso é novidade: com poucas variações, o relato está incorporado até mesmo no ensino escolar sobre a história do período, e pode ser acessado imediatamente com um par de cliques.

Porém, quando da entrevista para Vox Populi, a ditadura já estava "encurralada". Um ano antes, o LP "Chico Buarque" (1978) havia trazido a público as até então proibidas canções "Tanto Mar", "Cálice" e "Apesar de Você". A brechtiana peça "Ópera do Malandro", que Chico levou aos palcos em 1978, testava com sucesso os limites da recém-conquistada liberdade de expressão.

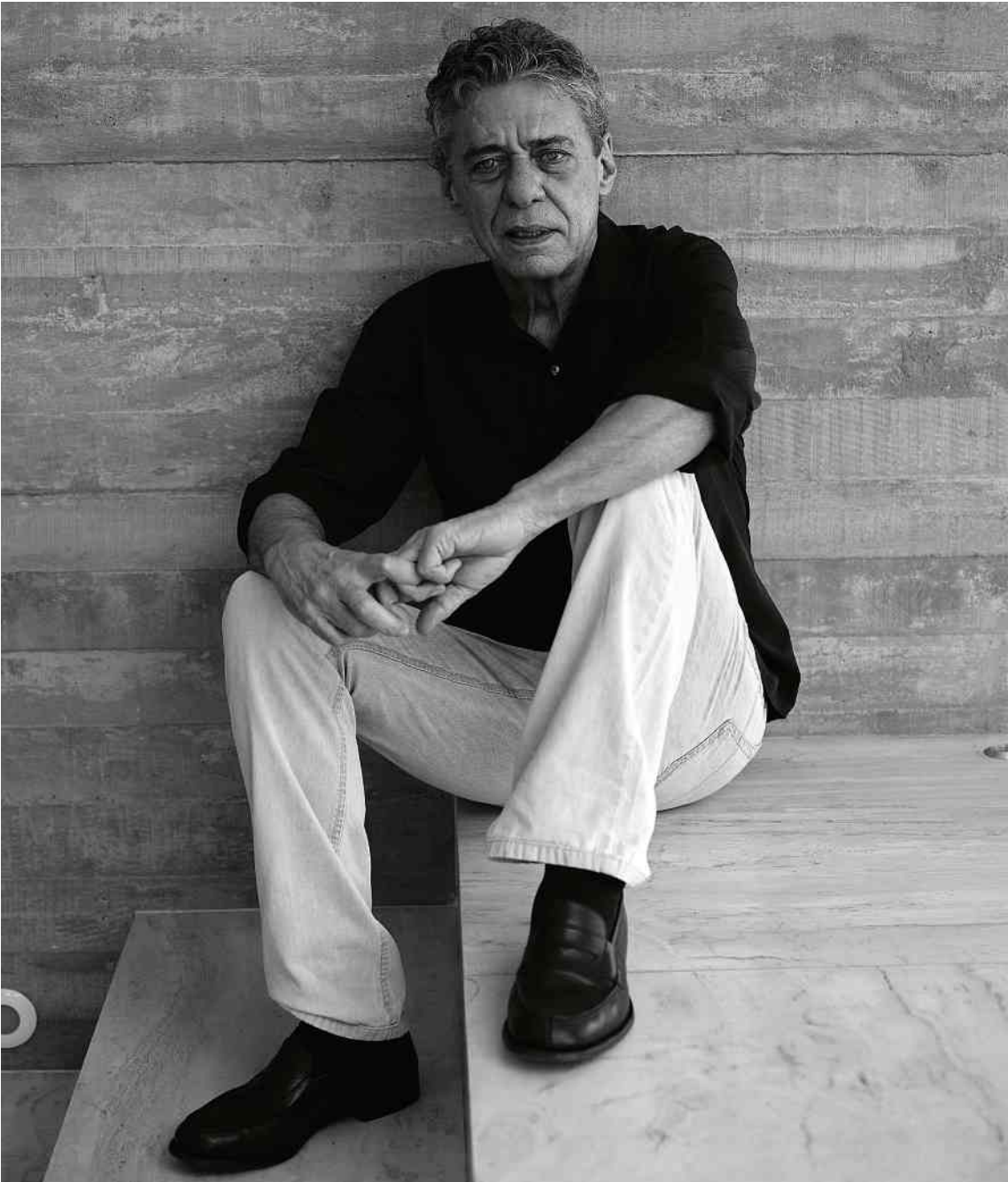
No mesmo momento em que, politicamente, o Brasil se libertava dos "ferros do suplício" ditatorial, no Hemisfério Norte as políticas de Thatcher e Reagan iniciavam a implantação daquilo que hoje se chama, de modo genérico, de neoliberalismo. O mercado musical também começava a passar por mudanças radicais.

Basta citar duas: a disseminação do jabá, o pagamento às emissoras de rádio e TV para a difusão de músicas específicas, e as fusões de gravadoras, evento comentado brilhantemente por Chico na canção "A Voz do Dono e o Dono da Voz" (1981). "Preparando a tinta / enfeitando a praça": a tão aguardada festa da liberdade, cantada em "Fantasia (1978), seria interrompida.

Até então ouvida em todos os rádios, a voz de Chico Buarque, responsável pela educação sentimental de todo um país e também pela vocalização da resistência política, passaria, pouco a pouco, a ser escutada apenas por seu próprio público. Quando rumava para a maturidade artística, o compositor deixaria de ter suas letras gigantescas e melodias marcantes aprendidas de memória e cantadas por gente de todas as idades e classes sociais.

Álbuns como "O Grande Circo Místico" (1983), de parcerias com Edu Lobo, e "Chico Buarque" (1984) —que tem sucessos como "Pelas Tabelas", "Mil Perdões", "Samba do Grande Amor" e "Vai Passar"— são o ponto final de uma era. Dentre as múltiplas camadas de sentido que integram o samba enredo escrito no ano das Diretas Já, adicione-se mais uma: é também esse contato direto entre o artista criador e seu público, essa relação de tipo "analógico", que ora em diante "vai passar".

Os experimentos sonoro-linguísticos presentes em "O Grande Circo Místico" já antecipavam, porém, a obra madura do compositor —"medo de subir, gente / medo de cair, gente / medo de vertigem quem não tem" (da "Ciranda da Bailarina"), em que "vertigem" inverte "gente"; ou ainda "Beatriz", a mais perfeita canção jobiniana jamais escrita por Jobim.

Continua na pág. C5

O cantor e compositor, que completa 80 anos, em imagem de Bob Wolfenson de 2014

Continuação da pág. C4
Nessa década de transição, os anos 1980, outras canções também apontavam para direções futuras, como "Uma Menina" (de "Francisco", 1987), "Uma Palavra", "Morro Dois Irmãos" e "O Futebol" (as três últimas de "Chico Buarque", álbum de 1989). Além das letras, todas elas trazem músicas de Chico —bastante tortas, nada óbvias, por sinal—, o que em si merece um comentário mais aprofundado.

Há quem subestime a capacidade musical de Chico em relação à aparentemente unânime admiração que ele angaria como letrista. De fato, na maior parte das parcerias com Jobim, Francis Hime e Edu Lobo, Chico "extrai" letras a partir de melodias compostas pelos amigos. Nunca o contrário: jamais ele oferece um texto escrito para ser musicado. Chico não escreve poesia: sua habilidade está em buscar palavras para sons, acordes e ritmos.

No entanto, a imensa maioria de sua produção como cancionista tem música e letra feitas por ele mesmo. Sua personalidade musical sofisticada surge já nos primeiros discos, em que traz para a estética bossa-novista as soluções características de um violonista, diferentes do pianismo de Jobim.

Tecnicamente, quando compõe sem parceiros, Chico articula música e letra ao mesmo tempo, "com a música sempre um pouco à frente". Como no exemplo que ele nos dá sobre as canções "Deus lhe Pague" (1971) e "Desalento" (1971), é uma sonoridade rítmico-harmônica (na primeira) ou melódico-harmônica (na segunda) que puxa, por assim dizer, a ideia poética, já em formato cantado, a qual será depois desenvolvida e depurada.

Em "Deus lhe Pague", primeiro veio o som de um acorde obstinado ao violão, já com o seu ritmo nervoso, usando a tensão entre cordas presas e soltas; daí aparece um tenebroso baixo, que se move atrás do acorde; enfim, surge uma frase decidida, cantada com firmeza vocal, com notas prolongadas e descendentes, bem mais lenta do que a "máquina" tocada ao violão: "Deus / Lhe / Pa / Gue".

Depois disso, afirma Chico, "é que inventei as coisas pra Deus pagar", afirmou em entrevista ao Programa Ensaio, da TV Cultura, em 1973.

Esse processo permite que ele explore, como poucos autores, as ambiguidades e ironias entre poesia e melodia, harmonia e ritmo. E é isso o que o leva às formas cíclicas, presentes em "Construção" (1971), aos saltos melódicos com sentido de distanciamento, às harmonias que comentam os afetos do texto.

Não há letra sem música na arte de Chico Buarque, e pérolas do manejo musical como "Joana Francesa" (1973), "Pedaço de Mim" (1978), "A Ostra e o Vento" (1998) e "O Futebol" (1989) foram feitas sem parcerias.

Nesta última, a melodia diagonal simula o drible, a letra descreve o jogo, cuja arte é análoga à da composição musical: "para tirar efeito igual ao jogador / qual compositor" / [...] "para anular a natural catimba do cantor / paralisando essa canção capenga, nega / para captar o visual / de um chute a gol / e a emoção da ideia quando ginga".

Justamente dois anos após cantar a "palavra anterior ao entendimento / não de fazer literatura / mas de habitar fundo / o coração do pensamento" ("Uma Palavra", 1989), Chico publica "Estorvo", seu primeiro (surpreendente) romance. Aproximando-se dos 50 anos, passa daí em diante a sobrepor obras puramente literárias a álbuns de canções cada vez mais especulativos.

Chico também recupera o prazer de fazer shows. Curiosamente, durante o período em que fazia sucesso nas rádios e tinha problemas com a censura, Chico havia se retirado das apresentações públicas, ficando quase nove anos fora dos palcos. É a partir dos anos 1990 que quase todos os seus álbuns terão também versões ampliadas gravadas ao vivo.

Para tanto, é importantíssima a escolha de Luiz Cláudio Ramos como arranjador e diretor musical. Ao contrário de seus principais e ótimos arranjadores do período anterior, como Francis Hime e Cristóvão Bastos, ambos pianistas, Ramos é violonista.

Isso, por assim dizer, amplia e desdobra o violão do próprio Chico, construindo texturas que circundam o instrumento ao invés de situá-lo como apenas mais um integrante do conjunto. Esse fato decerto ajudou a impulsionar sua criação mais recente na direção de novos rumos.

Formalizada nos anos 1990, essa colaboração perdura no século 21. Desde "Paratodos" (1993), o primeiro álbum no qual Ramos assina integralmente direção e arranjos, contam-se ao menos uma dúzia de discos lançados por Chico até "Que Tal um Samba ao Vivo" (2023).

Em paralelo desenvolve-se a obra literária, composta por seis romances e um livro de contos publicados até o momento. É uma produção vertiginosa. "Imagino o artista num anfiteatro / Onde o tempo é a grande estrela / Vejo o tempo obrar a sua arte / Tendo o mesmo artista como tela", canta ele em "Tempo e Artista" (1993).

Chico segue criando, e a contradição está em que essa criação —feita enfim com plena liberdade político-poética, sem amarras nem censuras, no auge de seu domínio artesanal como cancionista-musicista— jamais terá repercussão comparável a obras como "Roda Viva" (1968), "Construção" (1971) e "O que Será" (1976). O novo modelo de popularidade, fundado e difundido nas redes sociais, será, para Chico, o mesmo que a personagem de "A Rosa" (1979): "egípcia, me encontra e me vira a cara".

Como em "Futuros Amantes" (1993), porém, canções restarão submersas, com fragmentos, vestígios para decifrarmos ao longo dos tempos: "amores serão sempre amáveis". Ou, como em "Choro Bandido" (1985, parceria com Edu Lobo), as imagens de Homero, Apolo, Odisseu, Tirésias e Sócrates —"mesmo porque estou falando grego com a sua imaginação"— nos conduzirão "por labirintos e alçapões".

A própria parceria com Edu Lobo evoluirá, para além de "O Grande Circo Místico" (1983), porém com muito menos reconhecimento, em "Cambaio" (2001), trilha para teatro que traz, entre outras músicas, "Ode aos Ratos", "Veneta" e a magnífica "Noite de Verão", uma das melhores produções da dupla em qualquer tempo.

Basicamente, o tratamento das questões sociais por parte de Chico assumirá, nas canções deste século, novas configurações, inclusive musicais, sensíveis ao impacto da emergência do rap, reverberantes da indignação crescente perante a invisibilidade das periferias.

Nada mais distante da malandragem idealizada dos anos 70 do que músicas como "Assentamento" (1997), "Carioca" (1998), "Subúrbio" (2006) e, especialmente "As Caravanas", lançada por um Chico já septuagenário em 2017.

O movimento da "caravana do Arará", da periferia rumo às praias da zona sul do Rio, é emulado por música que não se aquieta, invariavelmente em progressão.

A referência aos supostos "donos" da praia, "a gente ordeira e virtuosa que apela / pra polícia despachar de volta / o populacho pra favela / ou pra Benguela, ou pra Guiné", espelha o projeto escravizador, consumado no trajeto dos navios negreiros: "a culpa deve ser do sol", canta o refrão, um dos mais insuportavelmente irônicos dentre os já concebidos pelo compositor.

É também no século 21 que Chico retoma parcerias com Cristovão Bastos, com quem faz "Tua Cantiga" (2017), a segunda canção deles após a clássica "Todo o Sentimento" (1987), e João Bosco, com quem compõe o afro-samba "Sinhá" (2011), quase 30 anos após a guimarães-roseana "Mano a Mano" (1984).

"Sinhá" talvez seja o maior sucesso da discografia recente de Chico. A partir de uma melodia angulosa de Bosco sobre linha de baixo descendente, Chico constrói a história do amor proibido entre um escravizado do preto e a sinhá branca casada; é praticamente um conto condensado em canção, e que inclui até mesmo mudança de narrador entre as duas seções da música.

Tal como Caetano Veloso fizera com Caymmi em "Terra", absorvendo o texto do precursor em sua própria melodia, em "Que Tal um Samba?" (2022) Chico carrega a estrutura musical autoral do samba-proposta com versos extraídos do ijexá "Beleza Pura", lançado por Caetano em 1979: "Um filho com a pele escura / Com formosura / Bem brasileiro / Não com dinheiro / Mas a cultura".

Em uma operação reveladora do tipo de preocupação artística que lhe aflige, em 2023, ano em que também recebeu o Prêmio Camões, o mais importante do mundo literário lusófono, Chico alterou um verso da letra original de "Beatriz", 40 anos após a primeira gravação dessa canção. Ao invés de "será que é divina a vida da atriz", ele pede para que agora se cante "será que é divina a sina da atriz".

Não é apenas sonoramente mais perfeito, mas, sobretudo, a operação poupa a palavra "vida" para deixá-la isolada, para que reste apenas na frase que sobra, desajeitada, sem rima, ao final dos versos: "e se eu pudesse entrar na sua vida".

Para seguir artisticamente em frente, Chico Buarque precisou ser menos ídolo. Dentro do possível, conseguiu: 5 dos 13 programas da série "Chico de Trás pra Frente", que atualmente apresento na rádio Cultura Brasil, comentam álbuns e gravações lançados a partir da década de 90. São canções que não se oferecem espontaneamente a nós, mas que temos de perseguir, o que implica saber entrar e sair de sonhos sem aviso prévio e aprender a cantar melodias mais difíceis, cuja beleza só se revela tardiamente.

A experiência da arte, mas não só ela, muitas vezes mostra que vale a pena abdicar de prazeres momentâneos para apostar em um gozo mais profundo adiante.

E como o artista escreve no romance "Benjamin" (1995), "quem já fixou a vista ou a memória na escuridão absoluta sabe que, pouco a pouco, sempre se revelam, aqui e ali, contornos de um negror ainda mais profundo".

Enquanto isso, impactados e movidos por obra tão exuberante, seguimos a acompanhar Chico Buarque que como aquele que um dia contou a história do trabalhador que "tropeçou no céu como se ouvisse música". ←

Chico essencial

Sidney Molina seleciona e comenta os principais discos do artista

Chico Buarque de Hollanda v.3 (1968) Traz na capa ainda o 'de Hollanda' em seu nome. Inclui canções antológicas, como 'Roda Viva', 'Sem Santasia' e 'Retrato em Branco e Preto'

Construção (1971) Álbum emblemático com arranjos do tropicalista Rogério Duprat. Além da faixa título e canções de intenso conteúdo social, como 'Deus lhe Pague', traz também fortes obras amorosas como 'Olha Maria' e 'Valsinha'

Chico Buarque (1978) Lançado quando a abertura política iniciava, mostra enfim ao público faixas que haviam sido integralmente proibidas pelo regime ditatorial, tais como 'Cálice', 'Apesar de Você' e 'Tanto Mar'

Chico Buarque (1984) Disco do ano da campanha das Diretas, em um momento em que, igualmente, a indústria fonográfica começava a mudar. Traz sucessos ainda cantados por toda a gente, como 'Vai Passar', 'Brejo da Cruz', 'Mil Perdões' e 'Samba do Grande Amor'

Chico Buarque (1989) Apresenta melodias e letras que evitam padrões estabelecidos. São exemplos: 'Uma Palavra', 'Morro Dois Irmãos' e 'O Futebol'

Paratodos (1993) Primeiro álbum com direção musical integral de Luiz Cláudio Ramos. Além da faixa título, há pérolas como 'Choro Bandido', 'Tempo e Artista' e 'Futuros Amantes'

Caravanas (2017) Mais recente CD de estúdio. Chico segue em plena forma ('Tua Cantiga', 'Blues pra Bia') e leva ao limite a vertente da crítica social na inescapável 'As Caravanas'

Chico Buarque em imagem de ensaio visual produzido pelo fotógrafo Bob Wolfenson em 2022

Que tal um samba?

[RESUMO] De 'Pedro Pedreiro', canção de seu disco de estreia em 1966, a 'Que Tal um Samba?' lançada no fim do governo Bolsonaro, Chico Buarque retratou os solavancos e retrocessos do país com coerência política e depuração estética, em um cancioneiro que transformou a música brasileira. Aos 80 anos, ainda que mais distante ideologicamente da classe média de que foi voz e consciência na ditadura, Chico continua a sintetizar o país na energia histórica de sua canção

Por ***Claudio Leal***
Jornalista e mestre em teoria e história do cinema pela USP

Há seis décadas, em livros, peças e canções, Chico Buarque acompanha a "evolução da liberdade" e enreda seu projeto estético à crítica dos impasses brasileiros. Arquiteto de uma poética transformadora da música popular e da língua portuguesa, ele preservou sua vigília de poeta discreto e não cessou de pensar os desvios coletivos.

As intervenções de Chico como intelectual público diferem da pulsação de outros artistas de caminhos paralelos aos seus.

Personalidades influentes em estética e política, Glauber Rocha, Augusto Boal, Gilberto Gil, Caetano Veloso e José Celso Martinez Corrêa se manifestaram quase sem tréguas ou intervalos, com estímulos contínuos no corpo da cultura, sempre elevando a tensão e a temperatura dos debates, ao custo de rupturas e exílios.

Dos compositores que fizeram a canção pensar em voz alta desde a década de 1960, renovando a representação do país, Chico Buarque preferiu as intervenções concisas, externadas em instâncias de crise, quando ressurge com a síntese da história e dos retrocessos.

Nas últimas três décadas, seu diálogo com jornais se fez escasso, mas sua consciência não cansou de falar na música, na literatura, em declarações pontuais e até em sua presença física, como ao acompanhar no Senado, em 2016, o julgamento do impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Chico passou a exercer o "poder constituinte" de sua geração (assim definido por Gilberto Gil) no ciclo de censura e delinquência de Estado inaugurado em dezembro de 1968 pelo AI-5, o Ato Institucional nº 5. Em janeiro de 1969, alertados sobre ameaças de prisão, o compositor e a atriz Marieta Severo, sua então esposa, iniciaram um exílio de 14 meses em Roma, de onde só voltariam em março de 1970, meses após a posse do ditador Médici.

Entre 1966, o ano do estouro da canção "A Banda", e 1974, o fim do governo Médici, três visões hiperbólicas retrataram seu mito em transição. No rastro das canções de sua primeira fase, que aliaram beleza e profundidade à ingenuidade musical, perto do encontro divisor com Tom Jobim, o humorista Millôr Fernandes o chamou de "a única unanimidade nacional". Esse consenso se revelaria instável e seria quebrado mais tarde pelo próprio Millôr, convertido em desafeto.

Em crônica provocada pela montagem de "Roda Viva", em 1968, o dramaturgo Nelson Rodrigues comparou o Chico lírico ao Chico desconstrutivo do musical dirigido por Zé Celso. O compositor romântico virara "um vampiro saudoso de carótidas, querendo beber o sangue gelado da burguesia", apontou Nelson.

"Mas esse é o falso Chico, a negação do Chico, o anti-Chico. Ninguém mais nostálgico, ninguém mais fremente, ninguém mais pungente. E como é antiga e infeliz a sua ternura. Querem transformar um Pierrô do Méier num Guevara de capinzal vagabundo." Para Nelson, o verdadeiro Chico repousava nas modinhas e na obsessão das janelas de "A Banda", "Januária" (1968), "Carolina" (1968) e, claro, "Ela e Sua Janela" (1966). Assim, convenhamos, "'Roda Viva' é também o anti-Chico".

O terceiro retrato saiu da lente de Glauber. Nos dez anos da ditadura, em 1974, o cineasta enviou um depoimento à revista Visão em apoio ao esboço de abertura política de Ernesto Geisel, no qual constava a célebre declaração "acho o general Golbery um gênio —o mais alto da raça ao lado do professor Darcy [Ribeiro]", de efeito amargo em sua caminhada com a esquerda. No fluxo glauberiano, uma frase proclamava "que Chico Buarque é o nosso Errol Flynn".

Flynn personificou o herói no cinema americano —o Robin Hood, o Capitão Blood, o belo rapaz de Olivia de Havilland. Nessa analogia, o cancioneiro de Chico era um cipó lançado a almas em perigo. Telegráfico, Glauber coroou a coragem de capa e espada do compositor no texto em que abalou seu próprio papel de contestador da ditadura. Uma ressonância da heroicização buarquiana apareceria dez anos depois, em outro contexto, na epopeia da língua portuguesa erguida pela canção "Língua" (1984), de Caetano: "E que Chico Buarque de Holanda nos resgate".

Em 1974, quando foi comparado a Flynn, Chico lançou o disco de intérprete "Sinal Fechado", um nó nos censores com "Acorda Amor", que assinou sob o pseudônimo Julinho da Adelaide, "Festa Imodesta", de Caetano, "Copo Vazio", de Gil, "Me Deixe Mudo", de Walter Franco, e a música de Paulinho da Viola elevada ao título.

Com significados políticos abertos ou cifrados, pairavam até a primeira metade da década de 1970 suas canções "Sabiá" (1968), com Tom, "Roda Viva", "Apesar de Você" (1970), posteriormente censurada, "Partido Alto" (1972), "Quando o Carnaval Chegar" (1972), "Cálice" (1973, com Gil) e a superinterpretada "Jorge Maravilha" (1973).

Em 1971, o álbum "Construção" reunia "Deus lhe Pague", "Cordão" e "Samba de Orly" (com Toquinho e Vinicius de Moraes), além da faixa homônima ao título com arranjo do maestro tropicalista Rogério Duprat. Inspirado pela revolução portuguesa dos Cravos, ele ainda iria compor "Tanto Mar" em 1975.

A dialética Chico e anti-Chico nos serve para reconhecer as oscilações do artista em diálogo e confronto com a história em curso, a um só tempo sorrindo e de semblante sério, como na estampa de seu álbum de 1966 que virou meme na internet.

Sério, mas não grave, pois é mestre de jogos irônicos que elevaram a malícia na canção brasileira, a exemplo da figura da mãe orgulhosa de "O Meu Guri" (1981), do não que é sim de "Vence na Vida Quem Diz Sim" (1972, com Ruy Guerra) e do sim que é não de "Folhetim" (1979), assim como as imagens violentas desfechadas por um "Deus lhe Pague".

Continua na pág. C7

INÊS 249

Continuação da pág. C6

A caricatura feita por Nelson Rodrigues separava o veio político do romântico no cancioneiro de Chico. Em 1994, nos 50 anos do artista, a gravadora PolyGram/Philips lançou cinco coletâneas com esta divisão temática: "O Político", "O Trovador", "O Amante", "O Cronista" e "O Malandro".

No entanto, a segmentação não corresponde ao hibridismo consciente de seu estilo, se atentarmos para o olhar político diluído na lírica de "Mar e Lua (1980)", "Iracema Voou" (1998) e, "em todos os sentidos", "O Que Será" (1976).

Além disso, "Pedro Pedreiro", um marco da poesia participante, veio logo em seu disco de 1966, aquele debruçado nas janelas. Uma só canção conseguia reunir o Chico e o anti-Chico na representação do país que se modernizava sem liberdade e, em vários planos, sem modernidade. Dessa forma, talvez seja mais exato dizer que a oscilação não vem do poeta, mas do Brasil, que ora é Chico, ora é anti-Chico.

Nos anos de colapso da esquerda, prisão de Lula e de ascensão da extrema direita com o projeto arcaico e autoritário de Jair Bolsonaro, Chico enfrentou mudanças na recepção a suas ideias.

Em 21 anos de ditadura, ele foi censurado pelo Estado e sofreu incontáveis ameaças de morte, mas suas opiniões políticas não perderam a força em uma parte expressiva da sociedade, sobretudo na classe média formada pela sensibilidade buarquiana. A vitória de Bolsonaro aprofundaria a distância ética e emocional entre seu ideário e o da maioria dos eleitores brasileiros.

Pode-se ver o arco da crise do país em suas reaparições para a grande de síntese —do álbum "Chico", de 2011, ao registro ao vivo "Que Tal um Samba?", de 2023, passando pelos livros de ficção "Essa Gente", de 2019, e "Anos de Chumbo", de 2021.

Três canções concentram seu pensamento nessa fase de regressão e fossos sociais expostos —em tempos distintos, uma parece passar o bastão para a outra.

"Sinhá" (com João Bosco, 2011) e "As Caravanas" (2017) dialogam no desenho dos reflexos duradouros da escravidão e da cadeia do mando. "Que Tal um Samba?" (2022) surge como a volta por cima da história, o "banho de sal grosso", espelhando-se em versos de "Beleza Pura", de Caetano, em sua ode à pele escura —e, pelos poros desta, à civilização. Todas elas nasceram em um período de renovação e depuração musical, em seu diálogo fecundo com o maestro e arranjador Luiz Cláudio Ramos.

Em 2018, Chico autorizou enfim a remontagem de "Roda Viva" por Zé Celso, que decidiu atualizá-la com a ponta de lança "As Caravanas", incluída na mais bela cena do espetáculo redivivo. "Com negros torsos nus deixam em polvorosa/ A gente ordeira e virtuosa que apela/ Pra polícia despachar de volta/ O populacho pra favela/ Ou pra Benguela, ou pra Guiné."

Com frequência, Chico sofre críticas por estar alinhado a priori com a esquerda tradicional, mas a rígida coerência de sua visão política saiu fortalecida depois de mais um arranjo de violência de Estado e liberalismo econômico, na adesão da elite financeira a Bolsonaro. Se a concentração de renda persistiu e se brutalizou sob o disfarce de questões morais, era imperativo seu apoio a candidatos do PT e PSOL, ainda associados à justiça social. Como agravante, as últimas eleições viraram encruzilhadas.

Na noite de 23 de outubro de 2018, Fernando Haddad, então candidato a presidente, reuniu artistas e militantes em um comício no bairro da Lapa, no Rio. No palanque, em posição de destaque, Chico, Caetano, Mano Brown e a candidata a vice de Haddad, Manuela D'Ávila.

Com frequência, Chico sofre críticas por estar alinhado a priori com a esquerda tradicional, mas a rígida coerência de sua visão política saiu fortalecida depois de mais um arranjo de violência de Estado e liberalismo econômico, na adesão da elite financeira a Bolsonaro

Por boas razões, só repercutiu a crítica de Brown às falhas da comunicação do PT com as periferias. "Se não está conseguindo falar a língua do povo, vai perder mesmo", disse o rapper. De seu lado, Chico fez uma declaração mais hábil, sem valentia inócua e consciente do peso das palavras no momento de humilhação da esquerda. Seu breve discurso:

"Eu imagino que lá fora muita gente, cidadãos conservadores, cristãos, os chamados coxinhas, tenham votado no candidato fascista e agora estejam vendo a onda de boçalidade que toma conta das ruas, cada vez mais, e que depois do primeiro turno só fez piorar e ninguém sabe onde vai parar. Onde vai parar a matança de gays, mulheres, de trans, de travestis, de estudantes, de capoeiras que ousaram dizer que votaram no PT. E que, nas periferias, onde afinal está o povo que mais sofre com a miséria e a violência, e votaram por mais violência e mais miséria, votaram contra si mesmos, eles, talvez, na última hora, virem o voto. Não queremos mais mentiras. Não queremos mais força bruta. Queremos paz. Queremos alegria. Queremos Fernando e Manuela".

No dia 26 de outubro, no canal televisivo francês M6, foi ao ar apenas um breve trecho da entrevista do artista aos repórteres Samuel Duhamel e Diane Douzillé. Em Paris, Chico comparou seu papel de intelectual na ditadura e na iminência de um novo governo antidemocrático.

"Tenho sido muito criticado. É normal. Estou aqui para dar minha opinião, e sou criticável. Mas alguns dizem: 'Ele é apenas um artista, não é um político' ou 'ele é um burguês, não pode falar pelo povo, porque é rico'. Isso é velho, conheço isso desde os anos da ditadura", comentou.

"Bolsonaro é um fascista. Todos seus discursos e pronunciamentos, desde o início de seu tempo de deputado, são próximos do fascismo, para não dizer do nazismo. Ele prega o extermínio dos comunistas, a perseguição a homossexuais, feministas, índios, quilombolas. Ele é uma ameaça também para as florestas."

"O movimento anti-Lula é muito forte, o que fortalece a candidatura de Bolsonaro. Se argumentou que havia muita corrupção nos governos do PT, o que é verdade. Havia corrupção, como havia antes e há ainda hoje."

"Hoje, não sou um apoiante do PT, mas da democracia, que está ameaçada no Brasil. E é um problema que diz respeito a todo o continente. Não foi por acaso que, nos anos 1960, 1970, tivemos ditaduras militares no Brasil, na Argentina, no Chile, no Uruguai... E começou no Brasil. Com a eleição de um fascista no Brasil, é todo o continente que se aproxima desta via autoritária. E mesmo na Europa esta onda cresce, a extrema direita se fortalece por todo o lado."

Para reconciliar o país, Chico defendia uma aliança sem preconceito ideológico. "Os brasileiros vão se dar conta que a eleição de Bolsonaro será um erro enorme. Não voto pela esquerda, voto pela democracia. Quero que as pessoas de esquerda, centro e direita façam como eu", declarou à M6.

Bolsonaro venceu a eleição e confirmou seus temores. Quatro anos depois, em 2022, Lula retornaria à Presidência. Meses antes, Chico Buarque lançara "Que Tal um Samba?", expressando seu convite: "De novo com a coluna ereta, que tal?/ Juntar os cacos, ir à luta/ Manter o rumo e a cadência/ Esconjurar a ignorância, que tal?/ Desmantelar a força bruta".

O país parecia se mover outra vez com a energia histórica de sua canção. ←

INÊS 249

José Hamilton Ribeiro (esq.) e Chico Buarque trabalham na residência do cantor, na Lagoa, no Rio de Janeiro, em reportagem publicada em fev. de 1972 Fernando Abrunhosa/Abril Comunicações S.A.

A música brasileira na linha

[RESUMO] Reportagem de 1972, assinada por José Hamilton Ribeiro e Chico Buarque, apresenta a ascensão vigorosa do cantor e compositor que, pouco mais de cinco anos depois de lançar seus primeiros compactos, havia se tornado um sucesso comercial e uma unanimidade na crítica musical, com composições de altíssimo padrão poético e uma obra que promovia elos entre o tradicional e o novo na música brasileira. Por ocasião dos 80 anos do artista, a Folha publica uma versão editada do texto, que saiu originalmente na revista Realidade, da editora Abril

Por ***José Hamilton Ribeiro e Chico Buarque de Hollanda***

Ribeiro é jornalista e autor dos livros 'O Gosto da Guerra', sobre sua experiência no Vietnã, 'Pantanal, Amor Baguá' e 'Música Caipira - as 270 Maiores Modas'; Buarque de Hollanda é compositor, autor teatral e escritor e vencedor do Prêmio Camões em 2019

Chico espetáculo

"Depois de seis anos, ainda não me acostumei ao palco. Quando tenho um show à noite, já acordo agitado, passo o dia tossindo e entro em cena apavorado. Mas à medida que o show engrena, que o público responde, vou ficando à vontade. Na televisão, geralmente, não encontro condições para isso. É tudo muito artificial. O auditório, quando há, é condicionado, o calor é sufocante. E o cachê não costuma ser pago com menos de seis meses de atraso. Mas a televisão não se perturba: o artista é que precisa dela."

Quando vai fazer show de apenas um dia, em qualquer cidade, a bagagem de Chico é uma sacola de plástico e lá dentro uma escova de dentes, a pasta e uma camisa. Seu empresário, Roberto Colossi, afirma que ele —se fosse um pouquinho mais profissional, um pouquinho mais preocupado em ganhar dinheiro— seria "o produto artístico mais fácil de se vender no Brasil".

Quando o show é de mais de um dia, a mulher de Chico, a pequenina e expressiva atriz Marieta Severo (que vai voltar a trabalhar), arruma a sua mala, com tantas camisas, calças, meias e cuecas quantos são os dias de show. Chico, então, é homem bastante para abrir a mala e apanhar a roupa limpa. O que ainda não consegue é recolher a roupa usada. Assim, no fim da excursão, Chico não se esquece da mala e chega em casa com ela direitinho —só que vazia.

Fausto Canova, estudioso da música popular brasileira e também homem experimentado em shows de teatro e televisão, acha que Chico é, hoje, talvez o mais importante showman do Brasil: "Inteligente, agrada aos intelectuais e aos universitários; bonito, sem ser bonitinho, excita as mulheres e a meninada; brioso e atuante, sensibiliza a juventude; cantor de voz agradável e ajustada às suas músicas, compõe um espetáculo bom de ver e de ouvir, e com uma vantagem adicional: seu público não é específico; gente de todas as idades e condições gosta dele. A voz de Chico, segundo o maestro Rogério Duprat, tem o registro de um violoncelo e o timbre do sax-barítono".

Poucos cantores no Brasil, em 1971, venderam mais de 100 mil discos, em compactos ou LPs. E Chico está em ambas as listas. Entre os LPs, segundo a Philips, com só dois companheiros: Roberto Carlos e Martinho da Vila. O disco "Construção" criou problemas industriais nunca antes vividos pela Philips. A demanda de 10 mil discos por dia, nas primeiras semanas, levou a fábrica a contratar duas gravadoras concorrentes para prensá-los, obrigou o pessoal a trabalhar em turnos de 24 horas por dia e o futebol d e sábado, rotina de vários anos dos empregados e artistas, ficou suspenso durante quase dois meses.

Mais do que um marco na carreira de Chico (a venda será igual aproximadamente a três vezes a média dos seus discos anteriores), "Construção" vem sendo apontada como um marco na música brasileira. O crítico de música Walter Silva, de São Paulo, não se dá pessoalmente com Chico Buarque. Mas diz: "'Construção' é o melhor disco feito nos últimos 20 anos no Brasil. Um desses que houvesse por ano, em toda a música brasileira, e eu me daria por feliz".

Chico e o passado

"Costumo compor de enxurrada. No momento (janeiro) estou parado. Quem sabe, na próxima enxurrada consigo pôr em cena um velho projeto: um musical. Não tanto uma peça, mais uma sequência de canções novas dentro de um mesmo espírito. Por outro lado, estou trabalhando com Cacá Diegues e Hugo Carvana no roteiro dum filme. E estou pensando em montar um circo."

No dia 20 de dezembro de 1965 houve em Campinas (SP) um show de bossa nova. Bossa nova era então a palavra mágica da música popular brasileira. De todos os artistas que participaram daquele show, talvez um só, hoje em dia, se lembre de tudo o que se passou em Campinas. Com seu insuficiente e desajeitado violão, o estudante de arquitetura Francisco Buarque de Hollanda, 21 anos, cantou, naquela noite, a sua música "Pedro Pedreiro". Eram dois desconhecidos —ele e a música—, e a assistência quase nem os notou. Mas Chico nunca mais vai esquecer-se daquela noite em Campinas porque ali, pela primeira vez, ele subia a um palco para cantar ganhando 50 contos.

Em setembro do ano seguinte —1966— ele já estava "desconfiado" que tinha escolhido o caminho certo: dois discos gravados (compactos simples), alguns convites para televisão e shows em teatros e elogios entusiasmados pela música da peça "Morte e Vida Severina", dirigida por Roberto Freire no Teatro da Universidade Católica. Ainda assim, era um jovem compositor conhecido praticamente só em São Paulo e, na sua situação, havia muitos outros principiantes que na mesma época chegavam ao público pela efervescência e as aberturas da bossa nova. Aí chegou outubro de 1966 e, com ele, uma explosão.

Dividindo o primeiro lugar com "Disparada", no II Festival de Música da Record, "A Banda" pôs o Brasil inteiro "cantando coisas de amor". Câmaras municipais começaram a conceder a Chico Buarque os títulos de cidadão honorário, mocinhas descobriam os seus olhos azuis, velhos sambistas como Ismael Silva, Ataulfo Alves, Adoniran Barbosa (que tinham virado o nariz à bossa nova) agora sorriam: "Esse sim!". Com 300 mil discos vendidos rapidamente no Brasil (e 1 milhão e 200 mil nos EUA e na Itália), "A Banda" virou um hino nacional e Millôr Fernandes diria, de Chico Buarque: "É a maior unanimidade viva do país".

Chico homem

"Entre os livros de meu pai a coleção da Plêiade era o que mais me atraía. Era linda, a Plêiade. E eu achava genial ler em francês. Li quase todos os clássicos franceses e a tradução francesa dos russos. Cheguei até Céline, achando-me o descobridor de 'Voyage au Bout de la Nuit'. Aí um colega me disse que eu não tinha um mínimo de formação brasileira. Mergulhei em 'Macunaíma', Graciliano, Guimarães Rosa, Drummond, Bandeira.

Agora que o tempo está curto lenho lido menos, mas estou tentando me organizar.

Minha filha mais velha tem dois anos e meio. Já vai à escola, o que é ótimo. Não posso isolar a menina do mundo que a cerca. Mesmo que esse mundo não seja o ideal, não sou eu quem a vai atirar contra ele. Por outro lado, e apesar de tudo, tenho certeza de que minhas filhas estarão preparadas para um tempo melhor."

"Marieta, vem aí aquele rapaz trazer o cheque e combinar os outros pagamentos. Eu disse que é você quem trata disso, viu?"

"Mas, Chico, outra vez eu?!"

Apesar da sua falta de vocação e de jeito, Chico Buarque é hoje um homem que movimenta uma massa respeitável de dinheiro. Só o seu disco "Construção" deve render-lhe, em dois meses, perto de Cr$ 350 mil [cerca de R$ 2,6 milhões]. Sem paciência para isso de investir ou empregar, entrou em negócios desastrosos. Tentou a Bolsa e comprou ações da Açonorte a Cr$ 8,40. Dois meses depois verificou que as ações estavam valendo um quarto e que as tinha comprado no máximo da alta. Experimentou transformar a mulher em seu "ministro da Fazenda", mas Marieta, também meio poeta, não aceitou o papel.

Gosta de viver bem e, havendo dinheiro, vive sempre o melhor que pode, com o coração aberto —e a mão também. Agora comprou uma área de 30 mil metros quadrados perto de Mangaratiba, com uma pequena baía particular e uma plantação de banana que rende até Cr$ 300 [cerca de R$ 2.200] por mês. Vai construir uma casa lá e fazer do sítio o seu refúgio. E está pronto para iniciar a construção de sua casa na Gávea, num amplo terreno de frente para o parque florestal da Guanabara.

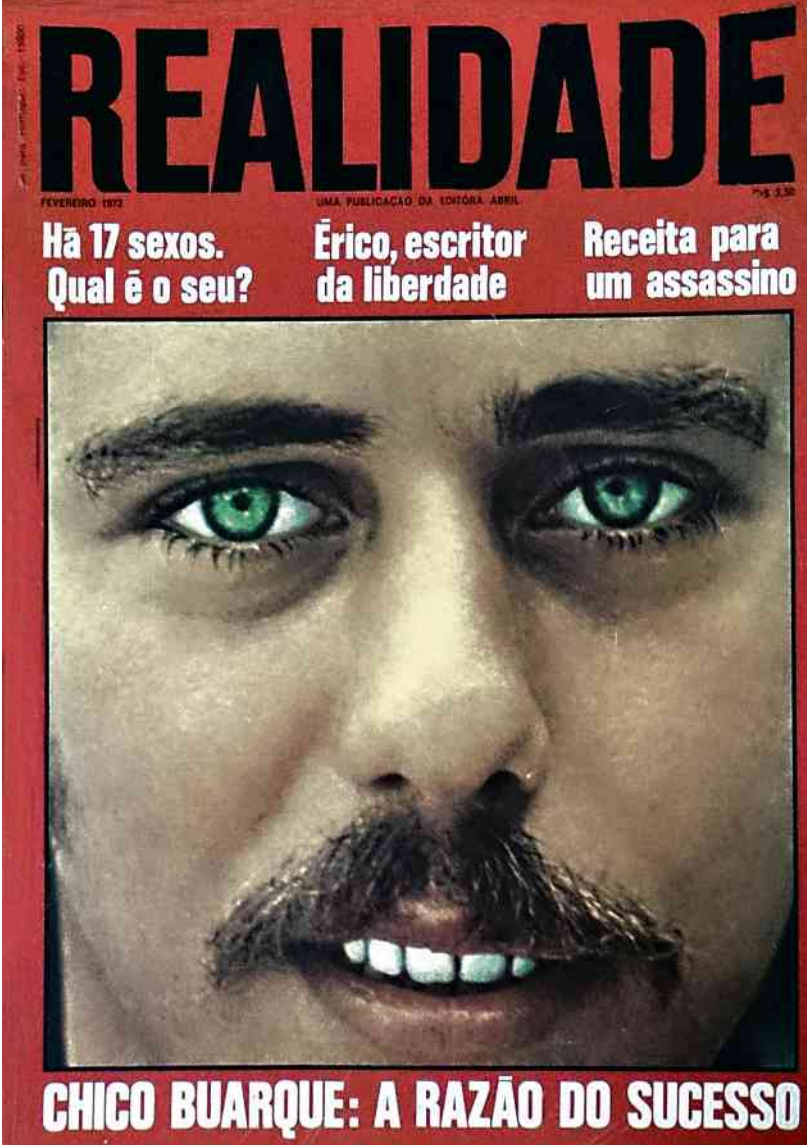
Com 27 anos, duas filhas, a vida conjugal aparentemente bem-ajustada, Chico Buarque não se prende a nenhum formalismo ou esquema —em sua casa é difícil vê-lo calçado ou de camisa— mas é "um senhor muito respeitável", no dizer do zelador do edifício onde ele mora e do qual é o síndico.

Acima de tudo, é um artista com muito sentido de solidariedade de classe e muita consciência de que a liberdade para o homem de criação é tão importante quanto o ar.

"Se eu deixar penetrar no inconsciente a ideia da censura, e fazer surgir um mecanismo mental automático, de autocensura e restrição, todo o meu processo de criação pode vir a bloquear-se, e daí eu não faço mais coisa nenhuma."

O manifesto que assinou, junto com os autores mais importantes da música brasileira, contra a censura no Festival da Canção e, mais

Continua na pág. C9

Perfil de Chico Buarque destacado na capa da revista Realidade em fev. de 1972 Reprodução

Continuação da pág. C8

recentemente, a sua decisão de não permitir o uso da "Banda" como peça de propaganda oficial, trouxeram-lhe (ao lado de alguns aborrecimentos) muitas manifestações de apoio e criou-se em torno dele, em certas áreas, um ar de euforia.

"Tem gente pensando", diz Chico, "que eu tenho vocação de herói, ou pretenda me transformar em bandeira ou num líder das oposições do Brasil. Não é isso, eu não sou político. Sou um artista. Quando grito e reclamo é porque estou sentindo que se estão pondo coisas que impedem o trabalho de criação, do qual eu dependo e dependem todos os artistas. Mas, se defender a liberdade de criação é hoje um ato político, também não tenho por que fugir dele".

Chico parceiro

"Meu contato com Tom Jobim e Vinicius, apesar da amizade, é ainda um pouco tímido. Vinicius eu conhecia de criança, era amigo do meu pai. Papai também foi amigo de Jorge Jobim, talvez por isso o Tom seja tão bacana comigo. Compus meus primeiros sambas ouvindo os deles, via João Gilberto. Isso me inibiu nas primeiras parcerias. 'Olha Maria', por exemplo, eu já acho mais livre que 'Retrato em Branco e Preto' e 'Sabiá'."

O cientista Paulo Emílio Vanzolini é autor de teses sobre o comportamento sexual dos répteis da Amazônia, e também de grandes sambas ("Volta por Cima", "Ronda", "Cravo Branco"). O sambista-zoólogo garante que, desde que ouviu "Pedro Pedreiro", já se sentiu diante de um gênio da música brasileira.

"Vanzolini, qual é o melhor parceiro para Chico Buarque?"

"Para Chico Buarque? Chico Buarque!"

Chico músico

"Meu primeiro violão era de minha irmã menor. Era desses pequenos, de aprendiz. Minha mão não cabia entre os trastes. Chamava-se Catupiry porque era grená e tinha um som muito ruim. Para ganhar um violão de verdade igual ao do Toquinho, precisava estudar física, geometria descritiva e passar no vestibular de arquitetura. Mas eu ficava só tocando o Catupiry, tocando errado, aprendendo sozinho, de ouvido. Não sei como, passei nos exames e fui de violão novo para a Europa, com o Tuca. Perdi o violão acho que em Londres, comprei outro, espanhol, que esqueci num táxi, em São Paulo. Aprendi um pouco de teoria musical com a Vilma Graça, fiquei animado e comprei um piano. Interrompi as aulas, mas pretendo retomar. O piano é um instrumento mais completo."

O crítico Tárik de Souza vê as coisas de um ponto de vista técnico: "A construção harmônica de 'Olê, Olá' reforça a ideia central: ao invés de obedecer sua sequência tradicional de passagem de acordes, ela cria um clima de suspense, reforçado na segunda parte pelos sucessivos alteios de meio tom para cada frase e a volta suave ao tom inicial, onde recomeça a progressão de imagens da música".

Na contracapa de seu primeiro LP, Chico explica que chegou a essa habilidade formal durante o trabalho de musicar "Morte e Vida Severina": "Aprendi que melodia e letra podem, e devem, formar um só corpo e procurei frear o orgulho das melodias".

Para Tárik de Souza, outro dos trunfos importantes da música de Chico é a variedade dos ritmos e temas que ele desenvolve. É como se tivesse um tronco —as suas composições mais elaboradas, "Roda Viva", "Olê, Olá", "Construção"— e vários afluentes, e entre esses um dos mais caudalosos seria o que o próprio Chico chama de noelesco.

"Rita", "Quem te Viu, Quem te Vê", "Madalena", "Juca", "Logo Eu" seriam sambas noelescos, composições que revelam o músico intuitivo, inspirado, mas harmonicamente descomprometido. A melodia é elaborada em cima de tons básicos, num estilo tradicional de harmonia em que determinadas notas sugerem as que vêm a seguir. Acordes preparatórios quase sempre levam à tônica ou à primeira —um tipo de solução quase nunca usado, por exemplo, por Milton Nascimento, de passagens praticamente imprevisíveis dentro da harmonia.

A fonte de Chico nesses casos, lembra Tárik, não vem só de Noel. Vem também de Ataulfo Alves, no compasso arrastado de "Quem te Viu, Quem te Vê". Vem de Caymmi, no tema e na letra de "Morena dos Olhos d'Água". E "Malandro Quando Morre" é um samba réquiem que se aproxima de "Pranto de Poeta", de Nelson Cavaquinho ("Hei de ter um alguém a chorar por mim/ sob a forma de um pandeiro e de um tamborim").

Chico como que entremeia composições mais elaboradas com uma volta às origens —às vezes faz isso dentro de uma mesma música, como em "Olê, Olá" e "Bom Tempo"—, o que faz dele um permanente elo entre o novo e o tradicional na música popular brasileira. Em "Bom Tempo", ele revive o maxixe; em "Chorinho", traz de volta esse ritmo que só não estava esquecido dos flautistas e dos tocadores de cavaquinho e que —segundo Villa-Lobos— é o mais expressivo e genuíno ritmo brasileiro.

Lírico ou agressivo, diz Tárik de Souza, Chico Buarque consegue uma difícil proeza: a de ser admirado e ser entendido. E tem 27 anos, está apenas começando...

Chico poeta

"Tenho aqui um rascunho de 'Construção'. São versos soltos, já dentro da métrica e do ritmo final. Alguns desses versos foram abandonados: 'Pôs pedra sobre pedra até perder o fôlego'/ 'E o máximo suor por um salário mínimo'. Num rascunho posterior, a melodia sugere o agrupamento dos versos em quadros. Só depois de concluída a primeira parte é que aparecem as alternativas: 'Tijolo com tijolo num desenho mágico (ou lógico)/ E flutuou no ar como se fosse um pássaro (ou sábado)' etc.

As proparoxítonas finais alternam-se à vontade, como se fossem peças. Como se tudo fosse um jogo, sobre um tabuleiro trágico."

Com a bossa nova, a letra na música brasileira ficou mais intelectualizada, enriqueceu. Através de Vinicius de Moraes, poeta consagrado, ela deu um imenso salto em direção à qualidade, e Vinicius permaneceu incontestado até que Caetano e Gil de um lado, de outro Chico Buarque, levaram-na a um altíssimo padrão poético.

O professor Antônio Houaiss, da Academia Brasileira de Letras e reconhecido como um dos homens mais eruditos do Brasil, aprecia (num trabalho feito para Realidade) as letras de Chico. "A criação de Chico Buarque vem sendo uma escalada" —de paz.

Sempre vinculada à música, de início talvez tenha sido mais dependente dela do que devia. A lição de "Morte e Vida Severina" foi seu primeiro grande passo: de como a poesia com palavras alheias pode preexistir à música, de como esta pode ser fiel àquela. Depois —muito além da "Banda", mas mantendo-lhe os grandes valores deliberadamente ingênuos e profundos— houve a segunda explosão, "Roda Viva", isto é, de como música e poética se fundem para mais que lirismo, fazendo-se expressão de mágoa coletiva desespero-esperançada. Agora, atinge maturação, sensível em quase tudo o que dele vem, representável em "Deus lhe Pague", "Cotidiano", "Construção", para só referir momentos cruciais. Neste instante do poeta, agoniam-se algumas coisas: como é que alguém, tão cedo, pôde chegar a tanto?

Como poderá vir a ser mais ainda? Como foi possível dar tanto à sua gente com o só instrumento do seu sentir, saber e amar?

Chico e o futuro

"Você sabe, no tempo da bossa nova a produção de violões subiu demais. Assim como acontece hoje com as guitarras e os amplificadores. É natural que o adolescente de hoje esteja vidrado em John Lennon. Assim como eu era vidrado em João, Tom, Vinicius, há dez anos.

A vantagem que a gente levava era a proximidade dos ídolos. Estavam ali, palpáveis, nos teatros e nas faculdades. Como estavam ali a garota de Ipanema, a opinião e o morro que não tem vez. Por isso acho que foi mais fácil a gente entrar 'na deles' do que será para o adolescente de hoje entrar na dos Beatles. Eles entram mas entram atrasados, entram de tabela através de uma divulgação comercial. Mas seria impossível apontar outros caminhos para os futuros compositores. Eles vão compor com base no que consomem hoje, não nas raízes ocultas."

Eis um teste: ligue o rádio a qualquer hora e veja quantas estações você precisa passar para encontrar um som brasileiro.

Walter Silva, cronista de música e produtor de shows, diz assim: "Em São Paulo, a proporção às vezes chega a 5 por 1; cinco músicas estrangeiras para uma nacional (sem contar as madrugadas sertanejas). E isso, como é lógico, condiciona o ouvido, principalmente das crianças. Chico Buarque cresceu ouvindo Caymmi, Noel, Ataulfo, João Gilberto, bossa nova. Mas o Chico Buarque do futuro, que hoje tem sete, oito anos, ouve quase exclusivamente o chamado 'som internacional' e, na hora de compor, certamente comporá iê-iê-iê, rock e 'international sound'. Isso, para mim, é colonialismo cultural".

Há um outro lado da questão. A bossa nova desembocou em Chico Buarque, em Caetano Veloso e no tropicalismo. Tudo era muito discutível, mas muito vivo. No momento, entretanto, em que Caetano, Gil, Vandré e o próprio Chico precisaram ir para a Europa, um grande vácuo de música brasileira se abriu. Coincidiu com o esvaziamento dos festivais nacionais de música e com o declínio do iê-iê-iê nacional (agora praticamente restrito a Roberto Carlos). Com isso, desde o tropicalismo nenhum outro movimento de massa surgiu na música brasileira.

Atuando em faixa própria, bons compositores —como Paulinho da Viola, Milton Nascimento, Jorge Ben e outros— continuaram fazendo suas coisas, mas isso não era bastante para uma retomada dos tempos de diversificação de ofertas musicais como na época da bossa nova, por exemplo. Imperou, então, a música estrangeira, a ponto de surgir na Câmara dos Deputados, como salvação nacional, um projeto restringindo a ação da música estrangeira a 30% do tempo nas rádios e TVs.

O vazio da música brasileira no ar era tão dramático que o soul, um movimento de cantores e compositores formados na corrente do sucesso da música americana, teve êxito fulminante: Tim Maia, Ivan Lins, Paulo Diniz vendem milhares de discos.

Mas o "soul brasileiro" não foi suficientemente forte para quebrar o império do som estrangeiro.

O crítico Tárik de Souza vê um bom sinal: "Chico representou uma espécie de ligação do tradicional com a bossa nova, depois viu morrer o movimento e surgir o tropicalismo. A partir de 'Apesar de Você' e principalmente 'Construção', ele parece destinado a cumprir uma nova missão, talvez ainda mais importante. A julgar por seu atual sucesso, ele está abrindo de novo o caminho do mercado aos autores mais criativos da música brasileira moderna. Música, que, apesar de todas as distorções de uma pesada estrutura industrial, é aplaudida e vende quando consegue ser bem divulgada". ←

Por que Chico não gostou do seu perfil

Por **Teté Ribeiro**
Repórter especial da Folha. Autora de 'Minhas Duas Meninas' e 'Divas Abandonadas'

"Tem mais samba no encontro que na espera", escreveu Chico Buarque em 1966. Meu pai, o repórter José Hamilton Ribeiro, não concorda com essa prerrogativa.

Ele me contou que, durante os encontros com Chico Buarque para a reportagem publicada originalmente na Realidade em fevereiro de 1972, disse isso ao cantor e compositor, que retrucou: "Bota isso no seu samba".

A matéria foi escrita a quatro mãos e publicada na capa da revista em fevereiro de 1972. Não tenho a menor lembrança disso. Soube que ela existia muitos anos depois, nem sei precisar em que situação.

Mas, quando descobri, achei que poderia fazer uso dela para encontrar o Santo Graal para uma jornalista de cultura: uma entrevista com Chico Buarque. Não seria eu a fazer, mas, como editora da revista Serafina, ia fazer o pedido em nome do meu pai, e o Chico não ia resistir ao reencontro.

Assim eu fiz, mais vezes do que dá coragem de admitir. A resposta, sempre depois de algum suspense, era a mesma: "Não". A cada lançamento de álbum, de livro, de show, lá ia eu tentar mais uma vez. E nada, nunca.

*

Chico Buarque era quase unanimemente adorado por sua obra (e sua figura, ninguém é louco de negar). Mas meu pai era bastante querido por seus entrevistados. Pelo menos os que eu conhecia.

Até que um dia, durante a pandemia de Covid-19, ocasião em que meu pai se isolou em uma fazenda em Uberaba e de onde nunca mais voltou, contei a ele sobre minha saga de anos em busca do Chico. Ele disse que talvez soubesse a razão de tanto desencontro.

"Parece que o Chico não gostou da matéria porque somei o que ele teria ganhado de dinheiro até então e ficou claro que ele estava rico."

No final dos anos 1960, meu pai tinha virado uma certa celebridade por conta de um acidente de trabalho que lhe arrancou um pedaço da perna esquerda na Guerra do Vietnã. Foi em março de 1968. Ele tinha 32 anos.

Quando o perfil de Chico Buarque foi publicado, o cantor estava com 27 anos, seis de carreira e tinha finalmente explodido com o álbum "Construção".

*

Na matéria, assinada ainda por Hamilton Ribeiro, como meu pai tentou emplacar como seu nome de trabalho, e Chico Buarque de Hollanda, como o artista testava como nome artístico, a foto na página ao lado, em que os dois trabalham na mesma mesa, cada um em uma ponta, foi publicada cortada ao meio, sem o repórter.

Eu a encontrei por acaso, no departamento de documentação da editora Abril, o Dedoc, onde fui procurar outras fotos do acidente do meu pai no Vietnã, além da imagem clássica que virou a capa da revista Realidade com o relato dele da guerra e do acidente que sofreu, que depois foi ampliado e publicado, pela editora Brasiliense em 1969, em um livro intitulado "O Gosto da Guerra".

Este livro está sendo republicado agora, pela Companhia das Letras, em edição caprichadíssima, e com outras cinco reportagens escritas pelo meu pai para a Revista Realidade. Por uma questão de espaço, o perfil de Chico Buarque é uma das boas histórias que acabaram ficando de fora. ←

Rir no Vaticano

O papa não só não nos repreendeu como disse que era possível rir até de Deus

Ricardo Araújo Pereira
Humorista, membro do coletivo português Gato Fedorento. É autor de 'Boca do Inferno'

Quando recebi o convite do papa para ir ao seu encontro, juntamente com mais cem humoristas de vários países, pensei no que a minha avó diria se ainda estivesse aqui. Creio que ficaria muito orgulhosa.

Depois ela tentaria descobrir como se telefonava para o Vaticano para dizer: "Têm a certeza? Pensem bem. Conheço-o desde que nasceu, e a ideia de que um dia ele seria recebido aí nunca me ocorreu. Pelo contrário, sempre tive a forte suspeita de que um dia ele seria recebido no inferno, e não foram poucas as vezes em que desejei ser eu a ir lá entregá-lo pessoalmente."

À hora marcada, na sexta-feira, cheguei à Porta del Perugino e vi imediatamente Fabio Porchat, que fez a pergunta que nos intrigava a todos: Por que fomos convidados? Eu disse: "Há 500 anos seria para nos cortar a cabeça, Fabio. Mas agora não. Acho eu". E respirei fundo, para tentar perceber se alguém estava a atear uma fogueira nas proximidades. Não me cheirou a fumo, mas continuei desconfiado.

Entramos e sentaram-nos numa sala guardada por seis soldados da Guarda Suíça, todos vestidos com o tradicional uniforme às riscas amarelas e azuis, e com um capacete encimado por um penacho vermelho. Cada um deles segurava uma lança, que deve ser pouco prática para lutar corpo a corpo com bandidos. O que talvez explique o fato de se verem cada vez menos lanças hoje em dia.

Pensei no trabalho daqueles homens. Alguém teve de se sentar com eles e anunciar: "Você é um dos poucos escolhidos que têm a honra de integrar o corpo militar que protege Sua Santidade, o papa, líder espiritual de um terço da humanidade. É uma missão de grande prestígio e dignidade. Ah, é verdade, só mais uma coisa: Vai ter de estar vestido de arlequim".

Nisto, entrou o papa. Não só não queria repreender-nos como leu um discurso em que dizia que era possível rir de tudo, até de Deus. Olhei para a Guarda Suíça. Os guardas nem se mexeram. Nenhuma vontade de castigar aquela heresia.

Ao que tudo indicava, não era uma heresia. Olhei para cima. Nos tetos ricamente pintados vi o céu. Uma pessoa que eu conheço está lá. Teria ela ouvido o papa a dizer que é lícito rir de tudo? É que eu levei algumas chineladas na bunda por ela ter a opinião contrária. Receio que esteja arrependida. Não precisa. Tudo está perdoado. Sempre esteve.

Luiza Pannunzio

| DOM. Ricardo Araújo Pereira | **SEG. Bia Braune** | TER. Manuela Cantuária | QUA. Hmmfalemais | QUI. Flávia Boggio | SEX. Renato Terra | SÁB. José Simão

É HOJE

Jacqueline Cantore
cantorejac@gmail.com (interina)

Maior prêmio do teatro americano tem transmissão na televisão paga

Tony Awards
Film&Arts, 21h, livre
Ao vivo, direto de Nova York, o principal prêmio de teatro americano chega à 77ª edição destacando os melhores da temporada em 26 categorias. A apresentação é da atriz Ariana DeBose, com participações de Daniel Radcliffe, Rachel McAdams, Sarah Paulson, Jeremy Strong, Eddie Redmayne e Nick Jonas, além de performances musicais como as de "Hell's Kitchen" e "The Who's Tommy".

A Casa do Dragão
HBO e Max, 22h, 16 anos
Westeros está à beira de uma guerra civil entre os conselhos Verde e Preto que lutam pelo rei Aegon e pela rainha Rhaenyra, respectivamente. O conselho Verde está em King's Landing, no poder desde que Viserys morreu, e o Preto, na ilha de Dragonstone. Ambos acreditam que o Trono de Ferro pertence a eles. A segunda temporada tem oito episódios.

Morcego Negro
Canal Brasil, 20h, 14 anos
Documentário investigativo sobre PC Farias, o tesoureiro de Fernando Collor de Mello envolvido no processo que culminou com o impeachment do ex-presidente em 1992. O filme levou dez anos para ser concluído, se passa em sete países e é um mergulho na política brasileira.

Tire 5 Cartas
Telecine Pipoca, 20h, 14 anos
Fátima é um taróloga trambiqueira que aplica golpes em seus clientes com a ajuda do marido. Sem querer, ela se envolve no roubo de um anel e tem de fugir para sua cidade natal, São Luís. Filme com Lilia Cabral e Stepan Nercessian.

Canal Livre
Band, 23h30, livre
O programa recebe o neurocientista Miguel Nicolelis, professor emérito da Universidade Duke, nos Estados Unidos, para falar sobre interação cérebro-máquina, inteligência artificial e o futuro da ciência e da tecnologia.

Correndo Atrás de um Pai
Netflix, 14 anos
Os gêmeos Peter e Kyle ficam chocados ao descobrir que o pai que achavam estar morto, é vivo, a mãe só não lembra quem é. Eles então saem pelos Estados Unidos à procura dele. Comédia com Owen Wilson e Ed Helms.

QUADRÃO

Jan Limpens

| DOM. Jan Limpens, **João Montanaro**, Ricardo Coimbra, Angeli, Laerte

Galerias fazem leilão beneficente para o Museu de Arte do RS

SÃO PAULO Galerias se unem em exposição e leilão beneficente em prol do Museu de Arte do Rio Grande do Sul, atingido pelas chuvas. O valor arrecadado será doado para auxiliar na recuperação da instituição.

A exposição "Margs Urgente: Corpo e Alma", com organização de Angélica de Moraes, reúne mais de 90 obras de diferentes formatos de 87 artistas, de 29 galerias. A exposição acontece entre os dias 19 de junho e 20 de julho, na Casa SP–Arte, em São Paulo.

O leilão será online no dia 2 de julho, a partir das 20h30. No evento, as obras terão lance inicial de 30% do seu valor de mercado e as que não forem arrematadas poderão ser adquiridas até o final da exposição na Casa SP–Arte.

Bruno Mars fará show exclusivo aos doadores para o RS

SÃO PAULO Bruno Mars fará um pequeno show em São Paulo, sem venda de ingressos, a convite da Budweiser, no dia 1º de outubro. Os convites serão sorteados entre os fãs que fizerem doações à campanha em prol da reconstrução do Rio Grande do Sul, liderada pela ONG Ação da Cidadania.

O objetivo da campanha é mobilizar os fãs do cantor a enviar cestas básicas ao estado, que passa por uma crise após as fortes chuvas e enchentes, pelo site doacao.acaodacidadania.org.br/showporrs.

A cada R$ 50 doados, o participante recebe um número para concorrer a um par de ingressos para a apresentação. As doações poderão ser feitas até 12 de julho e serão sorteados 750 pares de convites.

Ciclo de Cinema e Psicanálise debate 'A Sala dos Professores'

SÃO PAULO O filme "A Sala dos Professores", indicado ao Oscar de melhor filme estrangeiro neste ano, será exibido gratuitamente no MIS, o Museu da Imagem e do Som, no dia 18 de junho, às 19h. A sessão é parte do Ciclo de Cinema e Psicanálise, em parceria com a SBPSP, a Sociedade Brasileira de Psicanálise de São Paulo, o MIS e a **Folha**.

Após a sessão, haverá um debate com Leda Barone, psicanalista e doutora em psicologia, e Daniel Helene, doutor em história social e coordenador pedagógico da escola Vera Cruz. O evento será no auditório do MIS, na avenida Europa, 158, em São Paulo. Os ingressos ficam disponíveis uma hora antes na bilheteria.

O presidente Lula e o ministro Fernando Haddad conversam durante evento no Palácio do Planalto Evaristo Sa - 9.mai.24/AFP

Brasil tem Bolsa e moeda entre as piores performances do ano

Incerteza sobre o fiscal reverte recorde do Ibovespa e otimismo no câmbio

Marcelo Azevedo

SÃO PAULO A crescente piora da situação fiscal do Brasil, aliada a incertezas externas, fez a Bolsa do país sair de um patamar recorde para o pior desempenho entre as principais economias do mundo em 2024. Neste ano, o Ibovespa acumula queda de mais de 10%, descolando-se dos índices globais, que, em sua maioria, registram valorização.

O mau desempenho também ocorre no câmbio: o real já acumula baixa de cerca de 10% em relação ao dólar em 2024, saindo de R$ 4,85 no fim do ano passado para R$ 5,38 na sexta-feira (14). O desempenho da moeda brasileira só não é pior que o do iene japonês.

A deterioração é resultado do aumento da percepção de risco do Brasil entre investidores, em especial após incertezas sobre a condução das políticas econômica e monetária. Desde o início do ano, o risco-país medido pelo CDS de cinco anos acumula alta de 18,67%, sendo um dos únicos, junto com China e Índia, dentre as principais economias a registrar alta no indicador.

O CDS funciona como um termômetro informal da confiança dos investidores em relação às economias, especialmente as emergentes. Se o indicador sobe, é um sinal de que os investidores temem o futuro financeiro do país.

Para compensar o risco, o mercado exige juros cada vez maiores, e as taxas de contratos para dez anos no país ultrapassaram a marca de 12% neste mês. No início do ano, estavam em 10,36%.

Com a persistência dos ruídos fiscais, as condições financeiras devem permanecer apertadas, e não há previsão de melhora a curto prazo, dizem analistas.

A sangria dos ativos brasileiros começou por incertezas externas. No fim do ano passado, uma onda de otimismo havia tomado conta do mercado, após dados fracos de inflação e emprego nos Estados Unidos terem aumentado apostas de que o Federal Reserve, o banco central americano, começaria a cortar os juros americanos já em março de 2024.

As taxas americanas têm forte poder sobre o fluxo financeiro global. Quanto mais altas estiverem, maior a atratividade da renda fixa dos EUA, uma das mais seguras do mundo. Com altos rendimentos num mercado de baixo risco, investidores ficam menos dispostos a investir em outros países, em especial os emergentes.

Bolsa brasileira e real ficam entre os piores desempenhos do mundo em 2024

Desempenho de índices de ações globais

Valorização no ano, em %

Desempenho das principais moedas ante o dólar em 2024

Retornos à vista, em %

Fonte: Bloomberg

Com a perspectiva de queda nos juros dos EUA, os mercados de renda variável de todo o mundo registraram alta, e alguns deles —incluindo o brasileiro— terminaram 2023 em nível recorde.

Em janeiro, no entanto, o mercado azedou. Novos dados mostraram força surpreendente da economia americana e esfriaram apostas sobre o tão esperado corte nos juros dos EUA. Até hoje as taxas do país seguem na faixa entre 5,25% e 5,50% —maior patamar em 23 anos—, e as previsões mais otimistas esperam que uma redução ocorra apenas em setembro.

Com isso, a Bolsa brasileira terminou o mês de janeiro com queda de quase 5% e retirada de R$ 12 bilhões de recursos estrangeiros.

A partir de abril, no entanto, incertezas internas pesaram mais. Naquele mês, o governo decidiu diminuir de 0,50% do PIB (Produto Interno Bruto) para zero a meta de superávit primário para 2025, o que aumentou o ceticismo do mercado sobre o compromisso fiscal do governo.

"O mercado já vinha meio desconfiado, e esse foi um motivo forte para aumento da preocupação. Com isso, o BC também passou a adotar um tom mais duro, porque já percebia uma incerteza grande no cenário externo, mas também incertezas internas, que eram várias", diz Sérgio Golgenstein, estrategista-chefe da Warren Rena.

As incertezas fiscais viraram uma bola de neve. O risco maior causou alta nos juros futuros e saída de recursos do Brasil, que também contribuiu para a desvalorização do real. Um câmbio depreciado, por sua vez, causa aumento nas expectativas de inflação, tornando o cenário mais apertado para o BC continuar reduzindo os juros —gerando, consequentemente, previsões de juros futuros mais altos.

Não ajudou, aliás, o resultado da mais recente reunião do Copom (Comitê de Política Monetária do BC), que levou o juro para 10,50%. Na ocasião, a maioria do comitê decidiu diminuir o ritmo de cortes da Selic, enquanto todos os indicados pelo governo votaram por um corte maior.

"A diferença mostrou que há uma divisão dentro do Copom e é um argumento muito negativo para o investidor estrangeiro sobre até que ponto o presidente da República consegue, por meio dos membros que ele indicou, influenciar a política monetária", diz Eduardo Moutinho, analista da Ebury Bank.

Goldestein, da Warren, também afirma que os temores de agentes de mercado foram ampliados após o racha no comitê. "E aí a gente entrou numa escalada bastante negativa porque agentes de mercado passaram a considerar que o BC poderia estar mais suscetível a interferências políticas, e isso levou a um aumento nas expectativas de inflação."

As previsões para a Selic, aliás, não param de subir. Se no início do ano o boletim Focus projetava a taxa a 9% no fim de 2024, agora a previsão foi para 10,25%, e há no mercado quem não vê mais espaço para cortes este ano.

Juros em nível alto jogam contra a Bolsa brasileira, pois diminuem a atratividade da renda variável e aumentam os custos de capital para empresas do país.

"A Selic hoje em dia, pelos níveis de preço do mercado, provavelmente não cai mais como imaginávamos, e isso afeta o fluxo de caixa das empresas. Isso se mistura com demora de queda de fluxo de capital lá fora e muito ruído interno, o que não ajuda na segurança de investir em ativos de risco no país", diz Victor Uébe, gestor de renda variável da EQI Asset.

No câmbio, a Selic em alta deveria, em tese, beneficiar a moeda local, justamente por aumentar a atratividade do país. Os ruídos internos, no entanto, limitam o espaço para apreciação do real —e atingiram um novo patamar na semana passada.

Na quarta (12), o dólar atingiu a marca de R$ 5,40, a maior desde janeiro de 2023, e a Bolsa brasileira renovou as mínimas do ano após uma nova derrota do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, em sua tentativa de equilibrar as contas públicas via aumento na arrecadação.

"Essa falta de previsibilidade em relação a taxa de juros e fiscal acaba afastando investidores. Ninguém gosta de incertezas, e no momento o Brasil está cheio delas. Parece que enquanto a equipe econômica quer fazer uma coisa, o presidente quer fazer outra. Esse descasamento acaba sendo negativo para os mercados", diz Moutinho, do Ebury.

Com o crescente pessimismo sobre o cenário fiscal do Brasil, a avaliação é que, mesmo que o Fed comece a cortar juros nos EUA, o país deve continuar sendo penalizado pelos ruídos internos.

No momento, o Brasil está cheio de incertezas. Parece que enquanto a equipe econômica quer fazer uma coisa, o presidente quer fazer outra

Eduardo Moutinho
analista da Ebury Bank

O recomeço de Lula 3

PLs de selvageria social e risco de derrota em outubro dificultam retomada

Vinicius Torres Freire

Jornalista, foi secretário de Redação da **Folha**. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

Não é surpresa que esse Congresso proponha leis contra a civilização e o debate racional de problemas sociais.

Veio o ataque à "saidinha" de presos. Quer inscrever na Constituição o princípio da prisão em massa de quem for pego com droguinhas, uma contribuição para o recrutamento de soldados para as facções do crime, entre outros problemas.

A lei já reacionária sobre a interrupção voluntária da gravidez ("aborto"), piorada na prática por guerrilha jurídica e institucional, pode ficar mais desumana.

Além de convicção retrógrada, há nisso uma campanha política oportunista, óbvio. A extrema direita, com apoio da maioria da direita, quer atrair Lula 3 para batalhas de alto risco. Em parte, trata-se de encurralar ainda mais o governo no Congresso. Em parte, de tentar fazer Lula 3 reagir a leis retrógradas para que se crie material de propaganda, acusações virais tais como "abortista", "defensor de bandido", "maconheiro".

A vitória extremista não está garantida, mesmo nesse atoleiro em que os asselvajados se sentem à vontade. Ficou evidente que os broncos podem conseguir violentar ainda mais até meninas estupradas. Uma articulação de governo com a sociedade civilizada poderia fazer contraponto maior (cadê?).

Ainda assim, o perigo é grande e imediato para governo e "progressistas". Daqui a quatro meses haverá eleição. Não se percebe nas cidades maiores novidade e quantidade de nomes favoritos na esquerda, de resto pobre em alianças.

Em São Paulo, a coalizão bolsonarista tem apoio de um governo estadual que se jacta do aumento do número de mortos pela PM e que atua no Congresso pela reação. A chapa deve ter um vice que é coronel PM "parça" de Jair Bolsonaro.

O mote da direita em 26 será segurança linha dura, ouve-se nos jantares de Tarcísio de Freitas. Entretanto, Lula 3 nem apresentou um plano de segurança; na Bahia dos governos petistas, a violência policial é enorme. Além dos ataques da direita, falta defesa.

Uma grande derrota municipal da esquerda não vai dizer o que será da eleição de 2026, claro. Mas vai indicar ao oportunismo político para onde o vento sopra. No Congresso, pode, pois, piorar uma situação que se degrada rápido.

A eleição para o comando de Câmara e Senado orienta estratégias, como previsto, embora vá ocorrer apenas em 2025. O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), quer fazer o sucessor e manter o prestígio. Assim, tenta também conseguir apoios de bolsonaristas e similares, que ganham relatorias, comissões e a tramitação de barbaridades.

Fortaleceu-se a coalizão contra impostos: de políticos empresários com empresários políticos e sindicatos empresariais.

O governo perdeu a iniciativa na dita "pauta econômica". Até a reforma tributária pode ficar para 2025. Desde sempre muito minoritário, em ideias e números, sem um centro a quem recorrer, Lula 3 está na defensiva. Depende mais do Congresso para evitar naufrágio maior nas contas públicas, sempre um risco, dados os erros no programa fiscal.

Afora em momentos excepcionais, o Congresso não se queima votando controle de gastos. Não ficará mais propenso a fazê-lo quando há eleições adiante e em favor de um governo que mal tolera. Lula 3 terá de recuar mais e ceder mais.

São ataques em várias frentes. No front internacional, o clima pode pesar a depender de eleições (EUA, França etc.) e do que se passar na Argentina com a "grande esperança branca" da direita, Javier Milei.

Um recomeço depende de Lula 3 se entender internamente e entender seus problemas políticos e econômicos. Faz um mês, leva bombas de juros e dólar, é metralhado na política. Agia como se não se passasse nada ou fosse injustiçado. Vai acordar?

vinicius.torres@grupofolha.com.br

PAINEL S.A. | *Julio Wiziack*
painelsa@grupofolha.com.br

Cristiano Oliveira
EUA e fraqueza do governo viraram riscos no Brasil, diz economista do Pine

O economista-chefe do Pine, Cristiano Oliveira, 48, considera os EUA hoje como um fator de risco para os países emergentes. Sem clareza sobre a queda dos juros lá, ele defende corte de gastos para uma queda da Selic, a taxa básica no Brasil, algo que Lula tinha de ter feito no início do mandato e, agora enfraquecido, não deve fazer.

A direita dá sinais de vitória na França e, nos EUA, Donald Trump cresce. As incertezas dos mercados maduros se tornaram um risco? Na última década, quem trabalha no mercado financeiro sempre viu motivos para a variação dos preços [dos ativos]. A novidade é que não é só no mercado emergente, é no desenvolvido também.

Os EUA viraram um pouco o Brasil no descompasso entre política fiscal e monetária? Os EUA sempre foram vistos como o local onde a política monetária e a fiscal são harmônicas. Isso não é mais verdade. No fim de 2023, precificou-se entre seis e sete quedas de juros em 2024. No primeiro trimestre deste ano houve uma reversão e o mercado precificou só duas quedas. Isso acabou valorizando o dólar. Os EUA são, justamente, uma fonte de incerteza global.

Raio-X
Graduado em economia (FEA-USP), é mestre em economia (FGV-SP) com pós-graduação em finanças (Insper), em agronegócios (Esalq-USP) e em data science (USP). Nos últimos 24 anos, foi economista e economista-chefe de instituições como Itaú-Unibanco, J. Safra, Safra, Fibra e Pine

Quais são os riscos para o Brasil? A situação vem se deteriorando porque o fiscal não foi endereçado no primeiro ano de governo. Se não faz isso no início, fica bem mais difícil depois. O governo até conseguiu aprovar uma primeira parte da reforma tributária, mas que melhorou a percepção de longo prazo. Em meados de abril, o arcabouço fiscal foi desfigurado e abandonou-se a premissa de déficit zero em 2024. Para completar, veio a tragédia no Rio Grande do Sul [que pressupõe aumento de despesas] e ainda uma percepção de fraqueza do governo pela devolução de medidas provisórias pelo Congresso e pela dificuldade de negociação.

O ministro da Fazenda perdeu a credibilidade do mercado? Não existe ministro da Fazenda fraco. Existe governo fraco. Ele [Fernando Haddad] acaba incorporando essa imagem porque é o que fica mais exposto.

A Selic não cairá para um dígito? Acreditamos que isso só ocorrerá no ano que vem.

Haddad sinalizou com um plano de corte de gastos. Isso não ajuda? Ninguém acredita que vai ter uma bala de prata para resolver o fiscal, mas cabe ao executivo apontar a direção. A percepção do mercado é a de que o governo não sabe como endereçá-la.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) em entrevista a jornalistas na Itália Palácio do Planato/Divulgação

Lula nega limite a aumento de gastos com saúde e educação

Presidente diz que não fará ajuste 'em cima dos pobres' e critica taxa de juros

Michele Oliveira

PUGLIA (ITÁLIA) O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) criticou neste sábado (15) propostas discutidas em seu próprio governo de limitar o aumento de gastos com saúde e educação e disse que não fará ajuste "em cima dos pobres".

O petista disse, no entanto, que vai se reunir com a equipe econômica para discutir o Orçamento e que não haverá "gastos desnecessários".

Em entrevista a jornalistas na Itália, onde participou da cúpula do G7, Lula voltou a defender o ministro Fernando Haddad (Fazenda) e a criticar a atuação do Banco Central.

"A gente não vai fazer ajuste em cima dos pobres. Achar que nós temos que piorar a saúde e piorar a educação para melhorar... Isso é feito há 500 anos no Brasil. Há 500 anos o povo pobre não participava do Orçamento", disse.

O Ministério da Fazenda estuda propor a alteração das regras orçamentárias da saúde e educação de forma a aproximar o crescimento dessas despesas à lógica do arcabouço fiscal, que limita o conjunto dos gastos federais a uma alta real de até 2,5% ao ano.

Após repercussão negativa, Haddad afirmou que esse é apenas um dos "vários cenários discutidos". A ministra Simone Tebet (Planejamento), por sua vez, afirmou que a revisão dos pisos não é prioridade da equipe econômica.

Lula, porém, sinalizou que está aberto a fazer cortes de gastos, após pressão do mercado sobre a condução econômica do governo. "Tudo aquilo que a gente detectar que é gasto desnecessário, você não tem que fazer", disse.

O petista afirmou ainda que deve se reunir com a equipe econômica na próxima semana para discutir o Orçamento de 2025. "Quero discutir os gastos, porque o que muita gente acha que é gasto eu acho que é investimento."

O presidente disse que quem critica o déficit fiscal e os gastos do governo também apoia a desoneração da folha de pagamento de empresas e municípios. "São 17 grupos empresariais. São os mesmos que ficaram de fazer uma compensação para suprir o dinheiro da desoneração e não quiseram fazer", disse.

A desoneração da folha foi criada em 2011, na gestão Dilma Rousseff (PT), e prorrogada sucessivas vezes. Entre os 17 setores beneficiados está o de comunicação, no qual se insere o Grupo Folha, empresa que edita a **Folha**. Também são contemplados os segmentos de calçados, call center, confecção e vestuário, construção civil, entre outros.

A Fazenda calcula perda de R$ 15,8 bi na arrecadação deste ano com a medida. Para reduzir o rombo, o governo decidiu em medida provisória restringir o uso de créditos tributários por parte de empresas, alterando as regras do PIS/Cofins. Mas a MP também foi barrada no Congresso.

"Eu disse para o Haddad: não é mais problema do governo, o problema agora é deles. Agora os empresários se reúnam, discutam e apresentem para o ministro da Fazenda uma proposta de compensação", afirmou Lula.

E voltou a negar que Haddad esteja enfraquecido. "Ele jamais ficará enfraquecido enquanto eu for presidente. Ele é o meu ministro da Fazenda, escolhido por mim e mantido por mim. Quando ele tiver uma proposta, ele vai me procurar e vai sentar para discutir economia comigo."

Lula criticou o destaque dado ao déficit fiscal pela imprensa enquanto "ninguém fala da taxa de juros de 10,25% no país com inflação de 4%".

"Pelo contrário, faz uma festa com o presidente do Banco Central em São Paulo. Normalmente quem foi na festa deve estar ganhando dinheiro para taxa de juros", disse.

> "A gente não vai fazer ajuste em cima dos pobres. Achar que nós temos que piorar a saúde e piorar a educação para melhorar... Isso é feito há 500 anos no Brasil
>
> **Luiz Inácio Lula da Silva**
> em entrevista na Itália

Na última segunda (10), o presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, foi condecorado pela Assembleia Legislativa de São Paulo e homenageado em jantar oferecido pelo governador, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Lula teve dois encontros bilaterais neste sábado, com os primeiros-ministros Olaf Scholz (Alemanha) e Giorgia Meloni (Itália). Na sexta (14), encontrou o francês Emmanuel Macron e a alemã Ursula Von der Leyen, presidente da Comissão Europeia.

Tanto com Macron quanto com Von der Leyen, Lula afirmou ter conversado sobre o acordo de livre comércio entre o Mercosul e a União Europeia. Segundo ele, o Brasil, depois de mexer em pontos que achava necessário, está pronto para assiná-lo.

"O problema agora é deles [UE]. Porque tiveram eleições agora. Ela [Von der Leyen] deve ser indicada em três semanas para o mesmo cargo, e o Macron convocou eleições [legislativas, em 30 de junho]. Temos que aguardar. Mas até o companheiro Macron estava mais flexível", disse.

Um entendimento preliminar para o acordo foi alcançado em 2019, mas desde então a tramitação tem se arrastado.

Primeiro, por preocupações na Europa em relação à política antiambiental do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL). Depois, por demandas do governo Lula pela renegociação de aspectos do acordo e pela mudança de governo na Argentina; por fim, pela oposição liderada por Macron.

Não vamos a Brasília para dialogar, mas nos defender, diz Haddad

Júlia Moura

SÃO PAULO Em meio a derrotas do governo Lula (PT) no Congresso e após o avanço do PL Antiaborto por Estupro, o ministro Fernando Haddad (Fazenda) disse que não há diálogo em Brasília, o que leva o governo a ter que se defender de questões movidas pelo Legislativo.

"Quando vamos para Brasília, não dialogamos com o serviço público propriamente dito. Vamos nos defender do que está acontecendo. A todo momento você fica apreensivo", afirmou em evento do ICL (Instituto Conhecimento Liberta) em São Paulo neste sábado (15).

"Que lei vão aprovar? O que vamos fazer? Que maluquice é essa? O que estão falando? Por que não se dedicam a coisas sérias que vão mudar a vida das pessoas? Para quê essa espuma toda? Para criar cizânia na sociedade?", completou o ministro.

A mais recente derrota do governo foi a aprovação de um requerimento de urgência do PL Antiaborto por Estupro na quarta (12). O projeto foi classificado como "insanidade" por Lula.

Antes, a falha na articulação política já havia levado parlamentares a derrubaram o veto de Lula a trecho da lei que acaba com as saídas temporárias de presos.

"O Brasil é uma encrenca. Um negócio difícil de administrar. Às vezes quem está numa posição de poder não está fazendo a coisa certa pelo país. Isso é a coisa mais triste e difícil de lidar na vida pública no Brasil", disse.

Ainda na última semana, o Congresso recusou uma medida provisória do governo que diminuiria créditos fiscais, elevando o pagamento de impostos por parte de empresas, de modo a compensar a desoneração concedida a 17 setores da economia.

A derrubada da medida é um entrave no plano de ajuste fiscal de Haddad via aumento na arrecadação. Agora, o governo trabalha em alternativas para cortar gastos, como a revisão do dispêndio com determinados benefícios previdenciários e a flexibilização das despesas mínimas com saúde e educação.

Ao comentar sobre a vida como ministro, Haddad diz que os momentos difíceis têm um lado positivo, pois mostram quem são seus verdadeiros aliados.

"Eu gosto da hora dura. Ela depura. Muitas vezes, você começa a perder a noção de quem gosta de você e de quem está te bajulando. Na hora dura, só aparece quem gosta de você. Só aparece o seu amigo de fé", disse.

Apesar de sua carreira política, Haddad afirmou que identifica sua profissão como professor. "A sala de aula está sempre ali para mim. Posso voltar para ela daqui um ano, dois anos, dez anos. Voltar para a sala de aula é voltar para casa", disse.

Em meio a críticas de aliados do governo Lula e de membros do PT, a possibilidade de Haddad deixar o governo passou a ser debatida. Na última quarta (12), porém, os líderes do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), e no Senado, Jaques Wagner (PT-BA), saíram em sua defesa e afirmaram que ele está firme no cargo.

Lula, em viagem à Europa, também defendeu o ministro e afirmou que ele "jamais ficará enfraquecido" enquanto for presidente.

Na última semana, com a percepção de enfraquecimento político de Haddad e o aumento do risco fiscal brasileiro, o dólar superou os R$ 5,40.

Na sexta (14), o presidente da Febraban (Federação Brasileira de Bancos), Isaac Sidney, reiterou o apoio do setor bancário a Haddad, após reunião do ministro com bancos privados.

Em relação à economia brasileira, o ministro afirmou neste sábado que o país deve aproveitar o momento de incentivo global aos investimentos sustentáveis.

"Estamos em um contexto internacional muito desafiador, mas esses momentos desafiadores é que são, às vezes, a janela que se precisa para despontar com uma liderança. E o Brasil pode liderar processos muito significativos", disse Haddad.

Segundo o ministro, o país precisa deixar sua cadeia produtiva mais sustentável para poder se defender do protecionismo estrangeiro.

"Nós estamos recuperando o pasto degradado para produzir carne? Para produzir soja? Os nossos fertilizantes são biofertilizantes? Os nossos defensivos agrícolas são biodefensivos? Essas perguntas estão sendo feitas no mundo. E é assim que, por esperteza ou não, mais vem ao caso, que o mundo desenvolvido vai se proteger das exportações brasileiras."

Esses questionamentos travaram o acordo comercial entre União Europeia e Mercosul. O presidente da França, Emmanuel Macron, se disse contrário ao tratado por ele não incorporar questões de clima, descarbonização e biodiversidade. Neste sábado, no entanto, Lula disse que o acordo está pronto para ser assinado.

"Se não aproveitarmos [o movimento verde], o mundo vai acabar superando as nossas vantagens naturais com tecnologia", disse Haddad.

Silveira estreita laços com Lula e incomoda esquerda e direita

Aliado de Pacheco, Kassab e Alcolumbre, ministro ampliou projeção depois de derrubar o presidente da Petrobras

Alexa Salomão, Pedro Lovisi e Nicola Pamplona

SÃO PAULO E RIO DE JANEIRO Alexandre Silveira (PSD) assumiu o MME (Ministério de Minas e Energia) sem nenhuma experiência nas áreas da pasta, vindo de uma trajetória como congressista sem projeção. Em um ano e meio como ministro, ampliou seu poder e influência na gestão petista com um modo de atuar que, para observadores da política, passa longe do estilo mineiro.

Silveira falou muito, dedicou-se a uma disputa pública e ruidosa —ao lado do ministro da Casa Civil, Rui Costa— para tirar Jean Paul Prates da presidência da Petrobras e entregou poucos resultados nos setores administrados por sua pasta.

Sob sua gestão, o MME não tem PDE (Plano Decenal de Expansão de Energia), não apresentou solução para os subsídios que encarecem a conta de luz nem divulgou o destino das controversas térmicas a gás previstas na lei de privatização da Eletrobras, entre outros temas que preocupam técnicos, consultores e empresas.

A pasta também mantém no limbo o destino da usina nuclear de Angra 3 e até agora não concretizou um planejamento estratégico de país voltado a minerais críticos.

Apesar da falta de resultados concretos, alguns motivos são claros para a conquista de espaço junto ao presidente Lula em tão pouco tempo. Aos 53 anos, 26 na política, Silveira representa um grupo com ascendência sobre a gestão federal: o PSD de Gilberto Kassab, particularmente a ala do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco. Tem apoio também de Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), senador com interesses na área de energia e ambição de voltar ao comando da Casa em 2025.

São forças políticas importantes para dar sustentação a Lula 3 no Congresso, onde a base de apoio segue frágil.

O fato de o ministro ser o único mineiro dentro do governo federal tem um impacto dúbio. Conterrâneos petistas se ressentem por serem representados por um político de outro partido, mas consideram que seria ainda pior se não houvesse ninguém do estado na Esplanada.

Características pessoais de Silveira também são citadas como explicação para sua ascensão. Um político mineiro que prefere não ter o nome citado o descreve como negociador e centralizador no trato de seus interesses. Uma expressão usada é a de que ele "cheira ao café do palácio", alusão ao seu empenho para transitar junto ao poder. Silveira já foi do PL e do PPS. Integrou o governo estadual do PSDB e atua com desenvoltura na gestão do PT.

Segundo esse político, se o presidente Lula perguntar para qual time Silveira torce, o ministro dirá que, em São Paulo, é Corinthians. Se a primeira-dama Rosângela Lula da Silva, a Janja, disser que gosta de jabuticaba, o ministro vai providenciar um pacote da fruta em Sabará, cidade mineira famosa por produzir a iguaria.

A proximidade dele com o casal presidencial é comentário frequente dos que analisam a trajetória do ministro. O próprio Silveira conta a terceiros que a relação é afinada, sempre dando a entender ter apoio de Janja, que trabalhou no setor elétrico.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, durante cerimônia no Palácio do Planalto Pedro Ladeira - 9.abr.24/Folhapress

A ascensão do titular do MME atraiu a atenção também da academia. "Eu me considero um eleitor informado, sou analista político e mineiro, ainda assim, Silveira não estava no meu radar desse jeito", afirma o advogado e mestre em economia Bruno Carazza, professor associado da Fundação Dom Cabral.

"Silveira tem atuação dúbia, na linha do centrão. Sinto nele um oportunismo político. No discurso, está seguindo a agenda que atende aos interesses do Lula, dessa área mais desenvolvimentista. Mas, na prática, tem uma agenda pró-grupos empresariais", diz o advogado.

Natural de Belo Horizonte, casado e pai de dois filhos, Silveira fez curso técnico em contabilidade, no Colégio AEC, na capital, e direito na Faculdade de Sete Lagoas, no interior de Minas. Passou no concurso de delegado da Polícia Civil no final dos anos de 1990 e foi alocado na cidade de Antônio Dias, de 9.000 habitantes. Logo depois, foi transferido para Ipatinga, de população 28 vezes maior.

"O Silveira era tímido e devagar, não falava muito. Agora, surpreende a todos que o conheciam", diz Francisco Pereira Lemos, ex-delegado de Polícia Civil e ex-vereador de Coronel Fabriciano, cidade próxima de Ipatinga, reduto eleitoral de Silveira.

Na virada do milênio, o então delegado Silveira liderou as investigações da morte de uma modelo e foi o responsável por prender o principal suspeito, o primo da mulher. O assassinato repercutiu na mídia local e ele decidiu entrar para política.

Sobrinho de um dos fundadores do PL, Agostinho Silveira, o atual ministro teve em José Alencar (vice-presidente de Lula de 2003 a 2011) seu primeiro padrinho político. Foi Alencar que o colocou em uma chefia no Dnit em Minas, em 2003. Um ano depois, Silveira foi à chefia do Dnit nacional, onde ficou até 2005.

Com mais peso político e filiado ao PPS, foi o quinto deputado mais votado no estado numa campanha milionária bancada principalmente por construtoras. Em 2010, foi reeleito com apoio também de mineradoras.

Na passagem pela Câmara, apresentou 23 projetos de lei, quase todos ligados aos códigos penal e de trânsito, e não aprovou nenhum. Silveira foi ainda secretário na gestão de Antonio Anastasia (PSDB) de 2011 a 2014, quando concorreu como suplente na chapa na disputa ao Senado. Após a eleição, tornou-se o presidente do PSD em Minas Gerais.

A projeção nacional veio apenas em 2022. O então senador Anastasia foi para o Tribunal de Contas da União, e Silveira, seu suplente, assumiu como titular da cadeira.

À época, o governo Bolsonaro se animou com um ex-delegado de polícia na vaga, e Silveira foi convidado pelo próprio presidente a ser líder de seu governo no Senado. Em seu discurso de posse na Casa, porém, ele criticou as políticas econômicas do então ministro Paulo Guedes. O posicionamento teria sido orientado por Pacheco, que já estaria visualizando a vitória de Lula e traçando possibilidades.

Em abril de 2022, quando já atuava na pré-campanha ao Senado, Silveira não tinha batido o martelo sobre quem apoiaria para a Presidência. Chegou a produzir materiais de campanha apoiando Bolsonaro e Lula —a decisão veio em maio, quando o PT fechou acordo com o PSD para apoiar Alexandre Kalil (PSD) na disputa ao governo de Minas Gerais e Silveira na corrida ao Senado.

Ambos perderam, e o atual ministro investiu no PT, apoiando Lula em Minas. Como reconhecimento, na transição de governo foi escalado para compor o grupo técnico da infraestrutura. Muita gente apostou que ganharia um ministério na área, mas ficou com Minas e Energia.

Nessas duas décadas de política, Silveira manteve as atividades empresariais, que descobriu cedo na vida. Emancipado aos 16 anos, abriu uma loja de colchões, onde vendia produtos fabricados pela família, que também é dona de empresas ligadas à construção civil. O próprio ministro tem empreendimentos no setor e no agronegócio. Um delegado que o conheceu no início da carreira —e pediu anonimato— diz que, ainda nas funções policiais, ele se preocupava em acompanhar os negócios em Belo Horizonte.

Essa dupla faceta chamou a atenção de outro mineiro, o jornalista Thiago Herdy, colunista do UOL e ex-presidente da Abraji (Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo), autor de seis reportagens sobre o ministro.

Numa delas, publicada há cerca de um ano, informou que os bens de Silveira e de suas empresas, que somavam R$ 79,1 milhões, eram superiores ao que foi informado ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral). O ministro argumentou, à época e ao ser questionado agora pela **Folha**, que o patrimônio foi devidamente declarado à Receita Federal.

Em outra reportagem, Herdy resgatou que, em agosto de 2021, Silveira pagou multa e fez um acordo com o Ministério Público para evitar a continuidade de um processo. Na ação, ele havia sido denunciado por usar sua influência política para liberar a construção de um condomínio por uma de suas empresas.

O ministro disse à **Folha** que o acordo foi feito na esfera cível, sem que jamais houvesse qualquer tipo de apuração criminal. Foi proposto pelo próprio Ministério Público, segundo o ministro, durante uma audiência presidida por um juiz de direito e aceito por todas as partes na audiência.

À frente do MME, Silveira deixa duas impressões que são praticamente consenso entre quem acompanha sua atuação. A primeira é que tem sido eficiente em fazer nomeações para o maior número possível de vagas em estatais e órgãos ligados a energia e mineração. Foram ao menos 14 nomes, criando uma rede de relacionamentos. A percepção é que, se o PMDB controlava a área no passado, agora ela está sendo organizada para ficar sob a influência do seu grupo político no PSD.

Mas faltava ao ministro ingerência sobre o então presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, o que resultou em embates públicos nos temas como o da oferta de gás mais barato. Silveira, junto com Rui Costa, quer acelerar a oferta do produto e apoia projetos de empresários do setor, como o baiano Carlos Suarez, o que inclui a instalação de gasodutos. Opositor de Suarez, Prates falava diretamente com Lula e resistia a essa agenda desde os tempos em que era senador, de 2019 a 2023.

Por meio de sua assessoria de imprensa, Silveira afirmou que "não há e nunca houve qualquer apoio do ministério a projetos específicos de qualquer pessoa ou grupo empresarial". Representando o empresário Carlos Suarez, o executivo José Garcez, presidente da Termogás, afirmou que "Termogás, seus sócios e acionistas não têm contato com o ministro das Minas e Energia, Alexandre Silveira".

Já a nova presidente da Petrobras, Magda Chambriard, assumiu prometendo baratear o gás e focar a exploração de petróleo.

Outro consenso é que Silveira tem narrativas antagônicas às práticas. Afirma que o Brasil vai ser a potência das renováveis na transição energética, mas compra briga para explorar petróleo na região amazônica. Ataca a Eletrobras e diz que ela precisa investir, mas faz uma solenidade para Itaipu colocar R$ 1,9 bilhão na revitalização da linha de Furnas, empresa do grupo privado.

Também visitou o papa falando sobre combate à pobreza energética e repete que Lula prioriza a redução da conta de luz, mas trabalha por medidas que elevam as despesas. Um exemplo: negociou pessoalmente o aumento da tarifa de energia de Itaipu em 15%, em dólar, custo que será subsidiado pelos brasileiros para evitar alta de conta de luz.

O comportamento de Silveira, qualificado por muitos como instável e até agressivo, desagrada grupos à esquerda e à direita. Petistas de longa data estão preocupados com o seu rápido avanço no governo, com pouco monitoramento.

Na outra ponta, ele também incomoda gestores de fundos bilionários. Sem regulação e políticas públicas claras, tem sido mais difícil atrair investidores estrangeiros para ativos brasileiros. O clima é de desânimo com a condução das áreas de energia e mineração.

Mas existe no setor quem defenda paciência com o ministro. Argumentam que a largada na pasta o prejudicou, quando entrou na linha de tiro do PT por ter escolhido para secretário-executivo Bruno Eustáquio, nome que ocupou cargo de confiança na gestão Bolsonaro.

Silveira acabou tendo que aceitar para a vaga Efraim Cruz, uma figura controversa no setor, por causa de decisões que havia tentado emplacar como diretor na Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica). Nesse meio-tempo, a gestão Silveira também ficou conhecida por não dialogar com o setor privado. Recebeu apenas pessoas indicadas por correligionários políticos. Agora, ele está com a equipe que escolheu. A percepção é que tem instrumentos para enfrentar os grandes desafios. Se fará o que recomendam os técnicos, ninguém tem certeza.

Sobre as críticas do setor a respeito da demora na concretização de projetos, Silveira afirmou que dá andamento a inúmeras medidas e que, no que se refere aos subsídios, a pasta está trabalhando em um projeto de lei estrutural para o setor elétrico, que pretende encaminhar ao Congresso até agosto.

O ministro não vê contradição em investir no setor de óleo e gás durante a transição energética. Afirmou que respeita a governança da Petrobras e entende que a companhia deve investir em gás natural pela sua menor pegada de carbono e pelo fato de ser importante matéria-prima para fertilizantes e produtos petroquímicos, o que reduziria a dependência de produtos importados.

Reforçou ainda que, como a matriz energética do Brasil está entre as mais limpas do mundo, projetos na área de petróleo podem ajudar a substituir outros produtos mais poluentes, como o carvão.

"Desde os 14 anos trabalhei na indústria de estofados e de colchões de minha família", disse o ministro, na nota encaminhada por sua assessoria. "Sempre tive orgulho da minha trajetória política e empresarial, pautada na transparência e na ética."

Linha do tempo da carreira política de Alexandre Silveira

2002 - Candidatou-se, mas não se elegeu, a deputado federal pelo PL

2003 - José Alencar articulou para colocá-lo em chefia do Dnit em MG

2004 - Foi alçado à chefia do Dnit nacional, onde ficou até 2005

2006 - Com mais peso político e filiado ao PPS, foi o quinto deputado mais votado no estado

2010 - Emplacou a reeleição com mais votos e apoio

2011 - Foi nomeado secretário do governo de Antonio Anastasia (PSDB)

2014 - Entra como suplente na chapa de Anastasia na disputa ao Senado

2018 - Coordenou as campanhas de Rodrigo Pacheco, então no DEM, ao Senado, e de Anastasia ao governo de Minas. Pacheco venceu e, logo em seguida, se tornou presidente do Senado, nomeando Silveira diretor de assuntos técnicos e jurídicos da Casa

Veja onde estão alocados os nomes indicados pelo ministro de Minas e Energia

ANM (Agência Nacional de Mineração)
O ministro tem 2 aliados entre 5 integrantes da diretoria. Ambos são mineiros e bolsonaristas: Caio Mário Trivellato Seabra Filho e Guilherme Santana Lopes Gomes

CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica)
O governo pode indicar 4 dos 8 conselheiros, incluindo o presidente. No ano passado, Silveira já havia colocado Alexandre Peixoto na presidência. Neste ano, indicou Vital do Rêgo Neto, filho do ministro do Tribunal de Contas da União, Vital do Rêgo. De última hora, indicou também Ricardo Simabuku

ENBPar
Na nova estatal, que atua como holding brasileira de Itaipu e Eletronuclear, Silveira colocou Leandro Xingó Tenório de Oliveira no cargo de diretor de gestão e sustentabilidade

Eletronclear
Para presidir a estatal responsável pelas usinas nucleares do país, Silveira emplacou o advogado Raúl Lycurgo Leite

Petrobras
Acomodou subordinados e aliados no conselho de administração e comitês que assessoram o colegiado que define a estratégia da maior estatal brasileira. No conselho, tem metade das seis vagas hoje ocupadas pelo governo: os secretários do MME, Pietro Mendes, que preside o colegiado, e Vitor Saback; e o advogado mineiro Renato Galuppo. Nos comitês de assessoramento, nomeou quatro subordinados no MME: seu chefe de gabinete, Maurício Renato de Souza, o consultor jurídico adjunto José Affonso de Albuquerque Neto, o chefe da comunicação, Raoni Iago Pinheiro Santos, e o secretário-executivo Arthur Cerqueira Valério. Galuppo também ocupa vaga em comitês de assessoramento, que rendem R$ 6.900 por mês a seus membros

PPSA (Pré-Sal Petróleo)
O MME indicou dois integrantes para o conselho, Renato Galuppo e Arthur Valério, que ficou como presidente. A PPSA representa a União nos contratos de partilha de produção de petróleo, mas Silveira já anunciou que ela será reestruturada para assumir a expansão dos gasodutos

ONS (Operador Nacional do Sistema)
O governo podia indicar o novo diretor-geral, mas o escolhido foi Márcio Rea, considerado sem qualificação para operar o sistema. Numa ação igualmente polêmica, Silveira deu mais posto ao seu chefe de gabinete no MME, Maurício Renato de Souza, indicado como diretor de TI, Relacionamento com Agentes e Assuntos Regulatórios. O ONS é mais conhecido por coordenar o funcionamento do sistema interligado nacional, mas também emite pareceres e traça análises de longo prazo para tomada de decisões que dão diretrizes para a expansão do setor

INÊS 249

Reciclagem vive crise inédita no país quase 14 anos após política nacional

Setor reclama de falta de incentivos e desvantagens que não favorecem a economia circular

SÉRIES FOLHA
ALÉM DO LIXO

Thiago Bethônico

SÃO PAULO Em agosto de 2010, o Congresso Nacional aprovou o que é considerada uma das leis mais modernas do mundo sobre gestão de resíduos. Foram duas décadas de elaboração até que a Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) entrasse em vigor, trazendo planos e metas para estimular o reaproveitamento de materiais e a destinação correta de lixo.

Mas, quase 14 anos depois, a reciclagem passa por uma crise inédita. Membros do setor dizem que nunca viram tantos problemas se acumularem, numa espiral que inclui baixa valorização do material reciclado, insegurança tributária e falta de linhas de crédito.

Sem incentivos, os diferentes elos da cadeia passam a ter problemas para manter o negócio de pé, o que se reflete em pilhas de resíduos sobrando, empresas se desfazendo de patrimônio e, no fim das contas, menos produtos sendo reaproveitados pela indústria.

Um dos setores mais afetados pela crise é o de papel e papelão. Nos últimos anos, o preço da tonelada do material reciclado despencou, diminuindo a atratividade para os catadores.

"Se pegar 200 quilos de papelão na rua, carregar no carrinho esse peso todo, vai ganhar R$ 20 por dia. É muito pouco, é insalubre", afirma João Paulo Sanfins, vice-presidente da Associação de Aparistas de Papel (Anap).

Na cadeia de reciclagem, o aparista é quem compra as aparas de papel para consolidar grandes volumes e vender para a indústria.

Sanfins, que também é dono de uma empresa de reciclagem em Belo Horizonte, conta que o quilo do papelão chegou ao ápice de R$ 2 durante a pandemia devido à falta de disponibilidade no mercado. Para aumentar a oferta, alguns fabricantes de embalagens passaram a importar o material, o que provocou queda nos preços.

O problema é que, de 2022 para cá, os valores só caíram, enquanto os custos operacionais (diesel para os caminhões e energia, por exemplo) continuaram subindo. Hoje, o papelão coletado está sendo vendido para a indústria a R$ 0,60 o quilo, o que não é suficiente para bancar a operação. Segundo ele, a situação é "desesperadora".

"Estamos com prejuízo, tendo que nos desfazer de patrimônio para manter a empresa. Isso é um cenário que todo o setor está vivendo", diz Sanfins, que movimenta hoje um volume 30% menor de resíduos do que o normal.

Segundo a Anap, não é raro ver hoje caçambas cheias de papelão ignoradas por catadores por causa da baixa demanda e do preço pouco atraente. Também não são poucos os casos de pequenos empresários do ramo (donos de ferros-velhos, por exemplo) que abandonaram a atividade para trabalhar como motorista de aplicativo.

Sanfins acrescenta que, para piorar, o valor da celulose —que é a matéria-prima virgem— caiu muito no mercado. Isso porque, de uns anos para cá, fabricantes de embalagens passaram a investir em suas próprias fazendas de eucaliptos e pinos.

Como o setor é concentrado em poucas empresas, qualquer diminuição na compra de papel e papelão tem efeito sistêmico na cadeia de reciclagem.

"Um quilo de celulose que uma empresa põe no mercado equivale a dois quilos de material, porque ela deixou de reciclar um quilo [de papel e papelão] e está colocando outro de matéria-prima virgem no mercado."

O cenário vivido pelos aparistas de papel é mais delicado, mas não muito diferente do que acontece com a reciclagem de outros materiais. No fim das contas, membros do setor resumem a crise da seguinte forma: falta de valorização.

Rafael de Barros é diretor da Guarulhos Comércio de Sucatas, uma empresa que compra metais ferrosos, faz o processamento e vende para indústrias reciclarem.

Ele também aponta a verticalização —quando as companhias começam a produzir por conta própria a maior parte dos insumos de que precisam— como motivo para a perda de competitividade do reciclado. No entanto, evita criticar essa postura.

"Elas estão olhando o que é economicamente mais viável. O mundo é assim", diz.

Na avaliação de Barros, que trabalha há 20 anos no setor, a reciclagem só avança à medida que os resíduos ganham atratividade econômica, algo que ainda não acontece.

Em uma das unidades de sua empresa, que fica em Itaquaquecetuba, na região metropolitana de São Paulo, o fluxo de entrada e saída de caminhões com resíduos é incessante. O pátio, ele diz, já esteve mais cheio, mas ainda segue movimentado. Isso porque a sucata ferrosa é um dos materiais mais reciclados do mundo.

Barros faz as contas. Sua empresa tem 200 funcionários, 80 caminhões e cerca de R$ 100 milhões investidos em equipamentos. Só o shredder, uma máquina para triturar metais, custou cerca de R$ 40 milhões. Mesmo com todos esses custos, o empresário diz não ter acesso a nenhuma linha de crédito diferenciada. Assim como os demais atores da cadeia, precisa arcar com todo o investimento usando as baixas margens de lucro, algo que causa indignação num setor visto como fundamental para a preservação do meio ambiente.

Segundo ele, o Brasil só vai parar de ver plástico, papel e outros resíduos indo parar nas ruas e na natureza quando esses materiais tiverem valor de venda competitivo.

Para garantir que isso aconteça, afirma, é fundamental desenvolver estímulos financeiros e tributários.

Hoje, o setor de reciclagem não paga PIS/Cofins na venda de materiais para a indústria. Na comercialização dentro de um mesmo estado, o ICMS também é diferido. Mas o receio é que essa situação mude.

Em 2021, o STF (Supremo Tribunal Federal) julgou que a isenção dos tributos na venda de reciclados era inconstitucional. Entidades do setor entraram com embargos de declaração e, atualmente, o tema está parado após pedido de vistas do ministro André Mendonça. O placar, porém, está 2 a 1 para que PIS/Cofins sejam cobrados.

Clineu Nunes, presidente do Inesfa (Instituto Nacional da Reciclagem), afirma que a situação do setor hoje é alarmante. "O acúmulo de problemas é uma coisa inédita", diz.

A questão tributária é a que mais preocupa. Segundo ele, se as empresas tiverem de pagar os impostos, seria o fim da reciclagem no Brasil.

Para não ficar nas mãos de uma decisão do STF, o setor apoia o projeto de lei 4.035, que garante a isenção e ainda autoriza a indústria a aproveitar crédito tributário ao adquirir material reciclado —o que aumentaria a competitividade ante a matéria-prima virgem.

Mas uma vitória no Congresso não seria suficiente para tranquilizar as empresas de reciclagem. Isso porque a reforma tributária reduz os benefícios que existem hoje.

Rodrigo Petry, especialista em direito tributário do escritório Almeida Advogados, diz que atualmente há total isenção na cadeia. Quando o novo sistema começar a valer, haverá apenas na compra de material vendido por catador pessoa física ou cooperativa.

"No pós-reforma tributária, muito provavelmente, a atual vantagem competitiva deixa de existir. Houve, sim, a instituição de um benefício específico para o setor de reciclagem, mas muito tímido em relação ao que se tem hoje."

Questionado sobre a crise do setor, o Ministério do Meio Ambiente citou, em nota, ações do governo federal para estimular a reciclagem, como a definição de limites para importação de resíduos de papel, papelão, plástico e vidro, além de medidas para fortalecer a logística reversa.

"Há ainda esforços para aumentar a reciclagem no Brasil e tornar obrigatórios, a partir de leis e decretos, acordos voluntários de logística reversa atualmente em vigor", diz a nota.

A pasta afirma que está preparando decretos para estabelecer metas progressivas para o aumento do percentual de embalagens retornáveis no mercado nacional, metas de conteúdo reciclado obrigatório incorporado às embalagens de plástico e a definição de responsabilidades de cada elo da cadeia de logística reversa.

Segundo Nunes, do Inesfa, o cenário atual mostra como é possível o setor viver uma crise mesmo 14 anos após a aprovação de uma política nacional robusta. "Não adianta fazer uma lei e soltar ela. Tem que ter fiscalização, incentivo, ver se é viável ou não."

Nesse cenário, quem costuma sair mais prejudicado são os catadores. Roberto Rocha, presidente da Ancat (Associação Nacional dos Catadores), diz que a desvalorização está afetando "brutalmente" esses trabalhadores, que precisam se virar para conseguir manter o mesmo nível de renda.

"É uma pena, porque esses materiais acabam indo para o aterro sanitário, que não é o que prevemos quando falamos de economia circular", diz. "Nós estamos vivendo uma das grandes crises dos materiais reciclados."

Pilha de metais para serem reciclados na Guarulhos Comércio de Sucatas, em Itaquaquecetuba (SP) Bruno Santos/Folhapress

Infografia Luciano Veronezi e Gustavo Queirolo

Brasil tem escassez de dados de reciclagem e série de pontos cegos

Especialistas dizem que país não sabe com precisão o quanto é reaproveitado hoje; MMA não comenta

SÉRIES FOLHA
ALÉM DO LIXO

Thiago Bethônico

SÃO PAULO As três esferas de governo têm dificuldade em apontar com algum grau de precisão o quanto de resíduos de fato é reaproveitado hoje no país. Menos clareza ainda há em relação às taxas de reciclagem de materiais como o plástico, cuja poluição preocupa ambientalistas e está às vésperas de ser limitada por um tratado global.

Num momento em que o debate sobre resíduos sólidos cresce em todo o mundo —e quase 14 anos após a criação de uma política nacional sobre o tema—, o Brasil convive com escassez de informações e profusão de pontos cegos.

Os sistemas oficiais do governo até indicam alguns números sobre o assunto, mas na avaliação de especialistas os dados estão distantes da realidade, pois são autodeclaratórios e não passam por verificação.

"A gente não sabe a real reciclagem no Brasil. Essa é a verdade", afirma Fernando Bernardes, diretor de operações da Central de Custódia, empresa que faz certificação de resultados de logística reversa.

A **Folha** solicitou ao Ministério do Meio Ambiente dados sobre volume geral de reciclagem e segmentação por tipo de material. A pasta disse que enviaria as informações, mas dez dias após o pedido parou de responder às tentativas de comunicação da reportagem feitas por email, WhatsApp e telefone. Questionada sobre a escassez de dados apontada por especialistas, a assessoria do ministério não comentou.

O Sinir (Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos) relata que o país gera em torno de 84 milhões de toneladas de resíduos sólidos urbanos por ano. Desse total, cerca de 3% (1,6 milhão de toneladas) seriam reciclados.

Os resultados são baseados no que os próprios municípios reportam para o governo, tendo em vista o que eles consideram que está sendo reciclado.

"Esse número está muito distante da realidade. Os municípios têm acesso aos dados das cooperativas locais, mas toda cidade também tem um ferro-velho, um sucateiro e outros atores que estão pegando material na rua. Isso não está rastreado em lugar nenhum", diz Bernardes.

Segundo ele, os dados de reaproveitamento de materiais são escassos, e a consequência disso é a dificuldade em enxergar o cenário por completo.

"A maior parte da reciclagem está no setor privado, que emite notas fiscais, mas isso não é verificado, não é checado por ninguém", acrescenta.

Fabricio Soler, sócio da S2F Partners, consultoria especializada em gestão de resíduos e economia circular, também menciona a dificuldade em encontrar informações sobre o assunto.

Para ele, a carência de sistemas que consolidem os resultados das ações de coleta, reciclagem, triagem e disposição final ainda é um grande desafio no Brasil.

Mas, se os dados gerais já são considerados problemáticos, a lacuna é ainda maior quando se trata do detalhamento por tipo de resíduo, ou seja, o quanto de plástico, papel, metal e de outros materiais é reciclado hoje no país.

Atualmente, cada entidade setorial produz seus próprios dados. Associações que representam as indústrias elaboram relatórios periódicos indicando o quanto de material elas reaproveitam anualmente.

"Mas não existe nenhum dado independente, de terceira parte, que consolide todas as informações", explica Soler. "É lógico que essas entidades geram evidências do que elas fazem, isso tem seu valor e ajuda a orientar políticas públicas. Mas seria importante ter uma ferramenta de uma terceira parte para confirmar que aqueles são mesmo os índices de reciclagem", acrescenta.

Segundo ele, uma possível solução para o apagão de dados que o Brasil vive é expandir o que foi feito com o setor de embalagens.

A PNRS (Política Nacional de Resíduos Sólidos) determinou que empresas garantam a reciclagem de um percentual das embalagens usadas. Para este ano, a meta é de 30%.

Isso significa que, se um fabricante, importador, distribuidor ou comerciante pôs dez produtos em embalagens no mercado, ele precisa trazer três para o ciclo produtivo de novo.

Série aborda desafios e oportunidades da gestão de resíduos

Este é mais um capítulo da série Além do Lixo, lançada pela **Folha** na Semana do Meio Ambiente, que trata dos desafios e oportunidades da gestão de resíduos no Brasil e no mundo e da relação entre as soluções para a crise global do lixo e a transição para novos modelos de negócios sustentáveis

Em 2022, o governo obrigou que esse processo fosse conferido por uma entidade independente, chamada de verificador de resultados. A certificação é feita por meio das notas fiscais eletrônicas, assegurando a veracidade dos dados e garantindo que a contagem não seja seja feita duas vezes por empresas diferentes.

Em função dessa obrigação, os especialistas dizem que o setor de embalagens é hoje o que dispõe de mais dados confiáveis e rastreáveis sobre reciclagem no país.

A Central de Custódia é a única empresa autorizada pelo Ministério do Meio Ambiente a fazer essa verificação. O governo está fazendo novas homologações, mas hoje a entidade concentra mais de 90% do mercado.

Bernardes diz que a Central tem um trabalho em andamento com a indústria do plástico e do vidro para verificar dados de reaproveitamento desses setores. Para ele, o governo federal precisa expandir as obrigações para outros setores e criar formas de integrar as informações que hoje estão espalhadas.

"A estratégia do governo que eu acho assertiva é fazer decretos por tipos de materiais, exigindo o índice de reciclagem da indústria. Com esses índices verificados e reportados dentro da plataforma do Sinir, vamos conseguir ter a integralidade do que está sendo reciclado no país", diz.

Iate de Jeff Bezos, batizado de Koru, é visto atracado em Port Everglades, na Flórida, nos Estados Unidos Joe Raedle - 29.nov.23/Getty Images via AFP

Popularidade dos iates de luxo cresce pelo mundo junto de seu enorme impacto climático

FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Jessica Nix

BLOOMBERG Iates de luxo são o símbolo máximo de status para famílias reais, oligarcas e bilionários, de Jeff Bezos a Bernard Arnault. Os palácios flutuantes são fonte de fascínio e segredo —e também de emissões de gases de efeito estufa. A poluição causada por embarcações de luxo que beneficiam apenas algumas pessoas levou o cientista social Gregory Salle a chamá-las de forma de "ecocídio" e "reclusão ostensiva" em seu novo livro, "Iates de Luxo: Luxo, Tranquilidade e Ecocídio".

Há quase 6.000 iates de luxo —ou seja, embarcações com mais de 30 metros— no mar, de acordo com relatório da SuperYacht Times, empresa de inteligência de mercado focada no setor. A frota quadruplicou nas últimas três décadas.

"É difícil pensar em um sinal de riqueza mais convincente do que possuir um iate de luxo", diz Salle, que é professor na Universidade de Lille, na França.

A concentração de riqueza não apenas levou à explosão de iates de luxo mas também a uma divisão nas emissões per capita, com os mais ricos vivendo estilos de vida com maior emissão de carbono.

Os 10% mais ricos do mundo já respondem por metade das emissões de dióxido de carbono do planeta, de acordo com pesquisas da Oxfam. A organização descobriu que levaria 1.500 anos para que alguém da camada 99% mais pobre emitisse tanto carbono quanto um dos principais bilionários do mundo.

As emissões dos ultra-ricos vêm de várias fontes, incluindo grandes residências e viagens frequentes em jatinhos. Mas os iates de luxo são sua maior fonte única de emissões de gases de efeito estufa, de acordo com estudo de 2021.

As emissões anuais de CO_2 dos 300 principais iates de luxo somam quase 285 mil toneladas, de acordo com o livro de Salle. O valor é maior do que a pegada de nações inteiras, como Tonga.

Os iates de luxo não são apenas poluidores climáticos. Efluentes, poluição sonora e luminosa, material particulado nos escapamentos e até mesmo onde as embarcações atracam podem ter um efeito adverso no meio ambiente local. Esses impactos significativos explicam por que Salle chamou as embarcações de uma forma de ecocídio.

O termo —que foi cunhado na década de 1970— refere-se à destruição deliberada da natureza e foi frequentemente usado para descrever as ações dos ricos, dada a sua grande pegada de carbono. Em 2021, advogados propuseram codificar o ecocídio no direito penal internacional, colocando-o em pé de igualdade com o genocídio.

Parlamentares da União Europeia votaram para criminalizar danos ambientais "comparáveis ao ecocídio" no início deste ano. Se a nova lei será usada para processar o uso de iates de luxo, é uma questão que ainda está por ser vista.

Alguns proprietários estão cientes dos perigos que suas embarcações representam para o meio ambiente. O iate de luxo Koru de US$ 500 milhões (R$ 2,6 bilhões) de Jeff Bezos partiu em abril de 2023 com velas para ajudar a impulsionar sua viagem. No entanto, ainda possui motores a diesel.

A Oxfam estima que o iate de 127 metros tenha emitido 7.000 toneladas de CO_2 no último ano, uma quantidade equivalente às emissões anuais de 445 americanos médios.

Essa estimativa provavelmente está no lado conservador, pois os cálculos consideram o iate em espera em vez de em trânsito. O número também não inclui o iate companheiro de Koru, Abeona, uma embarcação de apoio a motor de 75 metros, que funciona como uma garagem com heliponto e jet skis.

As velas no navio de Bezos são uma exceção: a grande maioria dos iates de luxo é movida apenas a motor. Apenas oito novas construções de veleiros foram concluídas em 2023, em comparação com os 195 novos iates a motor.

Entender as verdadeiras emissões de carbono de um iate de luxo é incrivelmente difícil devido à falta de dados coletados e à natureza inerentemente secreta do iatismo, de acordo com Malcolm Jacotine, fundador da empresa de consultoria de iates de luxo Three Sixty Marine.

Usando os dados da Organização Marítima Internacional, Jacotine estima que as emissões de iatismo atingirão 10 milhões de toneladas até 2030 se a indústria seguir a mesma abordagem.

Para ajudar os proprietários a entender o impacto de seus barcos, ele desenvolveu duas calculadoras de emissões de carbono. Mas elas têm limitações, já que dependem de dados reportados voluntariamente e estimativas.

Os iates passam de 10% a 20% do ano navegando e, dependendo da potência do motor, atingem a velocidade máxima apenas 0,1% do ano, de acordo com Robert van Tol, diretor-executivo da Water Revolution Foundation. No restante do ano, a embarcação vira um hotel flutuante, dependendo de geradores que são necessários por um período longo e emitem mais CO_2.

Ainda assim, os dados de emissões são feitos caso a caso, e um iate pode viajar mais do que outro em um ano. Os iates estão isentos das regras de emissão da Organização Marítima Internacional. Isso reflete como os iates de luxo são ao mesmo tempo ostensivos e desconhecidos.

"Os iates de luxo são feitos para serem notados", diz Salle. "Mas também são veículos secretos no sentido de que você não pode acessar o interior se não for convidado."

As novas construções estão focando menos motores que atingem altas velocidades e mais a economia de energia no modo hotel. Mas a sustentabilidade pode não estar na vanguarda das decisões de compra.

"Não é uma decisão totalmente racional comprar um iate", afirma Ralph Dazert, chefe de inteligência na SuperYacht Times. "É algo bastante emocional, porque custa uma fortuna absoluta."

Em 2023, o valor total dos iates vendidos totalizou € 4,6 bilhões (R$ 25,91 bilhões), de acordo com Dazert. Ele diz que o movimento em direção à sustentabilidade será impulsionado por estaleiros e engenheiros adicionando recursos às novas construções, incluindo o uso de materiais reciclados. Novos tipos de combustível também podem reduzir as emissões.

Enquanto a pressão pública está aumentando, a indústria de superiates é impulsionada pelos clientes. E, para a maioria dos compradores, o luxo ainda supera as preocupações climáticas.

Salle observa que, como muitos itens de luxo, os superiates não são apenas produtos. Eles representam um "estilo de vida", que atualmente está ligado a atividades intensivas em carbono.

"O ecocídio é algo que causa um grande dano, um dano que perdura ao longo do tempo", diz.

Unidade da rede de farmácias São João em Eldorado do Sul (RS) chegou a ficar completamente submersa Paula Soprana - 20.mai.24/Folhapress

Grandes empresas do RS ainda lidam com impactos da chuva

Rede de farmácias São João perdeu 47 lojas após tragédia climática inédita

SÃO PAULO Grandes empresas do Rio Grande do Sul —mesmo as que escaparam da fúria das águas em uma das maiores tragédias climáticas do país— lidam agora com as perdas de seus funcionários, com a desestruturação da rede de logística e com a indefinição do futuro.

A **Folha** buscou contato com as 50 maiores companhias do estado desde 17 de maio. Das 33 que responderam, 25 (75%) registraram perdas entres seus funcionários e famílias. Quase dois meses depois das enchentes, ainda calculavam o alcance dos prejuízos em suas instalações ou os danos causados pela dificuldade de movimentar mercadorias de um ponto a outro do estado ou do país.

Relatório do BTG Pactual aponta que os efeitos econômicos da tragédia serão vistos por muito anos e que ainda são necessários estudos mais complexos para estimar as perdas.

Analistas do banco citam que as projeções de queda no PIB (Produto Interno Bruto) do estado variam de 3% a 10% no segundo trimestre, o que poderia implicar uma redução entre 0,2 e 0,6 ponto percentual no resultado nacional para o período.

A rede de drogarias São João registrou pelo menos cem unidades afetadas e 2.000 funcionários atingidos pela destruição. "Perdemos 47 lojas em sua totalidade. A natureza levou tudo, não tem absolutamente nada lá", diz Pedro Henrique Brair, fundador e presidente da rede.

O tamanho do prejuízo, porém, segue incerto. Em algumas cidades, como Roca Sales (a cerca de 130 km de Porto Alegre, no Vale do Taquari), a loja foi destruída pela segunda vez, de novo por enchente, o que o leva a repensar a reconstrução.

"A empresa tem estrutura para se recuperar rapidamente. Mas vamos repensar se esse investimento deve ser feito em algumas cidades."

Para Brair, além do custo de colocar essas unidades de pé, há preocupação com a situação da economia na região. "O que planejamos como empresa, para orçamentos e vendas, certamente será impactado. A economia também fica abalada, as pessoas perdem poder aquisitivo, as cidades não voltam a ser as mesmas, não há o mesmo ânimo em investir."

A Randoncorp chegou a paralisar algumas operações na Serra Gaúcha, onde estão as principais fábricas do grupo, e em São Leopoldo, região metropolitana de Porto Alegre. No primeiro trimestre de 2024, a companhia teve receita líquida de R$ 2,5 bilhões. Agora, calcula o tamanho do prejuízo.

A empresa diz que vem acompanhando a situação dos funcionários afetados e apoiando financeiramente aquelas que precisaram deixar suas casas ou tiveram perdas, para que possam comprar móveis e eletrodomésticos. O 13º e a participação nos lucros foram antecipados.

Dos 9.000 empregados no Rio Grande do Sul, a Randoncorp calcula que um terço dos que viviam em São Leopoldo foi atingido.

No bairro São Borja, também em São Leopoldo, a fabricante de armas Taurus não teve sua sede administrativa atingida pela enchente. Prejuízos devido ao impacto a fornecedores não estão descartados.

> Perdemos 47 lojas. A natureza levou tudo, não tem absolutamente nada lá. A empresa tem estrutura para se recuperar rapidamente. Mas vamos repensar se esse investimento deve ser feito em algumas cidades
>
> **Pedro Henrique Brair**
> fundador da rede São João

> Da mesma forma que temos dificuldade em receber insumos para a produção, todas as fábricas estão com o desafio de garantir o escoamento das mercadorias por impactos das chuvas e desmoronamentos em rodovias
>
> **Eduardo Scomazzon**
> presidente do conselho de administração da Tramontina

Além disso, 800 de seus cerca de 2.400 funcionários e suas famílias ficaram desabrigados. A companhia antecipou o 13º salário e organizou a produção e distribuição de refeições a funcionários e familiares atingidos.

Segundo Salesio Nuhs, CEO global da fabricante, a empresa chegou a operar "com as pessoas que estão disponíveis", mas já estava, na semana passada, "muito próximo ao planejado, respeitando a situação dos colaboradores afetados pelas enchentes direta ou indiretamente".

A Melnick Even, incorporadora de alto padrão com sede em Porto Alegre, escapou de prejuízos diretos mais graves, mas viu 86 de seus funcionários com perdas graves, de bens ou de parentes. A empresa também adiantou o abono de Natal aos funcionários.

Por dez dias, as atividades administrativas e os canteiros de obras ficaram parados. Os primeiros começaram a voltar gradualmente. A retomada de obras, porém, poderá levar até três meses.

Leonardo Melnick, CEO do grupo, tem casa em Eldorado do Sul, onde foram necessários 30 dias até a água baixar. Lá, ele participou, com sua lancha, do resgate de moradores.

Em Porto Alegre, a unidade de misturadora da Yara Brasil, de fertilizantes, precisou ser fechada, e a demanda foi redirecionada às unidades de Cruz Alta e Rio Grande. A curto prazo, segundo a empresa, elas conseguirão atender a clientela.

De seus 2.100 funcionários, 210 tiveram prejuízo. Eles receberam o 13º salário e créditos extras para alimentação.

Outras grandes empresas gaúchas escaparam da destruição por estarem instaladas em áreas como Passo Fundo e Cruz Alta.

A agroindustrial 3 Tentos registrou acúmulo de água em lojas de Santa Maria e Cachoeira do Sul, mas as duas unidades em Ijuí e Cruz Alta, cidades da região noroeste onde choveu forte, não foram atingidas.

A Be8, de biodiesel, em Passo Fundo, também foi poupada de maiores danos, mas precisou reorganizar a distribuição de produtos como farelo de soja.

Apesar de ser uma companhia gaúcha, a Grendene, que detém marcas como Melissa, Rider e Ipanema, mantém somente sua sede administrativa no estado, em Farroupilha. Das receitas totais da empresa, 4% vêm do Rio Grande do Sul. A companhia teve 5 lojas e 17 funcionários afetados pelas enchentes, para os quais doou materiais de limpeza, roupas e alimentos.

O grupo agrícola SLC, que tem sede em Cruz Alta e outras 26 unidades pelo estado, emprestou caminhonetes para ajudar na remoção de móveis de funcionários atingidos e realocou quem não pode voltar para casa. Em Porto Alegre, Muçum, Roca Sales e Sinimbu, a empresa enviou maquinário para desobstrução de vias e escoamento de água.

A Renner, também de origem gaúcha, não registrou grandes perdas. Chegou a fechar lojas durante o auge da tragédia. Para funcionários, antecipou férias e 13º.

Além da força de trabalho, as companhias começam a avaliar agora os impactos logísticos em suas atividades.

Foi o caso da Cotrijal (Cooperativa Agropecuária e Industrial), que não chegou a parar, mas precisou rever caminhos para o transporte de grãos e de outros produtos agrícolas. Cooperados em Pantano Grande, Rio Parte e Vera Cruz enfrentam, de acordo com a Cotrijal, "desafios significativos".

Duas fábricas da Tramontina no município de Carlos Barbosa, na Serra Gaúcha, tiveram de ser paralisadas por dez dias no auge das enchentes, em maio. Cerca de 4.000 funcionários das duas unidades entraram em férias coletivas.

No centro-sul do estado, a fábrica da empresa em Encruzilhada do Sul teve problemas para receber materiais.

"Da mesma forma que temos dificuldade em receber insumos destinados à produção, todas as fábricas estão com o desafio de garantir o escoamento das mercadorias por impactos das fortes chuvas e desmoronamentos em rodovias", disse o presidente do conselho de administração, Eduardo Scomazzon, em nota.

Em Eldorado do Sul, a cidade mais atingida pela enchente, a sede e o centro de distribuição da Panvel escaparam de danos, mas o acesso a esse último ficou bloqueado por quase 20 dias. Com a retomada do acesso, a distribuição foi normalizada —por algumas semanas, os produtos vieram do centro de distribuição de São José dos Pinhais (PR).

Cerca de 1.100 funcionários da rede foram afetados pelas chuvas. Ele tiveram o 13º salário antecipado e receberam doações de cestas básicas, produtos de higiene, vale colchões.

A UnidaSul, dona das redes Rissul, Macromix e Mr Estoque, teve problemas com a reposição dos estoques devido ao bloqueio de rodovias.

O centro de distribuição e a sede, ambos em Esteio, na região metropolitana de Porto Alegre, foram alagados e chegaram a ficar fechados, mas o acesso já foi retomado e quase todas as lojas do Rissul foram reabertas (só duas, uma em Porto Alegre e uma em Canoas, ainda estão fechadas). De seus 7.500 funcionários, 1.200 foram afetados pela chuva.

A Vulcabras, dona da Azaleia, postergou o pagamento de faturas de clientes e vai apoiar a remontagem de loja. Sua unidade em Parobé não foi afetada, mas 35 funcionários receberam eletrodomésticos, móveis e apoio para o restauro da infraestrutura das moradias. **Anne Meire Ribeiro, Bruno Xavier, Adson Dutra, Diego Alejandro, Helena Schuster, Isabela Rocha e Vitor Rosasco**

RS anuncia fim da colheita de arroz e rejeita importar

Leonardo Vieceli

RIO DE JANEIRO O Irga (Instituto Rio Grandense do Arroz) anunciou nesta sexta (14) o fim da colheita de arroz no RS e disse que não há justificativa técnica para a importação do cereal.

A compra emergencial é defendida pelo governo Lula (PT) como forma de conter a pressão sobre os preços após as enchentes históricas no estado. Produtores gaúchos, por outro lado, contestam a medida.

Segundo o Irga, a colheita de arroz termina com uma produção de 7,16 milhões de toneladas. Nesta safra (2023/2024), foram semeados 900,2 mil hectares do cereal irrigado. O estado já colheu 94,61% dessa área (quase 851,7 mil hectares).

Ainda está em processo de colheita uma fatia residual de 1.548 hectares (ou 0,17% do total). Com as enchentes de maio, os gaúchos perderam o equivalente a 5,22% da área semeada (47 mil hectares), principalmente na região central.

Lula 3 terá de corrigir a rota?

Para chegar inteiro a 2026, petista possivelmente terá de fazer algo de mais estrutural na política fiscal

Samuel Pessôa

Pesquisador do Instituto Brasileiro de Economia (FGV) e da Julius Baer Family Office (JBFO). É doutor em economia pela USP

Lula escolheu inverter o ciclo político da despesa pública. Iniciou o mandato com pé no acelerador do gasto. Foi escolha altamente arriscada.

A submissão da economia à política se justificou pela percepção do presidente de que, em um país polarizado, não havia espaço para quedas acentuadas de popularidade no início do mandato. Era necessário criar as condições para chegar vivo em 2026, mesmo que com a economia capengando.

O primeiro ano transcorreu melhor do que a encomenda. A forte desinflação na economia americana, com a perspectiva de início de um ciclo de corte de juros já em março passado, e o sucesso de Haddad na tramitação da agenda econômica explicam o bom humor do fim de 2023.

Tudo sugeria que Lula conseguiria navegar relativamente bem através das inconsistências do arcabouço fiscal (tratei das inconsistências na coluna de 12 de maio). Legaria uma difícil herança —elevação da dívida pública em 10% do PIB, aproximadamente—, mas conseguiria se reeleger.

Já era possível divisar Lula 4 parecido com FHC 2: um governo sequestrado por uma agenda fiscal pesadíssima. A transição política ficaria para 2030.

A piora da inflação americana no primeiro trimestre do ano azedou bem o ambiente externo.

Por aqui, há sinais de esgotamento da agenda de ajuste fiscal pelo lado do aumento de impostos. Caiu a ficha para o mercado e para governo de que as inconsistências do arcabouço —indexação do gasto de saúde e educação na receita, em vez de no gasto total, e indexação do salário mínimo no PIB absoluto, em vez de ser em uma medida de produtividade do trabalho— inviabilizarão o regime fiscal antes do que se imaginava.

O câmbio andou. Fechou a sexta (14) a R$ 5,38. Modelo de decomposição sugere que a desvalorização de 4,5% que houve entre o final do ano passado até meados de maio, quando o dólar rodou a R$ 5,15, deve-se majoritariamente a fatores externos. No entanto, a desvalorização adicional que levou o câmbio à vizinhança de R$ 5,4 é integralmente doméstica.

Além das dúvidas sobre a capacidade de funcionamento do arcabouço fiscal, há as incertezas com a transição na direção do Banco Central.

Possivelmente, para chegar inteiro a 2026, com chances de se reeleger ou de eleger seu sucessor, Lula terá de fazer algo de mais estrutural na política fiscal.

Assim, me parece que a questão se apresenta de uma forma diferente dos termos estabelecidos por meu colega Celso Rocha de Barros em seu espaço na Folha *no domingo (8) passado.*

Celso argumenta que é difícil Lula fazer as mudanças que a direita e os liberais pedem quando esses se aproximam de políticos cuja credencial democrática não é clara.

Como apontou Fernando Dantas na quinta-feira (13) no seu blog no portal do jornal Estado de S. Paulo, foi Lula quem criou os problemas: era possível aprovar a emenda constitucional da transição sem reindexar saúde e educação na receita e era possível escolher outro indexador para o salário mínimo. Não é de todo descabido que a direita não deseje arcar com custo político de reverter decisões de Lula.

Independentemente do que é certo ou errado, o cálculo político de Lula olha prioritariamente as condições de manutenção de seu projeto político no poder. O que é importante ou não para o país vem em seguida.

E, talvez, para que o risco de transição política em 2026 não seja muito elevado, Lula tenha de fazer agora algumas reformas que imaginava pautar em Lula 4.

| DOM. Samuel Pessôa | **SEG. Marcos Vasconcelos, Ronaldo Lemos** | TER. Michael França, Cecilia Machado | QUA. Bernardo Guimarães, Lorena Hakak | QUI. Cida Bento, Solange Srour | SEX. André Roncaglia | SÁB. Marcos Mendes, Rodrigo Zeidan

---

Edital de Convocação - O SIPROEM - SINDICATO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE BARUERI, TABOÃO DA SERRA, ITAPECERICA DA SERRA, EMBU, EMBU-GUAÇU, SÃO LOURENÇO DA SERRA, JUQUITIBA, COTIA, VARGEM GRANDE PAULISTA, por seu representante legal abaixo assinado, **CONVOCA** o Sr. Evaldo Matias Gomes, Professor, portador do documento de identidade RG 22.521.115-4, CPF 144.966.838-06, para assumir o cargo de Secretário do referido Sindicato, na vacância do titular, por tempo indeterminado, em sua sede em Barueri, na Rua Manoel Marçal Lopes nº 62, Jd. Silveira, no dia 17/06/2024 às 10h00. Barueri, 14 de junho de 2024. **Adenir Segura** - Presidente do SIPROEM.

VERT — **LEILÃO DE IMÓVEL** — SOMENTE ONLINE — BIASI leilões

Dia 03 de Julho de 2024 às 11:00 horas

Casa no Parque Amazônia em Goiânia/GO. Imperdível! Confira e Aproveite!

À vista ou Parcelado em 3 vezes conforme edital. Mais informações: (11) 4083-2575 ou www.biasileiloes.com.br

Leiloeiro Oficial Eduardo Consentino – JUCESP nº 616 (João Victor Barroca Galeazzi – Preposto em exercício)

G/I — **LEILÃO DE IMÓVEIS** — SOMENTE ONLINE — BIASI leilões

Dia 25 de Junho de 2024 às 14:00 horas

19 Imóveis Residenciais (Casas e Apartamentos) e Terrenos em: SP e RJ

À vista com 5% de desconto ou Parcelado em até 5 vezes conforme edital. Mais informações: (11) 4083-2575 ou www.biasileiloes.com.br

Leiloeiro Oficial Eduardo Consentino – JUCESP nº 616 (João Victor Barroca Galeazzi – Preposto em exercício)

Sindicato dos Professores das Escolas Públicas Municipais de Porto Feliz, Tietê, Sorocaba, São Roque, Ibiúna, Salto, Araçariguama, Alumínio, Mairinque, Votorantim, Boituva, Iperó, Araçoiaba da Serra, Capela do Alto, Cesário Lange, Cerquilho e Tatuí.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO – O SIPROEM - SINDICATO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE PORTO FELIZ, ALUMÍNIO, ARAÇARIGUAMA, ARAÇOIABA DA SERRA, BOITUVA, CAPELA DO ALTO, CERQUILHO, CESÁRIO LANGE, IBIÚNA, IPERÓ, MAIRINQUE, SALTO, SÃO ROQUE, SOROCABA, TATUÍ, TIETÊ E VOTORANTIM – CNPJ 11.889.304/0001-78, por seu representante legal abaixo assinado, convoca todos os seus associados, para Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada aos dezoito dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e quatro, às 10:30 h em primeira chamada e às 11 h em segunda e última chamada, com qualquer número de presentes, que ocorrerá em sua sede, Rua Barão do Rio Branco, 176 – Centro, para deliberação e aprovação, sobre o art. 4º, letra d e art. 12º de seu Estatuto Social. Sandra Maria Sampaio Nunes, Presidente. Porto Feliz, 16 de junho de 2024.

Reunião Ordinária do Conselho Deliberativo - Convocação - O Presidente do **CONSELHO DELIBERATIVO** do **CLUBE ESPERIA**, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os senhores(as) Conselheiros(as) para **Reunião Ordinária**, a ser realizada no próximo dia 25 de junho de 2024, **terça-feira**, com primeira convocação às 19h00, e início às 19h30, no **Salão Azul**, sito à Rua Marechal Leitão de Carvalho, nº 65, com entrada também pela Avenida Santos Dumont, nº 1313, nesta Capital, **a fim de discutir a seguinte: ORDEM DO DIA: A)** Leitura, discussão e aprovação da Ata da Reunião de 26/03/2024; **B)** Posse das Conselheiras - Márcia Magalhães Montenegro e Camila Rodrigues do Nascimento; **C)** Análise, discussão e deliberação da Revisão da peça orçamentária do segundo semestre de 2024 (Artigo 40 do Estatuto Social); **D)** Apreciação da evolução da administração em exercício apresentado pela D.A., relativamente ao trimestre anterior, conforme inciso VI do Artigo 85 do Estatuto Social; **E)** Apresentação do resultado da auditoria externa, referente a administração da Diretoria Administrativa de 2.023; **F)** Várias. São Paulo, 14 de junho de 2024. **Francisco Antunes de Oliveira Júnior -** Presidente do Conselho Deliberativo.

SEST SENAT — Serviço Social do Transporte / Serviço Nacional de Aprendizagem do Transporte

UNIDADE C 105 – Limeira/SP

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA Nº 011/2024

O SEST – Serviço Social do Transporte comunica aos interessados que realizará concorrência para contratação de empresa para pintura (interna e externa) de ambientes. O recebimento dos envelopes contendo a documentação de habilitação e a proposta comercial será no dia 15/07/2024, das 09h00. Para retirada do edital e acesso às demais informações: licitacao.c105@sestsenat.org.br.

Juliana dos Santos Silva
Presidente da Comissão de Licitação

EDITAL DE LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA — megaleilões

FERNANDO JOSE CERELLO G. PEREIRA, Leiloeiro(a) inscrito(a) na JUCESP sob o nº 844, com escritório à Alameda Santos, nº 787 – Conjunto 132, Bairro Jardim Paulista – São Paulo/SP, devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **ITAÚ UNIBANCO S/A**, doravante designado **VENDEDOR**, inscrito no CNPJ sob nº 60.701.190/0001-04, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal, na Cidade de São Paulo/SP, nos termos do Instrumento Particular de Venda e Compra de Bem Imóvel, Financiamento com Garantia de Alienação Fiduciária de Imóvel e Outras Avenças nº 10175002402, datado de 23/06/2022 e Instrumento Particular de Retificação e Ratificação, datado de 21/07/2022, no qual figuram como fiduciantes **Denise Aparecida dos Reis Vallim,** brasileira, cozinheira, RG nº 42.466.152-4 SSP/SP e CPF nº 457.597.878-70 e seu marido **Daniel Cristiano Dotta Vallim,** brasileiro, motorista, portador da carteira nacional de habilitação nº 04083411723 – DETRAN/SP, onde consta o RG nº 30.483.819 SSP/SP e CPF nº 284.232.398-02, casados sob o regime da comunhão parcial de bens, na vigência da Lei nº 6.515/77, residentes e domiciliados na cidade de Aguaí – SP, levará a **PÚBLICO LEILÃO** de modo **Presencial e On-line**, nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 24 de junho de 2024, às 15h00,** no endereço do leiloeiro, em **PRIMEIRO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 224.597,29 (duzentos e vinte e quatro mil, quinhentos e noventa e sete reais e vinte e nove centavos),** o imóvel a seguir descrito, com a propriedade consolidada em nome do Credor Fiduciário, constituído pela Casa Residencial localizada na Rua Ercelinda de Souza Noronha, nº 158 – Bairro Residencial Monte Líbano, Aguaí/SP com a área construída de 89,16m² constante no FITI (Formulário de Informações de Transmissão Imobiliária) e seu respectivo terreno constituído por Área 02, desdobrada do Lote nº 31, da Quadra G, com a área de 125m². **O imóvel encontra-se melhor descrito e caracterizado na matrícula nº 3.843 do Registro de Imóveis da Comarca de Aguaí – SP.** Obs.: **i)** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 da lei 9.514/97; **ii)** Regularização e encargos perante os órgãos competentes de eventual divergência da área construída e do terreno que vier a ser apurada no local, correrão por conta do comprador. Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **04 de julho de 2024, às 15h00,** no mesmo local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO**, com lance mínimo igual ou superior a **R$ 186.722,10 (cento e oitenta e seis mil, setecentos e vinte e dois reais e dez centavos).** Todos os horários estipulados neste edital, no *site* do leiloeiro (www.megaleiloes.com.br), em catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação consideram o horário oficial de Brasília-DF. O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico ou por edital, se aplicável, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida, acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que, outros interessados já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do site www.megaleiloes.com.br, respeitado o lance mínimo e o incremento mínimo estabelecido, em igualdade de condições com os participantes presentes no auditório do leilão de modo presencial, na disputa pelo lote do leilão, com exceção do devedor fiduciante, que poderá adquirir o imóvel preferencialmente em 1º e 2º leilão. Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.megaleiloes.com.br, e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE**, com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão presencial, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que se encontra. O proponente vencedor por meio de lance on-line ou presencial terá prazo de 24 horas depois de comunicado expressamente pelo leiloeiro acerca da efetiva arrematação do imóvel, condicionada ao não exercício do direito de preferência pelo devedor fiduciante, para efetuar o pagamento, por meio de transferência bancária, da totalidade do preço e da comissão do leiloeiro correspondente a 5% sobre o valor do arremate. **A transferência bancária deverá ser realizada por meio de conta bancária de titularidade do arrematante ou do devedor fiduciante, mantida em instituição financeira autorizada pelo BCB - Banco Central do Brasil.** As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

BIASI leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE** — RODOBENS BANCO

1º Leilão: dia 24/06/2024 às 11h — 2º Leilão: dia 26/06/2024 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi – preposto em exercício**), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S/A**, CNPJ nº 33.603.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 24 de Junho de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 26 de Junho de 2024 às 11:00 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br. As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: UNIDADE AUTÔNOMA**, consistente do **APARTAMENTO Nº 32**, localizado no 2º andar ou 3º pavimento, do **"EDIFÍCIO SICÍLIA"**, Bloco 12, com entrada pelo nº 205 da Rua Reginaldo Campodonio Dias (antiga Rua de Pinheto), no **"CONDOMÍNIO ITÁLIA"**, contendo a área útil de 51,68 m², área comum de 42,32187229 m², [illegible] totalizando 94,047353057 m², correspondendo-lhe uma fração ideal de 0,00480769% que equivale a 53,27735 m² do terreno; [illegible] Matrícula nº 40.327 do 2º Oficial de Registro de Imóveis de São Bernardo do Campo/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 185.900,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 192.670,89.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 26 de Junho de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br, até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante.** O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE** — RODOBENS BANCO

1º Leilão: dia 24/06/2024 às 11h — 2º Leilão: dia 26/06/2024 às 11h

EDUARDO CONSENTINO, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S/A**, CNPJ nº 33.603.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 24 de Junho de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 26 de Junho de 2024 às 11:00 horas.** Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br . As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel: Parte do lote 09, da quadra 04**, constituído de um terreno, parte do Sítio Campesina ou Lageado, Vila Yara, nesta cidade de Osasco/SP, que assim se descreve: Inicia-se a divisa do marco nº 03, situado na divisa com o lote nº 8; partindo desse ponto, segue numa distância de 34,75m em direção aos fundos, dividindo com o referido lote nº 08, daí vira à esquerda e segue na distância de 7,50m até um ponto, confrontando com Augusto Saraiva; daí vira à esquerda e segue na distância de 38,00m confrontando com o remanescente do terreno, até atingir a Rua Moema, por onde finalmente vira à esquerda e segue acompanhando essa rua na distância de 5,30m até encontrar o marco nº 03 inicial, encerrando a área de 225,30 m². No terreno foi construída **UMA CASA RESIDENCIAL**, sob nº 116, com frente para a Rua Moema, com a área construída de 237,07 m². Matrícula nº 66.464 no 1º Oficial de Registro de Imóveis de Osasco/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 985.600,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 827.089,37.** Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 26 de Junho de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante**. O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

BIASI leilões — **EDITAL ÚNICO DE LEILÃO | PRESENCIAL E ON-LINE** — RODOBENS BANCO

1º Leilão: dia 24/06/2024 às 11h — 2º Leilão: dia 26/06/2024 às 11h

Eduardo Consentino, Leiloeiro Oficial, matrícula JUCESP nº 616 (**João Victor Barroca Galeazzi** – preposto em exercício), devidamente autorizado pelo Credor Fiduciário **BANCO RODOBENS S/A**, CNPJ nº 33.603.457/0001-40, faz saber que, nos termos do artigo 27 da Lei 9.514 de 20 de novembro de 1997 e regulamentação complementar do Sistema de Financiamento Imobiliário, que institui alienação fiduciária de bem imóvel, fará realizar: **Primeiro Leilão: dia 24 de Junho de 2024 às 11:00 horas. Segundo Leilão: dia 26 de Junho de 2024 às 11:00 horas**. Local do Leilão: Avenida Fagundes Filho, 145 – conj. 22 – Vila Monte Alegre – São Paulo/SP e pela internet no site: www.biasileiloes.com.br . As demais condições de venda constarão no catálogo que será distribuído no leilão ou pela internet. **Descrição do Imóvel**: Unidade autônoma, designada **APARTAMENTO Nº 93**, localizado no 9º andar, do **"RESIDENCIAL PLAY LIFE"**, situado à Rua Rio de Janeiro, nº 1014, nesta cidade e comarca e 1ª Circunscrição Imobiliária de São Caetano do Sul/SP, com a área privativa de 68,51 m², a área comum de 9,90 m² (correspondente ao direito de uso de 01 vaga na garagem coletiva do prédio), a área comum de divisão proporcional de 37,784 m², totalizando a área construída de 116,194 m², equivalente a uma fração ideal de 0,7375% no terreno e demais coisas de uso comum. O imóvel contém: 01 suíte, 01 dormitório, banheiro completo, corredor de circulação interna, sala de jantar, sala de estar com terraço gourmet, cozinha e área de serviço. Matrícula nº 38.320 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de São Caetano do Sul/SP. **Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 1º Leilão R$ 460.900,00. Valor de Venda do Imóvel acima descrito: 2º Leilão R$ 351.587,70**. Caso não haja licitantes ou não seja atingida a oferta mínima prevista, o bem será vendido em **2º Leilão Extrajudicial, no dia 26 de Junho de 2024, às 11:00 horas**, no mesmo local, pelo maior lance ofertado (§ 2º do Art. 27), desde que igual ou superior ao valor da dívida, das despesas, dos prêmios de seguro, dos encargos legais, inclusive tributos, das contribuições condominiais e honorários advocatícios. Para a participação online o Arrematante deverá se habilitar no site www.biasileiloes.com.br , até uma hora antes do leilão. **Obs: Eventuais débitos de IPTU, custas do leilão e quaisquer outros débitos que o imóvel possuir, estes serão por conta exclusiva do arrematante**. O pagamento, em qualquer dos leilões, será à vista (no prazo de 06 horas) e em favor do Credor Fiduciário, no valor integral do lance vencedor. Não será aceito pagamento mediante cheque. Correrão por conta do comprador todas as despesas relativas à aquisição do imóvel no leilão, como: pagamento de 5% (cinco por cento) a título de comissão do Leiloeiro sobre o valor de arrematação e no ato da arrematação, Escritura Pública, Imposto de Transmissão, Foro, débitos de luz e água, débitos de IPTU, taxas, alvarás, certidões, emolumentos cartorários, registros, averbações, etc. A escritura pública caso seja necessária será realizada em até 90 (noventa) dias. O imóvel objeto do leilão será alienado em caráter "Ad Corpus" e no estado em que se encontra inclusive no tocante a eventuais ações, ocupantes, locatários e posseiros. A vendedora não se responsabiliza por quaisquer irregularidades que porventura possam existir, seja por divergência de áreas, mudança no compartimento interno, averbação de benfeitoria, estado de conservação, localização, situação fiscal e ocupação do imóvel arrematado. Caso necessite de regularização da área construída, esta será por conta do arrematante. Conforme alteração da Lei 9514/97, artigo 27, pela lei 13.465/17 § 2-B, fica assegurado ao devedor fiduciante o direito de preferência para adquirir o imóvel por preço correspondente ao valor da dívida acrescido de 5% (cinco por cento) de comissão do leiloeiro, conforme esse edital. A vendedora não se responsabiliza por eventuais questionamentos que possam ser feitos judicialmente pelo(a) anterior proprietário(a). Na hipótese do imóvel arrematado estar ocupado ou locado, o arrematante assume total responsabilidade no tocante à sua desocupação, assim como suas respectivas despesas. O arrematante também exime a vendedora de quaisquer responsabilidades por eventuais ações judiciais impetradas pelos proprietários anteriores ou terceiros, com referência ao imóvel e ao procedimento ora realizado, bem como de danos morais, materiais, lucros cessantes, etc.

Mais informações: (11) 4083-2575/www.biasileiloes.com.br

LEILÃO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA

DORA PLAT, leiloeira oficial inscrita na JUCESP nº 744, com escritório à Rua Minas Gerais, 316 – Cj 62 - Higienópolis, em São Paulo/SP, devidamente autorizada pelo Credor Fiduciário **BANCO BARI DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS S/A,** inscrito no CNPJ sob nº 00.556.603/0001-74, situado à Avenida Sete de Setembro, nº 4.781, Sobre loja 02, Água Verde, Curitiba/PR, nos termos dos Instrumento Particular de 10/01/2023, no qual figura como Fiduciante **RHANIKA MICHELLE MARTINS CARVALHO,** brasileira, autônoma, portadora do RG nº 29.604.022-SSP/SP, inscrita no CPF/MF nº 255.832.018-19 e seu marido **OCIMAR HENRIQUE CARNEIRO CARVALHO,** brasileiro, aposentado, portador do RG nº 20.402.270-SSP/SP, inscrito no CPF/MF nº 122.203.328-37, casados pelo regime da comunhão parcial de bens, residentes em Ribeirão Preto/SP, , levará a **PÚBLICO LEILÃO,** de modo **On-line,** nos termos da Lei nº 9.514/97, artigo 27 e parágrafos, **no dia 10 de julho de 2024, às 11:00 horas, o leilão será realizado exclusivamente pela Internet, através do site www.portalzuk.com.br,** em **PRIMEIRO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 212.818,91 (duzentos e doze mil, oitocentos e dezoito reais e noventa e um centavos),** o imóvel abaixo descrito, com a propriedade já consolidada em nome da credora Fiduciária, constituído por: Um **Prédio,** localizado na Rua Santos Dumont, nº 1.398, com terreno constituído pelo lote nº 03, quadra nº 07, do loteamento denominado Vila Antônio Fernandes de Oliveira, bairro de Vila Tibério, medindo 10,00m de frente para a Rua Santos Dumont, igual medida dos fundos, mede de um lado 24,50m e do outro lado mede 24,52m. **Av.01.** Para constar que o imóvel objeto desta matrícula atualmente tem as seguintes confrontações: 10,00m de frente para a Rua Santos Dumont, 24,52 metros do lado direito de quem de frente da rua olha o imóvel, confrontando com o prédio nº 1388 da Rua Santos Dumont, 10,00 metros na linha do fundo, confrontando com o prédio nº 144 da rua Constituição e 24,50 metros do outro lado, confrontando com o prédio nº 1412 da rua Santos Dumont, encerrando uma área total de 245,10m². **Imóvel objeto da matrícula nº 162.407 do 1º Oficial de Registro de Imóveis de Ribeirão Preto/SP. Observação: (i)** Ocupado. Desocupação por conta do adquirente, nos termos do art. 30 e parágrafo único, da lei 9.514/97. **(II)** ação sob **nº 1026034-29.2023.8.26.0506.** Caso não haja licitante em primeiro leilão, fica desde já designado o dia **17 de julho de 2024,** no mesmo horário e local, para realização do **SEGUNDO LEILÃO,** com lance mínimo igual ou superior a **R$ 108.537,64 (cento e oito mil, quinhentos e trinta e sete reais e sessenta e quatro centavos).** Os interessados em participar do leilão de modo on-line, deverão se cadastrar no site www.portalzuk.com.br e se habilitar acessando a página deste leilão, clicando na opção **HABILITE-SE,** com antecedência de até 01 (uma) hora, antes do início do leilão, não sendo aceitas habilitações após esse prazo. O envio de lances on-line se dará exclusivamente através do www.portalzuk.com.br , respeitado o lance mínimo e o incremento estabelecido, na disputa pelo lote do leilão. A venda será efetuada em caráter "ad corpus" e no estado de conservação em que o imóvel se encontra, e eventual irregularidade ou necessidade de averbação de construção, ampliação ou reforma, será objeto de regularização e os encargos junto aos órgãos competentes, correrão por conta do adquirente. **O(s) devedor(es) fiduciante(s) será(ão) comunicado(s) na forma do parágrafo 2º-A do art. 27 da lei 9.514/97, incluído pela lei 13.465 de 11/07/2017, das datas, horários e locais da realização dos leilões fiduciários, mediante correspondência dirigida aos endereços constantes do contrato, inclusive ao endereço eletrônico, podendo o(s) fiduciante(s) adquirir sem concorrência de terceiros, o imóvel outrora entregue em garantia, exercendo o seu direito de preferência em 1º ou 2º leilão, pelo valor da dívida acrescida dos encargos e despesas, conforme estabelecido no parágrafo 2º-B do mesmo artigo, ainda que outros interessados, já tenham efetuado lances, para o respectivo lote do leilão.** O arrematante pagará no ato, à vista, o valor total da arrematação e a comissão do leiloeiro, correspondente a 5% sobre o valor de arremate. A Ata de arrematação será firmada em até 05 dias da data do leilão e a Escritura Pública de Compra e Venda será lavrada em até 60 dias, em Tabelionato de Notas a ser indicado pela Credora Fiduciária. Em caso de inadimplemento do valor de arrematação, por desistência do arrematante, desfar-se-á a venda e será cobrada uma multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) da arrematação para pagamento de despesas administrativas, bem como poderá ainda o Leiloeiro emitir título de crédito para a cobrança de tais valores, encaminhando-o a protesto, por falta de pagamento, se for o caso, sem prejuízo da execução prevista no artigo 39, do Decreto nº 21.981/32, além da inclusão do arrematante nos serviços de proteção ao crédito. O horário mencionado neste edital, no site do leiloeiro, catálogos ou em qualquer outro veículo de comunicação, consideram o horário oficial de Brasília/DF. **Pelo presente, ficam intimados os alienantes fiduciantes: RHANIKA MICHELLE MARTINS CARVALHO e OCIMAR HENRIQUE CARNEIRO CARVALHO,** já qualificados, ou seu representante legal ou procurador regularmente constituído, acerca das datas designadas para a realização dos públicos leilões, caso por outro meio não tenham sido cientificados. Este edital será regido pela legislação brasileira em vigor, ficando desde já eleito o Foro Central da Cidade de São Paulo/SP, como competente para dirimir toda e qualquer questão oriunda do seu cumprimento. As demais condições obedecerão ao que regula o Decreto nº 21.981 de 19 de outubro de 1.932, com as alterações introduzidas pelo Decreto nº 22.427 de 1º de fevereiro de 1.933, que regula a profissão de Leiloeiro Oficial.

FUNDAÇÃO DE APOIO AO ENSINO, PESQUISA E ASSISTÊNCIA DO HCFMRPUSP - FAEPA

COMUNICADO Nº 140/2024

SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO:

TAPECEIRO PARA RIBEIRÃO PRETO (01 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÕES:

Data: 0h do dia 17/06/2024 às 14h do dia 28/06/2024

As inscrições serão efetuadas através da **internet** no site **www.faepa.br**

REQUISITOS PARA O EXERCÍCIO DA FUNÇÃO

a) Possuir 18 (dezoito) anos completos;
b) Possuir Declaração ou Certificado de Conclusão do **ENSINO FUNDAMENTAL** expedido por escola oficial ou reconhecida;
c) Possuir experiência comprovada de 06 (seis) meses na função de **TAPECEIRO**;
-Serão considerados documentos comprobatórios de experiência: registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) ou declaração em papel timbrado emitida há menos de 30 (trinta) dias, contendo o cargo/função e descrição da atividade que exerceu, período trabalhado, CNPJ e assinatura do empregador com certificado digital ou firma reconhecida.
d) Possuir conhecimento em utilização de máquina de costura industrial, grampeador pneumático, furadeira/parafusadeira e soprador térmico.

Taxa: R$ 10,00 (dez reais)
Jornada de trabalho: 40h/semanais.
Salário: **R$ 2.096,07 (dois mil e noventa e seis reais e sete centavos)**

CONVOCAÇÃO PARA A PROVA TEÓRICA
(somente para os candidatos inscritos)

DATA: 11/07/2024 –19h.
LOCAL: Hospital Estadual de Ribeirão Preto – Avenida Independência, 4.750, Jardim João Rossi, Ribeirão Preto/SP.
Os candidatos deverão comparecer ao local da Prova Teórica **30 minutos antes** da hora marcada para o início, munidos do **documento de identidade original com foto**, comprovante de pagamento bancário da inscrição, caneta de tinta azul, lápis preto e borracha.

Os atos decorrentes do procedimento desta Seleção serão disponibilizados na íntegra no site da FAEPA: www.faepa.br

---

HOSPITAL DAS CLÍNICAS DE RIBEIRÃO PRETO DA FMRP-USP

EDITAIS DE ABERTURA DE INSCRIÇÕES

MÉDICO I
JORNADA: 20H SEMANAIS
ÁREAS:

❖ EMERGENCISTA
Ed. Nº 18/2024 - (3 VAGAS)

❖ TRANSPLANTE RENAL DIVISÃO DE UROLOGIA
Ed. Nº 19/2024 - (1 VAGA)

❖ GASTROENTEROLOGIA CLÍNICA
Ed. Nº 20/2024 - (1 VAGA)

PERÍODO DE INSCRIÇÃO:

As inscrições serão efetuadas através da Internet no site **www.hcrp.usp.br** no período entre:

00:00h do dia **17/06/2024 às** 14:00h do dia **01/07/2024**.

Valor da Taxa Inscrição: R$ 116,69
Os Editais na íntegra encontram-se no site www.hcrp.usp.br

CONVOCAÇÃO PARA AS PROVAS
(somente para os candidatos inscritos)

- OBJETIVA/DISSERTATIVA E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS

DATA: 10/07/2024 – 18h00m

LOCAL: ANFITEATRO DO CEAPS - 2.º ANDAR do Hospital das Clínicas de Ribeirão Preto da FMRP-USP – Campus Universitário s/nº - Monte Alegre - Ribeirão Preto-SP.
(Aguardar na Portaria Principal do Hospital).

GUARIGLIA LEILOEIRO OFICIAL

LEILÃO QUINTA-FEIRA - 20/06/2024 - 09h00 - APROX. 250 VEÍCULOS

PRESENCIAL E ONLINE — **VEÍCULOS DE BANCOS E FINANCEIRAS**

VISITAÇÃO: 19/06/2024, das 12 às 17h e 20/06/2024, das 07 às 09h | Rod. Pres. Dutra, Km 128 - Sentido RJ-SP - CAÇAPAVA/SP

•**MODELOS:** JEEP/COMPASS LIMITED TF 2021/2022 - RENAULT/CAPTUR INTENSE 1.3 T 2022/2022 - MERCEDES-BENZ/CLA 200 2014/2014 - TOYOTA/HILUX SW4 SRV4X4 2013/2014 - MITSUBISHI/OUTLANDER 2.0 HPE 2021/2022 - PEUGEOT/EXPERT BUSINPK 2021/2022 - VOLKSWAGEN/GOLF HIGHLINE AA 2014/2015 - FIAT/SIENA ATTRACTIV 1.4 2018/2019 - RENAULT/SANDERO AUTH 10 2017/2018 - NISSAN/VERSA 10 S 2015/2016 - FORD/FIESTA 16TIT 2017/2018 - PEUGEOT/208 ACTIVE MT 2016/2017 - HYUNDAI/HB20S 1.6A PREM 2016/2016 - LAND ROVER/SDV8 VOGUE 2012/2013 - TOYOTA/COROLLA GLI18FLEX 2010/2010 - HONDA/FIT LX 2004/2004 - TOYOTA/ETIOS SD XS 15 AT 2017/2018 - FIAT/PALIO WEEKEND ADVENTURE 2016/2016 - HONDA/CG 160 FAN 2024/2024 - YAMAHA/XTZ 150 CROSSER S 2023/2024 - DODGE/JOURNEY CROSSRD 2014/2015 - RENAULT/LOGAN AUTH 10 2018/2019 - CHEVROLET/S10 COLINA D 4X4 2010/2011 - CHEVROLET/CELTA 2P LIFE 2010/2011 - RENAULT/KWID ZEN 10 MT 2018/2019 - CHEVROLET/CAPTIVA SPORT V6AWD 2011/2011 - FIAT/STRADA ADVENT FLEX 2006/2007. | **LOTES DE MÓDULOS FOTOVOLTAICOS / MATERIAIS / EQUIPAMENTOS.**

CONSULTE RELAÇÃO COMPLETA DE VEÍCULOS NO SITE. CONDIÇÕES DE VENDA E PAGAMENTO CONSTARÃO NO CATÁLOGO PRÓPRIO. VISITE NOSSO SITE: www.GUARIGLIALEILOES.com.br

ANTONIO LUIZ GUARIGLIA - LEILOEIRO OFICIAL - JUCESP 415 | /GUARIGLIALEILOES | **Informações: (12) 3654-1000**

CHEVROLET SERVIÇOS FINANCEIROS · bradesco · · Santander · BANCO PAN · omni · STELLANTIS FINANCIAMENTOS · Safra · Sicredi · SESI · SENAI · ITAPEVA

Luciano Salles

Repetição

Carta anual de Warren Buffett ilustra a cegueira deliberada de investidores sobre o aquecimento global

Candido Bracher
Administrador de Empresas formado pela FGV. Foi executivo do setor financeiro por 40 anos.

"Quando trabalhamos com clima, acabamos nos acostumando a repetir as coisas, pois ninguém parece ouvir na primeira vez."

A frase de Steven Chu, Nobel de Física e secretário de Energia dos EUA no governo Obama, ajudou-me a vencer minhas resistências em voltar ao tema do aquecimento global. Mesmo porque, a cada volta, apreende-se algo novo, que pode valer a pena compartilhar.

As imagens da tragédia no Rio Grande do Sul e a consciência de que boa parte das famílias desabrigadas não tem para onde retornar — porque, ainda que seus lares não tenham sido destruídos, a perspectiva da repetição das inundações desencoraja qualquer esforço de recuperação— tornaram indiscutível a ideia de que a necessidade de investimento em adaptação às mudanças climáticas é tão importante quanto o esforço para sua mitigação.

Explico. Até então, eu acreditava que o essencial era combater a causa raiz do aquecimento global, através da redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE), até atingirmos globalmente o net zero, em 2050. Eu via a preocupação com a adaptação às mudanças climáticas quase como uma atitude diversionista ou protelatória, que enfraqueceria nossa determinação em evitar o aquecimento global acima de 1,5ºC. Eu estava errado.

(Hoje comparo essa ideia ao comportamento dos estudantes membros da Libelu nos anos 1970, que condenavam qualquer ação social "assistencialista", na medida em que —ao atenuarem o sofrimento do proletariado— enfraqueciam a disposição revolucionária.)

A perspectiva de que fenômenos climáticos extremos como as inundações no Sul, ou os incêndios no pantanal, terão frequência e intensidade crescentes nos obriga a planejar e investir decisivamente em medidas de adaptação a seus impactos.

O professor de Columbia Harrison Hong (citado por Marcos Lisboa em sua coluna na semana passada), em palestra recente no Insper, defendeu com argumentos convincentes que países que invistam mais em infraestrutura para fazer frente aos extremos climáticos elevarão suas perspectivas de crescimento em ao menos 1% ao ano.

Decorre dessa afirmação a necessidade premente de capitalização do fundo para as nações mais pobres, anunciado na abertura da COP28, em Dubai, cujos recursos hoje ainda são pouco mais que simbólicos. Na falta desse apoio, os próximos anos verão um aprofundamento do fosso que separa esses países do mundo desenvolvido, com o consequente agravamento da crise humanitária e seus impactos migratórios.

E quanto à redução das emissões e à contenção do aquecimento a 1,5ºC?

Nesse ponto, as notícias são ruins ou, na melhor das hipóteses, conflitantes.

Por um lado, a comunidade científica eleva o tom dos seus alertas, ante a incapacidade dos líderes globais de pactuar regras que levem à redução sustentada das emissões de GEE. Em uma recente pesquisa do jornal inglês The Guardian com 350 cientistas do IPCC (Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU, na sigla em inglês), 77% acreditam que as temperaturas se elevarão em 2,5ºC, ou mais.

Se com 1,5ºC já assistimos a uma série inédita de eventos gravíssimos, a perspectiva de atingir os 2,5ºC faz temer pelo mundo em que nossos filhos e netos viverão.

Por outro lado, há uma série de perspectivas alvissareiras, com avanços tecnológicos e tomada de consciência por parte de pessoas, empresas e países, que talvez permitam sonhar com uma reversão de tendência e redução acelerada das emissões. Procuro encontrar alento na frase do economista R. Dornbusch, que pode se aplicar além do campo econômico: "(Em economia), as coisas demoram mais a acontecer do que você pensa, e então ocorrem mais rápido do que você imaginava".

(O leitor atento observará que a frase acima, como uma faca de dois gumes, pode aplicar-se tanto à redução das emissões quanto ao agravamento dos eventos climáticos. É o que temos.)

O sinal mais preocupante, contudo, é a postura impassível da indústria petroleira global, que parece ignorar completamente seu impacto sobre a crise climática, limitando-se a investimentos marginais em energia renovável e a um discurso vazio sobre transição energética. Tudo isso enquanto ampliam a exploração de novas áreas e anunciam, apenas nos últimos meses, aquisições cujos valores de mais de US$ 75 bilhões só são justificáveis em um cenário de manutenção do consumo de combustíveis fósseis.

Um exemplo claro dessa "cegueira deliberada" encontra-se na prestigiada carta anual da Berkshire Hathaway, do grande investidor Warren Buffett. Neste ano, Buffett discorre sobre a frustração de seus investimentos de longo prazo em distribuição de energia elétrica. Essa atividade muito estável, que historicamente permite uma margem de ganhos modesta, mas constante, está ameaçada pela recente multiplicação de incêndios florestais e pela consequente exposição das empresas de energia a ações legais bilionárias, que buscam atribuir-lhes corresponsabilidade nos sinistros. Buffett chega a cogitar abandonar os investimentos nessa área, ao afirmar que não colocará "dinheiro bom sobre dinheiro ruim".

Não haveria nada a estranhar nas afirmações acima, não fosse o fato de o investidor, na mesma carta, enaltecer as perspectivas de lucro de sua participação na Occidental Petroleum. Nenhuma relação é estabelecida entre o aumento na ocorrência de incêndios e o aquecimento decorrente das emissões do petróleo. Todo ganho com combustíveis fósseis é considerado louvável, e as perdas decorrentes do seu consumo devem ser arcadas pela sociedade.

Diante da gravidade dos alertas dos cientistas, da evidência dos acidentes "socioambientais", dos custos e dos riscos crescentes impostos à sociedade e do imobilismo dos principais responsáveis —sejam estes agentes privados, sejam públicos—, parece ser mesmo necessário repetir, repetir, repetir.

| DOM. Ana Paula Vescovi, Marcos Lisboa, Candido Bracher

Modelo usa zebras para ensinar sobre comércio internacional

Economias com 'níveis tróficos' altos tendem a crescer mais rapidamente

Tim Harford

LONDRES | FINANCIAL TIMES Não é sempre que é possível encaixar zebras em um texto de tarifas de importação. Mas diante de uma guerra comercial sobre carros elétricos —e com eleições nos EUA, economia chinesa e crise do clima em jogo— vale a tentativa.

O governo de Joe Biden impôs tarifas pesadas sobre produtos chineses, especialmente veículos elétricos. A médio prazo, o efeito será bloquear a entrada de carros elétricos baratos no mercado americano, o que é ruim para o planeta, ruim para os consumidores e ótimo para qualquer pessoa que queira fabricá-los ou vendê-los dentro do país.

Mas e a longo prazo? O jogo é tentar mudar a estrutura da economia dos EUA em direção à fabricação de tecnologias verdes como painéis solares, baterias e carros elétricos. Isso pode funcionar? É aí que entram as zebras.

Num modelo simplificado de savana, a grama cresce sob o sol. As zebras comem a grama. Os leões comem as zebras. E, como nenhum modelo não está completo sem termos técnicos, vale introduzir um: o nível trófico.

O nível trófico do sol é 0. A grama tem um nível trófico de 1, as zebras, 2, e os leões têm um nível trófico de 3.

Zebras encostando suas cabeças, no zoológico de Londres Daniel Leal - 3.jan.2024/AFP

Claro que tudo fica mais complicado. Os javalis comem plantas, mas podem comer uma zebra morta ou até um leão morto. Então um javali pode ter um nível trófico de, digamos, 2,1. Tudo isso é útil ao pensar a modelagem da ecologia da savana. Mas também útil para pensar na estrutura de uma economia.

Dois cientistas da complexidade, James McNerney e Doyne Farmer, sugeriram procurar analogias com níveis tróficos em economias. Não é que uma economia tenha uma cadeia alimentar ou um predador dominante, como tal. Mas as economias têm muitos setores interdependentes, e a matemática dos níveis tróficos oferece uma maneira promissora de analisá-los.

Em um cenário econômico, o nível trófico 0 será definido como o dos indivíduos. Uma indústria de ferramentas que usa apenas mão de obra humana tem um nível trófico de 1. Uma indústria de engrenagens composta metade por trabalhadores e metade por ferramentas tem um nível trófico de 1,5, e assim por diante.

Quanto mais elos houver na cadeia de suprimentos de uma indústria, maior será seu nível trófico. Isso significa que setores com alto nível trófico são mais sofisticados? Não mais do que os leões são mais sofisticados do que as zebras. Mas o nível trófico importa.

McNerney, Farmer e coautores usaram dados do World Input-Output Database para calcular os níveis tróficos de diferentes setores nos EUA, China e outros países. Eles descobriram que a economia chinesa está cheia de setores com um nível trófico acima de 4, enquanto o nível trófico mais alto de um grande setor dos EUA é a fabricação de alimentos, um pouco acima de 3,5. Grandes setores dos EUA, incluindo saúde, varejo e defesa, têm um baixo nível trófico, de cerca de 2.

Os níveis tróficos não são fixos. A agricultura nos EUA é altamente mecanizada e tem um nível trófico acima de 3, enquanto a agricultura chinesa é uma atividade intensiva em mão de obra com um nível trófico abaixo de 2,5.

Os parlamentares americanos dizem que querem defender os empregos na indústria manufatureira da concorrência chinesa. Existem algumas razões plausíveis de segurança e algumas implausíveis, mas isso também é uma tentativa de elevar o nível trófico da economia dos EUA.

Apesar dos baixos níveis tróficos, o cidadão típico dos EUA desfruta de um padrão de vida mais alto do que o da China. Mas, como Farmer explica, há uma vantagem em setores de alto nível trófico. Elas tendem a se tornar mais eficientes em menos tempo.

A razão é simples, quase mecânica: um setor sem fornecedores tem apenas uma possível fonte de melhoria tecnológica, ela mesma.

Um setor com uma cadeia de suprimentos profunda se beneficia quando qualquer empresa nessa cadeia melhora. McNerney descobriu que, para o setor típico, cerca de dois terços das melhorias tecnológicas vêm dos fornecedores e apenas um terço é feito internamente.

Essa teoria simples traz algumas suposições que podem estar erradas, mas, quando McNerney, Farmer e coautores analisaram os dados, descobriram que a evidência estava de acordo com a teoria.

Economias com níveis tróficos mais altos são mais inovadoras e tendem a crescer mais rapidamente. A teoria também explica a crença vaga, mas amplamente aceita, de que há algo especial na manufatura.

O que é especial é que a manufatura frequentemente tem um alto nível trófico.

Muitos eleitores aplaudirão as novas tarifas dos EUA sobre a China. Deveriam? Farmer diz que "uma política industrial que apoia setores com longas cadeias de suprimentos, elevando o nível trófico da economia, deve resultar em um crescimento mais rápido do PIB e aumentos mais fortes na produtividade".

Isso deixa em aberto a questão de as tarifas serem a maneira certa de nutrir tais setores. Décadas de retórica sobre proteger "indústrias nascentes" tentaram obscurecer o fato de que as tarifas geralmente protegem indústrias antigas e em declínio, em vez daquelas jovens e em crescimento.

Essas novas tarifas, por outro lado, estão protegendo setores de mercado nascentes e em rápido crescimento. Então talvez, desta vez, as coisas sejam diferentes.